



RELATÓRIO E CONTAS 2009

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.

Edifício Quartzó - Rua Alexandre Herculano nº 38 - 1269-161 Lisboa – Portugal

Capital Social: 180.000.000 euros

Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e
Pessoa Colectiva nº 501 385 932



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

• Mensagem conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	1
• Órgãos Sociais e Comissão Executiva	3
• <i>Senior Managing Directors</i>	6
• Direcções, Departamentos, Sucursais e Subsidiárias	7
• O Novo Modelo de Organização e Gestão	11
• Princípios e Valores do Espírito Santo Investment	12
• Principais Indicadores Financeiros	13
• Organigrama	14
• <i>Rating</i>	15
• Proposta de Aplicação de Resultados	16
• Declaração de Conformidade	16

01. AMBIENTE MACROECONÓMICO

• Situação Económica Internacional	19
• Situação Económica na Zona Euro	21
• Situação Económica em Portugal	23
• Situação Económica em Espanha	25
• Situação Económica na Polónia	26
• Situação Económica nos Estados Unidos	27
• Situação Económica no Brasil	28
• Situação Económica em Angola	30

02. ACTIVIDADE E RESULTADOS

• Estrutura do Negócio de Banca de Investimento	33
• Clientes – Originação	35
• Clientes Particulares	41
• Mercado de Capitais – Renda Variável	43
• Mercado de Capitais – Renda Fixa	49
• Serviços Financeiros	57
• Assessoria Médias Empresas	63
• <i>Project Finance</i> e Securitização	65
• <i>Acquisition Finance</i> e Outros Financiamentos	73
• <i>Private Equity</i>	77

03. RECURSOS HUMANOS

04. GESTÃO INTEGRADA DOS RISCOS	81

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ÀS CONTAS

• Demonstrações Financeira Consolidadas	103
• Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	104
▪ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	193
▪ Adenda ao Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	195
▪ Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	196
▪ Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada	198
▪ Relatório dos Auditores	200

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS ÀS CONTAS

• Demonstrações Financeiras Individuais	202
• Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais	204
▪ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	209
▪ Adenda ao Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	278
▪ Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	280
▪ Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada	281
▪ Relatório dos Auditores	283

ANEXOS

• Participações Accionistas e Obrigacionistas dos Membros de Órgãos de Administração e Fiscalização	285
• Participações de Accionistas	287
• Adopção das Recomendações do <i>Financial Stability Forum (FSF)</i> e do <i>Committee of European Banking Supervisors (CEBS)</i> relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos	291
• Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização	292



RELATÓRIO DE GESTÃO



Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

O Banco Espírito Santo de Investimento congratula-se por ter atingido em 2009 o Produto Bancário mais elevado da sua história. Num ano particularmente difícil, em que a grave crise económico-financeira continuou a afectar a economia a nível mundial, o Banco atingiu um Produto Bancário Consolidado de EUR 229 milhões, 21% acima do obtido em 2008.

Este desempenho resulta da estratégia de crescimento prosseguida pelo Banco nos últimos anos, centrada na consolidação da presença em Portugal, Espanha, Brasil e Reino Unido e na expansão selectiva para novos mercados: Polónia, Angola e Estados Unidos da América. Mais uma vez, a contribuição da actividade internacional mostrou-se decisiva para o nosso desempenho: em 2009 mais de 60% da nossa actividade, em termos de Produto Bancário, Resultado Líquido e número de Colaboradores, foi gerada fora de Portugal.

O Resultado Líquido de 2009, no montante de EUR 50 milhões, apresentou um acréscimo de 6% face ao ano anterior, sendo a performance relativamente afectada pelo aumento das imparidades de activos (sobretudo de crédito) registado no ano.

O Resultado Líquido de 2009, no montante de EUR 50 milhões, apresentou um acréscimo de 6% face ao ano anterior, apesar do aumento da imparidade de activos registado no ano.

Em complemento dos resultados financeiros obtidos, o nosso desempenho foi distinguido com o prémio **“Best Investment Bank in Portugal”** em 2009 pela revista World Finance, traduzindo a liderança alcançada em muitas áreas de negócio e o reconhecimento do mercado expresso através da atribuição de diversos prémios de relevância internacional:

- Nas **Fusões e Aquisições**, mantivemos a liderança do mercado nacional, em número de operações e valor, e alcançámos a liderança do mercado ibérico em número de operações (rankings Bloomberg e Mergermarket). Fomos distinguidos pela revista Euromoney como **“Best M&A Bank in Portugal”** (Euromoney Awards for Excellence) e **“Best Bank for M&A Advisory in Portugal”** (Euromoney Real Estate Awards).
- Na **Corretagem**, mantivemos a liderança em Portugal, com uma quota de mercado de 15,9% e reforçámos de forma importante a nossa presença em Espanha, ao ascendermos à 3ª posição no ranking das principais corretoras espanholas, com uma quota de mercado de 7,6%.
- No **Project Finance e Securitização**, fomos o Banco líder, a nível mundial, na assessoria financeira no sector de Energias Renováveis, e mantivemos o lugar entre os 10 primeiros bancos Mandated Lead Arrangers (MLAs) a nível global no mesmo sector, segundo o Infrastructure Journal. Fomos distinguidos ainda com a atribuição de diversos prémios a operações por nós lideradas: (i) **“Americas Deal of the Year”** ao financiamento de 1,3 mil milhões de dólares à Odebrecht Oil&Gas, no Brasil; (ii) **“Global Americas Transport Deal of the Year”** ao financiamento de 944 milhões de dólares ao projecto rodoviário Rodoanel, no Brasil; (iii) **“Asia/Pacific PPP Deal of the Year”** ao financiamento de 1,9 mil milhões de dólares australianos para uma estação de dessalinização da Aquasure, na Austrália; e (iv) **“Renewables Deal of the Year”** ao financiamento de EUR 580 milhões para um parque termo solar do Grupo Acciona, em Espanha.
- Na área de **Mercado de Capitais**, continuámos a ter uma actuação destacada, liderando e participando em operações de referência, tanto de renda fixa como de renda variável, nos mercados em que estamos presentes.
- Na área de **Private Equity**, o ano foi marcado pela elevação do montante dos recursos captados pelo Espírito Santo Infrastructure Fund I (ESIF) para cerca de EUR 96 milhões e pela celebração do acordo de parceria com o Banco Bradesco para o desenvolvimento conjunto da actividade de Private Equity no Brasil, criando-se a subsidiária conjunta 2bCapital.

Apesar do contexto adverso que caracterizou o ano de 2009, mantivemos os planos de expansão internacional da nossa actividade, no que contámos com o apoio inequívoco do nosso accionista único, o Banco Espírito Santo, que subscreveu integralmente no final de Junho um aumento de capital no montante de EUR 110 milhões. Assim:

- No **Reino Unido**, vendemos a participação que detínhamos no Evolution Group Plc. e, no início de Fevereiro de 2010, anunciámos um acordo quanto aos termos de uma oferta recomendada para a aquisição de 50,1% do Execution Noble, um reconhecido grupo de banca de investimento e corretagem com sede em Londres, focado na cobertura de grandes e médias empresas pan-europeias, e com uma plataforma de distribuição centrada nos mercados de Londres, Nova Iorque e Hong Kong.
- Na **Polónia**, concluímos a aquisição da totalidade do capital da Concórdia Espírito Santo Investment, actualmente Espírito Santo Investment Sp, z.o.o. e prosseguimos com o desenvolvimento das áreas de negócio existentes (M&A e Corretagem).
- Nos **Estados Unidos da América**, iniciámos as actividades na Sucursal de Nova Iorque e concluímos com êxito importantes operações de Project Finance.
- Em **Angola**, aguardamos a aprovação e atribuição de licença por parte do Banco de Angola para proceder à abertura de um Banco de Investimento, estando igualmente previsto desenvolver a actividade de Mercado de Capitais através de uma Corretora em 2010.

O cenário económico para 2010 deverá ser marcado pela continuação da retoma nas principais áreas económicas, embora a ritmos de crescimento diferenciados, e pela persistência de alguns factores de risco. Apesar deste contexto, estamos convictos que seremos capazes de prosseguir a nossa estratégia de crescimento com a ambição que temos demonstrado nos últimos anos mas também com a prudência que o momento continua a exigir.

Agradecemos aos nossos Colaboradores, cujo empenho e dedicação foram decisivos para o desempenho do Banco em 2009, e aos nossos Clientes, pela preferência com que nos continuam a distinguir.

Agradecemos o contributo que o Conselho Fiscal e os nossos Auditores continuam a dar para desenvolver e melhorar os níveis de excelência no reporte da informação contabilística e de gestão do Banco.

Para terminar, ao Banco de Portugal, à Comissão de Mercado e Valores Mobiliários e às Entidades de Supervisão dos países onde estamos presentes, uma palavra de agradecimento pela sua constante cooperação e pela confiança depositada no Banco Espírito Santo de Investimento.

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Presidente da Comissão Executiva)

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

(Presidente do Conselho de Administração)

Órgãos Sociais e Comissão Executiva

ÓRGÃOS SOCIAIS ¹

MESA DE ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Filinto Elísio Monteiro Gomes

Secretário

José Miguel Alecrim Duarte

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Vice-Presidentes

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Francisco Ravara Cary

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Miguel António Igrejas Horta e Costa

Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Vogais

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

António Espírito Santo Silva Salgado

Bernard Marcel Fernand Basecqz

Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia

Christian Georges Jacques Minzolini

Diogo Luís Ramos de Abreu

Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva

Félix Aguirre Cabanyes

Frederico dos Reis Arrochela Alegria²

João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz

Moses Dodo

Nigel Keith Purse³

Paulo José Lameiras Martins

Philippe Gilles Fernand Guiral⁴

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

¹ Os Órgãos Sociais do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. para quadriénio 2009 a 2012 foram eleitos na Assembleia-Geral Universal realizada a 16 de Março de 2009

² O Dr. Frederico dos Reis Arrochela Alegria iniciou funções em 13 de Abril de 2009

³ O Dr. Nigel Keith Purse iniciou funções em 13 de Abril de 2009

⁴ O Dr. Philippe Gilles Fernand Guiral iniciou funções em 13 de Abril de 2009

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Francisco Ravara Cary

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Miguel António Igrejas Horta e Costa

Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Christian Georges Jacques Minzolini

Diogo Luís Ramos de Abreu

Félix Aguirre Cabanyes

Frederico dos Reis Arrochela Alegria

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz

Moses Dodo

Nigel Keith Purse

Paulo José Lameiras Martins

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

Directores Centrais com Assento na Comissão Executiva

José Luís de Saldanha Ferreira Pinto Basto

Pedro Miguel Cordovil Toscano Rico

Secretária da Comissão Executiva

Patrícia Salgado Goldschmidt Catanho Meneses

CONSELHO FISCAL

Membros Efectivos

José Manuel Macedo Pereira (Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Membro Suplente

Nuno Espírito Santo Leite de Faria

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. José Maria Rego Ribeiro da Cunha

COMISSÃO EXECUTIVA

1. **José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi**, Presidente da Comissão Executiva, Vice-Presidente do Conselho de Administração, Presidente do Comité de Gestão Global, (*Compliance*, Jurídico, Recursos Humanos, Organização e Meios e Informação e Controlo de Gestão).
2. **Francisco Ravara Cary**, *Deputy Chief Executive Officer*, Vice-Presidente do Conselho de Administração, *Chief Financial Officer*, (Comité de Activos e Passivos (ALCO), Comité de Políticas de Risco, Conselho de Crédito e Riscos Global, Conselho de Crédito e Riscos Europa, Comité Operacional, Tesouraria, Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.).
3. **Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde**, Vice-Presidente do Conselho de Administração, *Senior Country Officer* de Portugal, *Senior Country Officer* do Reino Unido, Presidente do Comité de Geografia Portugal, (Clientes Portugal, *Acquisition Finance* e Outros Financiamentos, Clientes Particulares, Sucursal de Londres, Clientes Londres e Informação).
4. **Miguel António Igrejas Horta e Costa**, Vice-Presidente do Conselho de Administração (Comunicação e Imagem, Relações Institucionais e Clientes *Premium*).
5. **Pedro Manuel Castro Simões Ferreira Neto**, Vice-Presidente do Conselho de Administração, *Senior Country Officer* de Angola, Presidente do Comité de Geografia Angola, (*Project Finance* e Securitização).
6. **Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva**, Vice-Presidente do Conselho de Administração, (*Senior Country Officer* do Brasil, Presidente do Comité de Geografia Brasil, Presidente Conjunto do Conselho de Crédito e Riscos Américas, *Private Banking*, BES Investimento do Brasil, S.A. – Banco de Investimento e suas filiais, Clientes Brasil).
7. **Christian Georges Jacques Minzolini**, Administrador (Sucursal da Polónia, *Senior Country Officer* da Polónia, Presidente do Comité de Geografia Polónia, Espírito Santo Investment Sp. Z.o.o., Secretário-Geral, e Planeamento e Desenvolvimento Estratégico).
8. **Diogo Luís Ramos de Abreu**, Administrador (Assessoria em Estrutura de Capitais, BESAF – BES Activos Financeiros, Lda).
9. **Frederico dos Reis Arrochela Alegria**, Administrador (*Global Markets*).
10. **Félix Aguirre Cabanyes**, Administrador (Sucursal de Espanha, *Senior Country Officer* de Espanha, Presidente do Comité de Geografia Espanha e Clientes Espanha).
11. **Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz**, Administrador (Mercado de Capitais – Originação, Mercado Secundário - Acções, Renda Fixa e Gestão de Activos).
12. **Moses Dodo**, Administrador (Sucursal de Nova Iorque, *Senior Country Officer* dos Estados Unidos da América, Presidente do Comité de Geografia Estados Unidos da América, Presidente Conjunto do Conselho de Crédito e Riscos Américas).
13. **Nigel Keith Purse**, Administrador (*Project Finance* e Securitização).
14. **Paulo José Lameiras Martins**, Administrador (Serviços Financeiros e Médias Empresas).
15. **Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro**, Administrador, *Chief Risk Officer*, *Chief Operations Officer*, (Risco – Controlo de Risco e de Risco de Crédito, Contabilidade, Operações, Informática, Risco Operacional (incluído no Departamento de *Compliance*), Informação e Controlo de Gestão e Espírito Santo Investment, Plc.).

DIRECTORES CENTRAIS COM ASSENTO NA COMISSÃO EXECUTIVA

José Luís de Saldanha Ferreira Pinto Basto, Planeamento e Desenvolvimento Estratégico

Pedro Miguel Cordovil Toscano Rico, Clientes – Portugal

SENIOR MANAGING DIRECTORS

Alan Amaral Fernandes
Carlos Manuel Fatal Pires Nogueira
Carlos Alberto Ferreira Pinto
Carolina Ibañez López Doriga
João Carlos Mendes Reis Arantes e Oliveira
João Eduardo Morais Simão Baptista Pereira
José Eduardo Folgado Gabriel
José Miguel Aleixo Nunes Guiomar
José Miguel Marques Rego
Maria Leonor Betencourt Silva Dantas Jorge
Lucas Martínez Vuillier
Luís Nunes Sousa Santos
Maria Luísa Hueb Baroni
Nuno David Fernandes Cardoso
Paulo Augusto Luz Ferreira Saba
Paulo José Falcão Araújo
Pedro Miguel Nunes Ventaneira
Ricardo Domenech Zamora
Sílvia Maria Rosado Costa Honrado

DIRECÇÕES**Clientes**

Pedro Toscano Rico (Portugal)
Carolina Ibañez (Espanha)
César Ciavolih (BES Investimento do Brasil, S.A.)
Gregg Egen (Reino Unido)
Bartłomiej Dmitruk (Polónia) ¹
Nuno Cardoso (Estados Unidos da América)
Manuel Reis (Angola)

Clientes Particulares

Lourenço Vieira de Campos

Serviços Financeiros

Leonor Dantas (Portugal)
José Miguel Rego (Espanha)
Maria Luísa Baroni (BES Investimento do Brasil, S.A.)
Alexandre Lopes (Polónia)
Daniel Pyne (Estados Unidos da América)
Tiago Félix (*Cross-Border*)

Médias Empresas

Leonor Dantas

Acquisition Finance e Outros Financiamentos

Rui Baptista (Portugal, Polónia)
Rui Baptista / Lucas Martinez Vuillier (Espanha) ²
Carl Adams (Estados Unidos da América)

Project Finance e Securitização

Nuno Gil / Luís Sousa Santos (Portugal)
Lucas Martinez Vuillier (Espanha)
Alan Fernandes (BES Investimento do Brasil, S.A.)
Robin Earle (Reino Unido, Polónia)
Carl Adams (Estados Unidos da América)
Manuel Reis (Angola)

Mercado de Capitais - Originação

Sílvia Costa (Portugal e Espanha)
Márcio Pepino (BES Investimento do Brasil, S.A.)
Miguel Guiomar (Internacional)

Renda Fixa

Carlos Ferreira Pinto (Portugal e Espanha)
Paulo Saba (BES Investimento do Brasil, S.A.)
Krzysztof Rosa (Polónia) ³
Andrea Czarniak (Estados Unidos da América)

¹ Início da actividade de Clientes em 2010

² Desde Janeiro de 2010

³ Início da actividade de Renda Fixa em 2010

Tesouraria

Carlos Nogueira (Portugal)
Paulo Saba (BES Investimento do Brasil, S.A.)
Norberto Zalet (Estados Unidos da América)

Global Markets

Rui Borges de Sousa (Portugal)
Martim Amaral Neto (Espanha)
Paulo Saba (BES Investimento do Brasil, S.A.)
Krzysztof Rosa (Polónia)
Norberto Zalet (Estados Unidos da América)

Assessoria em Estrutura de Capitais

Cristina Frazão (Portugal e Espanha)

Mercado Secundário - Acções

João Baptista Pereira (Portugal e Espanha)
Rui Marques (BES Securities do Brasil, S.A.)
Rodrigo Carvalho (Polónia)
Andrea Czarniak (Estados Unidos da América)

Gestão de Activos

Fernando Castro Solla (Portugal)
Afonso Barbosa (BESAF – BES Activos Financeiros, Lda.)

Private Equity

João Arantes e Oliveira (Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.)
Manuel Ferrão de Sousa (Espírito Santo Capital Brasil, S.A.)

DEPARTAMENTOS

Compliance

Rui de Sousa

Comunicação e Imagem

Pedro Pereira Santos

Contabilidade

Pedro Ventaneira
Delfina Mendes

Informação

Paula Ramalheite

Informação e Controlo de Gestão

Pedro Ventaneira
António Pacheco

Informática

Luis Orozco

Jurídico

Patrícia Salgado Goldschmidt

Operações

Pedro Ventaneira

João Pereira da Silva

Organização e Meios

José Gabriel

Planeamento e Desenvolvimento Estratégico

José Pinto Basto

Recursos Humanos

José Gabriel

Risco - Análise de Risco de Crédito

Filipa Schubeius

Rui Brigantim Pereira

Risco - Controlo de Risco

Pedro Ventaneira

Luís Pereira

SUCURSAIS

Londres

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Nigel Keith Purse

Espanha

Félix Aguirre Cabanyes

Ricardo Domenech Zamora

Polónia

Christian Georges Jacques Minzolini

Rodrigo Ferreira Cunha Metelo Carvalho

Nova Iorque

Moses Dodo

Nuno David Fernandes Cardoso

SOCIEDADES SUBSIDIÁRIAS

BES Investimento do Brasil, S.A. – Banco de Investimento (Brasil)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

BES Securities do Brasil, S.A. – Corretora de Câmbios e Valores Mobiliários (Brasil)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

BESAF - BES Activos Financieros, Ltda. (Brasil)

Diogo Luís Ramos de Abreu

Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Portugal)

Francisco Ravara Cary / João Arantes e Oliveira

Espírito Santo Capital Brasil, S.A. (Brasil)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva / Manuel Ferrão de Sousa

Espírito Santo Investment p.l.c. (Irlanda)

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro / John Madigan

Espírito Santo Investment Sp. Z.o.o. (Polónia)

Christian Georges Jacques Minzolini

O Novo Modelo de Organização e Gestão do Banco

A evolução da actividade do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (“Espírito Santo Investment” ou “Banco”) no médio e longo prazo continuará a ser marcada pela intensificação da internacionalização das suas áreas de negócio e traduzir-se-á numa crescente complexidade organizacional.

O Banco considerou, assim, oportuno alterar o Modelo de Organização e Gestão do Banco, de forma a descentralizar, responsabilizar e agilizar a capacidade de decisão de cada uma das suas unidades operativas.

O Novo Modelo de Organização e Gestão assenta nos seguintes princípios base:

- Simplificação e transversalidade da estrutura de gestão de topo, composta por *Senior Managing Directors* eleitos pelos seus pares;
- Participação alargada na *Governance* do Banco;
- Reforço do Compromisso de Serviço ao Cliente;
- Uma estrutura de negócio ainda mais colaborativa, privilegiando-se o trabalho em equipa e mantendo uma estreita colaboração com as estruturas do Banco Espírito Santo;
- Reforço das Funções de Risco e Controlo;
- Reforço do peso dado à política de Recursos Humanos.

A implementação do Novo Modelo ficou em grande medida concluída no decorrer do exercício de 2009, destacando-se a eleição de 19 novos *Senior Managing Directors* pelos Membros da Comissão Executiva e pelos Directores Centrais com assento na Comissão Executiva, seus pares.

Aos *Senior Managing Directors* incumbirá o desenvolvimento de um espírito de grupo e a difusão dos Princípios e Valores do Banco entre as suas diversas unidades operacionais.

Princípios e Valores do Espírito Santo Investment

No quadro do Novo Modelo de Organização e Gestão do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., foram definidos os seguintes Princípios e Valores:

Ownership

Forte identificação com a missão e valores corporativos e sentido de integração no grupo, revelando uma vontade explícita e afirmativa de ser e permanecer um membro activo e integrante do Banco. Viver com intensidade a dinâmica, os sucessos e dificuldades da instituição, como se de seus se tratassem. Evidenciar pelos comportamentos e atitudes um forte sentido de responsabilidade, na preocupação com o desempenho e riscos do Banco e dos seus clientes.

Orientação para o Cliente

Conquistar, manter e desenvolver a confiança do Cliente, através de uma atitude profissional e dedicada, focando nas suas necessidades e tentando superar as suas expectativas, com o objectivo último de maximizar a contribuição para a criação de valor e o estabelecimento de uma relação de parceria.

Excelência

Demonstrar qualidade e potencial através de soluções inovadoras e criativas. Procurar constantemente a perfeição, com atenção aos detalhes, obtendo resultados que superem as expectativas.

Orientação para as Pessoas

Valorizar a dignidade de todos os colaboradores, oferecendo-lhes espaço para a sua realização e crescimento, pessoal e profissional, num quadro de respeito pelos conhecimentos, competências e individualidade de cada um.

Cultura de Aprendizagem

Atitude de aprendizagem contínua e inovação, promovendo a diversidade de ideias e a partilha de informação. Constante busca de mais conhecimento, para tornar o Banco numa fonte de diferenciação no mercado.

Paixão de Vencer

Revelar forte envolvimento e elevado nível de energia e motivação, que cultivem a vontade de fazer e conseguir cada vez mais e melhor.

Comunicação

Demonstrar a capacidade de expressar opiniões e pontos de vista, de uma forma objectiva e clara, dando ao mesmo tempo, espaço de afirmação e expressão ao interlocutor. Valorizar a informação, sendo assertivo na opinião e atento e activo no entendimento dos demais. Valorizar uma política consistente de *open-door* e comunicação não-hierárquica com as pessoas a todos os níveis da organização, promovendo adequadamente a transparência.

Pensar e Agir Internacionalmente

Estar ciente das tendências globais que afectam os negócios e manter-se informado dos desenvolvimentos relevantes que ocorrem no contexto global. Ter capacidade de avaliar e estimar de que forma eventos globais podem impactar o negócio local e vice-versa, desenvolvendo as tarefas num contexto global. Respeitar as diferenças entre as várias geografias onde o Banco está presente mas garantindo a integridade dos negócios.

Ética e Transparência

Alinhar o pensamento e a conduta corporativa de forma a responder adequadamente a requisitos de solidariedade e de respeito pela dignidade humana.

Respeitar a regulamentação vigente e implementar as regras corporativas no desenvolvimento do negócio, comportando-se de uma forma que seja do interesse geral do Banco.

Manter um elevado nível de transparência nos relatórios anuais, contas e outros documentos corporativos, assegurando que os colaboradores, accionistas, reguladores, clientes e mercado em geral, dispõem de informação adequada para entender as actividades do Banco e os seus resultados.

Principais Indicadores Financeiros Consolidados

Demonstração de Resultados Consolidada

milhares de euros

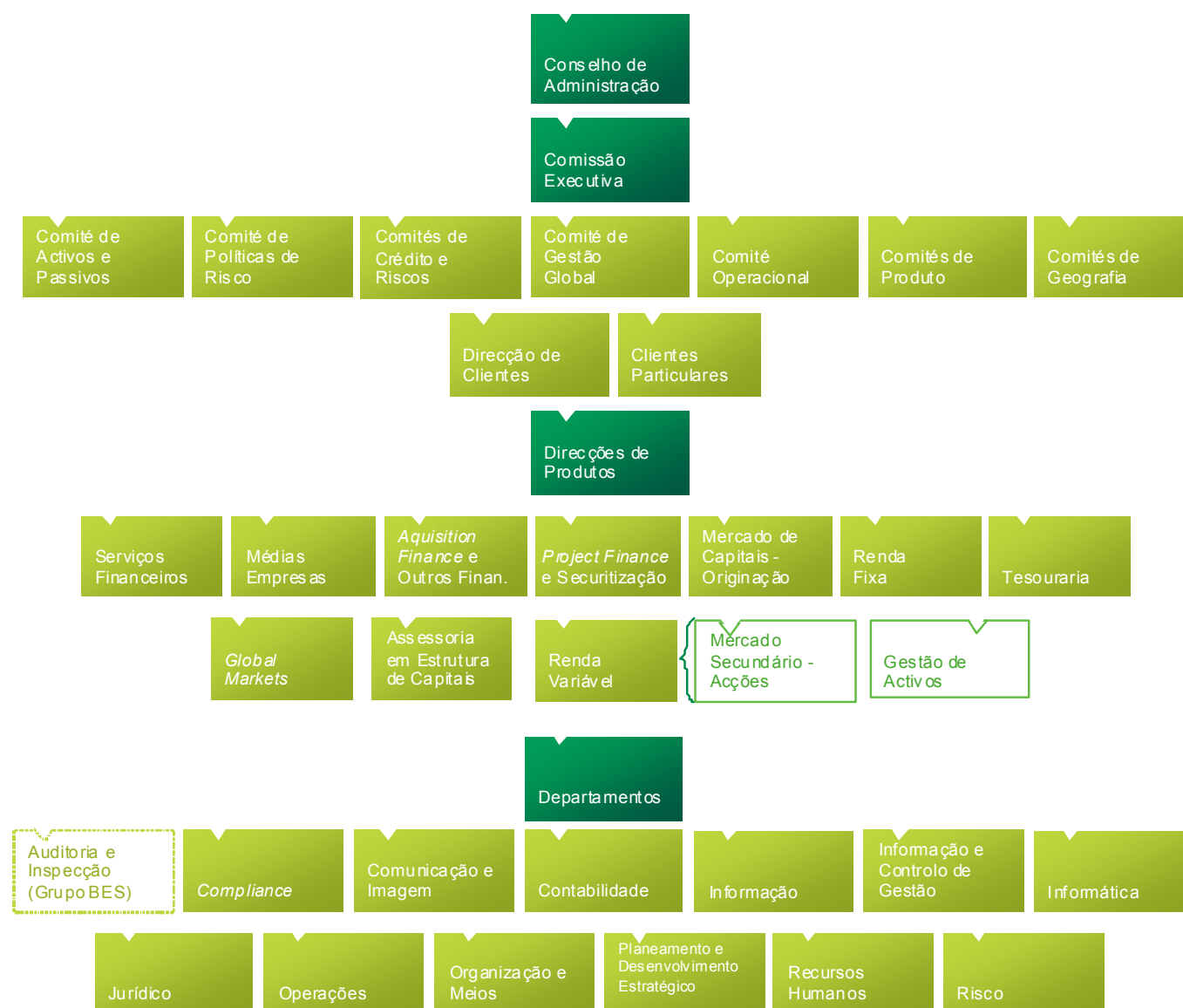
	2009	2008	Variação
Produto Bancário Consolidado	228.634	188.744	21.1%
Comissões	113.921	94.332	20.8%
Margem Financeira e Mercados	114.713	94.412	21.5%
Total de Custos Operacionais	(105.840)	(90.859)	16.5%
Custos com Pessoal	(68.307)	(56.361)	21.2%
Fornecimentos e Serviços Externos	(34.939)	(32.016)	9.1%
Amortizações	(2.594)	(2.482)	4.5%
Resultado Operacional	123.016	97.885	25.7%
Provisões	(52.924)	(30.311)	74.6%
Interesses Minoritários e Outros	(7.315)	(2.804)	160.9%
Resultados antes de Impostos	62.555	64.770	(3.4%)
Impostos	(12.171)	(17.219)	(29.3%)
Resultado Líquido Consolidado	50.384	47.551	6.0%

Balanço Consolidado

milhares de euros

	2009	2008	Variação
Activo			
Activos financeiros detidos para negociação	1.365.581	1.213.954	12.5%
- Títulos	755.753	632.295	19.5%
Activos financeiros disponíveis para venda	528.678	475.287	11.2%
Aplicações em Instituições de Crédito	747.085	914.633	18.3%
Crédito a clientes	2.072.859	1.724.128	20.2%
Outros Activos	1.163.272	1.003.751	15.9%
Total do Activo	5.877.475	5.331.753	10.2%
Capitais Próprios e Passivo			
Capital Social	180.000	70.000	157.1%
Interesses Minoritários	59.983	24.713	142.7%
Capital Próprio	526.756	302.725	74.0%
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultado	456.511	711.035	35.8%
Recursos de outras instituições de crédito	1.657.092	1.177.679	40.7%
Recursos de clientes e outros empréstimos	833.456	1.111.755	(25.0%)
Responsabilidades representadas por títulos	1.941.066	1.343.244	44.5%
Outros passivos	462.594	685.315	(32.5%)
Total Capitais Próprios e Passivo	5.877.475	5.331.753	10.2%

Organigrama



Rating

Em Fevereiro de 2009, a *Standard & Poor's* reafirmou o *rating* de “A” para o longo prazo e de “A-1” para o curto prazo atribuído ao Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e alterou a perspectiva de evolução (*outlook*) de estável para negativo, reflectindo a possibilidade de a economia portuguesa poder vir a deteriorar-se de uma forma mais forte que o esperado, situação que colocaria maior pressão sobre a rendibilidade e a qualidade dos activos.

No final de Novembro de 2009, o Banco concluiu o seu processo anual de revisão do *rating* com a *Standard & Poor's*, estimando-se que a atribuição das notações finais venham a ocorrer durante o 2º trimestre de 2010.

No que diz respeito às subsidiárias do Banco, em Outubro de 2009, a Moody's atribuiu ao BES Investimento do Brasil, S.A. o *rating* de curto e longo prazo na escala nacional de “Aaa.br/BR-1”. Para depósitos de longo prazo em moeda local o *rating* atribuído foi de “Baa2/P-3” e para depósitos de longo prazo em moeda estrangeira foi de “Baa3/P-3”.

Já em Janeiro de 2010, a *Standard & Poor's* atribuiu ao BES Investimento do Brasil, S.A. as notações de *rating* “BBB/ A-3” na sua escala global. Ao nível da escala local foram atribuídas as notações de “brAAA/br A-1”, com *outlook* estável, reflectindo o apoio que o BES Investimento do Brasil, S.A. tem dos accionistas e a sua importância estratégica como subsidiária do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A..

Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que a conta de resultados individuais do exercício apresentou em 31 de Dezembro de 2009 um saldo positivo de EUR 38.388.135,96 (trinta e oito milhões trezentos e oitenta e oito mil cento e trinta e cinco euros e noventa e seis cêntimos), o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral a seguinte proposta de Aplicação de Resultados do exercício:

	EUR
i. para o fundo de reserva legal	3.838.813,60
ii. para reservas livres	13.208.963,53
iii. para distribuição de dividendos	21.340.358,83
- dos quais foram já pagos EUR 18.340.358,83 a título de Dividendos Antecipados no decurso do exercício.	
TOTAL	38.388.135,96

Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada no passado dia 14 de Dezembro de 2009, foi aprovada a distribuição de parte das Reservas Livres no montante de EUR 1.659.641,17.

Declaração de Conformidade

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os Administradores do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a. as demonstrações financeiras individuais do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis;
- b. as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis;
- c. as demonstrações financeiras referidas nas alíneas a) e b) supra dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação;
- d. o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação no exercício de 2009, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 29 de Março de 2010

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
(Presidente do Conselho de Administração)

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Presidente da Comissão Executiva)

Francisco Ravara Cary
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Miguel António Igrejas Horta e Costa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
(Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva)

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires
(Vogal)

António Espírito Santo Silva Salgado
(Vogal)

Bernard Marcel Fernand Basecqz
(Vogal)

Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia
(Vogal)

Christian Georges Jacques Minzolini
(Membro da Comissão Executiva)

Diogo Luís Ramos de Abreu
(Membro da Comissão Executiva)

Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva
(Vogal)

Félix Aguirre Cabanyes
(Membro da Comissão Executiva)

Frederico dos Reis de Arrochela Alegria
(Membro da Comissão Executiva)

João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha
(Vogal)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
(Vogal)

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz
(Membro da Comissão Executiva)

Moses Dodo
(Membro da Comissão Executiva)

Nigel Keith Purse
(Membro da Comissão Executiva)

Paulo José Lameiras Martins
(Membro da Comissão Executiva)

Philippe Gilles Fernand Guiral
(Vogal)

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro
(Membro da Comissão Executiva)

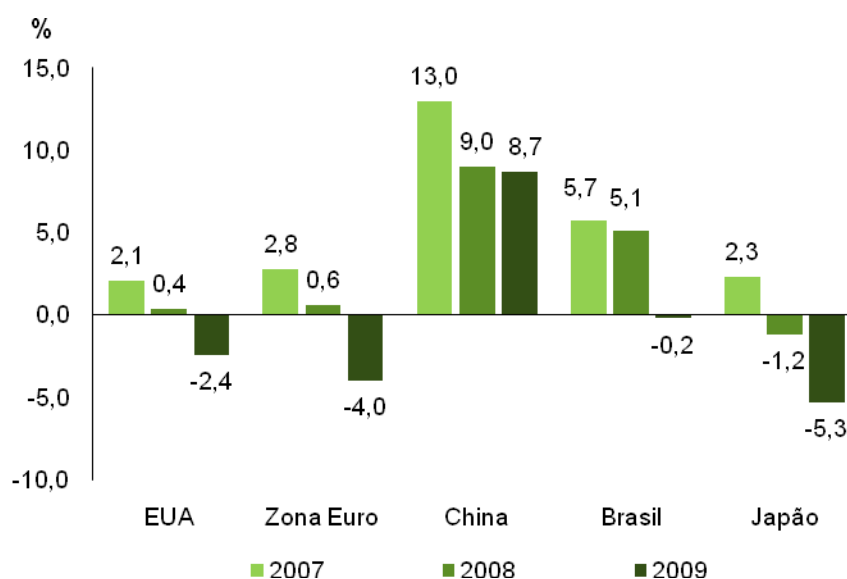
01. AMBIENTE MACROECONÓMICO

Situação Económica Internacional

O ano de 2009 ficou marcado, no seu conjunto, pela forte queda ou desaceleração da actividade nas principais áreas económicas, na sequência da crise financeira global iniciada em 2007. Esta evolução foi determinada, sobretudo, por uma deterioração significativa da confiança dos agentes económicos, que se traduziu numa quebra da procura e no colapso dos fluxos de comércio internacional na primeira metade do ano. A recessão foi vivida num quadro de menor disponibilidade de liquidez nos mercados financeiros e, em função disso, num ambiente de maior restrição dos critérios de financiamento da actividade económica. Como resposta, as autoridades puseram em prática programas agressivos de estabilização financeira e de estímulo ao crescimento. Estes incluíram a redução dos juros de referência para níveis próximos de zero, a injeção massiva de liquidez no sistema financeiro (por exemplo, através da aquisição de títulos de dívida pública e privada por parte dos bancos centrais) e, ao nível da política orçamental, estímulos fiscais ao consumo de bens duradouros e um aumento do investimento público em infra-estruturas.

Em função da agressividade destes estímulos, observaram-se, na segunda metade do ano e, sobretudo, no 4º trimestre, sinais claros de aceleração da actividade global e de estabilização financeira. Em relação ao primeiro ponto, a procura induzida pelos estímulos traduziu-se numa forte recuperação da actividade industrial e dos fluxos de comércio internacional nas principais áreas económicas. As economias emergentes revelaram, no entanto, maior dinamismo do que as economias desenvolvidas. Este facto resultou de uma menor exposição directa à crise financeira e, por outro lado, de uma maior rapidez e agressividade nos estímulos à actividade. Destaca-se, em particular, o caso da China, que é já uma economia incontornável nos destinos da economia mundial. O forte crescimento económico chinês não só promove o dinamismo intra-asiático, como impulsiona os sectores exportadores das principais economias desenvolvidas e emergentes. O PIB chinês cresceu 8,7% em 2009, tendo terminado o ano em aceleração e com crescimentos de dois dígitos, que o aproximaram do dinamismo observado antes da crise financeira global. O desempenho da economia chinesa resultou, sobretudo, dos fortes crescimentos do investimento e do consumo. De facto, a China reagiu rapidamente ao ciclo recessivo da actividade global, reorientando o padrão de crescimento no sentido da procura interna, a partir de uma forte aceleração do volume de crédito (beneficiando o consumo e o investimento em habitação) e de um esforço agressivo de investimentos em infra-estruturas.

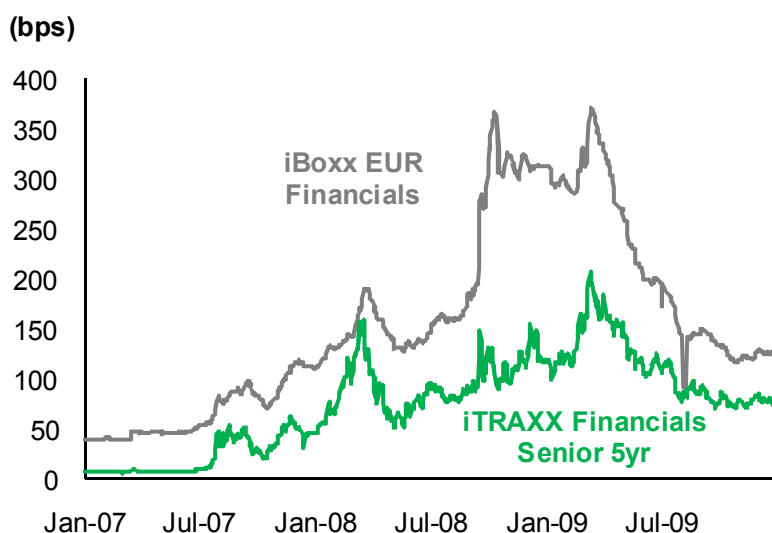
Crescimento do PIB, Economias Seleccionadas



Fonte: FMI.

No que respeita à tendência global de estabilização financeira, esta traduziu-se num estreitamento gradual dos spreads nos mercados monetário e de crédito, reflectindo um recuo da aversão ao risco e uma maior confiança dos agentes na normalização do sector financeiro. Na Zona Euro, com a principal taxa de juro directora a descer de 1,5% para 1%, a Euribor a 3 meses desceu, ao longo do ano, de 2,89% para 0,7%. Embora mantendo-se em níveis superiores aos observados antes da crise, os spreads de crédito exibiram uma tendência de estreitamento, com o índice iTraxx Financials, relativo aos Credit Default Swaps, a descer de um máximo de 206 pontos base, em Março, para 75 pontos base no final do ano.

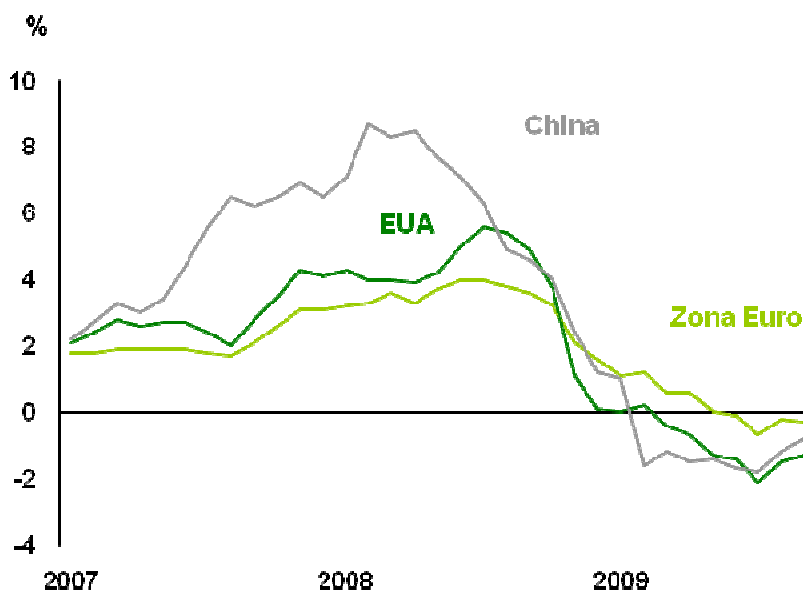
Prémio de Liquidez, Sector Financeiro
(Cash Bonds vs. CDS Spreads, pontos base)



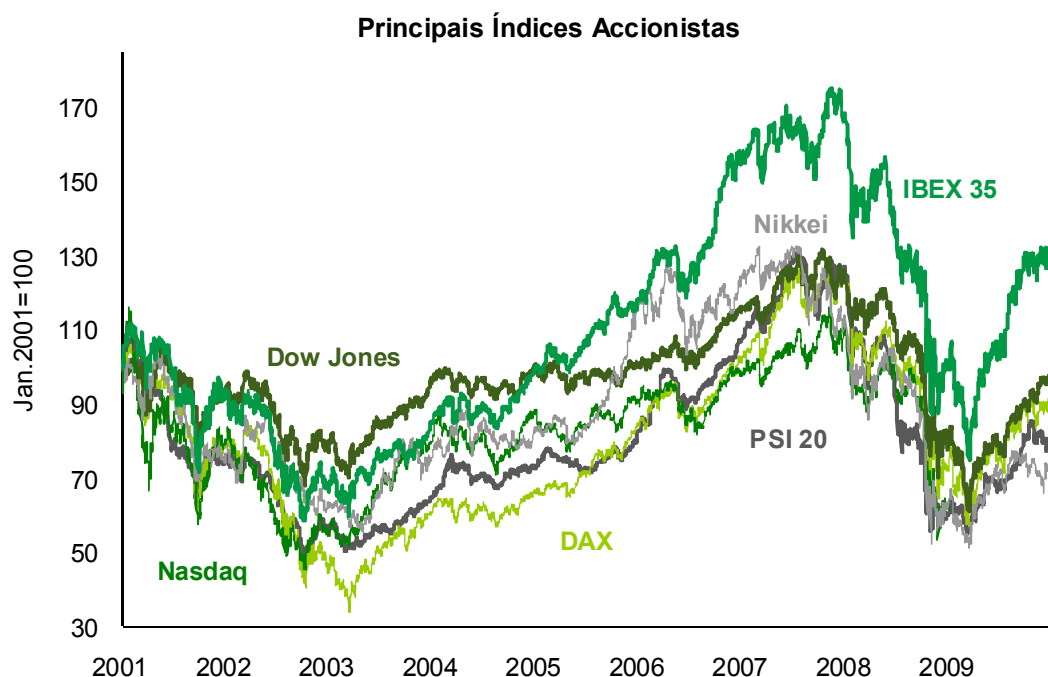
Fonte: Reuters.

Não obstante a forte subida do preço do petróleo em 2009 (de USD 42 para USD 77 por barril, no caso do Brent), a aceleração da produtividade observada nas principais economias permitiu que a recuperação do crescimento se fizesse num ambiente de inflação e taxas de juro baixas. Este facto beneficiou os mercados accionistas, sobretudo a partir do 2º trimestre. Nos Estados Unidos da América, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 registaram valorizações anuais de 18,8%, 43,9% e 23,5%, respectivamente. Na Zona Euro, os índices DAX, CAC40 e IBEX valorizaram-se, respectivamente, 23,9%, 22,3% e 29,8%. Reflectindo as perspectivas mais favoráveis para os mercados emergentes, os índices Bovespa (Brasil), Shanghai Composite (China) e Sensex (Índia) registaram ganhos de 82,7%, 79,9% e 81%, respectivamente.

Taxa de Inflação Homóloga



Fonte: Bloomberg.



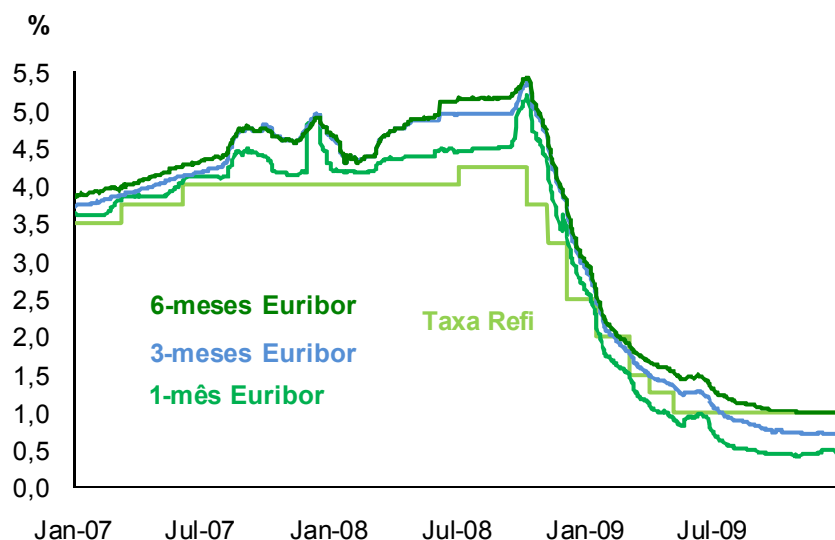
Fonte: Bloomberg.

Situação Económica na Zona Euro

A economia da Zona Euro revelou um desempenho diferenciado da actividade entre a primeira e a segunda metade do ano. O 1º semestre ficou marcado por uma forte contracção da actividade (quedas de 2,5% e de 0,1% trimestre a trimestre, nos dois primeiros trimestres), prosseguindo a recessão iniciada no 2º trimestre de 2008, com fortes recuos das exportações e do investimento. Este desempenho deve ser lido ainda no contexto das consequências da crise financeira, cujo ponto máximo se registou em Setembro e Outubro de 2008. A contracção da liquidez e a forte deterioração da confiança ocorridas nos últimos meses daquele ano conduziram a um recuo generalizado da confiança e da procura que, por sua vez, se traduziu numa forte contracção da procura externa (com impacto especialmente negativo na Alemanha, com uma quebra do PIB de 5% em 2009, o pior registo desde a 2ª Guerra Mundial). Diversas economias da Zona Euro continuaram, ainda, a sofrer os efeitos de uma recessão no sector da habitação, a qual ampliou o ajustamento negativo da procura. No conjunto do ano, o PIB da Zona Euro registou uma queda de 4%.

Os 3º e 4º trimestres de 2009 ficaram, contudo, marcados por um regresso ao crescimento positivo da actividade (variações de 0,4% e 0,1% trimestre a trimestre, respectivamente), após cinco trimestres consecutivos de contracção. Esta melhoria do desempenho beneficiou de uma recuperação das exportações, de um efeito favorável do investimento em reposição de stocks (favorecendo a actividade industrial) e dos estímulos monetários e orçamentais levados a cabo pelas autoridades. A procura interna, contudo, revelou ainda um desempenho débil, marcado pelas restrições ao financiamento do consumo e do investimento privados, pela deterioração das condições do mercado de trabalho (de que se destaca a subida progressiva do desemprego até 9,9% da população activa no final do ano), e por um aumento da poupança por motivo de precaução.

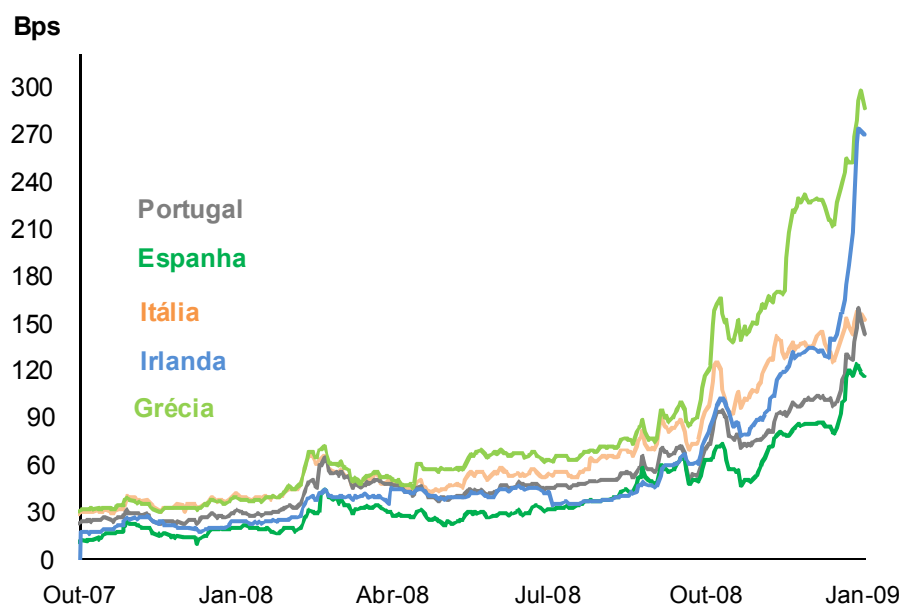
Taxas Refi e Euribor



Fonte: Bloomberg.

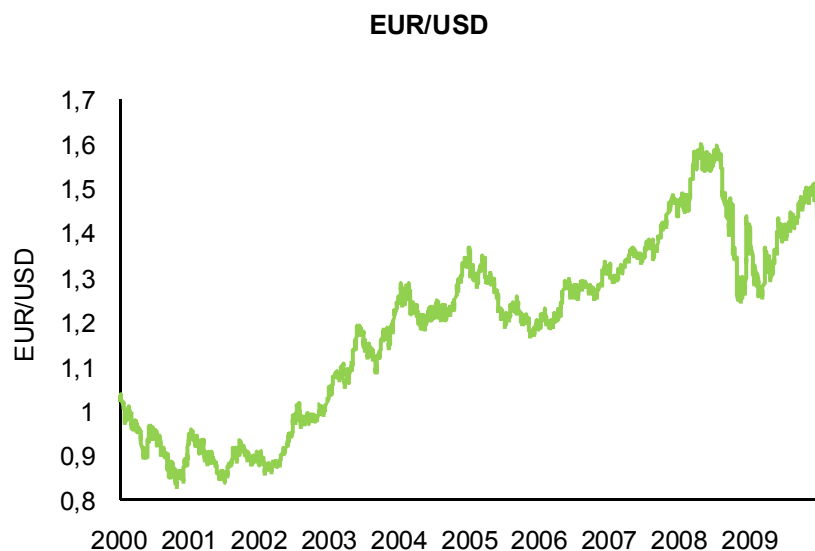
No plano dos preços, registou-se uma inflação média anual de 0,3% (após 3,3% em 2008), resultante da ausência de pressões ascendentes sobre os preços do lado da procura, bem como da evolução dos preços da energia, com o efeito estatístico decorrente da baixa do preço do petróleo face ao ano de 2008. Neste contexto, o Banco Central Europeu prosseguiu até Maio uma trajectória de redução das taxas de juro de referência. A autoridade monetária europeia procedeu a duas descidas da principal taxa de juro de referência de 50 pontos base em Janeiro e Março e a duas descidas de 25 pontos base em Abril e Maio. Desde Outubro de 2008, aquela taxa foi reduzida de 4,25% para 1%. O BCE reduziu também, entre Janeiro e Maio, as taxas de juro de cedência de liquidez e de depósito em 125 e 175 pontos base, respectivamente. Para além disso, forneceu uma ampla liquidez ao sistema bancário, destacando-se três operações de cedência ilimitada de liquidez a 12 meses (que ascenderam a cerca de EUR 614 mil milhões), as duas primeiras a uma taxa fixa de 1% e a terceira a uma taxa indexada aos juros das operações de refinanciamento.

Zona Euro – Spreads das Yields dos Títulos de Dívida Pública a 10 Anos vs. Alemanha, Economias Seleccionadas



Fonte: Bloomberg.

A condução de políticas orçamentais expansionistas por parte dos governos nacionais, visando estimular a procura interna, levou a uma deterioração considerável das contas públicas, tendo o défice orçamental da Zona Euro no seu conjunto aumentado de 2% para cerca de 6% do PIB. Destacaram-se, a este propósito, os défices públicos da Grécia, Irlanda e Espanha, superiores a 10% do PIB. Esta evolução traduziu-se numa deterioração do risco soberano (ampliação do diferencial das yields dos respectivos títulos da dívida pública relativamente aos títulos alemães), que penalizou particularmente a Grécia e a Irlanda (que sofreram downgradings dos respectivos ratings no final do ano) mas também as outras economias da “periferia” da Zona Euro (Itália, Espanha, e Portugal, com os dois últimos a sofrerem revisões em baixa no outlook para os respectivos ratings).



Fonte: Bloomberg.

Situação Económica em Portugal

Reflectindo os efeitos da recessão económica global, a economia portuguesa registou, em 2009, uma contracção do PIB de 2,7%. Este desempenho revelou-se, contudo, menos desfavorável do que o observado nos principais parceiros de Portugal na União Europeia (registaram-se quedas do PIB de 3,6% em Espanha, 5% na Alemanha e 4,8% no Reino Unido). Para além da menor intensidade da recessão, Portugal foi uma das primeiras economias da União Europeia a abandonar o ciclo de variações negativas do PIB, logo a partir do 2º trimestre, embora registando uma contracção trimestral de 0.2% no 4º trimestre.

Este comportamento é explicado pelo facto de a procura não ter sido afectada, como em outras economias, por fortes efeitos-riqueza negativos associados a correcções do mercado imobiliário, nem por situações de instabilidade no sistema financeiro. Neste sentido, a recessão sofrida pela economia portuguesa em 2009 resultou, sobretudo, da quebra da procura externa, bem como de uma natural deterioração da confiança das famílias e das empresas, com impacto negativo no consumo e, sobretudo, no investimento. Estes dois agregados foram, também, afectados por critérios de financiamento da actividade económica mais restritos, fruto de uma liquidez menos disponível nos mercados financeiros internacionais. Assim, no conjunto de 2009, as exportações registaram uma queda de 11,6%, após um recuo de 0,5% no ano anterior. Esta queda foi comum à generalidade dos bens e serviços, bem como a todos os principais destinos de exportação na União Europeia. As exportações de mercadorias para Angola merecem destaque por terem sofrido uma queda muito contida (de apenas 0.6% em termos nominais), o que contribuiu para consolidar o mercado angolano como o 4º maior destino das exportações portuguesas, elevando a respectiva quota de 6% para 7.2% do total. Reflectindo a contracção da procura interna, as importações caíram 9,2% no conjunto do ano, após um crescimento de 2,7% em 2008.

A deterioração das expectativas face à evolução da procura interna e externa, os elevados níveis de incerteza e a menor disponibilidade do crédito pesaram decisivamente na evolução do investimento, que registou uma quebra real

de 12,6%. Para além das despesas de capital fixo, esta evolução ficou, também, a dever-se a uma diminuição do nível de stocks, que acentuou o contributo negativo do investimento para o PIB. Assim, o investimento das empresas terá registado uma queda real próxima de 15%, que não foi compensada pelo forte aumento do investimento público (de cerca de 13%), a principal expressão dos estímulos orçamentais à actividade económica (o consumo público registou uma subida real de 3,5%). O investimento das famílias em habitação acentuou a tendência de queda observada no ano anterior, com um registo próximo de -12%.

A descida da confiança e o aumento da incerteza entre as famílias traduziu-se ainda numa quebra do consumo privado, de 0,8%. Esta evolução ocorreu apesar de um aumento do rendimento disponível das famílias, fruto da descida dos juros e, sobretudo, do aumento das transferências do Estado, explicando-se, em grande medida, pela atitude de precaução adoptada pelas famílias. Assim, o ano de 2009 ficou marcado por um aumento significativo da taxa de poupança, para um valor ligeiramente acima de 8% do rendimento disponível. Esta subida interrompeu uma tendência de queda da poupança das famílias observada desde 2002. A evolução negativa do consumo privado é explicada pela forte quebra do consumo de bens duradouros, uma vez que as despesas em bens não duradouros registaram um crescimento marginalmente positivo. O poder de compra das famílias beneficiou, em 2009, de uma inflação negativa. Em termos médios anuais, a inflação caiu de 2,6% para -0,8%. Este facto reflectiu, em primeiro lugar, um efeito estatístico associado à forte subida dos preços das matérias-primas (e, em particular, do petróleo) em 2008. Mas ele é, igualmente, o reflexo da conjuntura recessiva de 2009, que terá restringido fortemente o poder de fixação de preços das empresas.

Principais Indicadores Macroeconómicos – Portugal

Taxas de crescimento real (%), excepto quando indicado.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB	0,8	-0,8	1,5	0,9	1,4	1,9	0,0	-2,7
Consumo Privado	1,3	-0,1	2,5	2,0	1,9	1,6	1,7	-0,8
Consumo Público	2,6	0,2	2,6	3,2	-1,4	0,0	1,1	3,5
Investimento	-4,7	-8,3	2,5	-1,5	-0,3	3,4	0,5	-12,6
Exportações	1,5	3,9	4,0	2,0	8,7	7,8	-0,5	-11,6
Importações	-0,7	-0,8	6,7	3,5	5,1	6,1	2,7	-9,2
Inflação (IPC)	3,6	3,3	2,4	2,3	3,1	2,5	2,6	-0,8
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,8	-2,9	-3,4	-6,1	-3,9	-2,6	-2,7	-9,3
Dívida Pública (% do PIB)	55,5	56,9	58,3	63,6	64,7	63,6	66,3	77,2
Desemprego (% da população activa)	5,1	6,4	6,7	7,6	7,7	8,0	7,6	9,5
Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	-6,0	-3,3	-5,7	-8,3	-9,3	-8,1	-10,3	-9,4

Fontes: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, Espirito Santo Equity Research.

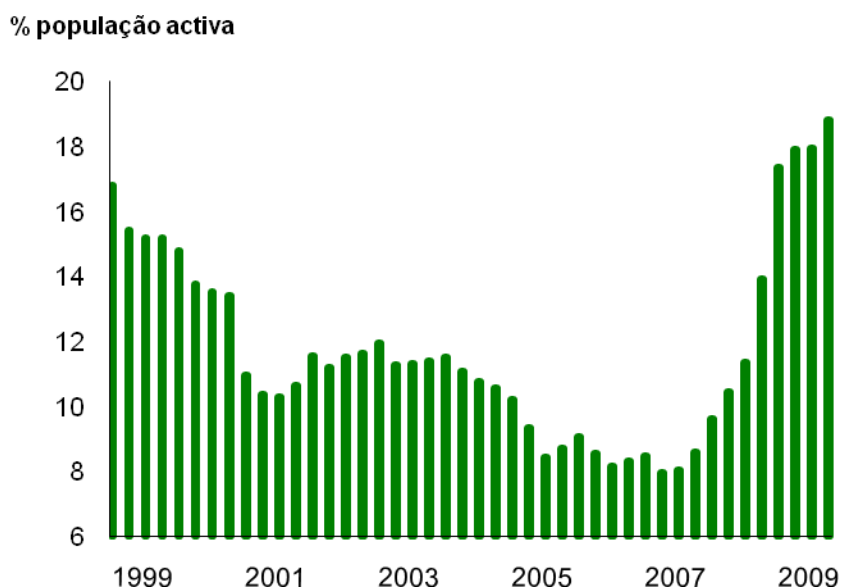
Não obstante a evolução negativa das exportações, 2009 fica marcado por uma ligeira correcção do défice conjunto das balanças corrente e de capital, ou défice externo, de 10,3% para 9,4% do PIB. Esta correcção reflecte o processo de *deleverage* levado a cabo pelo sector privado em 2009, bem como a correcção do défice energético, associada à queda acentuada do preço do petróleo. À diminuição das necessidades de financiamento do sector privado correspondeu um aumento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas, sobretudo em resultado dos estímulos orçamentais à actividade económica, mas reflectindo igualmente os efeitos da fase baixa do ciclo económico sobre as contas públicas. Neste contexto, o défice público subiu de 2,7% para um valor superior a 9% do PIB.

Situação Económica em Espanha

A economia espanhola acentuou, em 2009, o padrão de crescimento observado nos últimos anos, marcado pelo ajustamento dos diversos desequilíbrios criados ao longo da última década (crescimento excessivamente assente na construção e no consumo, aumento do endividamento, competitividade insuficiente). Depois de uma contracção relativamente moderada da actividade no último trimestre de 2008, a recessão agudizou-se ao longo do 1º semestre de 2009, com especial destaque para a quebra verificada no consumo privado e no investimento. Assim, no conjunto do ano, o PIB registou uma contracção de 3,6%, após um crescimento de 0,9% em 2008.

A queda do consumo privado (superior a 5%, em termos anuais) resultou, fundamentalmente, do forte aumento do desemprego (para um valor próximo de 18% da população activa), do efeito-riqueza negativo associado à queda dos preços da habitação (-6,2% y-o-y no 4º trimestre) e de um aumento da poupança das famílias, num contexto de quebra dos níveis de confiança e de aumento das restrições no crédito. O investimento caiu 15,6% em 2009, obviamente marcado pelo ajustamento do sector da construção (com uma queda de 11,2%) mas, também, pela despesa em bens de equipamento, que recuou perto de 23%. Tal como o consumo, as despesas de investimento foram penalizadas por um ambiente mais restritivo na concessão de crédito, pela deterioração das expectativas face à evolução da procura e por uma preocupação generalizada de correcção dos níveis de endividamento para níveis mais sustentáveis. A evolução negativa da procura interna contribuiu para uma queda de cerca de 18% nas importações. Neste contexto, e não obstante o recuo de 11,5% nas exportações, a procura externa líquida contribuiu positivamente para o crescimento do PIB e o défice da balança corrente diminuiu de 9,5% do PIB para um valor próximo de 5% do PIB.

Espanha – Taxa de Desemprego



Fonte: Bloomberg.

Num contexto de forte quebra da actividade, as autoridades espanholas implementaram um conjunto diverso de medidas de estímulo económico, como o denominado “Plano E” e a “Lei para o crescimento económico sustentável”. A primeira iniciativa incluiu quatro linhas de acção: medidas de apoio às empresas e famílias para promover o emprego, medidas de apoio ao sistema financeiro, medidas de estímulo orçamental e, finalmente, medidas estruturais de modernização da economia. Já a “Lei para o crescimento económico sustentável” incluiu diversas áreas de actuação, das quais se destacam: a redução da burocracia, a melhoria da educação, o apoio à internacionalização das empresas espanholas, incentivos fiscais à inovação e o apoio a investimentos em determinados sectores, como o das energias renováveis. Neste contexto, o défice orçamental ultrapassou os 11% do PIB, condicionado também pela diminuição das receitas e pelo aumento da despesa social. A deterioração das perspectivas orçamentais motivou um corte do *rating* soberano de Espanha pela agência de *rating* Standard &

Poor's em Janeiro de 2009, de AAA para AA+, e uma revisão em baixa do *outlook* para este rating, em Dezembro (pela mesma agência), de “estável” para “negativo”.

A forte queda da actividade, a elevada subida do desemprego e a menor inflação dos bens energéticos (por efeito estatístico de base) colocaram a inflação média anual em terreno negativo (-0,3%, após um registo de 4,1% em 2008).

Situação Económica na Polónia

A Polónia foi a única economia da União Europeia a não viver uma recessão técnica em 2009. A menor dependência da economia face ao exterior (comparando com outros países do leste europeu) e a resiliência da actividade interna, conjugadas com alguma flexibilidade cambial, permitiram à Polónia registar um crescimento do PIB de 1,7% em 2009 (5% em 2008), em pleno ciclo de recessão global. Com um crescimento ligeiramente superior a 3%, o consumo privado continuou a ser o principal motor da actividade. O investimento, por seu turno, terá registado uma queda marginal no conjunto do ano, o que representa um desempenho bem menos desfavorável do que na generalidade das economias europeias. A procura interna continuou alicerçada num sector bancário sólido, que não se encontrava exposto aos produtos de crédito que resultaram na crise financeira mundial nem à correcção de um *boom*, ou bolha, no mercado da habitação – que não existiu. Neste sentido, a economia da Polónia não sofreu, em 2009, os mesmos efeitos de *deleverage* do sector privado observados em outras economias.

Por outro lado, políticas monetárias e orçamentais expansionistas permitiram controlar o natural abrandamento da actividade associado à recessão global. O Banco Central da Polónia baixou a principal taxa de juro de referência de 6% para 3,5% e o Governo reduziu os impostos directos sobre o rendimento das famílias, entre outras medidas de estímulo ao consumo e ao investimento. Este último continua ainda a beneficiar dos fundos estruturais da União Europeia e da realização do Campeonato da Europa de Futebol de 2012, que tem impulsionado as despesas em infra-estruturas. A desaceleração da actividade económica (global e interna) e as medidas expansionistas traduziram-se numa deterioração das contas públicas, com o saldo orçamental a cair de -3,6% para -7,2% do PIB.



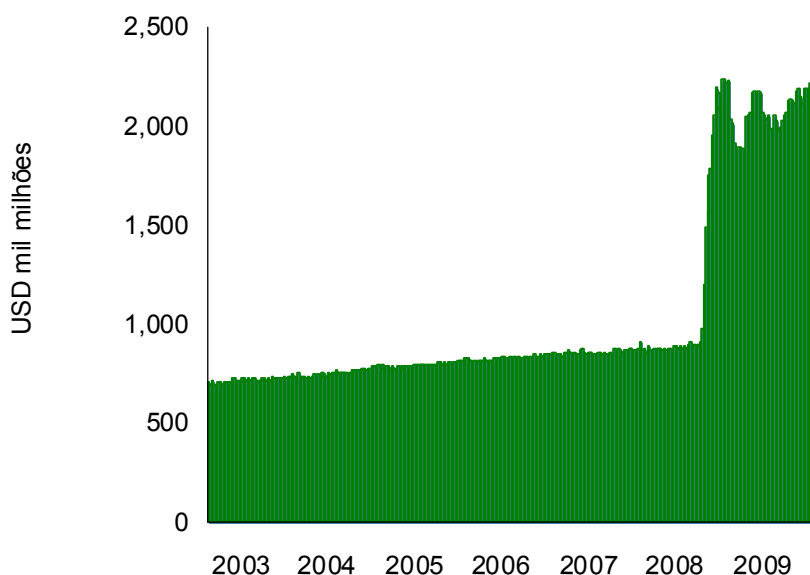
Fonte: Bloomberg.

Sem as pressões recessivas e deflacionistas de outras economias, o abrandamento dos preços revelou-se naturalmente mais contido. A taxa de inflação média anual registou uma descida de 4,2% para 3,5%, tendo a inflação homóloga subido de 3,3% para 3,5% entre o final de 2008 e o final de 2009 (estes valores comparam com um target do Banco Central de 2,5% mais ou menos 1 ponto percentual). A inflação homóloga core terminou o ano de 2009 em 2,6%. Após uma forte depreciação entre a segunda metade de 2008 e os primeiros meses de 2009, em que perdeu cerca de 40% face ao EUR, o Zloty (PLN) evoluiu em torno de EUR/PLN 4.10-4.20, terminando o ano com uma cotação próxima do limite inferior desse intervalo.

Situação Económica nos Estados Unidos da América

A economia dos Estados Unidos da América ficou marcada, em 2009, por elevados níveis de incerteza, quanto à evolução da actividade económica e quanto à estabilidade do sistema financeiro, tendo o PIB registado uma forte queda na primeira metade do ano (-6,4% e -0,7%, em termos anualizados, no 1º e 2º trimestres, respectivamente). Perante este quadro, as autoridades reagiram de forma incisiva. Na vertente da política monetária e após ter colocado a principal taxa de juro de referência entre 0% e 0,25% e adoptado várias medidas de cedência de liquidez ainda em 2008, a Reserva Federal reforçou a utilização das medidas não convencionais em 2009. Estas incluíram, entre outros, um programa de aquisição de *mortgage-backed securities* (até um montante de USD 1 200 mil milhões) e um outro de obrigações da dívida pública (até ao montante de USD 300 mil milhões). A actuação da Reserva Federal permitiu conter a subida das *yields* dos *Treasuries* a 10 anos (de 2,21% para 3,83%, no conjunto do ano). Na vertente orçamental, foi igualmente patente o esforço de estímulo à conjuntura, com o American Recovery and Reinvestment Act, a envolver um montante de quase USD 800 mil milhões, contemplando redução de impostos, créditos fiscais à aquisição de habitação e de certos bens duradouros (ex. automóveis), apoios sociais e financeiros aos desempregados e um reforço do investimento público (sobretudo em infra-estruturas e em energia).

Balanço da Reserva Federal dos EUA



Fonte: Reuters.

Em resultado dos estímulos orçamentais e monetários, a economia americana exibiu uma trajectória de recuperação na segunda metade do ano, registando um crescimento anualizado de 5,9% no 4º trimestre. Neste contexto, o PIB caiu apenas 2,4% no conjunto de 2009, um registo menos desfavorável do que o admitido no início do ano. O consumo privado e o investimento registaram quedas anuais, mas com melhorias significativas no 2º semestre (sobretudo o consumo de bens duradouros e o investimento residencial). Para a melhoria da actividade contribuíram também decisivamente o início de um ciclo favorável no investimento em reposição de stocks, uma estabilização mais visível do sector da habitação e o impacto da depreciação do USD na competitividade das exportações americanas.

USD, Taxa de Câmbio Efectiva



Fonte: Bloomberg.

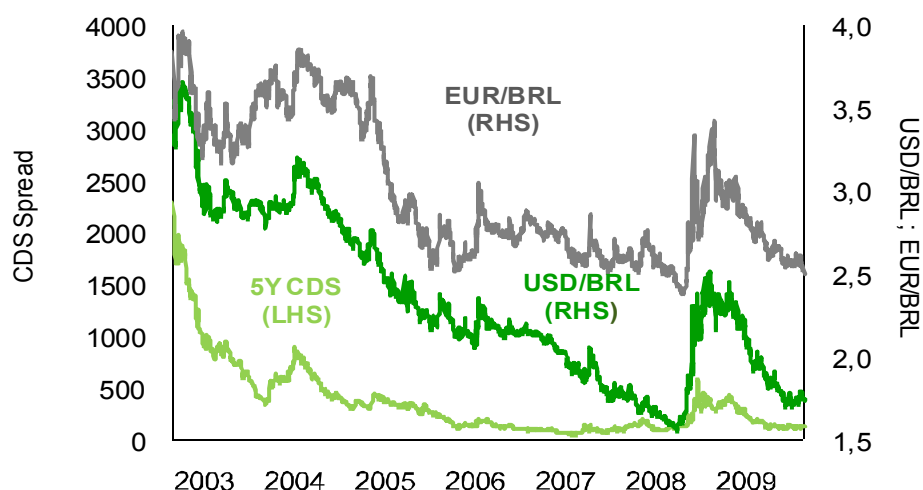
O compromisso das autoridades para com a estabilização económica e financeira produziu um impacto importante na confiança dos agentes económicos, permitindo o regresso do optimismo aos mercados logo a partir do mês de Março. Este ficou expresso numa forte valorização dos principais índices accionistas e num estreitamento dos spreads de crédito. Para além da melhoria das perspectivas para a actividade, os mercados financeiros beneficiaram ainda da expectativa de uma inflação baixa (-0,3% em 2009), associada a uma elevada capacidade produtiva excedente (de que o desemprego, em 10% da população activa no final do ano, foi a expressão mais visível). A manutenção de um ambiente de baixas taxas de juro daqui resultante contribuiu para que o mercado tomasse o USD como instrumento principal de carry trade, financiando investimentos em activos de maior retorno, sobretudo em economias emergentes e exportadoras de commodities. Este facto sustentou a depreciação do USD, que superou uma queda de 16% em termos efectivos, entre Março e Dezembro.

Situação Económica no Brasil

A resiliência da economia brasileira face à pior fase da recessão global em 2009 permitiu um processo de rápida retoma dos principais indicadores económicos e financeiros, em linha com seus pares BRICs, como a China e a Índia. A implementação de uma política económica expansionista semelhante às adoptadas pelas principais economias globais não implicou uma deterioração significativa dos indicadores de sustentabilidade das contas públicas e externas, permitindo ao país manter uma perspectiva positiva de redução dos índices de risco de crédito a médio e longo prazo. Os ratings soberanos foram afirmados no primeiro grau de *investment grade* pela Standard & Poor's e Fitch (BBB-) e alinhados pela Moody's de Baa3 para Baa2, com *outlook* positivo em 2009.

A percepção dos mercados quanto à capacidade de retoma do Brasil permitiu que o prémio de risco soberano expresso pelo *spreads* dos *credit default swaps* a 5 anos fosse reduzido de 300.5 pontos base para 122.5 pontos base ao longo de 2009. Tal estreitamento da aversão ao risco reverteu a queda de fluxo financeiro de USD 48.9 mil milhões em 2008 para uma entrada líquida de USD 18.8 mil milhões em 2009, resultando na elevação das reservas internacionais do Banco Central para o maior volume histórico de USD 239 mil milhões (USD 207 mil milhões em 2008) e a valorização do BRL/USD em 25,5%, para USD/BRL1.74.

USD/BRL, EUR/BRL e Spread dos CDS (5 anos)



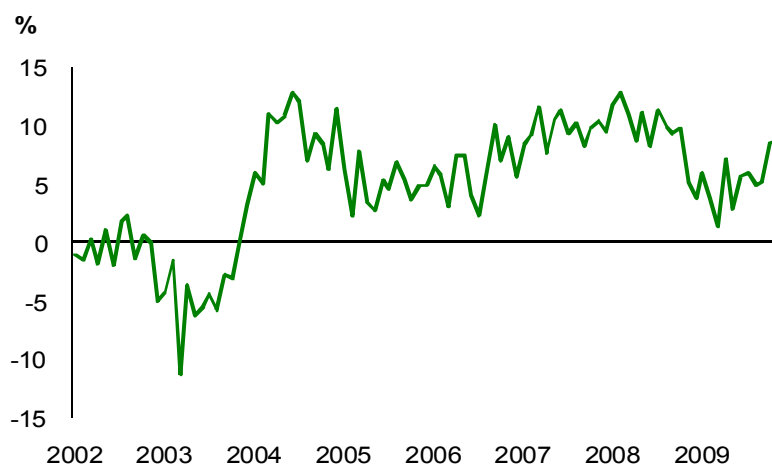
Fonte: Bloomberg.

A política monetária foi conduzida no sentido de conter os efeitos negativos da recessão que havia sido iniciada no final de 2008. Num ambiente de baixa inflação, a taxa SELIC (taxa de juro de referência) foi reduzida ao mínimo histórico de 8,75% em Julho e mantida inalterada até o final de 2009, após cortes sucessivos a partir do nível de 13,75% observado em Dezembro de 2008. A taxa de inflação (IPCA) encerrou 2009 abaixo da meta central (4,5%) com variação de 4,3% face à alta de 5,9% de 2008.

Os indicadores orçamentais acompanharam a dinâmica de redução da actividade económica e da adopção de estímulos, que reduziram as receitas fiscais num ambiente de expansão da despesa, resultando numa elevação do défice nominal para 3,3% do PIB face ao défice de 1,9% observado em 2008. Ainda assim, descontados os efeitos dos encargos dos juros sobre a dívida pública, o resultado orçamental primário correspondeu a um superavit de 2,1% do PIB face ao resultado de 3,5% do PIB em 2008. A dívida líquida do sector público consolidado atingiu 43% do PIB até Novembro de 2009, face aos 37,4% de 2008, mas ainda assim não muito superior ao observado em 2007 (42,8% do PIB).

Neste contexto, o PIB brasileiro apresentou uma contracção marginal real de 0,2% em 2009, após uma forte expansão de 5,1% em 2008. No entanto, entre o 1º e o 2º semestre do ano, os indicadores de actividade apresentaram uma evolução significativamente positiva, sobretudo a partir do dinamismo da procura interna (consumo e investimento). Tendo em conta o grau relativamente reduzido de abertura da economia brasileira, os factores domésticos assumem um peso mais significativo na evolução da actividade económica. No 4º trimestre de 2009, o PIB registou já um crescimento homólogo em torno de 4%, perspectivando-se, para 2010, uma expansão da economia brasileira em torno de 5%.

Brasil – Vendas a Retalho (taxa de variação homóloga, %)



Fonte: Bloomberg.

O ambiente de recuperação dos indicadores económicos e de taxas de juros de referência reduzidas permitiram a ampliação do volume de crédito doméstico para 45% do PIB (face aos 40,8% do PIB do fecho de 2008). Tal evolução resultou de um contributo maior por parte do crédito oferecido pelo sector público e uma deterioração limitada dos indicadores de crédito vencido no total da carteira de crédito do sistema financeiro, de 4,4% em 2008 para 5,8% em 2009. O sistema financeiro manteve sólidos índices de solvabilidade, com o Índice de Basileia mantido acima da exigência mínima de 11% (18,4%, de acordo com dados disponíveis para o sistema bancário consolidado de Junho de 2009, o que compara com 17,7% em Dezembro de 2008).

Mais sensíveis à queda da actividade económica global e à consequente queda nos volumes e preços das *commodities*, as exportações brasileiras apresentaram uma quebra de 21,8% em 2009 (+23,2% em 2008), enquanto as importações recuaram 25,3% (+43,5% em 2008). Neste contexto, a balança comercial apresentou ainda um fluxo positivo de USD 24.9 mil milhões em 2009, comparado com USD 25.3 mil milhões em 2008. O défice da balança corrente recuou para 1,4% do PIB, face a 1,8% em 2008. A queda global dos fluxos de investimento directo observada em 2009 foi também registada no Brasil, onde a entrada de recursos foi de USD 26 mil milhões, comparados com USD 45 mil milhões em 2008.

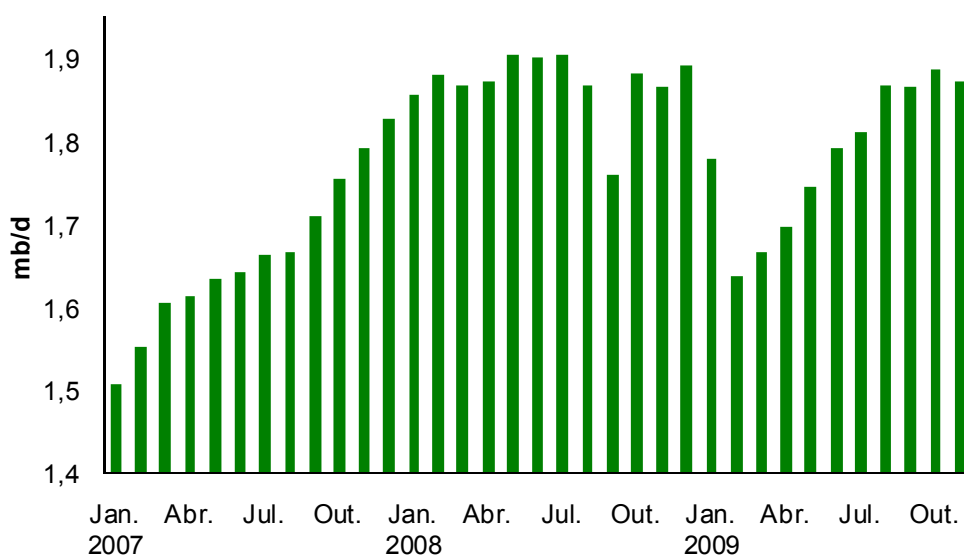
O balanço dos riscos comprova a sólida base de retoma da economia brasileira, que contribuiu, primeiro, para uma forte redução da aversão ao risco e, posteriormente, para uma propensão ao risco crescente ao longo de 2009. Esta traduziu-se, por sua vez, numa trajectória de apreciação dos activos expostos ao potencial de expansão económica a médio e longo prazo, cuja maior expressão se encontra no ganho de perto de 83% no índice Bovespa.

Situação Económica em Angola

No contexto africano, o impacto da recessão mundial foi inicialmente sentido junto das economias mais integradas nos mercados financeiros internacionais, como a África do Sul.

Posteriormente, o impacto da quebra da actividade económica global propagou-se aos países exportadores de petróleo, englobando, neste caso, a economia de Angola. Por um lado, a actividade económica ressentiu-se directamente da queda das exportações de petróleo. Por outro lado, a diminuição das receitas petrolíferas (e, consequentemente, das receitas fiscais) repercutiu-se negativamente sobre a liquidez na economia, penalizando o investimento nos sectores não petrolíferos. Neste contexto, o crescimento do PIB caiu de 13,2% para um valor próximo de 2% no conjunto de 2009.

Angola – Produção de Petróleo (mb/d)

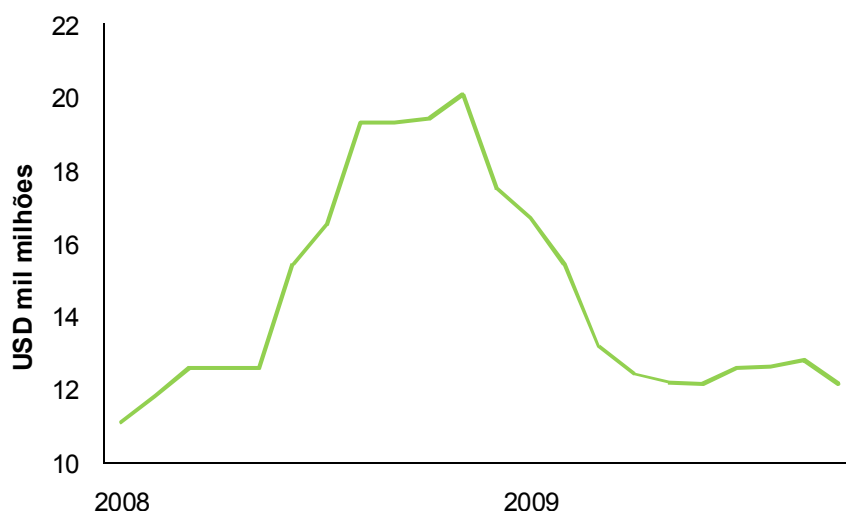


Fonte: OPEP.

No entanto, a recuperação da actividade a nível global e a subida do preço do petróleo observadas na segunda metade do ano contribuíram para que fossem já visíveis, no 2º semestre, sinais de aceleração do crescimento na economia angolana, tanto no sector petrolífero como nos sectores não petrolíferos. Em 2009, Angola registou um nível médio de produção de petróleo de 1.8 milhões de barris diários (mb/dia), recuperando face à quebra verificada durante os primeiros meses do ano. No final do ano, Angola já era o sétimo exportador de petróleo para os Estados Unidos da América e o maior exportador para a China.

Na base da melhoria da conjuntura no 2º semestre estiveram, também, os esforços das autoridades angolanas no sentido de promover a recuperação da produção nacional, a diminuição dos custos de funcionamento das actividades privadas e a melhoria das condições sociais da população, mantendo um ambiente de estabilidade macroeconómica. Neste contexto, perspectiva-se um crescimento próximo de 10% já em 2010.

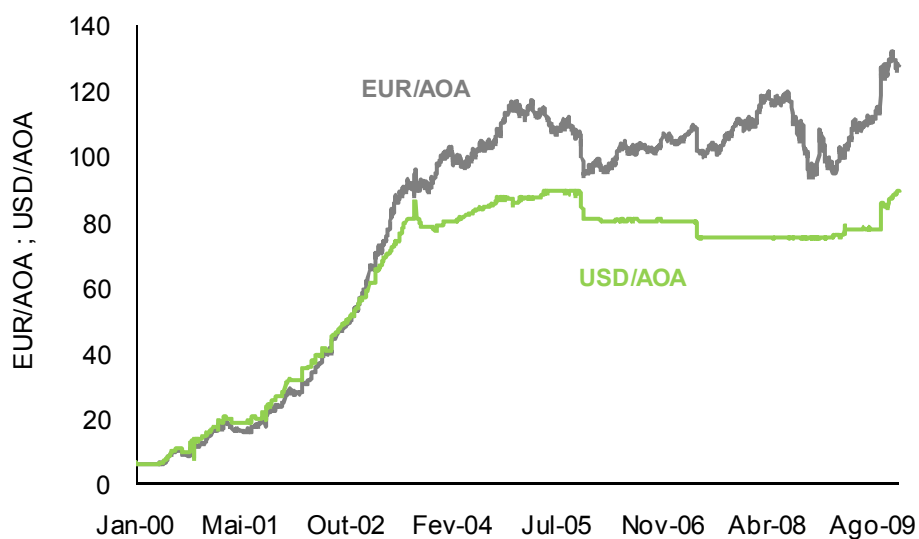
Angola – Reservas Externas (USD mil milhões)



Fonte: Banco Nacional de Angola.

O recuo das receitas petrolíferas levou as autoridades angolanas a tomar um conjunto de medidas de política económica no sentido de estabilizar as reservas externas e assegurar o financiamento regular da economia. Ao nível da política monetária, estas medidas incluíram um aumento do rácio de reservas obrigatórias exigido às instituições financeiras, limites às transferências de capitais para o exterior e um aumento da taxa de juro de redesconto para 30%. Em termos cambiais, depois de um primeiro ajustamento da taxa de câmbio do Kwanza no 2º trimestre (de USD/AOA 75 para USD/AOA 78), e perante uma pressão para uma depreciação adicional, as autoridades optaram, em Outubro, por abandonar o peg da divisa angolana face ao USD. Na sequência desta medida, o Kwanza registou uma nova depreciação nos meses seguintes, fechando o ano em USD/AOA 89. Do ponto de vista orçamental, o Governo procedeu a uma redução das despesas públicas e a uma reprogramação dos investimentos, procurando, por outro lado, intensificar o processo de diversificação sectorial da economia. Ainda na sequência da pressão exercida sobre a balança de pagamentos, o Governo angolano acordou com o FMI um empréstimo num montante até USD 1.4 mil milhões. Este é o segundo maior empréstimo de sempre do FMI a uma economia sub-Sahariana e representa um importante voto de confiança à economia angolana. Por um lado, os recursos obtidos pretendem contribuir para a estabilização das reservas externas (e, logo, para a estabilidade financeira da economia). Por outro lado, eles deverão contribuir para o financiamento de um conjunto de projectos estruturantes, que visam a diversificação sectorial de Angola, para além do sector petrolífero.

Angola – EUR/AOA e USD/AOA



Fonte: Bloomberg

O ano de 2009 continuou a ser marcado por pressões inflacionistas, fundamentalmente em virtude da depreciação do kwanza face às divisas dos principais parceiros comerciais angolanos, que contribui para o encarecimento das importações (sobretudo de bens alimentares). Este efeito é acentuado pelos constrangimentos ao nível da capacidade logística e de distribuição. Neste contexto, a inflação homóloga subiu de 12,5% para um valor muito próximo de 14%. O comportamento em alta da inflação justificou a adopção de medidas restritivas ao nível da política monetária e reforçou a natureza prioritária dos investimentos em infra-estruturas logísticas (armazenamento, transporte e distribuição), bem como no aumento da capacidade produtiva interna.

02. ACTIVIDADE E RESULTADOS

Estrutura do negócio de banca de investimento

Enquanto unidade especializada na área da banca de investimento do Grupo Banco Espírito Santo - a segunda maior instituição financeira privada em Portugal - o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. é um banco de investimento com uma marcada orientação internacional, centrada no eixo geográfico composto pela Península Ibérica e pelo Brasil. Em complemento à sua presença nestes mercados, o Espírito Santo Investment tem vindo a apoiar os seus Clientes nos respectivos processos de internacionalização e a explorar activamente as oportunidades de internacionalização das suas competências técnicas e comerciais distintivas para novos mercados, nomeadamente Reino Unido, Angola, Polónia e EUA.

O Espírito Santo Investment tem como principal objectivo servir o segmento de Clientes empresariais de média e grande dimensão, o segmento de Clientes institucionais e, em algumas vertentes mais específicas, o segmento de particulares. A base de proveitos do Banco provém das comissões auferidas nas actividades de consultoria, corretagem e intermediação financeira e dos resultados financeiros associados às actividades de tomada de crédito estruturado e gestão de activos e riscos.

Para a prossecução destas actividades, o Banco adoptou um modelo que assenta em equipas comerciais com forte especialização sectorial, que desenvolvem a sua actividade de originação de negócio em estreita articulação com as equipas de Produto, responsáveis pelo desenvolvimento e implementação das soluções e serviços que compõem a oferta de Banca de Investimento, nas diversas Geografias onde o Banco actua.

Equipas Comerciais

Gestão global da relação com o Cliente
Prospecção e originação proactiva de operações
Cross Selling Wholesale com Grupo BES



Equipas de Produto

Mercado de Capitais - Renda Variável
Mercado de Capitais - Renda Fixa
Serviços Financeiros
Médias Empresas
Assessoria em Estrutura de Capitais
Project Finance e Securitização
Acquisition Finance
Private Equity

O desenvolvimento da estratégia de expansão internacional e a exploração de oportunidades de negócio com outras entidades em 2009 traduziram-se na tomada de diversas iniciativas, das quais se destacam as seguintes:

- A 15 de Janeiro, o Espírito Santo Investment aumentou a sua participação no capital da Concórdia Espírito Santo Investment de 85,4177% para 100%. Posteriormente, a empresa alterou a sua denominação para Espírito Santo Investment Sp, z.o.o..
- Em 30 de Abril, a BES Securities do Brasil procedeu ao aumento do seu capital social, por incorporação de reservas, em BRL 30,5 milhões (trinta milhões e quinhentos mil reais), passando este a ser de BRL 52,5 milhões (cinquenta e dois milhões e quinhentos mil reais).
- Também em 30 de Abril foi realizado o aumento de capital do BES Investimento do Brasil no montante de BRL 50 milhões (cinquenta milhões de reais), através da incorporação de reservas, passando este a ser de BRL 200 milhões (duzentos milhões de reais).
- A 29 de Junho, o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. realizou um aumento de capital, através da entrada em dinheiro de EUR 110 milhões, integralmente subscrito pelo Banco Espírito Santo. O aumento de capital teve como objectivo o reforço dos meios financeiros do Banco para fazer face ao crescimento das suas actividades domésticas e internacionais.

- A 4 de Novembro, a ESSI Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., sociedade detida na totalidade pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A, alienou 9,60% do capital e direitos de voto da sociedade Evolution Group Plc.
- A 17 de Novembro, foi realizado um novo aumento de capital social do BES Investimento do Brasil, através da entrada em dinheiro de BRL 100 milhões (cem milhões de reais), passando este a ser de BRL 300 milhões (trezentos milhões de reais). Este aumento de capital foi integralmente subscrito por todos os accionistas subscrevendo o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. o montante de BRL 80 milhões.
- A 19 de Novembro, foi formalmente constituída no Brasil a Espírito Santo Serviços Financeiros DTVM, com o propósito de exercer a actividade de *Private Banking* doméstico.
- No dia 7 de Fevereiro de 2010, os Conselhos de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A e do Execution Holdings Limited (“Execution Noble”), um grupo de banca de investimento internacional com sede em Londres, anunciaram que chegaram a um acordo quanto aos termos de uma oferta recomendada, para que o BESI adquira uma participação de 50,1% no Execution Noble.

CLIENTES – ORIGINAÇÃO

A Direcção de Clientes insere-se na estrutura do Espírito Santo Investment de forma transversal às distintas áreas de Produto. A actuação da Direcção de Clientes baseia-se tanto num forte relacionamento com os Clientes do Banco, que permite identificar as respectivas necessidades e projectos, como no conhecimento profundo do mercado e das respectivas oportunidades.

A experiência tem validado a actuação da Direcção de Clientes dentro de uma lógica de especialização sectorial, onde a proactividade e a inovação são elementos essenciais ao desenvolvimento de relações sustentáveis e duradouras. A liderança do mercado português de Banca de Investimento tem, por outro lado, estimulado o Banco a um crescente aprofundamento da sua presença internacional, uma vez que o desenvolvimento dos mercados e a crescente globalização dos seus Clientes assim o impõem.

Consequentemente, durante 2009, o Banco continuou a reforçar a sua presença internacional directa - que hoje já abrange os mercados de Espanha, Brasil, Angola, Reino Unido, Polónia e Estados Unidos da América - facto que, cada vez mais, é valorizado pelos nossos Clientes.

Ao longo de 2009 foram evidentes os sinais de estabilização e de retoma moderada na economia mundial, embora de forma ainda não extensiva a todos os sectores de actividade e geografias. Os mercados de dívida reabriram e, aproveitando as baixas taxas de juro e o *repricing* de activos, as empresas voltaram a encarar projectos de investimento e de crescimento nacional e internacional, além de terem procurado consolidar os seus balanços, refinanciando os seus passivos e alongando as respectivas maturidades. Em Portugal, apesar da recuperação económica ainda ser incipiente, concretizaram-se mesmo assim importantes operações de investimento privado, com particular realce para aquelas que visaram a internacionalização de alguns grupos portugueses.

Durante 2009 a Direcção de Clientes continuou a apoiar os seus Clientes na realização dos seus objectivos, a partir das seguintes directrizes:

- i. Reforço do relacionamento com a base de Clientes do Banco nas suas distintas geografias, promovendo uma oferta integrada e *cross-border* de produtos e serviços de Banca de Investimento.
- ii. Atitude proactiva no acompanhamento dos Clientes através de permanente diálogo e apoio na antecipação e reacção às ocorrências dos mercados.
- iii. Intensificação da actividade *cross-border* nas suas diversas vertentes – investimento directo, alianças e parcerias, fluxos comerciais, etc. - cada vez mais potenciada pela presença directa do Banco em distintas geografias.
- iv. Reforço da capacidade de origem e coordenação das propostas de valor das várias equipas nas diferentes localizações.

O empenho dos seus Colaboradores permitiu ao Banco manter a eficiência e a eficácia da actuação das suas equipas, bem expressas na qualidade dos resultados produzidos pelo Banco no contexto recessivo que marcou o ano de 2009.



Direcção de Clientes - Portugal

Em Portugal, os resultados obtidos superaram as expectativas e traduziram a posição de liderança de mercado que o Banco ocupa. O Banco conseguiu aproveitar a melhoria verificada no mercado de capitais, quer na componente dívida quer na componente *equity*, e detectar e concretizar um conjunto de relevantes transacções multi-produto em vários sectores de actividade, que no futuro certamente terão um impacto positivo no desenvolvimento do tecido empresarial português.

Estes sucessos vieram reafirmar a validade dos nossos princípios, e traduzem:

- i. O mérito da proactividade comercial, conseguida através do acompanhamento continuado dos Clientes e de uma cobertura do mercado tão exaustiva quanto possível, a qual não só reforça as competências sectoriais como também permite uma melhor aferição das oportunidades de negócio para os diversos serviços e produtos que o Banco disponibiliza.
- ii. A confiança dos Clientes na capacidade de concretização do Banco, que se expressa na proposta de *one stop shop* com o envolvimento, sempre que necessário, das equipas das diversas áreas de Produto: Serviços Financeiros, *Project Finance*, Renda Fixa, Renda Variável, *Acquisition Finance*, etc. (nas operações).
- iii. O forte potencial da plataforma internacional do Banco na originação e execução de operações *cross-border*, em apoio da crescente dinâmica da internacionalização das empresas portuguesas na conquista de novos mercados.
- iv. A importância da coordenação entre as várias áreas de negócio do Grupo Banco Espírito Santo (“Grupo BES”). para a detecção de oportunidades e para a montagem conjunta de operações.
- v. O valor da *franchise* do Banco como líder destacado no mercado nacional de Banca de Investimento.

Direcção de Clientes – Espanha

Em 2009 a actividade comercial em Espanha continuou a realizar-se de forma sistemática, sendo de destacar o crescente *cross-selling* entre as diferentes áreas de produto do Banco. Aprofundou-se o conhecimento sectorial do tecido empresarial espanhol, mantendo-se o ritmo de crescimento da carteira de Clientes dos anos anteriores.

O ano de 2010 será ainda um ano de incertezas. No entanto, e tal como sucedeu em 2009, este contexto globalmente mais desfavorável poderá traduzir-se num conjunto de oportunidades de negócio que possivelmente não surgiriam num enquadramento económico mais benigno.

Assim, a actividade comercial do Banco no próximo ano deverá concentrar-se na identificação dessas oportunidades, salientando um conjunto de vantagens competitivas que o Banco possui:

- i. Implantação internacional com enfoque particular nas relações Portugal – Espanha – Brasil – Angola – Estados Unidos da América;
- ii. Qualidade de serviço e atenção às necessidades particulares de cada Cliente; e
- iii. Coordenação com as diferentes equipas do Grupo BES.

Direcção de Clientes – Brasil

O ano de 2009 foi um ano de grandes desafios e de grandes conquistas para o Banco no Brasil. A crise económico-financeira, que teve início em 2008, acabou por representar uma oportunidade para o Banco, que conseguiu, fruto de um trabalho em equipa e de um intenso esforço comercial (mais de 700 visitas realizadas no ano), aumentar em mais de 30% a sua base de Clientes, o *cross-selling* de produtos (inclusive com outras geografias e unidades do Grupo BES) e as receitas geradas.

Em 2009, o Banco liderou transacções de grande destaque e com grande visibilidade de mercado em diversas áreas de negócio (sobretudo no *Project Finance*, na Renda Fixa - Gestão de Risco -, em Mercado de Capitais e no *Corporate Finance*), desenvolveu a área internacional através de um acordo de cooperação com o Banco Espírito Santo que gerou importantes transacções de *Structured Trade Finance* e de *Trade Finance* com Clientes locais e concretizou, em colaboração com a Unidade Internacional Premium (UIP) do Banco Espírito Santo, diversas transacções locais apoiando os Clientes no seu processo de internacionalização.

O ano de 2010 deverá ser um ano com mais e maiores desafios para o Banco no Brasil. Com a estabilidade do mercado e a forte actividade económica, assistir-se-á a uma concorrência mais intensa entre os bancos e, consequentemente, a uma diminuição dos *spreads* e dos *fees* gerados em operações com clientes.

Como parte da sua estratégia comercial, o Banco deverá continuar a ampliar a sua base de Clientes, a incrementar o seu conhecimento sectorial e a focar no trabalho em equipa com todas as áreas de Produto e de Suporte do Grupo BES. As palavras-chave da actuação para 2010 serão as mesmas de 2009, destacando-se (i) o aumento das receitas provenientes do “*fee business*” e (ii) o aumento da base de Clientes e do “*cross-selling*” de produtos. O Banco continuará a fomentar a sua integração com as demais unidades internacionais do Grupo BES, focando-se na originação de *cross-border deals* e na melhoria do seu “*share of mind*” junto do mercado e dos Clientes, através de uma maior exposição nos media, da realização de eventos corporativos e da manutenção de uma agenda de visitas focada e disciplinada.

Direcção de Clientes – Reino Unido

Durante o ano de 2009, a Direcção de Clientes em Londres continuou a desenvolver um trabalho de estreita colaboração com as diversas áreas de Produto do Banco, promovendo iniciativas para a realização de operações *cross-border*, tanto com actuais como com novos Clientes. O trabalho desenvolvido foi multi-disciplinar, dando apoio na originação de oportunidades de negócio e no estabelecimento de relações com Clientes nos segmentos *corporate* e *private equity*.

A equipa de Londres desenvolveu ainda um importante trabalho de expansão das relações do Espírito Santo Investment com entidades internacionais a actuar na *City* de Londres, de forma a facilitar potenciais iniciativas de desenvolvimento do Banco.

Direcção de Clientes – Angola

A actividade de Banca de Investimento em Angola, desenvolvida através do Gabinete de Banca de investimento criado no Banco Espírito Santo Angola (BESA), tem sido fundamentalmente orientada, ao longo dos últimos anos, para o apoio ao BESA na estruturação de financiamentos para entidades públicas, com vista a fazer face ao programa de reconstrução nacional, e para a estruturação de financiamentos para projectos de investimento privados, com destaque para o sector imobiliário.

O Banco deverá alargar a sua presença no mercado angolano em 2010 através da constituição de um Banco de Investimento de direito angolano e através de uma Corretora.

A criação do Banco de Investimento irá permitir (i) reforçar o apoio ao desenvolvimento de projectos de iniciativa pública e privada nos sectores energético, de mineração, de infra-estruturas de transporte rodoviário e ferroviário, entre outros, através da montagem de financiamentos estruturados e (ii) prestar serviços de assessoria em fusões e aquisições (F&A) e de consultoria financeira pura.

Através da Corretora, o Banco desenvolverá a actividade de Mercado de Capitais no mercado angolano, que será dinamizada na sequência da anunciada abertura da Bolsa de Valores e Derivados de Angola (BVDA). Esta importante iniciativa das autoridades angolanas irá fomentar o rápido desenvolvimento do mercado interno de capitais (mercado primário e mercado secundário) e propiciar um acrescido dinamismo ao sector bancário, possibilitando uma maior diferenciação entre as estratégias dos diversos operadores com a entrada em novas áreas de negócio.

Direcção de Clientes – Polónia

No final de 2009, foram tomadas duas decisões estruturantes para o desenvolvimento da actividade na sucursal da Polónia:

- i. A criação de uma unidade de Renda Fixa cuja estratégia será a de originar e distribuir produtos estruturados e de taxa fixa para clientes institucionais finais e produtos de cobertura de risco para clientes *corporate*.
- ii. A criação de uma equipa residente de *Senior Bankers*, que será responsável (i) pela promoção da actividade de Fixed Income; e (ii) pelo desenvolvimento do negócio de crédito para clientes *corporate*.

Direcção de Clientes – Estados Unidos da América

No seu primeiro ano de actividade, a Direcção de Clientes orientou a sua actividade para:

- i. Assegurar o acompanhamento dos Clientes do Banco com actividade ou interesse nas Américas, em particular na América do Norte, provenientes das outras geografias onde o Banco se encontra presente;
- ii. Aprofundar o relacionamento com Clientes norte – americanos já existentes no sentido de conseguir aumentar as sinergias entre produtos;
- iii. Posicionar o Banco junto das empresas portuguesas radicadas nos EUA como o “*go to bank*” para quaisquer necessidades de Banca de Investimento;
- iv. Posicionar o Banco como uma entidade de referência para o triângulo estratégico – Ibéria, Angola, Brasil – na actividade de Banca de Investimento.

Dos eventos em que o Banco participou e apoiou em 2009, destacaram-se os seguintes:

- *Portuguese Day no NYSE (New York Stock Exchange)*, realizado em Outubro e que se traduziu num enorme destaque para o mercado de capitais português e para a economia portuguesa, tendo contado com a presença do Embaixador de Portugal nos EUA, do CEO do NYSE/Euronext e do Presidente do NYSE/Euronext Lisbon;
- Primeiro encontro de Políticos Americanos de Ascendência Portuguesa, realizado em Washington, sob os auspícios da Embaixada de Portugal nos EUA, e que permitiu reunir mais de 30 políticos luso – americanos e algumas dezenas de empresas portuguesas presentes nos EUA.

Refira-se ainda que a sucursal estabeleceu contactos com representantes das Câmaras de Comércio e representações diplomáticas de Portugal, Espanha, Brasil e Angola.



CLIENTES PARTICULARES

O ano de 2009 foi um ano de consolidação da Direcção de Clientes Particulares, no seguimento de um ano de 2008 com um contexto financeiro particularmente difícil.

A crescente proximidade às áreas de Produto do Banco tem proporcionado a criação de oportunidades de investimento para os Clientes desta Direcção, tanto nas áreas tradicionais de *asset management* - acções, obrigações e estruturados, que conseguiram em 2009 recuperar ou mesmo superar as perdas ocorridas nas carteiras em 2008 -, como noutras áreas de Produto do Banco, nomeadamente serviços financeiros e *private equity*. Foi criada uma unidade de originação e estruturação de operações de classes de activos alternativos, como resposta a uma procura crescente por produtos diferenciados face à oferta tradicional.

Os resultados da Direcção, nomeadamente o crescimento de 34% dos activos sobre gestão, evidenciam que a aposta numa equipa focada e especializada no acompanhamento de Clientes, que, por dimensão ou sofisticação, exigem um serviço diferenciado, foi uma decisão correcta.

Para 2010, o Banco irá apostar no alargamento da área de actuação desta Direcção, nomeadamente à zona Norte de Portugal, onde o potencial de angariação de Clientes com as características definidas para este projecto antecipa um crescimento significativo da actividade.

O alargamento da base de Clientes, o forte *pipeline* actual e o acompanhamento recorrente de oportunidades de negócio com as diversas áreas de Produto do Banco e com a Direcção de Clientes, permitem-nos perspectivar um ano de 2010 positivo.



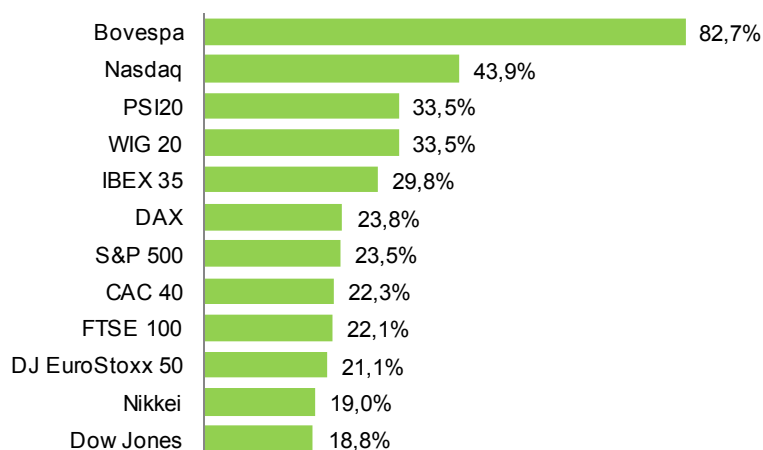
MERCADO DE CAPITAIS – RENDA VARIÁVEL

Enquadramento de Mercado

Após um princípio de ano pouco animador, o ano de 2009 acabou por ficar marcado por uma forte recuperação dos mercados a partir de 9 de Março (data em que a generalidade dos mercados atingiram mínimos). As medidas expansionistas implementadas pelos bancos centrais com forte injeção de liquidez no sistema, o aumento da confiança dos investidores, com os mercados de trabalho e imobiliário a darem sinais de estabilização, a continuação da melhoria do mercado de crédito, e os resultados das empresas melhores que o esperado, traduziram-se num maior afluxo de capital para o mercado accionista e na subida dos principais índices.

Em termos de valorização anual, muitos foram os índices que atingiram níveis máximos. O PSI20 registou o maior ganho dos últimos 12 anos e os mercados europeus tiveram a melhor performance anual da última década. O mercado brasileiro teve um desempenho notável, com o índice Bovespa a registar uma valorização superior a 80% em 2009, constituindo um dos melhores desempenhos a nível mundial.

Performance dos principais Índices Bolsistas em 2009



Fonte: Bloomberg (valorização em moeda local)

Em termos de mercado primário, registou-se um montante de ofertas de acções e *equity linked* a nível global de aproximadamente USD 858 mil milhões, o que representou um crescimento de 36% face ao período homólogo do ano anterior, num ano dominado por operações de aumento de capital, que representaram mais de dois terços do volume, com um grande peso de empresas do sector financeiro. A actividade global de IPOs totalizou USD 114 mil milhões, o que representou um acréscimo de 20% face a 2008.

A tendência na região *EMEA* (*Europe, Middle East & Africa*) no que se refere aos aumentos de capital foi semelhante à verificada a nível global, atingindo um montante de USD 139,2 mil milhões, um dos valores mais elevados de que há memória. Já no que se refere a operações de IPO, o montante registado foi o mais baixo desde 2003, esperando-se num entanto um incremento significativo deste tipo de operações em 2010. Já as emissões de convertíveis mais do que duplicaram em 2009 face ao ano anterior.

No Brasil, verificou-se uma reabertura do mercado de renda variável através da realização de diversas ofertas de acções, algumas das quais de grande dimensão, como o IPO da Visanet e o IPO do Banco Santander (Brasil), duas das maiores ofertas do ano a nível mundial.

Mercado Primário – Renda Variável

Península Ibérica

Em Portugal, a actividade de mercado primário de acções em 2009 limitou-se a operações de aumento de capital. De entre as operações realizadas destacou-se o aumento de capital do Banco Espírito Santo, no montante de EUR 1.200 milhões. O Espírito Santo Investment actuou como Coordenador Global e *Bookrunner* nesta operação, que foi concluída com grande sucesso.

Em termos de Ofertas Públicas de Aquisição, o Banco liderou as OPAs lançadas pela Ongoing Media sobre a Media Capital e pela Companhia Siderúrgica Nacional sobre a CIMPOR.

Em Espanha, as ofertas de acções mais relevantes foram igualmente operações de aumento de capital, destacando-se a actuação do Espírito Santo Investment como *Sole Placing Agent* do Aumento de Capital da Dinamia, no montante de EUR 39,9 milhões.



Brasil

O ano de 2009 foi marcado pela recuperação da economia brasileira, que ocorreu de forma mais acentuada a partir do segundo semestre, apesar da crise financeira internacional. Este desempenho teve um reflexo directo no comportamento do mercado, verificando-se uma valorização de 82,7% do Índice Bovespa, a estabilização da moeda em patamares semelhantes ao praticados até Setembro de 2008, e a estabilização das taxas de juros de curto prazo em patamares historicamente baixos de 8,75% a.a.

O mercado de capitais primário brasileiro voltou a mostrar um grande dinamismo, com a recuperação do mercado accionista para patamares de preço pré-crise a reactivar o apetite dos investidores por novos títulos. O mercado absorveu BRL 45,75 mil milhões em novas acções, com 32 transacções entre *IPOs* e operações de *Follow-on*. Apesar deste montante ser superior em cerca de 30% ao realizado em 2008, apenas cinco novas empresas entraram no mercado, verificando-se uma forte concentração num reduzido número de transacções de elevado montante, de que é exemplo a emissão de novas acções do Banco Santander (Brasil), no valor de BRL 14,1 mil milhões.

O Espírito Santo Investment participou como *Co-Manager* nos *IPOs* de acções ordinárias e preferenciais do Banco Santander (Brasil), e de acções ordinárias da Visanet, no valor de BRL 8,4 mil milhões. Adicionalmente, o Banco actuou como *Co-Manager* nas operações de *Follow-on* de acções ordinárias da CCR do Brasil (BRL 1,26 mil milhões) e da EDP do Brasil (BRL 441 milhões). Estes números demonstram a forte participação do Banco nas operações de Mercado de Capitais brasileiro, estando presente nos negócios mais expressivos do mercado, que representaram 53% do volume de acções distribuídas.

 Banco Santander Brasil, S.A. Oferta Pública Inicial R\$ 13.182.457.728 Coordenador Contratado 2009 	 Oferta Pública Inicial R\$ 8.397.208.920 Coordenador Contratado 2009 	 Oferta Pública Subsequente (Block Trade) R\$ 1.263.735.000 Coordenador Contratado 2009 	 Oferta Pública Subsequente (Block Trade) R\$ 441.750.000 Coordenador Contratado 2009 

Mercado Secundário – Renda Variável

Península Ibérica

Apesar da forte recuperação dos mercados durante o ano de 2009 e do excelente desempenho dos índices português e espanhol no contexto europeu, os volumes de transacção no mercado ibérico mantiveram-se muito inferiores aos verificados no período homólogo, tanto na Bolsa de Lisboa (Euronext Lisbon) como na Bolsa de Madrid. Embora esta quebra nos volumes se tenha atenuado ao longo do ano, os volumes transaccionados em 2009 reflectiram quedas de 43% no mercado português e 28% no mercado espanhol, traduzindo-se numa quebra de 29% a nível ibérico.

Os volumes intermediados pelo Espírito Santo Investment apresentaram reduções muito inferiores à do mercado: 3% a nível ibérico, 1% na Bolsa espanhola e 22% na Bolsa portuguesa, reflectindo-se no incremento da quota de mercado do Banco em ambos os mercados.

O Banco viu a sua posição de liderança em Portugal reforçada com o aumento da sua quota de mercado de 11,7% em 2008 para 15,9% em 2009, e alcançou a 3ª posição no ranking das corretoras em Espanha, com uma quota de mercado de 7,6% (5,6% em 2008). É de realçar que nos primeiros 10 operadores da Bolsa de Madrid estão incluídos os principais bancos espanhóis e alguns dos grandes bancos globais, e que a Euronext Lisbon conta com mais de 60 operadores, muitos dos quais estrangeiros de grande projecção internacional.

A aposta num serviço de qualidade, diferenciado e, sobretudo, a diversificação da base de Clientes revelaram-se particularmente importantes numa conjuntura de mercado mais desfavorável. Em 2009, o Banco continuou a investir na melhoria de serviço nas áreas de vendas e *research*, intensificou a actividade comercial junto de Clientes particulares e iniciou a distribuição do produto de “Equities Ibérico” nos Estados Unidos da América através da sucursal em Nova Iorque da E.S. Financial Services, Inc.

Por último, importa destacar o forte desenvolvimento da actividade de DMA (*Direct Market Access*), que se tem revelado de grande importância na actual conjuntura dos mercados.

Ranking Euronext Lisbon 2009

Ranking	Broker	Quota
1	Banco Espírito Santo de Investimento	15,9%
2	Banco Português de Investimento	7,9%
3	Banco Millennium BCP	7,8%
4	Credit Suisse Securities	6,1%
5	Caixa - Banco de Investimento	4,5%
6	Morgan Stanley	4,4%
7	UBS Limited	4,2%
8	Goldman Sachs	3,4%
9	Merrill Lynch	3,3%
10	Banco Santander Negócios Portugal	3,1%

Fonte: Euronext Lisbon.

Ranking Bolsa de Madrid 2009

Ranking	Broker	Quota
1	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	14,9%
2	Santander Investment Bolsa	8,3%
3	Banco Espírito Santo de Investimento	7,6%
4	Société Générale Suc. España	7,2%
5	Ahorro Corp.Financiera	6,3%
6	Morgan Stanley	4,0%
7	Non Disclosed Broker	3,8%
8	Merrill Lynch	3,8%
9	Credit Suisse Securities	3,5%
10	Deutsche Securities	3,5%

Fonte: Sociedad de Bolsas, S.A.

Brasil

Os volumes transaccionados no mercado brasileiro acompanharam a tendência de recuperação e o fluxo de investimento estrangeiro no mercado accionista brasileiro atingiu o montante de BRL 20.6bn no ano.

O Espírito Santo Investment, através da sua participada BES Securities, subiu 12 posições lugares no ranking Bovespa em 2009, alcançando a 30ª posição no final do ano. O volume médio diário intermediado pela BES Securities atingiu BRL 100 milhões, um aumento de 400% face a 2008, resultante do desenvolvimento das novas áreas de negócio DMA e Clubes de Investimento constituídas durante 2008.

Em 2010, o mercado accionista brasileiro deverá apresentar uma valorização, embora mais moderada do que a verificada em 2009, suportada pela evolução positiva dos resultados das empresas e por um crescimento do PIB previsto de cerca de 5%.

Polónia

O ano de 2009 foi de crescimento da actividade de corretagem do Espírito Santo Investment na Polónia, tendo os volumes intermediados pelo Banco aumentado de forma significativa. O Banco continuou a alargar a sua base de Clientes, afirmando-se como um dos principais interlocutores de Clientes institucionais internacionais e intensificando a sua actividade juntos dos principais Clientes institucionais domésticos.

A segunda metade de 2009 ficou marcada pelo ressurgimento da actividade de mercado de capitais primário, com a concretização de operações de dimensão relevante com origem no programa de privatizações do Estado polaco. Esta dinâmica, que seguramente se irá acentuar durante o ano de 2010, demonstra o bom momento da economia polaca e reforça a aposta estratégica do Espírito Santo Investment na Polónia e na Europa Central e de Leste.

Gestão de Activos

Portugal

O ano de 2009 acabou por se revelar um excelente ano para a actividade de Gestão de Activos do Espírito Santo Investment em Portugal. Março marcou o momento de viragem: de um clima de profundo pessimismo que vigorava e se vinha aprofundando desde o final de 2007 acabou por nascer uma das mais fortes recuperações dos mercados accionistas desde os anos 30.

Depois de em 2008 ter conseguido proteger de forma bastante eficaz os patrimónios em gestão, o bom aproveitamento deste movimento de recuperação permitiu ao Banco atingir, a vários níveis, um desempenho muito positivo em 2009:

- Ao nível dos Activos sob Gestão, que registaram um crescimento de 42%, acabando o ano nos EUR 260 milhões. Este movimento reflectiu, como se tinha anteriormente antecipado, um reconhecimento pelo bom desempenho relativo de 2008, agora premiado num ambiente de menor risco contextual;
- Ao nível da performance das carteiras dos Clientes, que terminaram o ano com uma valorização efectiva de 16,7%. De realçar dois aspectos nesta performance: por um lado esta constitui a melhor performance anual desde o início da nossa actividade em 2002; e por outro lado, e como consequência, foi suficiente para anular todos os prejuízos infligidos pela crise e assim colocar os patrimónios geridos no seu melhor nível de sempre, em termos de rendibilidade;

Mereceram ainda particular destaque na actividade de Gestão de Activos em 2009:

- A continuação da excelente colaboração com as redes comerciais do Grupo BES, concretamente com o *Private Banking* do Banco Espírito Santo e com o Banco BEST;
- A constituição do fundo de investimento ES Trading Fund pela ESAF, em Agosto, do qual o Banco é *advisor*. O arranque da distribuição deste Fundo permitiu angariar clientes em Espanha e na Suíça e EUR 20 milhões de activos em 2009.

Depois de atingidos os objectivos de crescimento assumidos para 2009, o Banco volta a definir metas ambiciosas para esta área de negócio em 2010. Tendo como objectivo central a internacionalização da actividade de gestão de activos, o Banco procurará também aprofundar a penetração no segmento de clientes institucionais sem descurar naturalmente as excelentes relações existentes com as redes comerciais do Grupo BES em Portugal.

Brasil

A actividade de Gestão de Activos do Espírito Santo Investment no Brasil, desenvolvida através da subsidiária BESAF - BES Activos Financeiros, ficou marcada por dois aspectos relevantes em 2009:

- Reestruturação da sociedade, com a alteração nos processos operacionais, nas metodologias e na tecnologia, ao nível das áreas de Investimentos, Comercial e *Middle-Office*, tendo como objectivo reposicionar a BESAF para um modelo de negócio fundamentado na relação com clientes distribuidores;
- Retoma da actividade comercial dentro dos novos parâmetros de actuação, com o objectivo de recuperar os volumes de Activos sob Gestão, muito penalizados em 2008. Neste processo, a BESAF multiplicou as iniciativas junto de distribuidores de activos e alargou a base de distribuidores potenciais, tendo desenvolvido ainda um conjunto de acções para captação directa de clientes *corporate*, institucionais e *top private*.

No âmbito da estratégia mencionada, a BESAF promoveu ainda uma reestruturação na oferta de fundos abertos, assim como uma revisão no *pricing* praticado nos segmentos de fundos exclusivos e de fundos abertos.

A BESAF terminou 2009 com 30 fundos de investimento e BRL 821,5 milhões de Activos sob Gestão, um acréscimo de BRL 378 milhões (+85,1%) face a 2008. O segmento de fundos exclusivos concentra 64% dos activos sob gestão, estando os restantes 36% em fundos abertos.

Durante 2009, foram constituídos / incorporados 18 fundos novos (15 exclusivos e 3 abertos), foram descontinuados 4 fundos abertos por fusão e extinto 1 fundo aberto *off-shore*.

Para 2010, é expectável que se assista a um crescimento mais significativo da produção na indústria de *Asset Management* brasileira (crescimento estimado de 2009 inferior a 10%). O elevado ritmo de crescimento da economia e taxas de juro mais baixas dos que as registadas historicamente potenciam uma retoma mais forte da produção, nomeadamente de produtos de maior valor acrescentado, como sejam os fundos multimercado e de acções.

Os objectivos estratégicos da BESAF para 2010 incluem:

- Continuar a aumentar de forma significativa o valor dos Activos sob Gestão;
- Aprofundar a relação com a base de distribuidores no mercado local, permitindo aumentar o número de comercializadores activos;
- Aumentar a quota de produtos BESAF na força de distribuição do Grupo BES no Brasil, nomeadamente pelo reforço do envolvimento com a unidade de *wealth management*;
- Aprofundar os objectivos de comercialização de “produto *asset* Brasil” junto das redes comerciais do Grupo Espírito Santo com dimensão crítica, nomeadamente em Portugal, Espanha e Suíça.



MERCADO DE CAPITAIS – RENDA FIXA

Mercado Primário – Renda Fixa

Enquadramento de Mercado

O início de 2009 ficou marcado por um clima de aversão ao risco, que foi revertido a partir do segundo trimestre com o impacto das políticas de estímulo fiscal e monetária adoptadas pelos governos e autoridades monetárias. Os sucessivos cortes na taxa de referência por parte do Banco Central Europeu para um patamar de 1% em Maio e as injeções de liquidez contribuíram para a normalização progressiva nos mercados financeiros. A melhoria dos fundamentos económicos nas diversas geografias tomou uma expressão mais clara ao longo do segundo trimestre, contribuindo para o reforço da confiança dos investidores na recuperação económico-financeira em curso.

Assim, depois dos máximos atingidos no mês de Março os *spreads* de dívida privada iniciaram uma trajectória de compressão que se prolongou por todo o ano, movimento esse que acompanhou a inclinação das curvas de crédito e soberanas. O retorno da liquidez aos mercados de dívida materializou-se num aumento significativo do volume das emissões de dívida corporativa e num comportamento excepcional do mercado de *Eurobonds*. À medida que a percepção de risco foi melhorando, o interesse de investidores por qualidades de crédito mais baixas e sectores com um perfil menos defensivo foi aumentando.

Península Ibérica

O Espírito Santo Investment desempenhou um papel importante na dinamização da actividade de mercado primário em Portugal, actuando como *Joint Lead Manager* em quatro emissões do Banco Espírito Santo, num montante total de EUR 5.250 milhões, em duas emissões da Portugal Telecom International Finance, B.V., no montante global de EUR 1.750 milhões, numa emissão da EDP Finance B.V., no montante de EUR 1.000 milhões, e em duas emissões da Espírito Santo Financial Group no montante global de EUR 550 milhões.

O Espírito Santo Investment actuou ainda como *Joint Lead Manager* num empréstimo obrigacionista da Galp Energia no montante de EUR 700 milhões, na Oferta Pública de Subscrição das obrigações da Futebol Clube do Porto - Futebol, SAD (EUR 18 milhões), e como *Co-Lead Manager* na emissão de obrigações subordinadas da HSBC Holdings, Plc. (EUR 1.750 milhões) e na emissão da EDP Finance B.V. (EUR 1.000 milhões).

O Espírito Santo Investment destacou-se igualmente pela organização e liderança de 17 novos Programas de Papel Comercial, num montante global de cerca de EUR 435 milhões, sendo de referir pela sua dimensão os Programas organizados para a Sonae Distribuição (EUR 75 milhões), para a Estradas de Portugal (EUR 50 milhões) e para a Jerónimo Martins (EUR 50 milhões).

Em Espanha, o Espírito Santo Investment actuou como *Co-Lead Manager* da emissão de obrigações da Abengoa no montante de EUR 300 milhões, que constituiu a primeira emissão por parte de um emitente sem *rating* realizada no mercado espanhol.

 5,625% Vencimento Junho 2014 Notes € 1.750.000.000 Líder Conjunto 2009 	 6,0% Vencimento Abril 2013 Notes € 1.000.000.000 Líder Conjunto 2009 	 4,75% Vencimento Setembro 2016 Notes € 1.000.000.000 Líder Conjunto 2009 	 9,625% Vencimento Fevereiro 2015 Notes € 300.000.000 Co-Líder 2009 

 FUTEBOL CLUBE DO PORTO - FUTEBOL, S.A.D. Oferta Pública de Subscrição Obrigações "FC PORTO SAD" 2009-2012 € 18.000.000 Líder Conjunto 2009 	 SONAE DISTRIBUIÇÃO Papel Comercial € 75.000.000 Líder e Agente 2009 	 Estradas de Portugal, S.A. Papel Comercial € 50.000.000 Líder e Agente 2009 	 JERÓNIMO MARTINS Papel Comercial € 50.000.000 Líder e Agente 2009 

Brasil

Contrariando as restrições verificadas durante o primeiro semestre, as empresas brasileiras voltaram a ter uma oferta de crédito significativa nos mercados internacionais no decorrer do segundo semestre de 2009, com o volume de emissões a atingir o montante de USD 25,5 mil milhões, quase três vezes mais do que o volume de recursos captados em 2008.

De entre as principais operações realizadas pelo Espírito Santo Investment no mercado internacional para empresas brasileiras destacaram-se:

- A actuação como *Lead Manager* na emissão de *Eurobonds* para o BES Investimento do Brasil, que reabriu os mercados para os bancos de média dimensão brasileiros em 2009;
- A actuação como *Joint Lead Manager* na emissão de *Eurobonds* pelo Banco Panamericano (USD 200 milhões) e na emissão de *Eurobonds* acoplada a um *tender offer* pelo Banco Mercantil do Brasil (USD 44 milhões);
- A actuação como *Co-Manager* na emissão de *Eurobonds* de longo prazo pelo Banco Bradesco (USD 750 milhões) e na emissão de *Eurobonds* pela Odebrecht Engenharia e Construção (USD 200 milhões).

 ESPIRITO SANTO Investment 5,75% Vencimento Maio 2012 Notes US\$ 150.000.000 Líder 2009 	 Banco PanAmericano 7,0% Vencimento Outubro 2012 Notes US\$ 200.000.000 Líder Conjunto 2009 



A recuperação do mercado primário local foi igualmente concentrada no segundo semestre, com o ambiente económico mais favorável a permitir que o elevado volume de Notas Promissórias (títulos com prazo de emissão mais curto), ao redor de BRL 19 mil milhões, fosse quase integralmente substituído por Debêntures (títulos com prazo de emissão mais longo). O mercado primário de dívida local atingiu o montante de BRL 48 mil milhões, o mesmo patamar de 2008.

O Espírito Santo Investment esteve bastante activo no mercado local, participando em 15 emissões diferentes, que somaram pouco mais de BRL 5,8 mil milhões, correspondendo a 13% do mercado.

De entre as principais operações realizadas e participadas pelo Espírito Santo Investment no mercado local destacaram-se:

- A actuação como Coordenador na Emissão de Notas Promissórias para a CEMIG, no montante de BRL 2,7 mil milhões;
- A actuação como Coordenador na Emissão de Debêntures de médio e longo prazo para a BNDESPAR, no montante de BRL 1,25 mil milhões;
- A actuação como Coordenador na Emissão de Notas Promissórias e Debêntures para a BRADESPAR, no montante de BRL 690 milhões e de BRL 800 milhões, respectivamente;
- A actuação como Coordenador na Emissão de Notas Promissórias para nove subsidiárias do Grupo OHL Brasil, no montante de BRL 320 milhões;
- A actuação como Coordenador na Emissão de Notas Estruturadas para o grupo SAG Unidas, no montante de BRL 78 milhões.





Gestão de Risco e *Trading & Sales*

Península Ibérica

Gestão de Risco para Empresas

Na actividade de Gestão de Risco/Estruturação para empresas, o Espírito Santo Investment conseguiu tirar partido de algumas oportunidades de reestruturação de operações, intensificou o acompanhamento dos Clientes, e adequou a oferta de produtos às condições de mercado, privilegiando estruturas de cobertura de algumas *commodities* energéticas cujo preço foi impulsionado pelo aumento do preço do petróleo, contrabalançando assim a redução na procura de estruturas de cobertura de taxa de juro, em virtude da sua queda.

A crise financeira fez-se sentir no decréscimo do número de operações que foi, no entanto, compensado pelo alargamento dos *spreads* de crédito, permitindo manter o mesmo nível de resultados atingido em 2008.

Gestão de Risco para Clientes Institucionais

A actividade de Gestão de Risco / Estruturação para Clientes Institucionais registou uma ligeira desaceleração no número de operações em 2009, face a 2008. Tal deveu-se a uma maior aversão ao risco por parte dos investidores e a uma maior rentabilidade nos produtos *cash* (depósitos, obrigações *plain vanilla*, ...), levando a um menor investimento em produtos estruturados, principalmente no primeiro semestre.

A análise do investimento por activos financeiros demonstra um crescimento significativo da procura por produtos indexados ao mercado de crédito e de taxa de juro em detrimento dos produtos indexados ao mercado accionista e de *commodities*. Ao longo do ano verificou-se um aumento da procura por produtos de *equity* dado a melhoria das condições de mercado. Manteve-se a tendência registada nos anos anteriores de uma crescente diversificação geográfica da base de clientes, nomeadamente, em Espanha e nos Estados Unidos da América.

Os resultados em 2009 superaram largamente as expectativas, principalmente devido a uma célere adaptação às novas condições de mercado e às oportunidades de negócio daí resultantes.

Trading & Sales

Durante o ano de 2009, esta actividade norteou a sua estratégia de acordo com os seguintes objectivos: (i) aumento da exposição na carteira de crédito com a visão de estreitamento de *spreads* ao longo ano; (ii) aposta na descida das taxas de juro; (iii) captação de *funding* para o Banco; (iv) foco na actividade recorrente com Clientes; e (v) na cotação de emissões em mercado primário, aproveitando as oportunidades criadas pelo estreitamento de *spreads* no mercado de crédito.

Esta actividade destacou-se igualmente pela participação activa na distribuição das emissões originadas e lideradas pelo Banco, quer no mercado europeu quer no mercado brasileiro. A área de *Sales* manteve o esforço de alargamento da sua base de Clientes Institucionais, destacando-se o crescimento da actividade em Portugal, Espanha, França, Suíça Luxemburgo, Reino Unido, Brasil e Estados Unidos da América.

Brasil

Gestão de Risco / Estruturação

Em 2009, o mercado de Gestão de Risco local caracterizou-se por dois momentos claramente distintos:

No primeiro trimestre e durante parte do segundo trimestre de 2009, verificou-se uma clara redução dos limites disponíveis para risco de contraparte nos bancos brasileiros, com os principais *players* do mercado de gestão de risco mais preocupados em resolver os seus problemas internos do que em angariar novas operações. Neste contexto, o Espírito Santo Investment deu mais um passo em direcção à consolidação da sua posição como importante *player* no mercado local pois manteve grande parte dos limites de contraparte abertos, o que lhe permitiu conquistar novos e importantes Clientes e posicionar-se de forma diferenciada face aos seus Clientes tradicionais.

No restante período do ano, o Espírito Santo Investment reforçou sua actividade consolidando a sua presença junto dos Clientes (re)conquistados através de uma postura proactiva, oferecendo alternativas de operações à medida das suas reais necessidades.

O ano de 2010 deverá vir a registar um volume de operações ainda mais elevado do que o verificado em 2009, porém com *spreads* mais reduzidos. O Espírito Santo Investment deverá capitalizar nas sinergias existentes entre as diversas geografias onde tem presença, para estruturar e vender um maior número de operações.

Trading & Sales

O final do primeiro semestre de 2009 caracterizou-se pela retoma do crédito privado nos mercados locais, que se iniciou nos sectores mais defensivos e com estruturas de garantias mais fortes. O mercado secundário manteve-se incipiente, característica histórica do mercado brasileiro.

Durante o segundo semestre assistiu-se a uma aceleração da retoma, verificando-se uma redução nos *spreads* e o regresso de grandes emissões ao mercado. Foi igualmente gratificante observar alguma movimentação no mercado secundário de renda fixa.

Neste contexto, destacamos a participação activa do Espírito Santo Investment na venda da emissão de Notas Promissórias da Cemig (BRL 2,7 mil milhões), e na captação de Debêntures de médio e longo prazo pelo BNDESPAR (BRL 1,25 mil milhões). No mercado de títulos corporativos, o Banco esteve particularmente activo na venda de Notas Promissórias e *Debêntures* da Bradespar (BRL 690 milhões e BRL 800 milhões, respectivamente), na distribuição de Notas Promissórias para nove subsidiárias do grupo OHL Brasil e na sindicância das Notas Estruturadas para o grupo SAG Unidas.

No mercado internacional, o Espírito Santo Investment actuou ainda na distribuição da operação de USD 200 milhões da Odebrecht Engenharia e Construção, e também na primeira emissão pública ao abrigo do Programa de *Short Term Notes* do BES Investimento do Brasil, no valor de USD 150 milhões. O Banco destacou-se igualmente na distribuição dos títulos de longo prazo emitidos pelo Banco Bradesco (USD 750 milhões), e na colocação de *bonds* do Banco Panamericano (USD 200 milhões), da Odebrecht Finance (USD 200 milhões) e do Banco Mercantil do Brasil, (emissão acoplada ao *tender offer* de *bonds*, no montante de USD 44 milhões).

A expectativa para 2010 é de manutenção da velocidade de reabertura do mercado de renda fixa, principalmente durante o 1º semestre. A ainda elevada liquidez do sistema financeiro e a manutenção do movimento de queda dos *spreads* deverão conduzir ao aumento da procura por activos de risco *corporate*.

Outros Créditos

O Espírito Santo Investment iniciou em 2009 a actividade de *Other Credits* no Brasil, como forma de potenciar novas operações de Banca de Investimento e de apoiar Clientes da Unidade Internacional Premium do BES, que possuem actuação no Brasil.

Entre operações *funded* e *unfunded*, o Espírito Santo Investment concretizou operações num total de BRL 686,7 milhões em 2009, esperando-se o aumento desta carteira em 2010.

Tesouraria

Península Ibérica

O ano de 2009 caracterizou-se por uma forte recuperação do mercado de crédito, com o estreitamento de *spreads* de uma magnitude quase tão significativa quanto o alargamento registado no ano anterior.

A gradual retoma da confiança dos investidores permitiu a revitalização do mercado secundário de dívida e um ritmo razoável de emissão em mercado primário, tanto de “*corporates*” como de financeiras que, é de salientar, captaram recursos a partir do segundo semestre sem necessidade de utilização da garantia explícita dos Governos, ao contrário do que acontecera no início do ano.

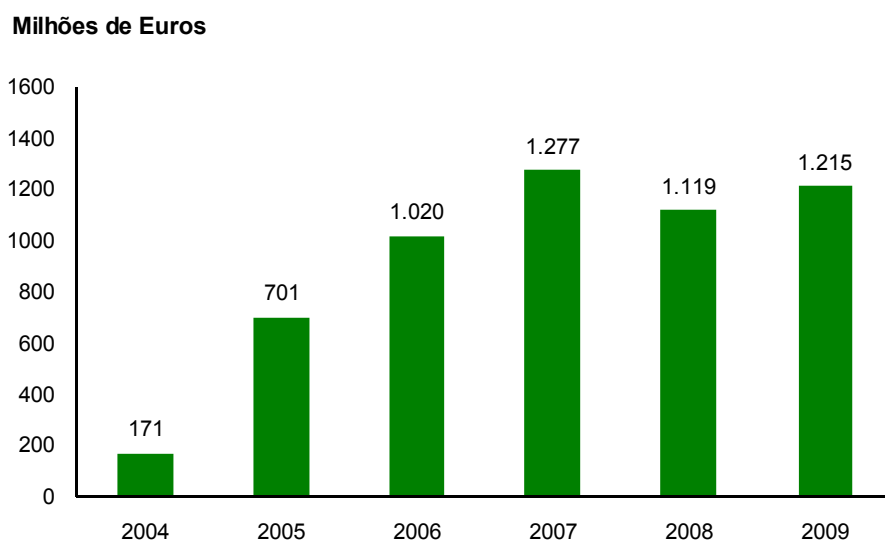
É de realçar ainda a importância decisiva da intervenção dos bancos centrais na regularização dos mercados monetários interbancários. Ao actuarem sobre o preço, oferta, condições de acesso, activos elegíveis e alargamento de prazos, as autoridades monetárias conseguiram uma forte redução dos prémios de liquidez.

Neste cenário, o Espírito Santo Investment beneficiou naturalmente da melhoria das condições de mercado tanto na capacidade de emissão de dívida como na valorização dos activos em carteira.

A dívida sob a forma de *Medium Term Notes* (MTNs) totalizava em Dezembro de 2009 EUR 1.215 milhões, um incremento de EUR 96 milhões face a 31 de Dezembro de 2008, continuando o programa de EMTN a ser fundamental na estratégia de *funding* do Banco.

Os objectivos de utilização do programa EMTN (e de emissão de dívida em geral) para 2010 apontam para um crescimento moderado do montante emitido, mantendo-se a mesma lógica de serviço ao cliente investidor e de foco na melhoria do perfil de *funding* do Banco.

Programa de EMTN / Total Outstanding (Valor de Emissão)



Fonte: Espírito Santo Investment.

A 31 de Dezembro de 2009, a carteira de Tesouraria ascendia a EUR 467 milhões (*market value*), sendo composta por produtos *cash* (EUR 424 milhões) e por produtos sintéticos (EUR 43 milhões). A estratégia de investimento mantém-se inalterada privilegiando-se activos de boa qualidade, atendendo a critérios de diversificação e baixa volatilidade. Espera-se um crescimento da carteira para 2010, em linha com o crescimento global do balanço do Banco.

Brasil

Após um primeiro semestre de forte retoma da liquidez no sistema financeiro brasileiro, com o significativo aumento das captações locais e o foco dos investidores institucionais direcionado para bancos de menor risco, assistiu-se a um segundo semestre caracterizado por uma forte queda nos custos de captação.

Neste contexto, o BES Investimento do Brasil terminou o ano de 2009 com um volume de BRL 1,9 mil milhões em CDB – Certificados de Depósitos Bancários (BRL 810,5 milhões em Dezembro de 2008), com um volume de BRL 698,1 milhões em CDI – Certificados de Depósitos Interfinanceiros (BRL 544,2 milhões em Dezembro de 2008), mantendo-se o saldo de CDB subordinado em mercado no montante de BRL 91,2 milhões.

Aproveitando a reabertura do mercado de crédito internacional e com um *rating* para captações em moeda estrangeira de Baa3 (Moody's) atribuído ao programa de *Short Term Notes* no montante de USD 300 milhões, o BES Investimento do Brasil captou USD 150 milhões nos mercados internacionais por três anos e colocou USD 90 milhões em operações de *private placement*, ampliando assim as suas fontes de financiamento.

Em 2010, o volume de captação do BES Investimento do Brasil no mercado local deverá manter-se estável face a 2009, beneficiando de uma redução no *spread* e de um aumento do prazo de liquidez das operações de *funding*.

O BES Investimento do Brasil pretende realizar uma captação adicional importante nos mercados internacionais durante o primeiro semestre de 2010, entendendo que há espaço para mais uma colocação, desde que os mercados de crédito internacionais mantenham a tendência de recuperação já observada durante o ano de 2009.



SERVIÇOS FINANCEIROS

Enquadramento de Mercado

A actividade de Fusões e Aquisições (F&A) a nível mundial, seguindo a tendência já verificada no ano anterior, sofreu em 2009 um considerável decréscimo, atingindo em valor os níveis de actividade de 2004.

De acordo com os dados publicados pela Bloomberg, a actividade mundial de F&A em 2009 registou um decréscimo de 22% em número e de 27% em valor, nas operações anunciadas. Em 2008 o decréscimo havia sido de 16% e 38%, respectivamente. Este decréscimo é explicado pelo agravamento da conjuntura macroeconómica mundial mas também pela continuidade da crise nos mercados financeiros, a qual resultou numa maior dificuldade de acesso ao crédito e num acréscimo dos custos de financiamento.

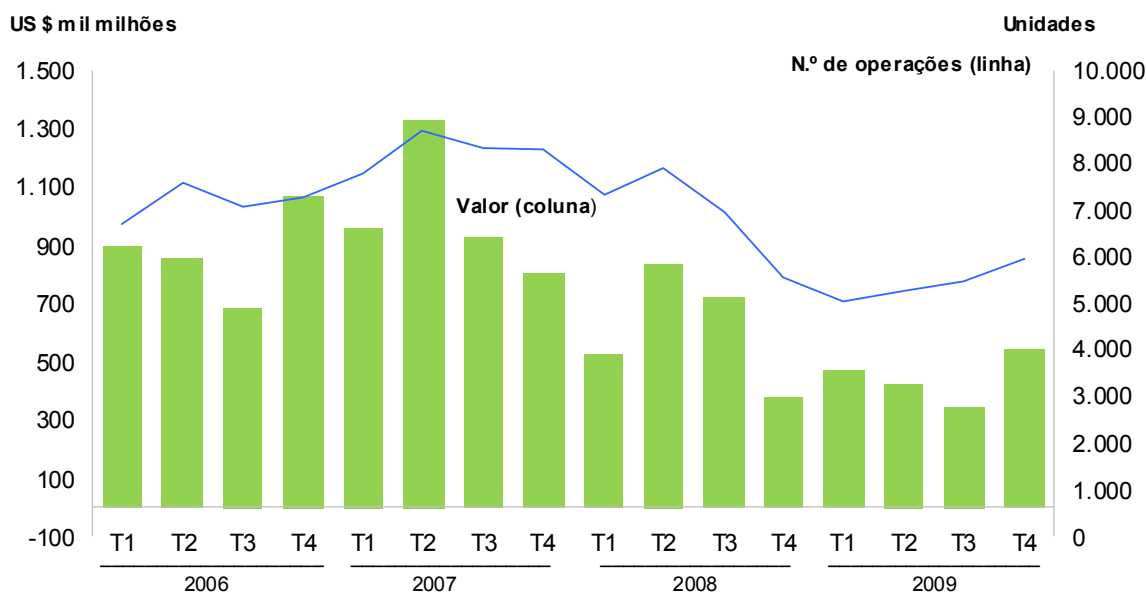
No entanto, no último trimestre de 2009 verificou-se uma inversão da tendência de queda da actividade de F&A tendo-se registado pela primeira vez desde o 4º trimestre de 2007 um crescimento positivo tanto no número como no montante de operações anunciadas. Assim, no 4º trimestre de 2009 e face ao mesmo período de 2008, o número de operações anunciadas de F&A aumentou cerca de 7% em número e 45% em valor.

Na Europa, a quebra do mercado de F&A foi superior à quebra global, tendo-se verificado uma redução das operações anunciadas de 38% em número e de 47% em valor, de acordo com os dados publicados pela Bloomberg.

As operações europeias de *cross-border*, que representaram cerca de 67% do total das operações anunciadas, apresentaram um decréscimo de 35% em número e de 49% em valor. Ao nível global, as operações *cross-border* apresentaram uma redução de 27% em número e de 36% em valor.

As operações de *management buy-out* e as operações realizadas pelos fundos de *private equity*, que no passado foram responsáveis por um forte dinamismo do mercado de F&A, continuaram a apresentar um comportamento negativo em 2009. Na Europa e face a 2008, estas operações apresentaram, respectivamente, uma redução de 77% e 74% em valor.

Operações a Nível Mundial – anunciadas e completas



Fonte: Thomson Financial.

Península Ibérica

De acordo com os dados publicados pela Bloomberg, o mercado de F&A em 2009 na Península Ibérica apresentou um comportamento igualmente negativo com uma quebra de 47% em número de operações anunciadas e de 29% em valor. Apesar da tendência negativa registada, as operações *cross-border* ibéricas apresentaram uma quebra menor, tendo caído apenas cerca de 13% em valor.

O mercado espanhol foi especialmente afectado pela crise dos mercados financeiros e pela recessão mundial, que conduziram a uma paralisação dos processos de crescimento por aquisição da maior parte dos *players*, que colocaram o seu foco estratégico na reestruturação dos seus negócios. A crise financeira, que limitou consideravelmente o acesso ao crédito, impediu igualmente a maior parte dos investidores financeiros de aproveitar os ajustamentos ocorridos nas valorizações das empresas espanholas, que se aproximaram, em 2009, das valorizações das suas congéneres europeias comparáveis.

O mercado português acompanhou a conjuntura mundial com uma quebra de 51% no número de operações de F&A anunciadas. No entanto, verificou-se um crescimento de 20% da actividade em termos de valor que é explicado pela oferta pública de aquisição anunciada pelo grupo brasileiro CSN sobre a Cimpor no final do ano.

Brasil

Embora de uma forma menos expressiva, a economia brasileira foi também afectada pela crise económico-financeira mundial, que condicionou negativamente a actividade de F&A.

Após os elevados crescimentos verificados na actividade de F&A nos anos anteriores, assistiu-se a uma inversão do comportamento do mercado em 2009. De acordo com os dados publicados pela Bloomberg, a actividade de F&A registou uma redução, face a 2008, de 31% em número e de 2% em valor. Apesar de negativa, esta performance foi comparativamente melhor que a verificada a nível mundial, tendo sido suportada por diversas operações de incorporação e fusão entre grandes *players* (principalmente recorrendo a acções como meio de pagamento). As operações concretizadas foram fundamentalmente motivadas por situações financeiras fragilizadas resultantes de uma incorrecta gestão financeira envolvendo derivativos cambiais e por dificuldades de financiamento do fundo de maneo e / ou do refinanciamento da dívida existente.

Polónia e Estados Unidos da América

Apesar da Polónia ter apresentado a melhor performance económica na Europa do Leste em 2009 e ter evitado a recessão económica, a actividade de F&A acabou por registar um assinalável abrandamento, à semelhança do resto do mundo.

De acordo com dados publicados pela Bloomberg, as operações de F&A anunciadas na Polónia apresentaram uma quebra face a 2008 de 43% em número e de 48% em valor.

A actividade de F&A nos EUA registou igualmente uma forte redução, tendo apresentado um decréscimo de 30%, face a 2008, no valor das operações anunciadas (dados publicados pela Bloomberg).

A actividade do Espírito Santo Investment

A performance global do Espírito Santo Investment materializou-se na assessoria de 25 operações de F&A, com um valor aproximado de EUR 9 mil milhões.

Península Ibérica

Em 2009, o Espírito Santo Investment manteve a liderança do mercado de F&A em Portugal (por número de operações e por valor de transacções) e alcançou uma vez mais o 1º lugar na Península Ibérica (por número de operações), ultrapassando os Bancos globais e confirmando ser um Banco de referência na Península Ibérica na prestação de serviços financeiros de Banca de Investimento.

Bloomberg Ordenado por número de transacções completas 1.1.2009 – 31.12.2009			
BLOOMBERG® League Tables 2009 1º Lugar M&A Financial Advisory Portugal  Global Financial Multimedia Information and Communication 	Portuguese Target Portuguese Acquirer 1 Espírito Santo Investment 25 2 Caixa Banco Investimento 12 3 JP Morgan 5 4 Ernst & Young 4 5 City 3 5 BNP Paribas 2 6 Millenium BCP 2 6 Morgan Stanley 2 6 UBS 2 6 Credit Suisse 2	BLOOMBERG® League Tables 2009 1º Lugar M&A Financial Advisory Iberia  Global Financial Multimedia Information and Communication 	Iberian Target Iberian Acquirer 1 Espírito Santo Investment 25 2 JP Morgan 21 3 KPMG 19 4 PWH 17 5 Banco Santander 13 6 Morgan Stanley 12 6 BNP Paribas 12 7 Cx Banco de Investimento 12 8 Deutsche Bank 11 9 BBVA 11

Fonte: Bloomberg - Nota: Informação à data de 19 de Janeiro de 2010

A actividade de F&A do Espírito Santo Investment não ficou naturalmente imune ao contexto económico recessivo. No entanto, o enfoque estratégico nos *players* internacionais, interessados em aproveitar a incerteza económica e o processo de ajustamento das valorizações, resultou num aumento da actividade do Banco, permitindo-lhe assumir-se como líder indiscutível do segmento *cross-border* Portugal – Espanha, reforçar a liderança ibérica nas operações de *mid-market* e consolidar o seu papel como Banco de referência para o eixo Portugal – Espanha – Brasil.

Em Portugal e Espanha, entre as operações concluídas de F&A em que o Espírito Santo Investment esteve envolvido destacaram-se as seguintes:

Consórcio liderado por  A. SILVA & SILVA Aquisição de 99,92% da  Cintra € 451.000.000 2009 ESPIRITO SANTO  Investment	 Assessoria à PT na alienação de 32,18% da  Méditel € 400.000.000 2009 ESPIRITO SANTO  Investment	 Assessoria Financeira à EDP Energias de Portugal, S.A. na aquisição dos activos de distribuição e fornecimento de gás em Murcia e na Cantábria da Gas Natural S.D.G, S.A. 2009 ESPIRITO SANTO  Investment	 Alienação de 24% do Banco Espírito Santo Angola  USD 375.000.000 2009 ESPIRITO SANTO  Investment



Brasil

O Espírito Santo Investment viu a sua actividade de F&A no primeiro semestre de 2009 afectada, quer pela paralisação dos mercados de capitais, que resultou numa maior competitividade nesta actividade, quer pelo congelamento de oportunidades de negócio ou cancelamento de operações, nomeadamente *cross-border*, como resultado da conjuntura económico-financeira.

No entanto, a tendência de queda da actividade observada no primeiro semestre do ano foi invertida no segundo semestre, traduzindo-se em diversos mandatos assinados, principalmente no último trimestre de 2009.

De acordo com os dados publicados pela Bloomberg, o Espírito Santo Investment alcançou o 11º lugar no ranking de F&A no Brasil (em número de operações completas).

Bloomberg Ordenado por número de transacções completas 1.1.2009 – 31.12.2009		
BLOOMBERG® League Tables 2009 11º Lugar M&A Financial Advisory Brasil  Global Financial Multimedia Information and Communication 	Brazilian Target Brazilian Acquirer	
	1 Credit Suisse	26
	2 Banco Itau	19
	3 Banco Bradesco	18
	4 Banco Santander	17
	5 JP Morgan	13
	6 Morgan Stanley	13
	6 Citi	13
	7 Estater Ass. Financeira	10
	...	
	11 Espírito Santo Investment	3

Fonte: Bloomberg - Nota: Informação à data de 5 de Fevereiro de 2010

As transacções mais significativas concluídas em 2009 e nas quais o Espírito Santo Investment esteve envolvido foram as seguintes:



Polónia

A actividade de F&A do Espírito Santo Investment na Polónia seguiu uma estratégia focada em sectores onde o Banco detém uma considerável experiência acumulada e em operações *cross-border* com empresas do eixo Portugal – Espanha – Brasil.

Esta estratégia permitiu que o Espírito Santo Investment tivesse sido, em 2009, interveniente em diversas operações de F&A, algumas das quais deverão concretizar-se no decorrer de 2010.

A decisão do Espírito Santo Investment de introduzir em 2010 novas áreas de produto no mercado polaco permitirá potenciar o desenvolvimento da actividade de F&A, reforçar a posição do Espírito Santo Investment como parceiro financeiro preferencial na expansão das empresas ibéricas e brasileiras para o mercado polaco e confirmar a aposta estratégica neste mercado.

Estados Unidos da América

Neste mercado o enfoque da equipa de F&A encontra-se dirigido para as operações *cross-border* com a Península Ibérica e a América Latina, nomeadamente Brasil, e para os sectores com boas perspectivas de crescimento e nos quais o Banco detém maiores vantagens competitivas. Em 2009, o Banco angariou mandatos de assessoria em F&A no sector de energia, nomeadamente nas energias renováveis e em redes de transmissão.

É de salientar as excelentes perspectivas para o mercado americano de energias renováveis, nomeadamente para o mercado de energia eólica. Este é o maior mercado mundial com cerca de 25.000 MW de capacidade instalada, que apenas representam 1% do total de energia produzida nos EUA.

Perspectivas

Para 2010 é expectável que se assista uma recuperação moderada da actividade de F&A, suportada numa melhoria do enquadramento macroeconómico e na inversão de crescimento já verificada no último trimestre de 2009.

O Espírito Santo Investment estabeleceu novamente objectivos ambiciosos para o desenvolvimento da sua actividade de F&A em 2010, a qual estará suportada numa aposta nos sectores mais estáveis, menos afectados pela crise e onde o Banco tem maiores vantagens competitivas (caso do sector das energias renováveis), e na presença em mercados com boas perspectivas de crescimento (casos dos mercados brasileiro e polaco).



ASSESSORIA FINANCEIRA A MÉDIAS EMPRESAS

A Espírito Santo Assessoria Financeira foi criada em parceria com a Direcção de Médias Empresas do Banco Espírito Santo em 2004, com o objectivo de prestar serviços de Banca de Investimento ao segmento de médias empresas, com especial destaque para os Clientes dos Centros de Empresas do Banco Espírito Santo.

Os serviços de Banca de Investimento prestados a este segmento de mercado incluem, tanto a assessoria em fusões e aquisições e o seu financiamento, como serviços de consultoria financeira pura, designadamente, avaliações, estudos de viabilidade económico-financeira, assessoria em processos de reestruturação financeira e societária.

O esforço mais relevante em termos de dinamização comercial tem sido exercido através dos Centros de Empresas do Banco Espírito Santo, que constituem o principal catalisador de negócio da Espírito Santo Assessoria Financeira. Após identificação pelos Centros de Empresas das oportunidades de negócio, os serviços de Banca de Investimento são oferecidos aos potenciais Clientes mediante a realização de um plano de visitas, onde se procede à apresentação do serviço e à angariação de mandatos de assessoria financeira.

Para multiplicar os canais de angariação de negócio e, por essa via, alargar a sua base de Clientes, a Espírito Santo Assessoria Financeira estabeleceu em 2006 um protocolo de colaboração com o *Private Banking* do Banco Espírito Santo. Com esta iniciativa pretendeu-se dar apoio aos Clientes *Private* no desenvolvimento dos seus projectos de investimento, regra geral de natureza individual, bem como na aquisição e alienação de participações societárias e, em geral, apoiar a optimização da gestão do seu património empresarial.

O ano de 2009 correspondeu ao esperado em termos de actividade e de receitas, tendo sido angariados e executados 20 mandatos, sendo de realçar as seguintes operações:



Os objectivos da Espírito Santo Assessoria Financeira para 2010 reflectem uma perspectiva ambiciosa de desenvolvimento da actividade, apesar das dificuldades da conjuntura económica nacional. Assim, e partindo das bases lançadas nos anos transactos, reforçar-se-á a dinâmica junto dos responsáveis dos Centros de Empresas, a criteriosa selecção e priorização de Clientes e a identificação de oportunidades de negócio, de forma a otimizar-se a utilização dos recursos humanos e técnicos afectos. Continuará também a ser dado particular ênfase à articulação interna com as Direcções de Clientes e de Serviços Financeiros do Espírito Santo Investment, para melhor se aproveitar o potencial de complementaridade da oferta de serviços, captação de negócio e execução de mandatos.



PROJECT FINANCE E SECURITIZAÇÃO

Durante o ano de 2009, a actividade de Project Finance e Securitização desenvolvida pelo Espírito Santo Investment manteve a dinâmica verificada em anos anteriores, registando-se uma evolução positiva ao nível dos principais indicadores do negócio.

Em linha com o seu processo de internacionalização, o Banco continuou a expandir esta actividade para outros mercados e geografias, marcando já presença em sete países, onde conta com equipas locais especializadas. Esta dinâmica de expansão internacional tem contribuído de forma muito significativa para aumentar a capacidade de originação de negócio ao potenciar a entrada em novos mercados, traduzindo-se pela concretização em 2009 de mais de 40 operações repartidas por 11 países (Angola, Austrália, Brasil, Canadá, EUA, Espanha, Israel, Oman, Polónia, Portugal e Reino Unido), num montante global de cerca de EUR 10 mil milhões.

A actividade desenvolvida em 2009 continuou a estar muito focada nos sectores das infra-estruturas e das energias renováveis, tanto a nível doméstico como a nível internacional, permitindo que o Espírito Santo Investment atingisse mais uma vez lugar de destaque nas *League Tables* de *Project Finance*. De acordo com a publicação *Infrastructure Journal*, o Banco:

- Foi considerado líder a nível mundial, na assessoria financeira, no sector de Energias Renováveis;
- Alcançou a 8ª posição a nível mundial, no sector das Energias Renováveis, como Banco financiador (MLA);
- Alcançou a 10ª posição na Europa Ocidental, como Banco financiador (MLA);
- Alcançou a 13ª posição na América do Norte, como Banco financiador (MLA).

Portugal

Em 2009, o Espírito Santo Investment consolidou a sua posição de *player* de referência no sector em Portugal, tendo assumido posições de grande destaque nas principais operações realizadas no mercado, quer ao nível da assessoria financeira quer ao nível da estruturação e montagem dos financiamentos.

Entre as várias operações concretizadas destacam-se as seguintes:

- **Pebble - Consultoria e Investimento, Sociedade Unipessoal, Lda** – Assessoria e liderança na estruturação e montagem do refinanciamento das facilidades de crédito no montante de EUR 1.062,1 milhões, através da emissão de um empréstimo obrigacionista;
- **Efacec Power Transformers, Inc.** – Liderança na estruturação e montagem de um financiamento no montante de USD 114 milhões para a construção de uma fábrica de transformadores localizada na Georgia (EUA);
- **Tagus STC (EnergyOn No. 1)** – *Arranging* e líder conjunta de uma operação, no montante total de EUR 1 258,6 milhões, relativa à cedência por parte da EDP Serviço Universal, S.A. dos direitos ao recebimento dos ajustamentos positivos às tarifas eléctricas relativos a 2007 e 2008;
- **Vias do Baixo Tejo, S.A.** - Liderança na estruturação e montagem de um financiamento no montante de EUR 436,1 milhões para o desenvolvimento da subconcessão rodoviária do Baixo Tejo;

- **Consórcio Consis Loures** - Assessoria e liderança na estruturação e montagem da operação de financiamento às sociedades veículo constituídas pelo consórcio, no âmbito das concessões referentes à construção e operação do Hospital de Loures, no montante global de EUR 117 milhões;
- **Eólica dos Candeeiros, Lda.** - Liderança na estruturação e montagem de um financiamento no montante de EUR 36,9 milhões, no âmbito de um projecto de investimento num parque eólico em Portugal.



Mantêm-se as boas perspectivas para o mercado nacional de *Project Finance* no futuro próximo, na medida em que se encontra previsto o desenvolvimento de um vasto número de projectos em diversos sectores de actividade.

Continua prevista a realização de alguns grandes projectos no sector das infra-estruturas de transporte, destacando-se o novo aeroporto internacional de Lisboa, as concessões no âmbito da rede ferroviária de alta velocidade e dois projectos de concessões rodoviárias actualmente em fase de concurso.

O sector de energias renováveis - com a implementação de vários projectos eólicos e solares, cujos processos de contratação se encontram já em curso ou com perspectivas de se iniciarem durante o ano de 2010, - e o programa de Parcerias Público Privadas (PPPs) lançado para o sector da saúde - com alguns projectos de construção de novos hospitais já em fase de implementação e outros com arranque previsto a curto prazo - são alguns dos sectores onde se espera um importante dinamismo durante o próximo ano.

Espanha

Apesar do contexto económico particularmente adverso neste país, o Banco concluiu com sucesso algumas transacções e reforçou a sua relação com os principais *players* nos sectores de infra-estruturas de transporte e energias renováveis, sectores nos quais o Banco está especialmente bem posicionado como financiador e assessor. Este posicionamento permitiu a angariação de operações, quer em Espanha quer internacionalmente, aproveitando o facto das empresas espanholas serem das mais relevantes nestes sectores a nível mundial.

Das transacções concluídas em 2009 destacam-se as seguintes:

- **Grupo Acciona** - liderança na estruturação e montagem do financiamento de EUR 580 milhões para o desenvolvimento de um parque termo solar de 150 MW em Espanha. Esta transacção, que representa um investimento total de EUR 810 milhões, foi distinguida com o prémio “**Renewables Deal of the Year**” pela publicação Project Finance International;
- **Grupo ACS** - liderança na estruturação e montagem do financiamento ao projecto termo solar Extresol 2 que inclui a construção, operação e manutenção de um parque de 50 MW, um investimento total de EUR 427 milhões;
- **Iridium (Grupo ACS)** – assessoria financeira ao projecto rodoviário de portagens virtuais Eixo Diagonal na Catalunha, que representa um investimento de EUR 400 milhões.

Existem vários factores que deverão incrementar o número de transacções em Espanha no ano de 2010, entre os quais se destacam o potencial no sector de energias renováveis e o *pipeline* de transacções de outros sectores.



Reino Unido

A actividade desenvolvida pelo Espírito Santo Investment na Sucursal de Londres foi bastante reduzida durante o primeiro semestre de 2009, devido às dificuldades sentidas nos mercados financeiros e que se traduziram, consequentemente, num reduzido número de transacções. No entanto, verificou-se uma importante recuperação nos últimos meses do ano, sendo apresentadas transacções de qualidade superior às verificadas antes da crise de forma a atrair os escassos recursos financeiros existentes. Devido às reduzidas oportunidades existentes no mercado, os promotores focaram-se em transacções de grande dimensão e relevância.

O Espírito Santo Investment concluiu diversas transacções no Médio Oriente, na Austrália e na Polónia, nas quais actuou como:

- *Mandated Lead Arranger* numa operação de financiamento sénior ao consórcio H2ID, no montante de USD 78,5 milhões, relativo ao aumento de capacidade produtiva da fábrica de dessalinização em Hadera (Israel);
- *Mandated Lead Arranger* no financiamento sénior de EUR 387 milhões ao consórcio Autostrada Wielkopolska II S.A com vista ao design, construção, e operação dos 106 km correspondentes à Secção II da A2 Motorway entre Nowy Tomysl e Swiecko, na Polónia;
- *Mandated Lead Arranger* no financiamento sénior de GBP 1.125 milhões à GIP e aos seus co-investidores, destinado à aquisição da participação da Ferrovial no aeroporto de Gatwick em Londres e aos investimentos a efectuar no aeroporto;
- *Mandated Lead Arranger* no financiamento sénior de AUD 3.671 milhões à Aquasure para o desenvolvimento de uma Estação de Dessalinização de água em Victoria na Austrália. Esta transacção recebeu o prémio **“Asia/Pacific PPP Deal of the Year”** pela publicação Project Finance International.



Brasil

O ano de 2009 foi de grande actividade, tendo o Espírito Santo Investment concretizado 17 operações como estruturador financeiro, nos sectores de energia, transporte público, óleo & gás e saneamento básico. Das operações fechadas destacam-se o financiamento à construção de dois navios de exploração de petróleo em águas profundas, NORBE VIII & IX, da Odebrecht Oil&Gas, operação distinguida como **“Americas Deal of the Year”** pela publicação Project Finance International, e o financiamento em estrutura A/B loan para o projecto rodoviário do lanço oeste do Rodoanel da cidade de São Paulo, operação distinguida como **“Global Americas Transport Deal of the Year”** também pela Project Finance International.

O Banco ampliou sua actuação como banco repassador de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, como agente estruturador dos recursos dos Fundos Constitucionais para desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, e como estruturador de financiamentos de projectos, em articulação com o IDB – Interamerican Development Bank e em parceria com o Japan Bank for International Cooperation – JBIC.

De entre as operações efectuadas, merecem destaque as seguintes:

Assessoria Financeira:

- **Furnas Centrais Elétricas S.A.** - leilões de linhas de transmissão 001/003/004 e 006. A empresa foi a vencedora de todos os leilões em que participou;

- **Citeluz, S.A.** – Parceria Público Privada promovida pelo Governo do Distrito Federal para operação e manutenção dos serviços de iluminação pública das cidades que compõem o Distrito Federal;
- **CME S.A.** – leilão de linhas de transmissão 001, tendo a empresa sido considerada vencedora num dos lotes em que participou;
- **Tecneira, S.A.** – leilão de comercialização de energia gerada a partir de campos eólicos promovido pelo Ministério de Minas e Energia.

Financiamentos de Longo Prazo:

- **Rodoanel São Paulo** - *Mandated Lead Arranger* no “B Loan” do financiamento de USD 500 milhões para o lançamento do Rodoanel da cidade de São Paulo;
- **Odebrecht Oil&Gas** – *Joint Mandated Lead Arranger* e *Bookrunner* da operação de financiamento de dois navios de exploração em águas profundas, Norbe VIII&IX, num montante total de USD 1,3 mil milhões;
- **Abengoa Brasil** – Financiamento, no montante BRL 65 milhões para o projecto de linha de transmissão na Região Norte do Brasil, denominado de Manaus Energia;
- **OHL Brasil S.A.** – Fiança bancária ao BNDES, como garantia do financiamento concedido às 5 concessões de rodovias federais controladas pela OHL no Brasil, no valor de BRL 400 milhões.

Financiamentos de Curto Prazo:

- **TER S.A.** – Financiamento, no montante BRL 80 milhões, para o projecto de linha de transmissão na Região Centro-Oeste do Brasil, controlado por Furnas Centrais Elétricas S.A., Delta Engenharia e J. Mallucelli Engenharia;
- **OHL Brasil S.A.** – *Bridge loan* para as concessões de rodovias federais mediante estruturação de notas promissórias no montante de BRL 250 milhões;
- **SEFAC S.A.** – Carta de Crédito, no montante de BRL 73 milhões, a favor do BNDES, para garantia de financiamento de longo prazo concedido para construção de uma barragem hidroelétrica;
- **Concessionária Rodovias do Tietê S.A.** - *Mandated Lead Arranger* no financiamento da concessão de rodovias no Estado de São Paulo – Rodovias do Tietê S.A., que tem a Ascendi como acionista de referência, no montante total de R\$ 340 milhões;



Brasil

Leilão de Linhas de Transmissão
Aneel nº 001/2009
Lotes G e K

R\$ 140.000.000

Assessor Financeiro
2009

ESPIRITO SANTO  Investment



Brasil

Leilão de Linhas de Transmissão
Aneel nº 001/2009
Lote B

R\$ 80.000.000

Assessor Financeiro
2009

ESPIRITO SANTO  Investment



RodoAnel

Rodoanel de São Paulo
**Global Americas
Transport Deal of the Year**
US\$ 940 milhões
Mandated Lead Arranger

ESPIRITO SANTO  Investment



ODEBRECHT

Odebrecht Drill Ships
Americas Deal of the Year
US\$ 1.300 milhões
Mandated Lead Arranger

ESPIRITO SANTO  Investment



Devido ao facto do Brasil ser o país responsável pela organização do Campeonato do Mundo de Futebol em 2014 e a cidade do Rio de Janeiro ser a organizadora dos Jogos Olímpicos em 2016, as necessidades de investimento em infra-estruturas, principalmente nos transportes públicos, aeroportos, rodovias, hotelaria e energia, deverão gerar oportunidades significativas para os bancos que actuam no mercado brasileiro de estruturação de projectos, a partir de 2010. Destacam-se ainda as obras para os estádios, que contam com linhas específicas de financiamento do BNDES, a barragem hidroelétrica de Belo Monte, os lanços Sul e Leste do Rodoanel em São Paulo e a concessão de rodovias federais.

Estados Unidos da América

Apesar das enormes dificuldades sentidas devido à crise económica e financeira, o Espírito Santo Investment iniciou a actividade na Sucursal de Nova Iorque de forma bastante positiva.

Durante o primeiro semestre de 2009, o Banco estabeleceu como prioridade a identificação de clientes estratégicos e de transacções na América do Norte. Nos Estados Unidos da América da América, o Banco concentrou a sua actuação sobretudo no sector das energias renováveis e nos respectivos programas de incentivos governamentais. No Canadá, o Banco estabeleceu como prioridade o sector de infra-estruturas sociais no âmbito do programa P3, um programa governamental que visa desenvolver diversos projectos de infra-estruturas sociais sob a forma de Parcerias Público Privadas.

Durante o segundo semestre, o Banco manteve como prioritários os sectores acima referidos, alargando a sua actuação aos sectores de energia tradicional e transportes e o âmbito geográfico aos países da América Latina de língua espanhola.

As transacções concluídas durante o ano de 2009 foram as seguintes:

- **Royal Victoria Hospital Phase I** – Liderança na estruturação de uma facilidade Sénior destinada ao financiamento da expansão e renovação do Royal Victoria Hospital em Ontário no Canada, pelo montante global de CAD 221,6 milhões;

- **Milford Wind Corridor Phase I, LLC** – Liderança na estruturação do financiamento para construção de um parque eólico, nos Estados Unidos da América, com uma capacidade instalada de 203.5 MW, pelo montante global de USD 376,4 milhões;
- **Midland Cogeneration Venture Limited Partnership** – Liderança na estruturação do financiamento para a aquisição de uma central de cogeração de ciclo combinado nos Estados Unidos da América com uma capacidade instalada de 1.560 MW, pelo montante global de USD 515 milhões;
- **Toronto South Detention Center - TSDC** – Liderança na estruturação do financiamento para a construção de uma prisão de máxima segurança em Toronto, no Canadá, pelo montante total de CAD 306 milhões;
- **Krayn Wind LLC** – Liderança na estruturação do financiamento de um parque eólico de 62,5MW nos Estados Unidos da América desenvolvido pela Everpower num investimento total de USD 155,9 milhões;
- **Valley Road Funding, LLC** – Liderança na estruturação do financiamento para a aquisição de quatro activos de produção de electricidade nos Estados Unidos da América à Dynegy, no montante total de USD 500 milhões;
- **Carillion Canada** – Liderança na estruturação do financiamento para a construção de um centro de saúde mental, no Canadá, pelo montante de CAD 201,5 milhões;
- **Atlantic Star** – Liderança na estruturação do financiamento de uma plataforma petrolífera do grupo Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A., no montante de USD 220 milhões.

 E.U.A.
 Milford Wind Corridor Phase I, LLC
 Financiamento de um Parque Eólico localizado no Utah (203,5 MW)
 US\$ 376.400.000
Syndication Agent, Joint Bookrunner e Joint Lead Arranger
 2009
 ESPIRITO SANTO  Investment

 E.U.A.
 Midland Cogeneration Venture Limited Partnership
 Financiamento de uma central de cogeração de ciclo combinado localizada no Michigan (1,560 MW)
 US\$ 515.000.000
Joint Lead Arranger e Co-documentation Agent
 2009
 ESPIRITO SANTO  Investment

 E.U.A.
 EllisDon
 Toronto South Detention Center
 Financiamento para a construção de uma prisão em Toronto
 C\$ 306.000.000
Mandated Lead Arranger Co-documentation Agent Bookrunner
 2009
 ESPIRITO SANTO  Investment

 E.U.A.
 Krayn Wind LLC
 Financiamento de um Parque Eólico localizado na Pennsylvania
 US\$ 62.800.000
Joint Lead Arranger Joint Bookrunner
 2009
 ESPIRITO SANTO  Investment

 E.U.A.
 Valley Road Funding, LLC
 Financiamento para a aquisição de 4 centrais de gás natural no Arizona e em Illinois (1,600MW)
 US\$ 500.000.000
Mandated Lead Arranger Co-documentation Agent
 2009
 ESPIRITO SANTO  Investment

 Canadá
 Centro de Saúde Mental
 Financiamento do design, construção e manutenção de um Centro de Saúde Mental em Toronto
 C\$ 201.500.000
Lead Arranger e Co-Documentation Agent
 2009
 ESPIRITO SANTO  Investment

 Brasil
 Star International Drilling Limited
 Refinanciamento de uma plataforma de perfuração semi-submersível "Atlantic Star"
 US\$ 220.000.000
Joint Bookrunner
 2009
 ESPIRITO SANTO  Investment

Angola

A actividade do Espírito Santo Investment, presente em Angola através do Gabinete de Banca de Investimento, uma parceria com o Banco Espírito Santo de Angola, tem vindo a focar-se na estruturação de financiamentos para entidades públicas, no âmbito do programa de reconstrução nacional, e na estruturação de financiamentos para projectos de investimento privados, onde o sector imobiliário tem assumido um peso muito relevante.

No ano de 2009 foram concluídas as seguintes transacções através do BES Angola:

- **EMIS** - Liderança na estruturação e montagem de um financiamento para a construção e apetrechamento do Novo Centro de Informática Seguro da Rede Multicaixa, num montante total de USD 19,5 milhões;
- **Biocom** - Participação no sindicato bancário do financiamento de um projecto agrícola – industrial que consiste no cultivo de cana-de-açúcar e montagem de uma fábrica para produção de açúcar, álcool e energia eléctrica, no montante total de USD 168,5 milhões;
- **Executive Hotéis** - *Bridge loan* para o desenvolvimento de uma cadeia de 24 hotéis em todo o território nacional, no montante de USD 7,5 milhões.

A criação de um Banco de Investimento em Angola, cuja licença de abertura se aguarda para breve, deverá permitir o desenvolvimento de operações relacionadas com financiamentos estruturados de iniciativa pública e privada, de projectos relacionados com os sectores energético, mineração, infra-estruturas de transporte rodoviário e ferroviário, entre outros.



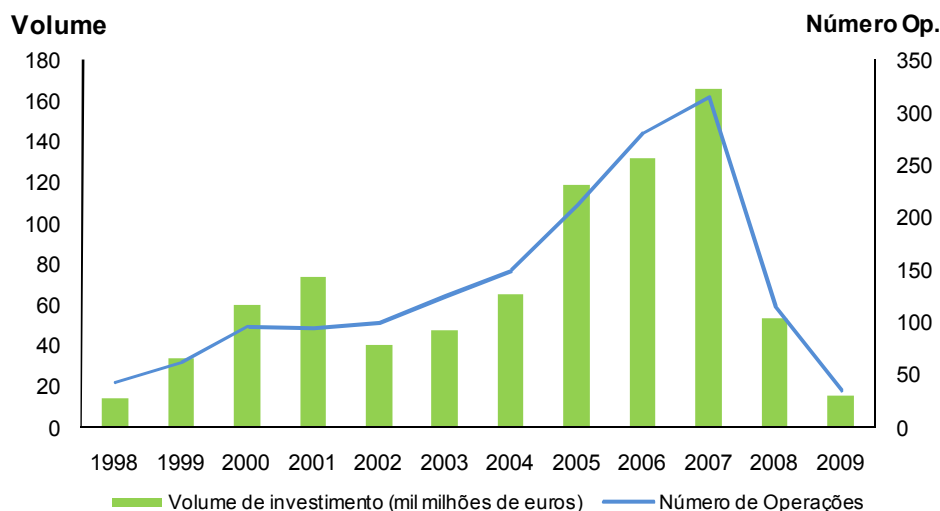
ACQUISITION FINANCE E OUTROS FINANCIAMENTOS

Enquadramento do Mercado

O volume europeu total de dívida *leveraged* registou novamente em 2009 uma forte contracção, atingindo o nível mais baixo desde 1998. De acordo com os dados publicados pela S&P, o volume europeu de dívida *leveraged* alcançou o valor de EUR 15,4 mil milhões (36 operações), representando uma redução de 71,2% face ao volume total registado em 2008 de EUR 53,6 mil milhões (115 operações).

O mercado espanhol contribuiu negativamente para esta contracção ao registar uma tendência de queda acentuada do volume de investimento realizado pelos fundos de *private equity*, que atingiu em 2009 o nível registado em 2004.

Volume de Dívida Financeira Sénior – Mercado Europeu



Fonte: Standard & Poor's

Actividade do Espírito Santo Investment

Apesar de um enquadramento manifestamente adverso ao desenvolvimento da actividade em 2009, os resultados do Banco nesta área de negócio foram muito positivos.

Em Portugal, num enquadramento adverso em termos de qualidade de riscos e falta de liquidez, o Banco privilegiou a concretização de operações de *leverage* moderado mas com rentabilidade superior, estratégia essa extremamente bem sucedida. Ao nível de outros créditos, esta área de negócio apoiou clientes do Grupo BES em operações que trouxeram *cross-selling* para o Banco, ultrapassando largamente as expectativas.

Em Espanha, o ano de 2009 ficou marcado pelo acentuado agravamento da situação económico-financeira, o que se reflectiu numa redução muito significativa do número de operações concretizadas pelo Banco.

Também no Reino Unido o Banco decidiu sair do mercado durante o ano de 2009.

Em relação à Polónia, o ano de 2009 caracterizou-se pela inexistência de novas operações de *leveraged finance*, num contexto de crise que acabou por atingir também de forma relevante as economias da Europa Central e de Leste. Apesar de em 2009 a Polónia ter passado pela crise sem grandes dificuldades e de existirem diversos *players* activos no mercado, tanto a dificuldade em levantar dívida como o *mismatch* de perspectivas de valor entre compradores e vendedores inviabilizaram a concretização de operações.

No final do ano de 2009, começaram finalmente a concretizar-se algumas operações de aquisição, embora financiadas exclusivamente com *equity*. Contudo, com a estabilização progressiva dos mercados e o aparecimento de novas operações, os *sponsors* mantêm a perspectiva de vir a levantar alguma dívida em 2010.

Entre as operações concretizadas pelo Espírito Santo Investment em 2009 destacaram-se as seguintes:

- **Emparque** - O Espírito Santo Investment actuou como *Joint Mandated Lead Arranger* no financiamento da aquisição da Cintra Aparcamientos (líder em Espanha) pela Emparque (líder em Portugal). Esta operação, no montante de EUR 400,3 milhões, permitiu criar o líder destacado no negócio Ibérico de parques de estacionamento;
- **ARCUS** - O Espírito Santo Investment actuou como *Mandated Lead Arranger* no MBO da sociedade gestora do Babcock & Brown European Infrastructure Fund;
- **JVG Capital, MVGB Investimentos, KVR, Gestinpar** - O Espírito Santo Investment actuou como *Mandated Lead Arranger* no âmbito de um processo de cisões de património. Foram contratadas 4 operações de financiamento no montante total de EUR 72,9 milhões;
- **Activos de distribuição de gás na região de Madrid** - O Espírito Santo Investment actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento da compra pelo Morgan Stanley Infrastructure Fund dos activos de distribuição (região de Madrid) vendidos pela Gás Natural. Esta operação deverá ter o seu *closing* durante o primeiro trimestre de 2010 (aguarda-se decisão de não oposição pela entidade que supervisiona a concorrência);
- **Argaman** - Operação em que o Espírito Santo Investment actuou como *Joint Mandated Lead Arranger* num financiamento de CHF 102 milhões, para aquisição pela Argaman de uma parte do capital da SICPA;
- **Generis** - Operação em que o Espírito Santo Investment actuou como *Joint Mandated Lead Arranger* no financiamento da aquisição da Generis pelo fundo de *private equity* Magnum Industrial Partners. A operação envolveu o montante total de EUR 74,5 milhões de dívida senior.



Perspectivas para 2010

As perspectivas de evolução do mercado em 2010 estão estreitamente relacionadas com a possibilidade de uma recuperação mais ou menos rápida das economias mais afectadas pela crise.

Em Portugal, o desenvolvimento da actividade deverá manter-se sujeito a importantes condicionantes, associadas a uma economia quase estagnada e onde um conjunto importante de empresas pode vir a mostrar problemas de excesso de endividamento para o actual nível limitado de actividade, com a consequente degradação de riscos, tornando assim mais difícil a concretização de operações domésticas. No entanto, algumas empresas que não se encontram nessas circunstâncias poderão, ao invés, aproveitar a situação de redução do valor das empresas, para procurar internacionalizar-se por via de aquisições em mercados-alvo.

Não se prevê melhorias significativas na situação em Espanha em 2010, pelo que a actividade nesta geografia deverá ser algo limitada, com excepção dos casos de operações *cross-border*, referidas anteriormente.

O mercado polaco de *Acquisition Finance* deverá apresentar melhorias substanciais em 2010 tendo em conta que se perspectiva um cenário de retoma económica rápida e de estabilização/melhoria do risco país para além de existirem *sponsors* financeiros (especialmente os estrangeiros que se instalaram mais recentemente na Polónia) que mantêm intactas as suas capacidades para investir em *equity*.

Finalmente, em 2010 serão tomadas as medidas necessárias à reactivação deste produto no Reino Unido, bem como à sua introdução nos mercados brasileiro e norte-americano.



PRIVATE EQUITY

Caracterização da actividade

A actividade da Espírito Santo Capital em 2009 ficou marcada pela ampliação do capital do Espírito Santo Infrastructure Fund I (ESIF), pelo elevado nível de investimento realizado e pela celebração de um acordo de parceria com o Banco Bradesco, através da criação da subsidiária conjunta 2bCapital, para o desenvolvimento da actividade de *private equity* no mercado brasileiro.

Dando seguimento ao trabalho de colocação iniciado em 2007, foi possível efectuar uma subscrição suplementar do fundo ESIF, elevando o montante de recursos captados pelo fundo para cerca de EUR 96 milhões.

Relativamente ao investimento realizado, o valor atingido no ano foi o mais elevado de sempre, aproximando-se de EUR 40 milhões, distribuído por Portugal, Espanha e França e pelas áreas de *Buyout* (40%) e de Infra-estruturas (60%). Importa salientar que este valor foi realizado sobretudo no segundo semestre do ano, através do investimento em 6 novas empresas e investimentos de *follow-on* em três outras empresas participadas.

Merece igualmente destaque a parceria celebrada pelo Espírito Santo Investment com o Banco Bradesco para a criação de uma sociedade gestora de *private equity* (2bCapital) para o mercado brasileiro, a ser detida em partes iguais pelos dois bancos. Esta sociedade deverá ter como objectivo imediato a captação de um primeiro fundo de BRL 500 milhões, dedicado à actividade de *Buyout*.



Os fundos sob gestão mantiveram-se próximos de EUR 200 milhões, apesar da liquidação do Fundo IMIT / BES ocorrida no decurso do exercício.

Carteira de Participações, Resultados e Situação Financeira (em base individual)

Em paralelo com as actividades de investimento e de levantamento de novos fundos, a defesa do valor da carteira de participadas manteve-se como elemento central da actividade, aspecto reforçado pelas difíceis condições macroeconómicas verificadas ao longo do ano.

Com este objectivo, procedeu-se a um acompanhamento muito próximo da carteira de participadas e à respectiva reavaliação em Junho e Dezembro, constatando-se que, nesta última data, o montante investido, a valores de mercado, atingia cerca de EUR 106 milhões, evidenciando um crescimento de 52% relativamente ao ano anterior.

O resultado líquido do exercício atingiu cerca de EUR 3,7 milhões, tendo sido fortemente marcado pela recuperação do valor da carteira de participadas.

No final do exercício, os fundos próprios da Espírito Santo Capital atingiram cerca de EUR 39 milhões, para um activo líquido de EUR 49 milhões, o que evidencia que a actividade continua a ser financiada principalmente através de capitais próprios.

Perspectivas para 2010

Após um ano de 2009 marcado pela incerteza e por um clima macroeconómico extremamente adverso, que condicionou fortemente a actividade de investimento e desinvestimento, é esperada uma estabilização em 2010 que permita a recuperação daqueles agregados (tendência já sentida no último trimestre do ano).

No que respeita ao levantamento de novos fundos, o ano de 2010 estará ainda muito condicionado pelas baixas alocações dos investidores institucionais e pelo afastamento do sector bancário, em particular. É expectável que os mercados emergentes continuem a reforçar a sua quota na captação de fundos, abrindo-se boas perspectivas para o processo de levantamento do fundo 2bCapital.



03. RECURSOS HUMANOS

Quadro de Colaboradores

Em linha com a estratégia de internacionalização do Espírito Santo Investment, o quadro de colaboradores em 2009 registou um crescimento de 15%, resultante sobretudo da expansão da actividade fora de Portugal. No final de 2009, o Banco contava já com cerca de 61% dos seus colaboradores colocados fora de Portugal.

O crescimento de 82 colaboradores no quadro consolidado ficou a dever-se em grande parte ao início da actividade na Sucursal de Nova Iorque, ao crescimento da actividade no Brasil e ao reforço das equipas na Sucursal de Varsóvia.

	Dez-08	Dez-09	Var.
CONSOLIDADO	542	624	82
PORTUGAL	229	245	16
Espírito Santo Investment	215	231	16
Espírito Santo Capital	14	14	0
ESPANHA	114	120	6
Sucursal	114	120	6
BRASIL	146	176	30
BES Investimento do Brasil	101	115	14
BES Securities do Brasil	31	36	5
BESAF	10	15	5
Espírito Santo Capital do Brasil	4	3	-1
BES Refran Invest	0	4	4
BES Refran Consultoria Financeira	0	3	3
INGLATERRA	12	12	0
Sucursal	12	12	0
IRLANDA	3	3	0
Espírito Santo Investment, plc	3	3	0
POLÓNIA	29	33	4
Sucursal	19	22	3
Espírito Santo Investment Sp, z.o.o.	10	11	1
EUA	9	35	26
Sucursal	9	35	26

Acções de Responsabilidade Social

- Colheita de Sangue entre os Colaboradores do Banco para o Serviço de Imuno-Hemoterapia do Hospital Fernando da Fonseca
- Participação na Campanha "Passa a Palavra" da Liga Portuguesa Contra o Cancro
- Participação na Campanha da Associação HELPO (Associação Não Governamental para o Desenvolvimento), de recolha e oferta de livros para equipar bibliotecas em Moçambique
- Recolha de bens para a 6ª Missão Humanitária da AMI – Assistência Médica Internacional na Guiné-Bissau
- Recolha de bens para a Associação de Solidariedade Social "Ponto de Ajuda"
- Doação de mobiliário a instituições de carácter social e sem fins lucrativos



04. GESTÃO INTEGRADA DOS RISCOS

A Função de Risco no Grupo BES

A Função de Gestão de Risco identifica, avalia, acompanha e controla todos os riscos materialmente relevantes a que cada instituição do Grupo BES se encontra sujeita, tanto interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham controlados e, dessa forma, não afectem a situação financeira do Grupo BES. Contribui igualmente para os objectivos de criação de valor através do aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação, *pricing* e decisão de operações, bem como do desenvolvimento de técnicas de avaliação de performance e de optimização da base de capital.

As competências da Função de Gestão de Risco são desempenhadas de forma independente face às restantes áreas funcionais do Grupo BES.

O controlo e a gestão eficiente dos riscos têm vindo a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Grupo BES. Para além de contribuírem para a optimização do binómio rendibilidade/risco das várias linhas de negócio asseguram, também, a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade, do provisionamento e da liquidez.

A definição do perfil de risco é efectuada ao nível do Grupo BES sendo responsabilidade da Comissão Executiva do Espírito Santo Investment assegurar o seu cumprimento e controle, garantindo que para tal o Banco detém as competências e os recursos necessários à prossecução dos objectivos traçados.

A nível operacional as equipas de análise e controle de risco do Espírito Santo Investment trabalham de uma forma integrada e em consonância com o Departamento de Risco Global (“DRG”) do BES que centraliza a função de Risco do Grupo BES, quer ao nível da actividade doméstica, quer ao nível da actividade internacional, abrangendo os diversos tipos de risco: crédito, mercado, liquidez, taxa de juro, de balanço e operacional.

Dentro desse relacionamento a função de Gestão de Risco ao nível da banca de investimento assenta nos seguintes princípios básicos:

- Avaliação contínua e permanente do risco;
- Estabelecimento de limites de tolerância tendo em conta a Solvência e a maximização do binómio retorno/risco;
- Análise, Quantificação, Controlo e Monitorização de risco por entidades independentes das áreas de negócio;
- Utilização de diversas metodologias, nomeadamente *ratings* internos e externos, estes últimos fornecidos pelas principais agências de *rating* internacionais, VaR e análises de sensibilidade e de posições;
- Análise das especificidades dos mercados onde as suas diversas unidades de negócio estão implantadas, bem como as características dos seus *portfolios* (negociação, investimento ou de detenção até à maturidade).

O controlo e supervisão de risco é efectuado pela Comissão Executiva do Espírito Santo Investment, que delega no Comité de Políticas de Risco e no Conselho de Crédito e Riscos (CCR) a definição das normas e procedimentos conducentes da actividade e a aprovação das operações, e no Comité de Activos e Passivos (ALCO) a definição e o acompanhamento das políticas de gestão de balanço e de liquidez.

Basileia II

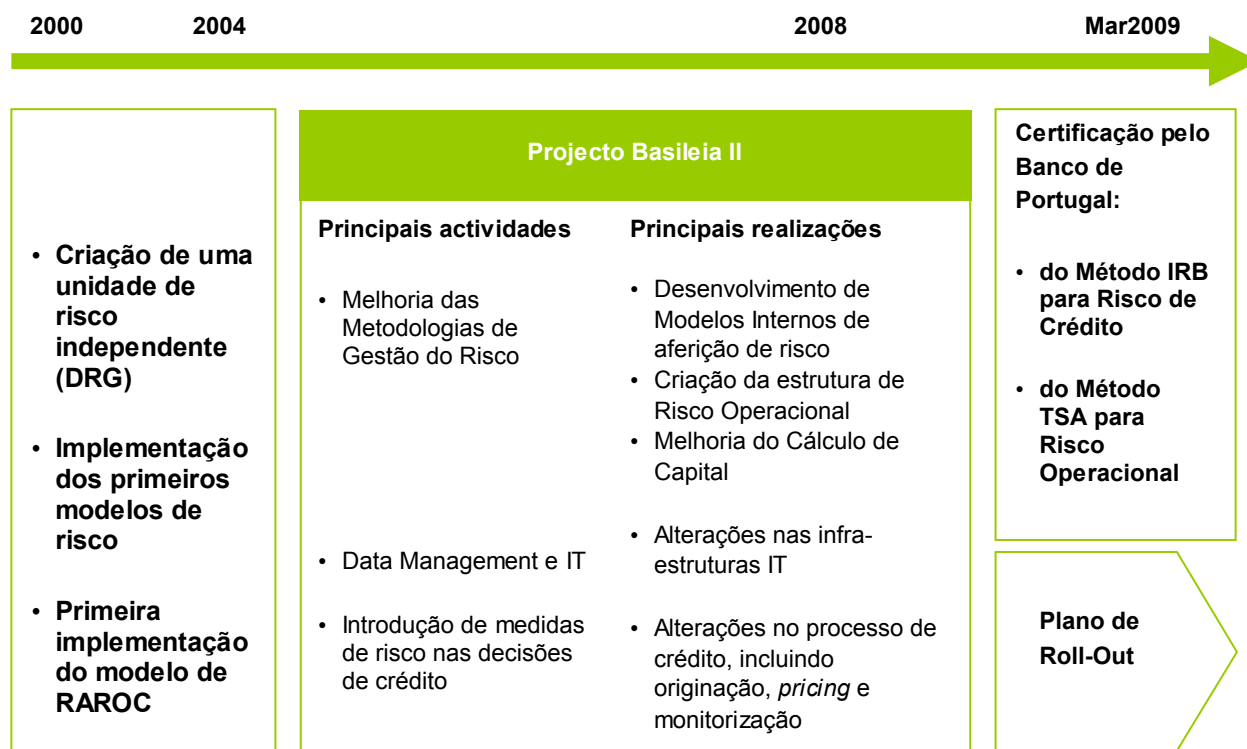
O Grupo BES posicionou-se uma vez mais como líder de mercado ao assumir-se como o primeiro e único Grupo português a ser certificado pelo Banco de Portugal para utilizar o método das Notações Internas, sem estimativas próprias de perda dado o incumprimento e factores de conversão (método IRB Foundation), no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito. É de salientar que esta certificação foi realizada num contexto económico depressivo, facto que confirma a razoabilidade e o conservadorismo dos parâmetros usados.

Durante 2009 o Grupo BES foi também certificado pelo Banco de Portugal para utilizar o método Standard (TSA) no cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura do risco operacional.

As referidas certificações foram obtidas em Abril de 2009, com referência a 31 de Março de 2009, inclusive.

O Grupo BES não só dispõe das melhores práticas internacionais relativamente à gestão de risco, como também tem implementado uma cultura sensível ao risco disseminada por toda a organização, que aplica as ferramentas na gestão diária do negócio.

Esta etapa de sucesso foi o culminar de um plano de investimento significativo levado a cabo pelo Grupo BES na melhoria dos seus modelos, processos e sistemas de gestão do risco.



A referida certificação para utilização do método *IRB Foundation* abrangeu para além do BES Sede e a Sucursal do BES em Londres também o Espírito Santo Investment.

A utilização deste método será alargado ainda a diversas entidades e *portfolios* do Grupo BES ao longo dos próximos anos através de um plano de *Roll-Out* em curso desde Junho de 2009 de modo a garantir que: i) serão atingidos níveis de cobertura de *rating* elevados (>95%) nos *portfolios* IRB, quer nas entidades já certificadas, quer nas entidades candidatas a certificação (incluídas no plano de *Roll-Out*), ii) serão realizados *Use-Tests*, comprovando a utilização das ferramentas de risco na originação, acompanhamento, *pricing*, provisionamento, reporte e gestão estratégica e iii) existirá uma validação e actualização contínua dos modelos de risco.

Datas de Referência da Candidatura

	Junho 2009	Dezembro 2009	Mai 2010	Dezembro 2010	Junho 2011
Entidades a candidatar:	• ES Plc • SFE • BES NY • BES Cayman	• ES Bank • Leasing (Corp) • BAC	• BES Espanha	• Factoring	• BES Vénétie • BES Oriente

ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process

Para além da perspectiva regulamentar, o Grupo BES e neste caso particular o Espírito Santo Investment recorre também a uma visão económica dos seus riscos e dos recursos financeiros disponíveis (*"Risk Taking Capacity"* ou RTC) para o exercício de auto-avaliação da adequação de capital interno previsto no Pilar II de Basileia II e no Aviso 15/2007 do Banco de Portugal.

A visão económica dos riscos e da RTC é estimada quer numa perspectiva de continuidade de negócio, onde o Espírito Santo Investment pretende ter capacidade financeira para absorver perdas sem necessidade de alteração da sua estratégia de negócio, quer numa perspectiva de liquidação, através da qual se pretende salvaguardar a capacidade de reembolso da dívida sénior.

As duas ópticas de avaliação da adequação de capital utilizam diferentes níveis de confiança na estimação dos riscos e diferentes conceitos dos recursos financeiros disponíveis para fazer face a esses riscos, em linha com o apetite de risco definido ao nível do Espírito Santo Investment.

Para a quantificação dos riscos, foram desenvolvidos ao nível do Grupo BES vários modelos de capital económico que estimam a perda máxima potencial para o período de um ano com base num nível de confiança predefinido. Estes modelos abrangem os vários tipos de risco a que o Grupo BES está exposto, dos quais salientamos o risco de crédito, risco de mercado (carteira de *trading* e carteira bancária), risco imobiliário, risco do fundo de pensões, risco operacional, risco reputacional, risco liquidez e risco de estratégia e de negócio.

O cálculo dos requisitos de capital económico para os últimos três riscos é efectuado através de testes de esforço (*Stress-Tests*).

O valor dos requisitos de capital económico de cada risco é agregado tendo em conta os efeitos de diversificação inter-riscos. Paralelamente ao cálculo dos requisitos de capital económico, são efectuados testes de esforço aos principais factores de risco para identificar eventuais fragilidades ou riscos não capturados pelos modelos internos.

A análise da adequação de capital no final de cada ano é complementada com a evolução prevista para os requisitos de capital (riscos) e os recursos financeiros disponíveis para o prazo de 3 anos, quer no cenário base do planeamento, quer num cenário de agravamento adicional da conjuntura macroeconómica.

Solvabilidade

Em 31 de Dezembro de 2009 o rácio Tier I atingiu 9%, (acima dos mínimos exigidos pelo Banco de Portugal), o que reflecte o reforço dos níveis de solvabilidade do Espírito Santo Investment em consequência do aumento de capital concretizado em finais de Junho no montante de 110 milhões de euros.

Activos de Risco e Capitais Elegíveis (Banco de Portugal)

Variáveis		Milhares de Euros	
		2008 Basileia II Standard	2009 Basileia II (IRB)
Activos de risco equivalente	A	3.944.710	4.840.081
<i>Banking Book</i>		3.115.841	3.564.310
<i>Trading Book</i>		499.220	914.790
Risco de liquidação		-	204
Risco operacional		329.649	360.777
Fundos Próprios Totais	B	325.586	527.543
Fundos Próprios de base	C	255.686	435.716
Fundos Próprios Complementares e Deduções		69.900	91.827
Rácio de Solvabilidade	B/A	8,3%	10,9%

Fonte: Espírito Santo Investment

Fundos Próprios

Os fundos próprios de base registaram um acréscimo de 180 milhões de euros atingindo 435,7 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, a que corresponde a um crescimento de cerca de 70%. Neste aumento, assume particular relevância o aumento de capital que permitiu um encaixe de 110 milhões de euros, bem como a política de auto financiamento pela via da retenção de parte dos resultados e, ainda, a recuperação nas reservas de reavaliação.

Por outro lado, os fundos próprios complementares aumentaram em cerca de 21,9 milhões de euros, essencialmente devido à redução das deduções a esta componente (Tier II) por alienação de participação detida pelo Banco numa entidade financeira sediada no estrangeiro.

Activos Ponderados pelo Risco

Em 31 de Dezembro de 2009, os Activos Ponderados pelo Risco atingiram 4.840,1 milhões de euros, sendo 3.564,3 milhões de euros (74% do total) provenientes do Risco de Crédito e Contraparte, 914,8 milhões de euros de Risco de Mercado e 360,8 milhões de Risco Operacional.

Risco de Crédito e Contraparte

Como referido anteriormente, o Espirito Santo Investment utiliza a abordagem baseada no Método das Notações internas (*Internal Ratings Based - IRB*) para tratamento das exposições sujeitas a risco de crédito, em conformidade com as regras dispostas no Anexo IV do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007.

Activos ponderados pelo risco Por classe de risco

	Activos Ponderados pelo Risco	Milhares de Euros Ponderador de Risco
Instituições	401.552	22%
Empresas	2.705.508	75%
Carteira de retalho	2.039	73%
Acções	165.438	7%
Outros	289.773	62%
Total	3.564.310	41%

Fonte: Espirito Santo Investment

No que diz respeito à decomposição dos Activos Ponderados pelo Risco por classes de risco destaca-se o segmento de Empresas que contribui em 75% do total dos activos ponderados pelo risco, em linha com a preponderância que este segmento representa na actividade desenvolvida pelo Espirito Santo Investment bem como pelo Grupo BES.

Risco de Mercado

Os requisitos de capital de Risco de Mercado são calculados com base no método padrão

A 31 de Dezembro de 2009, os requisitos em termos de Activos Ponderados pelo Risco ascenderam a 914,8 milhões de euros sendo o Risco de Taxa de Juro/Instrumentos de Dívida (risco geral e específico) e Risco Cambial os principais contribuintes.

Varição Anual dos Activos Ponderados pelo Risco

	Milhares de Euros		
	2008	2009	Varição
Instrumentos de Dívida			
Risco Específico	42.117	200.386	158.269
Risco Geral	325.807	484.807	159.000
Títulos de Capital			
Risco Específico	9.864	33.813	23.949
Risco Geral	23.025	25.800	2.775
Risco Cambial	98.407	169.984	71.577
Total	499.220	914.790	415.570

Fonte: Espírito Santo Investment

O aumento anual dos requisitos deveu-se essencialmente à variação verificada nos Instrumentos de Dívida, e mais especificamente pelo aumento nas carteiras de Obrigações e Derivados.

Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional

Práticas de Gestão

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem assenta nos seguintes vectores:

- Desenvolvimento contínuo da modelização do risco de crédito, com a consequente diminuição do peso da subjectividade na sua apreciação;
- Melhoria contínua ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, com destaque para a já referida independência da função de risco, a delegação de poderes de acordo com níveis de *rating* e a adequação sistemática do *pricing*, maturidade e garantias aos *ratings* dos clientes;
- Melhoria contínua dos sistemas de informação relacionados com a disponibilização das diferentes variáveis inerentes à avaliação do risco de crédito de modo a permitir a sua consulta a todos os intervenientes do processo de crédito de uma forma periódica e actual.

A implementação do vasto conjunto de iniciativas desenvolvidas ao longo dos últimos anos, relacionadas nomeadamente, com o projecto global de revisão e adaptação dos processos de crédito nos vários segmentos comerciais, aliada à cobertura quase integral das posições creditícias por *ratings*, permitiram que o processo de concessão de crédito no Grupo BES seja actualmente assente na utilização abrangente de métricas de rentabilidade ajustada pelo risco.

Foi igualmente alargada a utilização dos *ratings* para efeitos de definição de limites de *portfolio* que condicionam a concessão de crédito por produto e classes de *rating*, restringindo a produção de crédito nas notações de risco mais elevado.

De uma forma resumida o Grupo BES, e consequentemente o Espírito Santo Investment, tem vindo a adoptar uma política de gestão de crédito rigorosa que tem vindo a permitir mitigar significativamente o risco de crédito assumido perante os seus clientes, situação que, atendendo ao contexto económico recessivo e à crise que se verificou nos mercados financeiros, teve que ser ainda mais visível no decorrer de 2009. Esta abordagem assenta nos seguintes vectores de intervenção:

Originação	Monitorização	Recuperação
• Limites mais restritos na concessão de crédito; • Aumento da exigência de garantias associadas aos créditos; • Melhoria da diferenciação do preço consoante o risco; • Aumento da cobertura da exposição com ratings; • Melhoria da informação de suporte à decisão de concessão de crédito.	• Intensificação do processo de monitorização com forte envolvimento da Gestão de Topo; • Disponibilização da informação de risco de crédito às áreas comerciais; • Acções de recuperação do crédito (antes do default) de acordo com triggers de imparidade; • Melhoria dos processos e controlos de gestão das garantias.	• Antecipação das acções de recuperação; • Monitorização dos devedores e dos activos concedidos em garantia; • Adequação do processo de recuperação de crédito de acordo com o negócio, recuperação e áreas de desinvestimento.

Os Sistemas Internos de Notação de Risco

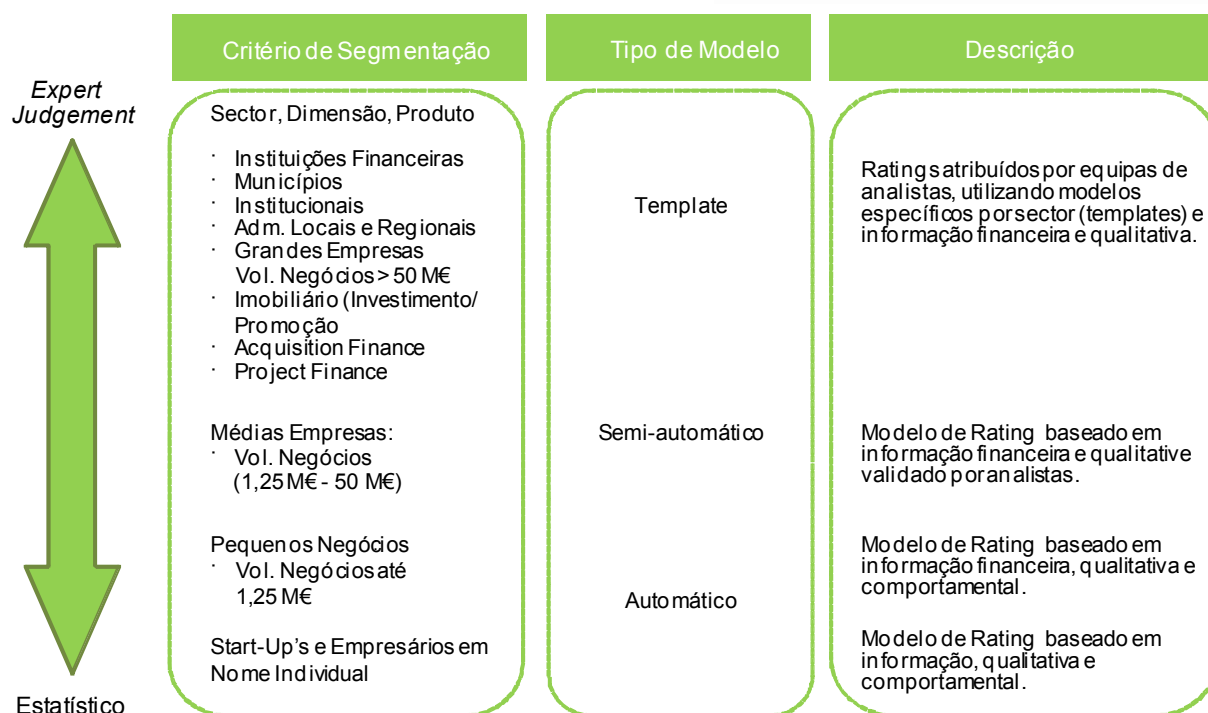
Face às particularidades inerentes aos diferentes segmentos de clientes do Grupo BES, foram desenvolvidos diversos sistemas internos de notação de risco, quer para empresas, quer para particulares.

Conforme previsto na nova regulamentação sobre requisitos mínimos de capital (Basileia II), e seguindo as melhores práticas de gestão de risco, a validação dos sistemas internos de notações de risco é efectuada de uma forma periódica por uma Unidade de Validação Independente ao nível do Grupo BES e sempre que se justifique é feita a revisão dos parâmetros de calibração. O exercício de validação interna dos diversos modelos de rating efectuado em 2009 para os principais *portfolios* de crédito confirmou a robustez e aderência destes modelos no exercício de aferição do risco de crédito.

Modelos Internos de *rating* para Carteiras de Empresas

No que concerne aos modelos de rating para carteiras de empresas, são adoptadas abordagens distintas em função da dimensão e do sector de actividade dos clientes.

Os modelos aplicáveis ao nível do Espírito Santo Investment são os denominados Modelos Internos de *Rating* para Carteiras de Empresas, onde são adoptadas abordagens distintas em função da dimensão e do sector de actividade dos clientes e/ou operações, assim como são utilizados modelos específicos adaptados a operações de *Project finance*, *Acquisition finance* e promoção imobiliária.



As notações de risco são atribuídas pela Mesa de Rating, estrutura constituída por analistas técnicos especializados, organizados em equipas multi-sectoriais, e que centraliza também a validação dos *ratings* propostos pelos analistas de risco de crédito dispersos geograficamente pelas várias entidades do Espírito Santo Investment.

A atribuição das notações internas de risco por parte desta equipa aos diferentes segmentos de risco, classificados como *portfolios* de baixa sinistralidade (*Low Default Portfolios*) assenta na utilização de modelos de *rating* do tipo “*expert-based*” (*templates*) que se baseiam em variáveis qualitativas e quantitativas, fortemente dependentes do sector ou sectores de actividade em que operam os clientes em análise.

Com excepção da atribuição de *rating* a empréstimos especializados, a metodologia utilizada pela Mesa de *Rating* rege-se, ainda, por uma análise de risco ao nível do perímetro máximo de consolidação e pela identificação do estatuto de cada participada dentro do respectivo grupo económico.

Quantificação dos Riscos de Mercado

As principais medidas de risco utilizadas para os Riscos de Mercado são o VaR (*Value at Risk*), o BPV (*Basis Point Value*) e o *StressTest*.

Uma vez que nenhuma medida de risco, por si só, reflecte todos as vertentes associadas a este tipo de riscos, são utilizados complementarmente outros indicadores de risco, tais como níveis de avisos de perda (*stop losses*) e de ganhos (*profit taking*), posições abertas, concentração de posições, medidas de *turnover* e “gregos”.

Quando o Banco transacciona instrumentos financeiros que não têm preços de mercado disponíveis em mercados organizados, são aplicados modelos teóricos de avaliação, que são posteriormente utilizados na gestão e controlo das posições, nomeadamente na sua comparação com os limites aprovados.

São realizados periodicamente testes de aderência (*Back Testing* e *Price Testing*), no sentido de (i) aperfeiçoar a calibração dos modelos existentes e da sua adequabilidade aos instrumentos utilizados (ii) analisar a razoabilidade, independência e consistência dos dados utilizados pelos modelos (iii) verificar a consistência dos algoritmos utilizados e (iv) comparar os resultados obtidos com os recebidos de outros intervenientes no mercado.

Aprovação de Exposições e Limites

A aprovação de todas as operações que envolvem risco de Crédito e de Mercado, bem como os limites para todas as medidas de risco de cada unidade de negócio do Espírito Santo Investment (Portugal, Espanha, Polónia, EUA, Brasil e Irlanda) é efectuada pelo Conselho de Crédito e Riscos.

Foi ainda criado o Comité de Políticas de Risco, cujo início de funcionamento estava previsto ocorrer em finais de 2009, mas que, por motivos de adaptação a uma nova realidade organizacional do Banco, apenas iniciará funções em 2010. O Comité de Políticas de Risco terá como principais atribuições:

- Aprovar e rever a Política Global de Risco alargada a todas as geografias onde o Banco se encontra presente;
- Definir limites globais e regionais de exposição e tolerância ao risco, tendo em conta a solvência e a maximização do binómio retorno/risco;
- Monitorizar todos os parâmetros de risco relevantes para a actividade do Banco;
- Delegar poderes, quando aplicável, de aprovação às diversas unidades de negócio dentro de determinados perfis de risco, tendo em conta o *rating*, montantes globais e parciais por cada *rating bucket*, por maturidades, sectores, países, entre outros.

As atribuições do Comité de Políticas de Risco têm vindo a ser exercidas pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Crédito e Riscos quando necessário, garantindo ao nível do topo da organização um efectivo controlo e monitorização em matérias de risco.

As atribuições específicas do Conselho de Crédito e Riscos são as seguintes:

- Analisar e decidir sobre a aprovação ou recusa das operações propostas por cada uma das geografias garantindo a sua adequação ao perfil de risco definido pela Comissão Executiva e aprovado pelo Comité de Políticas de Risco, tendo em conta os necessários requisitos legais e regulamentares vigentes, bem como as *best practices* de mercado;
- Aprovar alterações a limites individuais e agregados, de acordo com as linhas de negócio e produto definidas.

Assim, limites de níveis mínimos de *Rating*, de VaR, BPV (*Basis Point Value*), níveis de avisos de perda (*stop losses*) e ganhos (*profit taking*), posições abertas, concentração de posições, medidas de *turnover* e “gregos” propostos e aprovados, são atribuídos tendo em conta a especificidade dos mercados, produtos, moedas e maturidades.

Previamente à atribuição de limites, é efectuada uma análise profunda dos mercados, nomeadamente a sua liquidez, no sentido de se assegurar os objectivos propostos estrategicamente para o Banco, quer em termos individuais quer em termos consolidados.

A revisão dos diversos limites de risco ocorre com carácter anual ou sempre que sucedam alterações de mercado ou de posicionamento estratégico das áreas de negócio que assim o justifiquem.

Monitorização e Controlo

As actividades de acompanhamento e de controlo têm como objectivo quantificar e controlar os riscos de Crédito e de Mercado, por forma a que sejam definidas e implementadas, antecipadamente, medidas concretas para situações específicas, que possam indiciar agravamento do risco bem como estratégias globais de gestão da diversas carteiras do Banco.

O Espírito Santo Investment dispõe de equipas em cada unidade de negócio que, em conjugação com a equipa de Portugal e o Departamento de Risco Global do BES, asseguram a função de controlo e monitorização desses riscos assente nos seguintes processos:

- Recolha, preparação, controle e difusão diária pelas diferentes áreas de negócio das posições dos empréstimos, das carteiras de obrigações, derivados, utilização dos limites aprovados.
- Elaboração semanal de um relatório de Risco (Semanário de Risco) onde são abordados os diferentes tipos de risco, nomeadamente:
 - ♦ Crédito – Perfil de Risco de crédito da carteira do Banco nos seus diferentes instrumentos, Exposição Global por instrumento, por País, por Rating, por Sector Económico, por Maturidade, P/L, Requisitos de capital, aprovações em Comité de Crédito e Riscos, Limites excedidos, indícios de imparidade, etc.;

- ♦ Mercado (taxa de Juro e acções) – P/L por instrumento, Posição cambial, Vo1 para as diferentes carteiras, Veja, DeaR, etc.
- ♦ Preparação da informação de apoio à elaboração dos diversos reportes externos e internos sobre crédito, risco de contraparte, risco de liquidez e risco de mercado;

Durante 2009, como reforço à monitorização e controle da carteira de crédito, foi criada uma comissão com o propósito específico de avaliar os créditos com imparidade numa base individual e em base de *portfolio*, bem como clientes em incumprimento, e onde é utilizada a informação de base dos modelos de risco de crédito complementada com a análise, entre outros:

- da exposição global do cliente e da existência de créditos em situação de incumprimento;
- da viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e da sua capacidade de gerar meios capazes de responder ao serviço da dívida no futuro;
- da existência de credores privilegiados;
- da existência, da natureza e do valor estimado dos colaterais;
- do endividamento do cliente no sector financeiro;
- do montante e dos prazos de recuperação estimados.

Refira-se ainda a este propósito que um crédito concedido a clientes ou uma carteira de crédito concedido encontra-se em imparidade quando: (i) existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial e (ii) esse(s) evento(s) tenha(m) um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Risco de Crédito

Carteira de Crédito a Clientes

(i) Estrutura da Carteira de Crédito

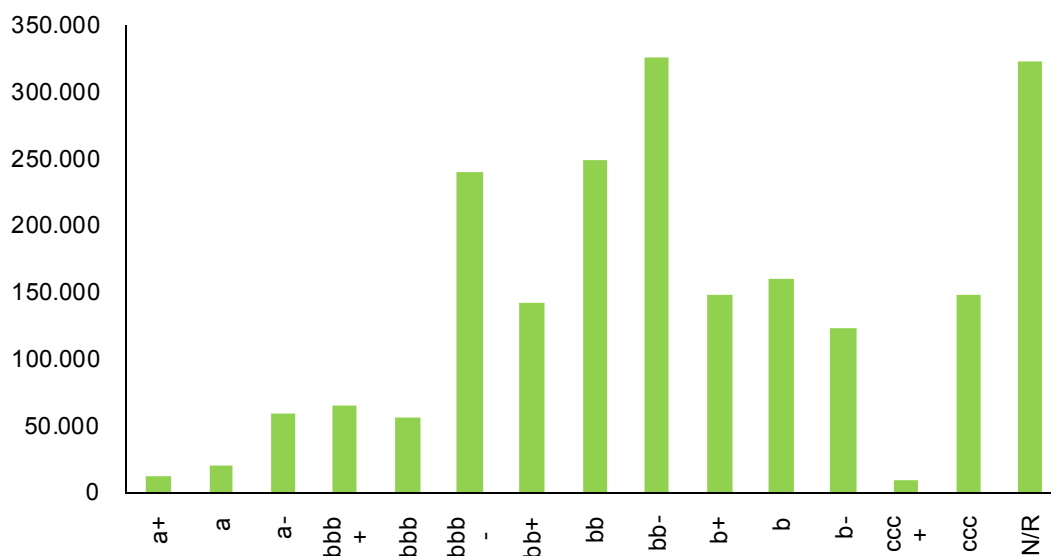
A carteira de crédito bruta de clientes (excluindo Linhas de Crédito e Garantias Prestadas) do Espírito Santo Investment alcançou em 31 de Dezembro de 2009 o montante de 2.121 milhões de euros, o que representou um crescimento de cerca de 21% face ao final do ano de 2008.

Quer o perfil de *rating* quer a distribuição sectorial da carteira de crédito espelham o reforço das actividades de concessão de crédito que o Banco tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, salientando-se o particular enfoque nas operações em regime de *Project Finance* nos sectores das Infra-estruturas de Transportes e Energia, em diversas geografias onde o Banco ou o Grupo BES está presente.

Do total da carteira de crédito coberta com *ratings* internos, cerca de 25,5% da exposição era *investment grade*. Na área do *non investment grade*, cerca de 41% está concentrada nos *ratings* [bb+ e bb-], tratando-se na sua maioria de operações de crédito com um elevado grau de complexidade, estando, normalmente, garantidas por activos reais, os quais não se encontram reflectidos ao nível dos *ratings* internos atribuídos, sendo, no entanto, importantes mitigadores de risco, nomeadamente ao nível do cálculo das perdas esperadas (*Expected Losses*).

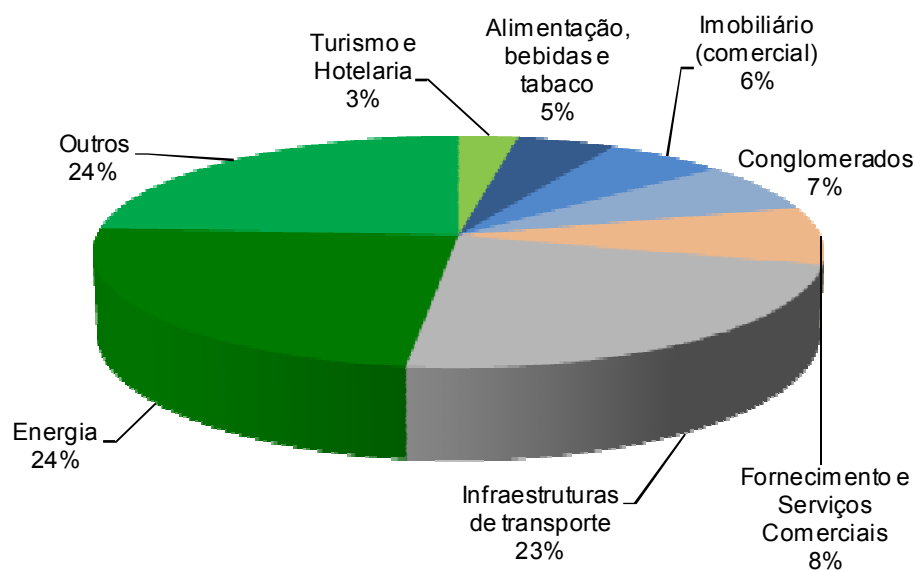
Perfil de Ratings Internos da Carteira de Crédito

Milhares de Euros



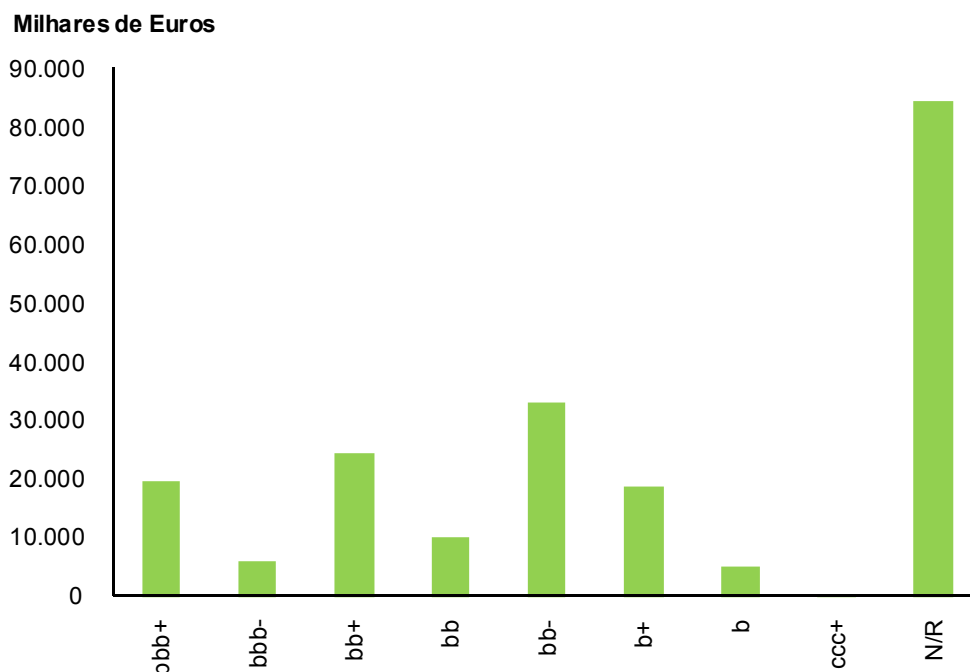
Fonte: Espírito Santo Investment.

Distribuição sectorial da Carteira de Crédito

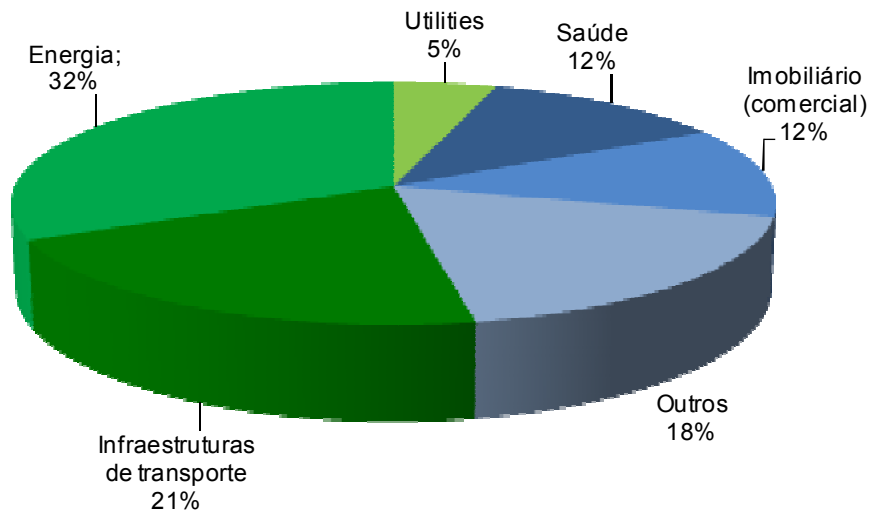


Fonte: Espírito Santo Investment.

As Linhas de Crédito não utilizadas atingiram, no final de 2009, cerca de 201,7 milhões de euros, estando relacionadas, na sua maioria, com montantes ainda não utilizados no âmbito de operações de *Project Finance*, o que justifica quer o perfil de *rating* quer a concentração sectorial apresentadas.

Perfil de Ratings Internos das Linhas de Crédito não utilizadas


Fonte: Espírito Santo Investment.

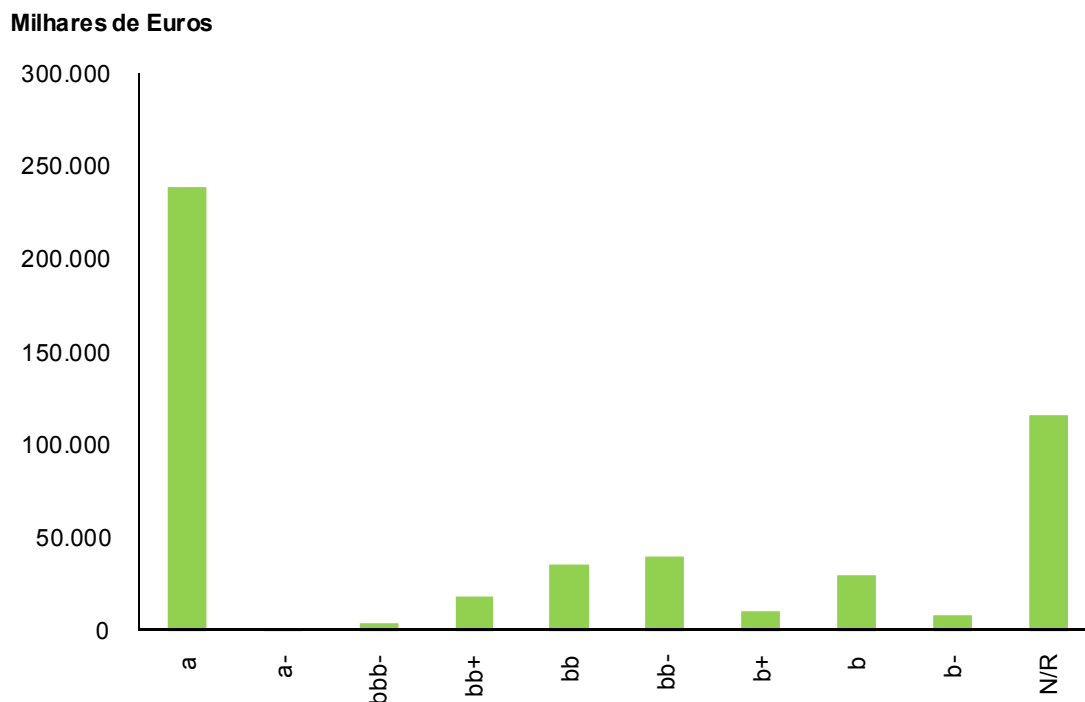
Distribuição sectorial de Linhas de Crédito não utilizadas


Fonte: Espírito Santo Investment.

No que se refere a Garantias e Avals prestados pelo Banco, o seu montante, no final de 2009, era de cerca de 411,7 milhões de euros.

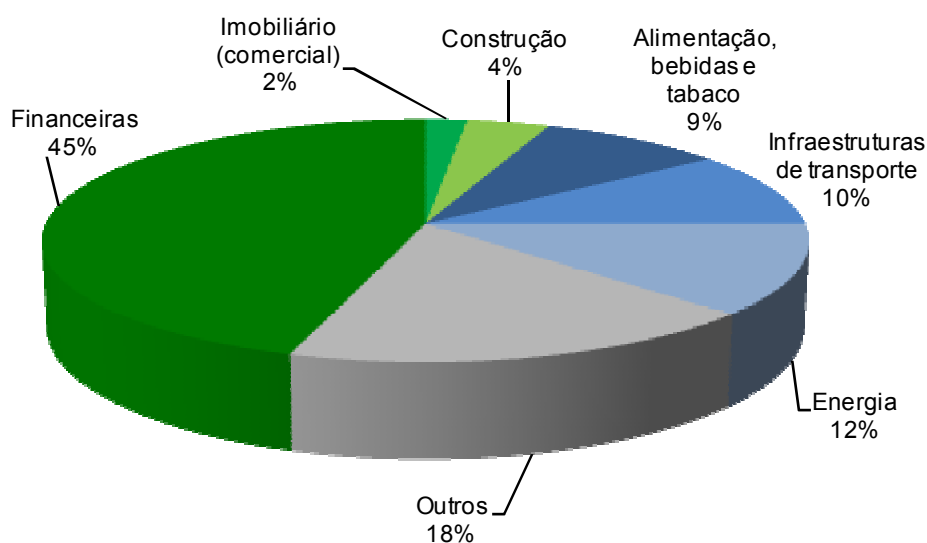
Quanto ao perfil de *rating* desta carteira, cerca de 63.6% situava-se ao nível do “*investment grade*”. Em termos de distribuição sectorial, o mais representativo era o sector Financeiro, com 45% do total.

Perfil de Ratings Internos de Garantias e Avals Prestados



Fonte: Espírito Santo Investment

Distribuição Sectorial de Linhas de Garantias e Avals Prestados



Fonte: Espírito Santo Investment

A exposição por Países ao nível do Crédito, Linhas de Crédito não utilizadas e Garantias e Avals Prestados concentrava-se essencialmente em Portugal (38%), Espanha (35%), Brasil (9%) e Estados Unidos da América (7%) estando a exposição remanescente repartida entre entidades cuja actividade se desenvolve na Suíça, na Polónia, no Reino Unido e no Canadá. Esta exposição reflecte a aposta que o Banco tem vindo a fazer na internacionalização da sua actividade.

ii) Carteira de Crédito Vencido

Apesar da tendência de recuperação da actividade económica global, iniciada em meados de 2009 e que deverá prolongar-se por 2010, e do Banco ter registado, no que diz respeito ao rácio do crédito em incumprimento, uma ligeira melhoria, uma vez que o mesmo registou o valor de 0,53%, menos 18 p.b. que no ano anterior, o Banco, consciente que poderá haver ainda alguma deterioração no seu *portfolio* de crédito, procedeu ao reforço das suas provisões com base na política seguida em exercícios anteriores.

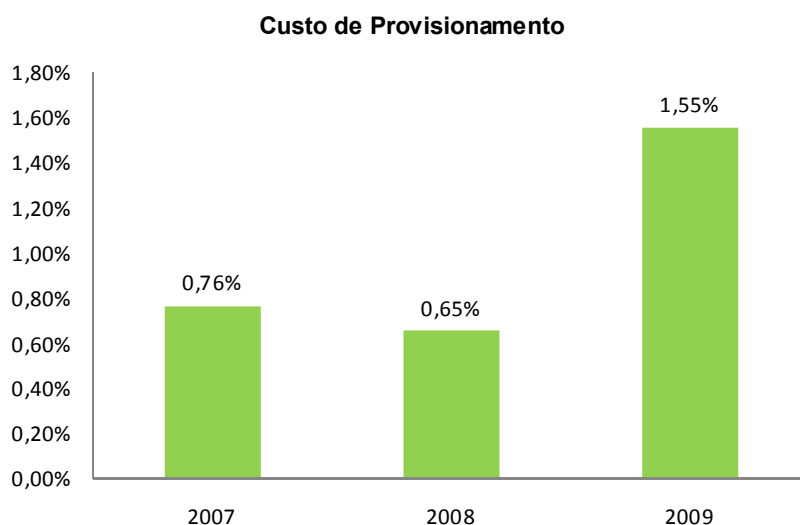
Tal facto teve um reflexo positivo ao nível do rácio de cobertura do crédito e juros vencidos por provisões, tendo o Banco apresentado no final do exercício em análise, um rácio de 430% contra 206% do ano anterior.

	Milhares de Euros	
	2009	2008
Crédito a Clientes (Bruto)	2.121.217	1.749.854
Crédito e Juros Vencidos	11.247	12.488
Provisões para Crédito a Clientes	48.358	25.726
Crédito e Juros Vencidos/Crédito a Clientes	0,53%	0,71%
Provisões para Crédito a Clientes/Crédito e Juros Vencidos	430%	206%
Rácio de Crédito em Incumprimento (*)	0,53%	0,71%

(*) calculado de acordo com a Carta-Circular nº99/2003/DSB do Banco de Portugal

Fonte: Espírito Santo Investment

O aumento das Provisões teve um impacto negativo no custo de provisionamento, na medida em que este registou um aumento em cerca de 90 pontos base (p.b.) em 2009, tendo no final do exercício atingido o valor de 1,55%, tal como se pode observar no quadro a seguir apresentado.



Fonte: Espírito Santo Investment

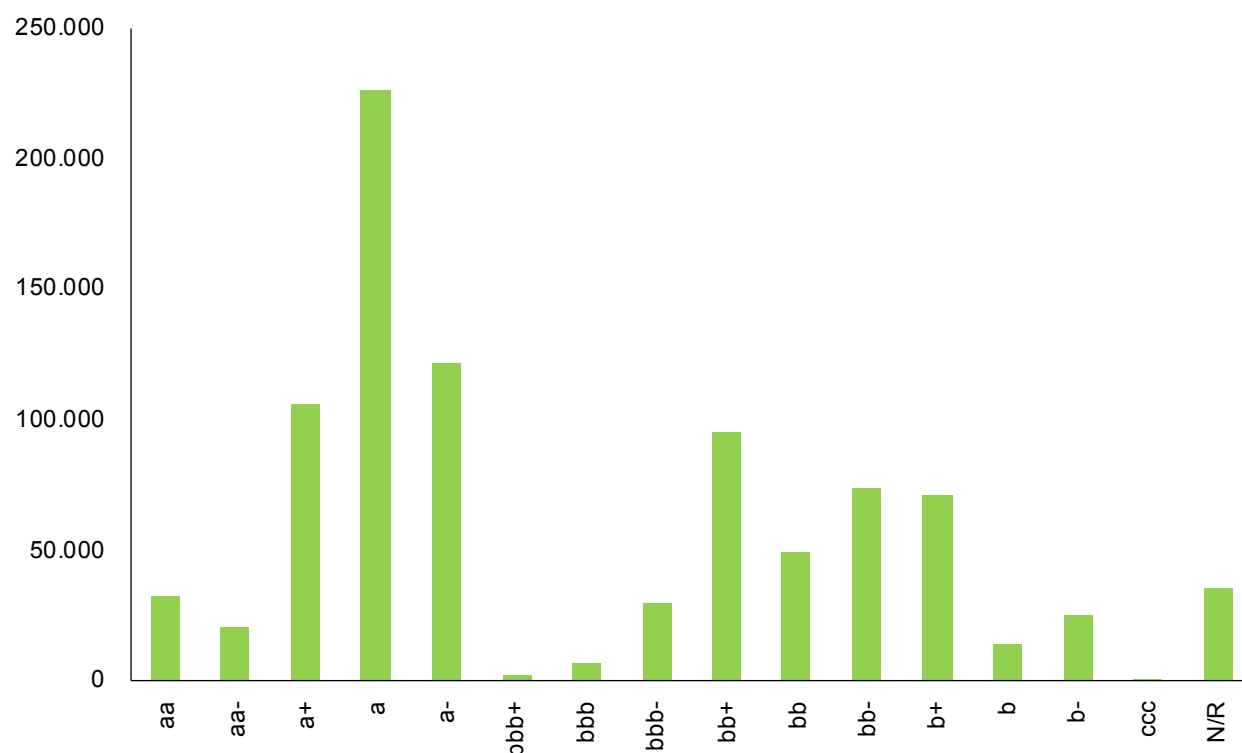
Carteira de Derivados sobre Instrumentos de Taxa de Juro, Câmbio e Acções

O risco de crédito subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro, câmbio e acções do Banco em 2009 (quantificado através das regras definidas pelo Aviso 5/2007 do Banco de Portugal e que assenta na soma entre o custo de substituição e o risco de crédito potencial futuro), manteve-se ao nível do ano de 2008, tendo atingido em Dezembro de 2009 o montante de 911,9 milhões de euros.

Em termos do perfil de risco das exposições do Banco nestes instrumentos, cerca de 60% era constituído por contrapartes com *ratings Investment Grade*, sendo cerca de 51% da exposição global ao sector financeiro, nomeadamente perante instituições financeiras sediadas na Europa Continental, Brasil e Reino Unido.

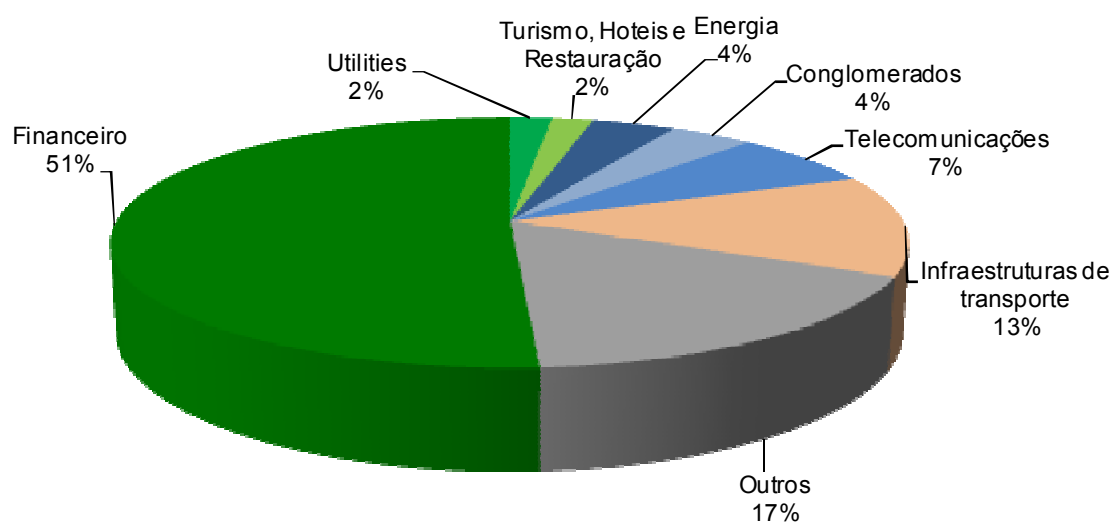
Perfil de Ratings Internos - Derivados de Taxa de Juro, Câmbio e Acções

Milhares de Euros



Fonte: Espírito Santo Investment.

Distribuição Sectorial da Carteira de Derivados (Taxa de Juro, Câmbio e Acções)



Fonte: Espírito Santo Investment

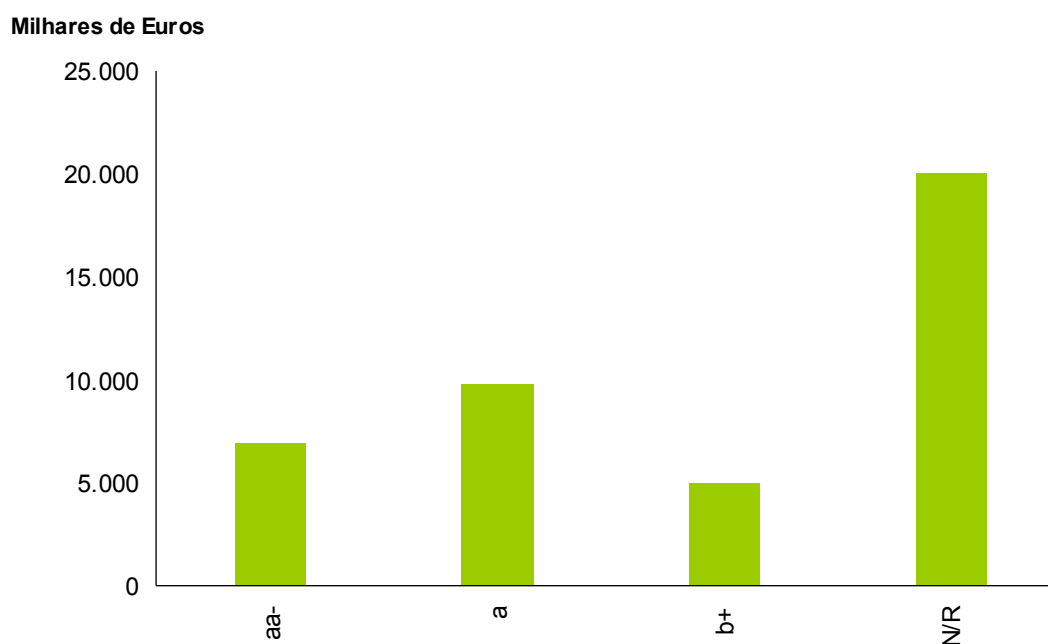
Carteira de Derivados de Crédito

Mantendo a tendência do ano anterior, o Banco continuou, durante o exercício de 2009, a reduzir substancialmente a sua exposição aos Derivados de Crédito, risco esse que é calculado tendo em conta o valor “nocional” subjacente aos contratos transaccionados e o risco do emitente de referência (*underlying*) no caso de venda de protecção por parte do Espírito Santo Investment, e de contraparte, no caso de compra de protecção (instituições financeiras).

Assim, no final de 2009, o risco desta carteira era residual e totalizava cerca de 41,7 milhões de euros, representando um decréscimo relativamente ao ano de 2008 de 63%.

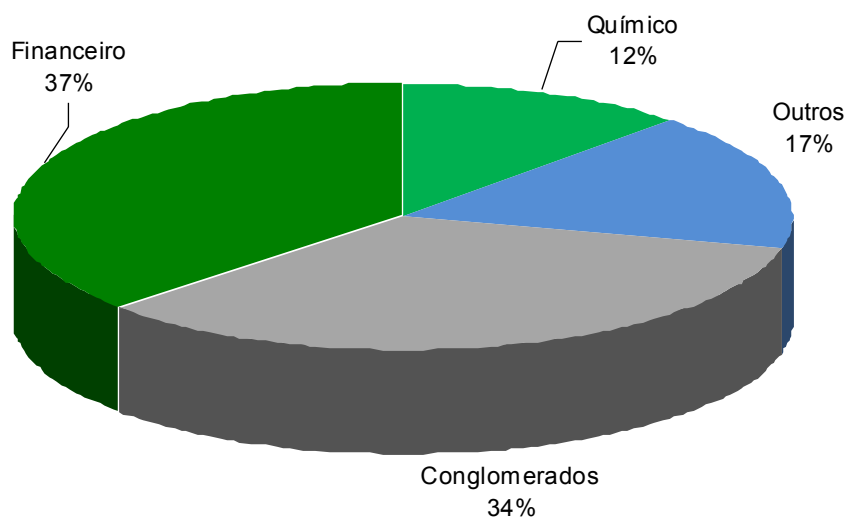
Quanto ao perfil de *rating* e distribuição sectorial desta carteira, era possível observar que cerca de 40% da mesma estava concentrada em *ratings* iguais ou superiores a “BBB-” (*Investment Grade*) e maioritariamente exposta a empresas europeias dos sectores Financeiro e Conglomerados.

Perfil de Ratings Internos – Derivados de Crédito



Fonte: Espírito Santo Investment

Distribuição Sectorial da Carteira de Derivados de Crédito



Fonte: Espírito Santo Investment

Carteira de Obrigações

A Carteira de Títulos de Rendimento Fixo atingiu no final do ano de 2009 o montante de 1.546 milhões de euros, o que significa um crescimento de cerca de 28,4% face ao ano anterior.

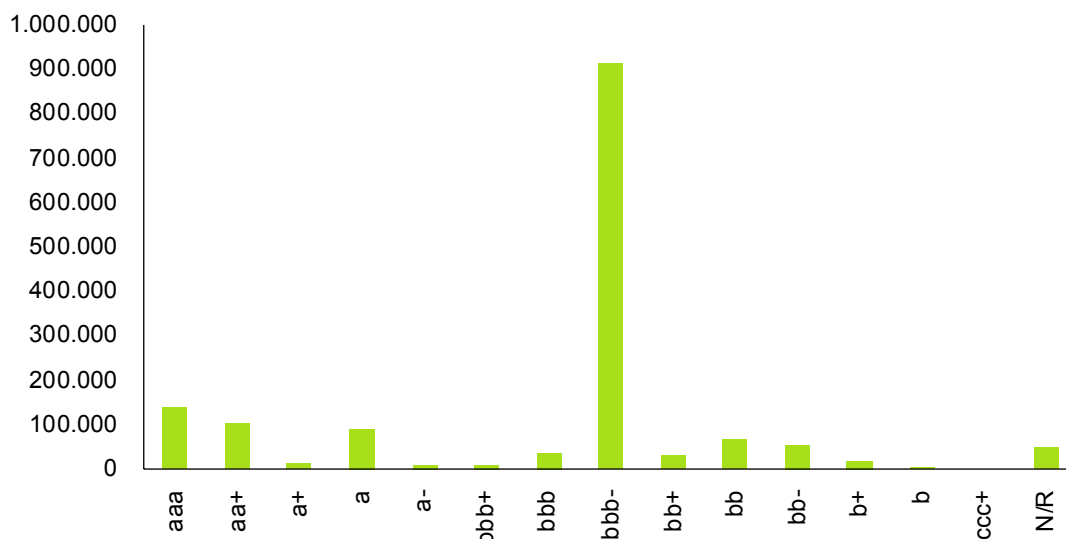
Por força da consolidação integral da carteira do BES Investimento do Brasil, constituída essencialmente por Notas do Tesouro Nacional do Brasil e Notas do Banco Central brasileiro (denominadas e financiadas em moeda local), o perfil de risco da carteira de títulos de rendimento fixo do Banco em 2009 manteve-se sensivelmente igual ao de 2008, por via da manutenção do *rating* da República do Brasil.

Assim no final de 2009 cerca de 85% da carteira estava concentrada em *ratings* iguais ou superiores a “BBB-“ (*Investment Grade*).

Em termos de distribuição sectorial, verificou-se que cerca de 79% da carteira de Títulos de Rendimento Fixo dizia respeito a títulos emitidos por entidades dos sectores Estado/Administração Central e Financeiro, sediadas no Brasil e em Portugal, o que traduzia a boa qualidade de risco e a sua elevada liquidez.

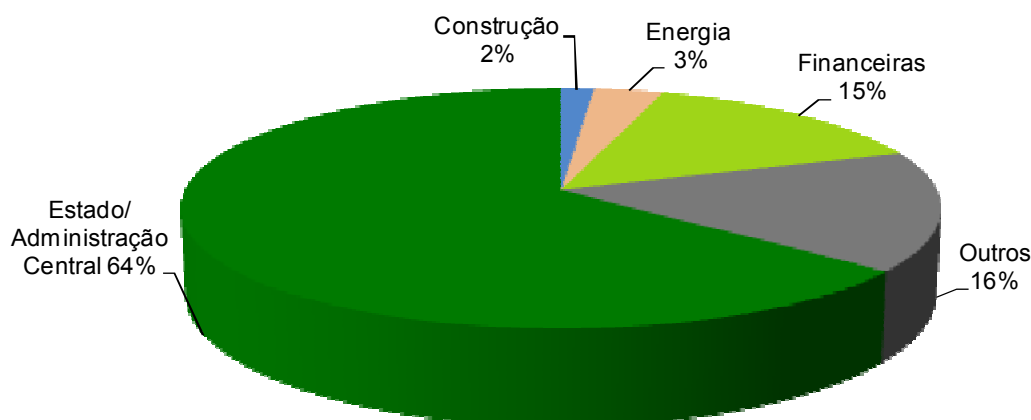
Perfil de Ratings Externos -Títulos de Rendimento Fixo

Milhares de Euros



Fonte: Espírito Santo Investment.

Distribuição Sectorial de Títulos de Rendimento Fixo



Fonte: Espírito Santo Investment

Exposição a Mercados Emergentes

Em 31 de Dezembro de 2009 a exposição a mercados ditos emergentes em moeda estrangeira (determinada de acordo com os critérios do Banco de Portugal para efeitos do cálculo de Risco de Contraparte – exposição agregada por zonas geográficas), elevava-se a 1.491 milhões de euros, representando cerca de 25,4% do total do activo líquido consolidado, sendo 94,3% financiado em moeda local.

Países	Dez-09				Dez-08	Dez-07
	Exposição Bruta	Provisões	Garantias e Outras Deduções	Exposição Líquida	Exposição Líquida	Exposição Líquida
América Latina						
México	1.400	-1.248	13.883	-11.235	----	----
Venezuela	5.615	-896	9.198	-2.687		
Brasil	1.527.713	43	25.061	1.502.609	926.294	955.198
Bahamas	0	0	0	0	30	
Europa						
Turquia	0	0	0	0	-5.000	5.492
África						
Angola	2.858	286	0	2.572	2.315	1.528
Exposição Total a Mercados Emergentes	1.537.586	-1.815	48.142	1.491.260	923.639	962.218
Exposição Total/Activos Líquidos Consolidados	26,18%	-0,03%	0,82%	25,39%	16,85%	17,56%
Exposição Financiada em Moeda Local	1.405.941	0	0	1.405.941	906.020	884.002
Exposição Financiada em Moeda Local/Exposição Total	91,44%	0,00%	0,00%	94,28%	98,09%	91,87%

Fonte: Espírito Santo Investment.

Risco de Mercado

Por Risco de Mercado entende-se a potencial perda de valor dos portfolios e instrumentos financeiros decorrentes de oscilações das variáveis de mercado como sejam os *spreads* de crédito, as taxas de juro, as cotações de câmbio, os preços de acções e cotações de índices, bem como os preços de mercadorias.

As tarefas de identificação, valorização, monitorização e controlo do risco de mercado são desenvolvidas por uma área específica - Controlo de Risco de Mercado - que as exerce de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos funcionais, a área de Controlo de Risco de Mercado reporta à Comissão Executiva, na figura de um Administrador Executivo.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco de Mercado pelas diversas unidades de negócio, com competências adequadas, atendendo às especificidades da actividade desenvolvida, e dos riscos incorridos em cada empresa do Grupo Espírito Santo Investment.

A esta área cabe a apresentação de propostas de limites precedida da análise dos factores relevantes a cada risco recorrendo a técnicas de tratamento estatístico, à medição da volatilidade do mercado, à análise de indicadores de profundidade e liquidez e à simulação da actividade em causa sob diversas condições de mercado de modo a fundamentar convenientemente os limites propostos pelas áreas de negócio. Além do fundamento técnico dos limites existe uma adequação ao *track record* e experiência da área de negócio e aos objectivos estratégicos, pelo que os limites reflectem a apetência do Banco por cada um dos tipos de risco em que incorre.

As propostas de limites são apresentadas e aprovadas em sede de Conselho de Crédito e Riscos (CCR) de cada unidade de negócio e posteriormente submetidas à aprovação por parte do Conselho de Crédito e Riscos Global sediado em Lisboa. Com periodicidade no mínimo anual procede-se à sua revisão, podendo esta ser igualmente despoletada sempre que as opções estratégicas ou as condições de mercado o justifiquem.

De modo a construir uma imagem que se pretende completa sobre os riscos incorridos e a transmitir a toda a organização sinais claros acerca do perfil de risco desejado, são utilizadas diversas medidas de risco complementadas com limites de posição, de *stop losses* e de concentração.

Entre as medidas de risco utilizadas encontram-se o VaR (*Value at Risk*) e entre as de sensibilidade, o BPV (*Basis Point Value*) e os “Gregos” (Vega e Rho). A calibração do modelo de VaR é feita com uma análise de *Back testing*. As diferentes posições de risco de mercado do Banco são ainda enquadradas na simulação de cenários extremos efectuada ao nível do Grupo BES que tem como base as variações a 10 dias mais e menos positivas verificadas nos últimos 20 anos.

Os mercados em que cada unidade de negócio opera encerram especificidades que obrigam à adaptação da forma de implementação das referidas metodologias de medição e controlo do risco.

Para efeitos comparativos o quadro seguinte apresenta o VaR por tipo de risco, medido com um *holding period* de 10 dias e com um nível de confiança de 99%.

Milhões de Euros

	Dez-09	Máximo 2009	Média 2009	Dez-08
Risco cambial	4,85	7,76	4,61	6,92
Risco taxa de juro	5,96	7,10	5,91	3,49
Acções	5,37	7,19	3,64	4,48
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Covariância	-6,88	-8,59	-5,30	-2,55
Total	9,30	13,46	8,86	12,34

Fonte: Espírito Santo Investment

Alguns dos instrumentos transaccionados pelo Banco não são avaliados com base em preços de mercado disponíveis em mercados organizados, mas sim com recurso a modelos teóricos de avaliação. Estes modelos são, posteriormente, utilizados na gestão e controlo das posições, nomeadamente na sua comparação com os limites.

Assim, o Banco tem implementado uma metodologia de *Price Testing* que tem como objectivos:

- A revisão de modelos e sua adequabilidade aos instrumentos;
- A razoabilidade, independência e consistência dos dados utilizados pelos modelos;
- A razoabilidade dos algoritmos utilizados;
- O confronto dos resultados obtidos com aqueles recebidos de outros intervenientes no mercado.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco em que incorre a Instituição de ser incapaz de cumprir os seus compromissos financeiros para com um cliente ou mercado em qualquer altura, local ou divisa.

A confiança pública na situação financeira da Instituição é essencial para a liquidez.

Esta confiança é uma função da qualidade financeira, i.e. qualidade do crédito, da sua capacidade de acesso aos mercados monetários e de capitais, dos seus resultados e percepção de mercado. É ainda uma função da capacidade de sobrevivência da Instituição a um choque financeiro bem como do cenário regulamentar no qual opera.

Práticas de Gestão

O objectivo da gestão da liquidez não é eliminar o risco de liquidez, o que poderia ser dispendioso e significar também o sacrifício de oportunidades importantes. O objectivo é quantificar o risco de liquidez e determinar o nível de tolerância a esse mesmo risco. Manter a liquidez tem um custo para a Instituição, o qual necessita de ser avaliado de forma a garantir que são atingidos retornos adequados.

O risco de liquidez de *funding* compreende:

- *Riscos operativos business as usual*: exposições decorrentes das actividades diárias de *funding* e *trading* em situações normais de mercado. Os riscos operativos advêm de:
 - *gaps* de *funding*;
 - concentração de *funding*; e
 - fluxos *off balance sheet*.
- *Riscos de contingência*: exposições decorrentes de factores externos sobre os quais a Instituição não tem controlo:
 - agitação nos mercados;
 - acontecimentos políticos; e
 - um problema específico de nome no mercado.

O grau de risco é determinado pela severidade e duração dos próprios acontecimentos externos e pelo nível de exposição operativa.

De forma a avaliar a exposição ao risco de liquidez são produzidos reportes de MCO (*Máximum Cumulative Outflow*) com base nos *gaps* de liquidez. O MCO tende a realçar os desequilíbrios estruturais do balanço que ocorrem quando existe um *mismatch* importante entre activos e passivos.

O ponto de partida para a construção do MCO é o balanço, dividido por activos e passivos intergrupo e terceiros. As maturidades de todas as rubricas são analisadas em detalhe, alocando-as aos diferentes intervalos de maturidade, dando particular ênfase ao período entre a data presente e os 6 meses.

O tratamento de cada uma das rubricas tem por base pressupostos estabelecidos de acordo com o seu comportamento histórico, a liquidez dos instrumentos e outras características específicas de cada produto.

Para além de linhas de crédito de mercado interbancário com a comunidade bancária residente e não residente, o Espírito Santo Investment dispõe, através da subsidiária Espírito Santo Investment p.l.c., de um programa de *Euro Medium Term Notes* ("EMTN"), instrumento este de extrema importância para a gestão da liquidez, pela sua flexibilidade e por constituir um acesso privilegiado aos mercados de dívida.

Análise do Risco de Liquidez

Verificou-se em 2009 um crescimento do balanço da ordem dos 10% (cerca de 540 milhões de euros). Analisando a evolução da estrutura do passivo, destacam-se os importantes crescimentos da dívida sob a forma de títulos e dos passivos interbancários e a diminuição menos pronunciada dos passivos de clientes. De referir ainda o aumento de capital de 110 Milhões de euros realizado no segundo semestre de 2009.

Análise da evolução dos principais itens de passivo:

- *Clientes*: decréscimo de cerca de 278 milhões de euros.

Esta evolução resulta essencialmente da perda de passivos do segmento institucional em Espanha, que, na verdade, não representa uma perda efectiva de liquidez.

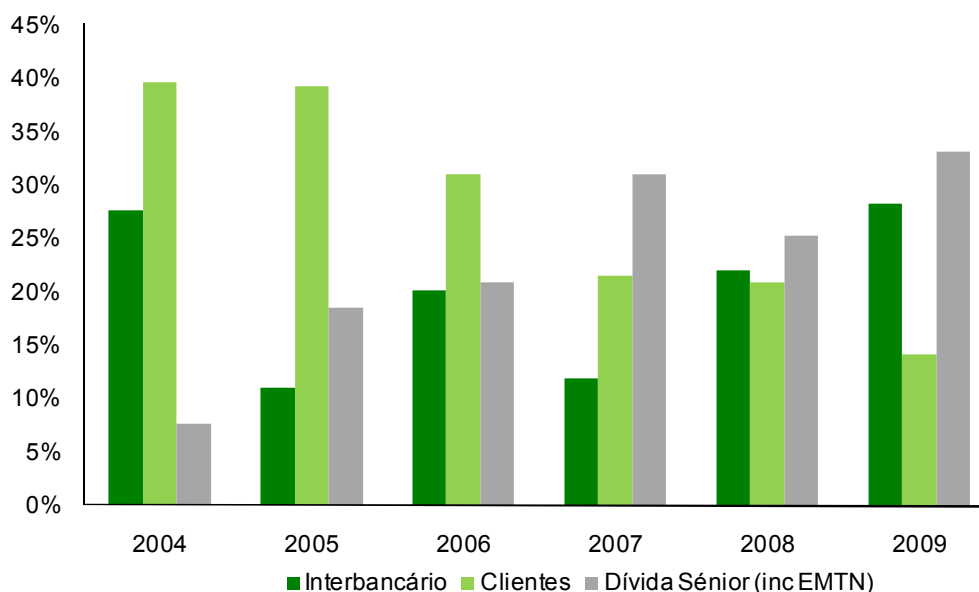
- *Dívida*: crescimento de 45%, cerca de 598 milhões de euros.

Esta notável evolução deveu-se em boa medida ao crescimento desta rubrica no BES Investimento do Brasil.

- *Interbancário*: crescimento de 480 milhões de euros.

Crescimento das tomadas interbancárias essencialmente dentro do Grupo BES. O *gap* de liquidez suportado por tomadas interbancárias fora do Grupo BES representava, a 31 de Dezembro de 2009, menos de 4% do Passivo.

Diversificação das fontes de Financiamento (% do total de balanço)



Risco Operacional

O risco operacional define-se como a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Desta forma, assume-se o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativo, de sistemas de informação, de *compliance* e de reputação.

Ao nível do Grupo BES, a gestão do risco operacional é efectuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.



A gestão do risco operacional é suportada por uma estrutura organizacional exclusivamente dedicada ao seu desenho, acompanhamento e manutenção, contando com representantes dos departamentos, sucursais e subsidiárias considerados relevantes, com a responsabilidade de garantir nas suas áreas de competência a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional. Estes representantes desempenham um papel fundamental para a eficaz gestão deste risco, pelo que, em 2009, à semelhança do que já ocorrera no exercício de 2008, a sua formação/sensibilização foi uma prioridade.

Assumem, também, especial relevo neste modelo de gestão:

- a Gestão do Sistema de Controlo Interno, pelo seu papel na garantia da documentação dos processos, na identificação dos seus riscos específicos e dos controlos implementados, na determinação do rigor do desenho dos controlos e na identificação das acções de melhoria necessárias para a sua plena eficácia, sendo contínua a comunicação de e para a gestão do risco operacional;
- a Auditoria Interna, pelo seu papel no teste da eficácia da gestão dos riscos e dos controlos, bem como na identificação e avaliação da implementação das acções de melhoria necessárias;
- a Coordenação de Segurança, pelo seu papel no âmbito da segurança de informação, segurança física e de pessoas e da continuidade de negócio.

No caso concreto do Espírito Santo Investment, existe um representante do risco operacional, responsável não só por articular este assunto junto do Departamento de Risco Global, mas também por dinamizar a implementação dos procedimentos de gestão do risco operacional a nível interno, e nas respectivas Sucursais e Filiais. Tais funções estão atribuídas ao Departamento de *Compliance*.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ÀS CONTAS

1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração dos Resultados Consolidados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2009	31.12.2008
Juros e proveitos similares	5	259 624	302 448
Juros e custos similares	5	201 685	251 521
Margem financeira		57 939	50 927
Rendimentos de instrumentos de capital		3 225	3 680
Rendimentos de serviços e comissões	6	124 139	103 866
Encargos com serviços e comissões	6	(10 218)	(9 534)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(6 282)	24 885
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	28 763	21 579
Resultados de reavaliação cambial	9	35 196	(6 911)
Resultados na alienação de outros activos		138	(27)
Outros resultados operacionais	10	(5 237)	(7 194)
Proveitos operacionais		227 663	181 271
Custos com pessoal	11	68 307	56 361
Gastos gerais administrativos	13	34 939	32 016
Depreciações e amortizações	24 e 25	2 594	2 482
Provisões líquidas de anulações	31	8 618	1 752
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20	28 020	7 147
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17, 18 e 19	11 394	18 474
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25 e 27	4 892	2 937
Custos operacionais		158 764	121 169
Alienação de subsidiárias e associadas	26	-	1 406
Resultados de associadas	26	971	6 066
Resultado antes de impostos		69 870	67 574
Impostos			
Correntes	32	8 481	33 939
Diferidos	32	3 690	(16 720)
		12 171	17 219
Resultado líquido do exercício		57 699	50 355
Atribuível aos accionistas do Banco		50 384	47 551
Atribuível aos interesses minoritários		7 315	2 804
		57 699	50 355
Resultados por acção básicos (em Euros)	14	2,02	3,40
Resultados por acção diluídos (em Euros)	14	2,02	3,40

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Resultado líquido do exercício		
Atribuível aos accionistas do Banco	50 384	47 551
Atribuível aos interesses minoritários	7 315	2 804
	57 699	50 355
Outro rendimento integral do exercício		
Diferenças de câmbio	22 066	(15 538)
Activos disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no exercício	52 907	(130 120)
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do exercício	(17 362)	(3 275)
Impostos diferidos	(2 314)	38 089
	33 231	(95 306)
Total do rendimento integral do exercício	112 996	(60 489)
Atribuível aos accionistas do Banco	98 761	(69 377)
Atribuível aos interesses minoritários	14 235	8 888
	112 996	(60 489)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2009	31.12.2008
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	29 748	12 137
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	31 940	30 316
Activos financeiros detidos para negociação	17	1 365 581	1 213 954
Activos financeiros disponíveis para venda	18	528 678	475 287
Aplicações em instituições de crédito	19	747 085	914 633
Crédito a clientes	20	2 072 859	1 724 128
Investimentos detidos até à maturidade	21	436 445	243 094
Derivados para gestão de risco	22	111 126	103 269
Activos não correntes detidos para venda	23	1 311	1 339
Outros activos tangíveis	24	8 728	7 142
Activos intangíveis	25	16 561	12 350
Investimentos em associadas	26	29 182	29 707
Activos por impostos correntes		9 745	2 318
Activos por impostos diferidos	32	17 899	19 364
Outros activos	27	470 587	542 715
Total de Activo		5 877 475	5 331 753

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico de Contas

Pedro Miguel Nunes Ventaneira

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2009	31.12.2008
Passivo			
Recursos de bancos centrais		-	100 014
Passivos financeiros detidos para negociação	17	456 511	711 035
Recursos de outras instituições de crédito	28	1 657 092	1 177 679
Recursos de clientes	29	833 456	1 111 755
Responsabilidades representadas por títulos	30	1 941 066	1 343 244
Derivados para gestão de risco	22	54 879	159 812
Provisões	31	13 219	2 838
Passivos por impostos correntes		4 590	7 002
Passivos por impostos diferidos	32	10 810	7 470
Passivos subordinados	33	104 140	97 671
Outros passivos	34	274 956	310 508
Total de Passivo		5 350 719	5 029 028
Capital Próprio			
Capital	35	180 000	70 000
Prémios de emissão	35	8 796	8 796
Reservas de justo valor	36	18 446	(14 237)
Outras reservas e resultados transitados	36	209 147	165 902
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do banco		50 384	47 551
Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		466 773	278 012
Interesses minoritários	36	59 983	24 713
Total de Capital Próprio		526 756	302 725
Total de Passivo e Capital Próprio		5 877 475	5 331 753

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	70 000	8 796	66 002	132 288	73 028	350 114	47 995	398 109
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:								
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	(80 239)	-	-	(80 239)	(15 067)	(95 306)
Diferenças de câmbio	-	-	-	(18 913)	-	(18 913)	3 375	(15 538)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	47 551	47 551	2 804	50 355
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	(80 239)	(18 913)	47 551	(51 601)	(8 888)	(60 489)
Constituição de reservas	-	-	-	52 527	(52 527)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	(20 501)	(20 501)	-	(20 501)
Outras variações em Interesses minoritários (ver Nota 36)	-	-	-	-	-	-	(14 394)	(14 394)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	70 000	8 796	(14 237)	165 902	47 551	278 012	24 713	302 725
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:								
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	32 683	-	-	32 683	548	33 231
Diferenças de câmbio	-	-	-	15 694	-	15 694	6 372	22 066
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	50 384	50 384	7 315	57 699
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	32 683	15 694	50 384	98 761	14 235	112 996
Aumento de Capital	110 000	-	-	-	-	110 000	-	110 000
Constituição de reservas	-	-	-	29 211	(29 211)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	(1 660)	(18 340)	(20 000)	-	(20 000)
Outras variações em Interesses minoritários (ver Nota 36)	-	-	-	-	-	-	21 035	21 035
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	180 000	8 796	18 446	209 147	50 384	466 773	59 983	526 756

^(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,56 euros e 1,46 euros em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, respectivamente.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	(milhares de euros)		
	Notas	31-12-2009	31-12-2008
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		262 844	279 878
Juros e custos pagos		(176 491)	(269 440)
Serviços e comissões recebidas		124 139	107 075
Serviços e comissões pagas		(10 218)	(9 534)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(103 246)	(88 377)
		97 028	19 602
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Aplicações em Bancos Centrais		(17 614)	
Activos financeiros detidos para negociação		(198 526)	199 523
Aplicações em instituições de crédito		168 267	114 018
Recursos de Bancos Centrais		(100 000)	100 000
Recursos de instituições de crédito		475 803	524 940
Crédito a clientes		(380 332)	(271 385)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(276 416)	(68 139)
Derivados para gestão de risco		(53 128)	38 401
Outros activos e passivos operacionais		25 904	(262 047)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(259 014)	394 913
Impostos sobre os lucros pagos		(18 320)	(30 027)
		(277 334)	364 886
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(19 081)	(4 093)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	1 406
Dividendos recebidos		3 225	3 680
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(193 095)	(137 250)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		190 811	75 480
Investimentos detidos até à maturidade		(145 222)	-
Compra de imobilizações		(8 857)	(5 620)
Venda de imobilizações		243	415
		(171 976)	(65 982)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações de caixa		1 341 986	687 332
Reembolso de obrigações de caixa		(983 118)	(971 433)
Emissão de passivos subordinados		-	10 790
Reembolso de passivos subordinados		-	-
Aumento de capital		110 000	-
Dividendos de acções ordinárias pagos		(20 000)	(20 501)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		448 868	(293 812)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		2 063	(346)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		1 621	4 746
Caixa e equivalentes no início do exercício		30 329	25 583
Caixa e equivalentes no fim do exercício		31 950	30 329
		1 621	4 746
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	10	13
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	31 940	30 316
Total		31 950	30 329

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

2. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A.

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimentos, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

No exercício de 2000, o BES adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Presentemente o BESI opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Varsóvia, Nova Iorque e Madrid, assim como através das suas subsidiárias no Brasil, Irlanda e Polónia.

As demonstrações financeiras do BESI são consolidadas pelo Banco Espírito Santo, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	Interesse económico Grupo BESI	Método de consolidação
BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A. (BESI)	1983	-	Portugal	Banca		
<i>ESSI Comunicações SGPS, S.A.</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>ESSI SGPS, S.A.</i>	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>ESSI Investimentos SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Essi Fin, SGPS, SA</i>	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	60%	Integral
<i>Espírito Santo Investment Sp, z.o.o</i>	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	100%	Integral
<i>Espírito Santo Investimentos, S.A.</i>	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>BES Investimento do Brasil, S.A.</i>	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
<i>Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. - Brasil</i>	2005	2005	Brasil	Capital de risco	90%	Integral
<i>BES Activos Financeiros, Ltda</i>	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	40%	Integral
<i>BES Refran Invest Agente Autônomo de Investimento Ltda</i>	2001	2009	Brasil	Intermediação Financeira	56%	Integral
<i>BES Refran Consultoria Financeira Ltda</i>	1998	2009	Brasil	Intermediação Financeira	56%	Integral
<i>FI Multimercado treasury</i>	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
<i>BES Securities do Brasil, S.A.</i>	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral
<i>Gespar Participações, LDA</i>	2001	2008	Brasil	Gestão de participações sociais	80%	Integral
<i>BES Absolute Return FIM LP</i>	2002	2009	Brasil	Fundo de Investimento	53%	Integral
<i>BES FI Multimercado</i>	2004	2009	Brasil	Fundo de Investimento	44%	Integral
<i>Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (ES CAPITAL)</i>	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
<i>SES Iberia</i>	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50%	Integral
<i>HLC - Centrais de Cogeração, S.A.</i>	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	25%	Eq. Patrimonial
<i>Coporgest S.A.</i>	2002	2005	Portugal	Imobiliário / Financeiro	25%	Eq. Patrimonial
<i>Neumáticos André Investment SA</i>	1987	2007	Espanha	Venda de Pneus	22%	Eq. Patrimonial
<i>Só Peso Restauração e Hotelaria SA</i>	2000	2007	Portugal	Restauração e Hotelaria	23%	Eq. Patrimonial
<i>Synergy Industry and Technology SA</i>	2006	2006	Espanha	Gestão de participações sociais	15%	Eq. Patrimonial(a)
<i>Salgar Investments</i>	2007	2007	Espanha	Imobiliário / Financeiro	28%	Eq. Patrimonial
<i>Espírito Santo Investments PLC</i>	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100%	Integral
<i>Polish Hotel Company SP</i>	2008	2008	Polónia	Restauração e Hotelaria	33%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Capital SP</i>	2008	2008	Polónia	Restauração e Hotelaria	33%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Management Company</i>	2008	2008	Polónia	Restauração e Hotelaria	25%	Eq. Patrimonial
<i>Fin Solutia Consultoria e Gestão de Créditos SA</i>	2007	2007	Portugal	Gestão e Recuperação de Créditos	30%	Eq. Patrimonial
<i>Kuthaya</i>	1999	1999	Portugal	Gestão e Trading Internacional	100%	Integral
<i>Fundo Espírito Santo IBERIA I</i>	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	39%	Eq. Patrimonial
<i>LOG ESCIC, SGPS, S.A.</i>	2005	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	18%	Eq. Patrimonial(a)
<i>BRB Internacional, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25%	Eq. Patrimonial
<i>Prosport - Com. Desportivas, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25%	Eq. Patrimonial
<i>Apolo Films, SL</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25%	Eq. Patrimonial
<i>Cominvest- SGII, S.A.</i>	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	49%	Integral

- a) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.

No decorrer do exercício de 2009 ocorreram alterações ao nível da estrutura do Grupo BESI, das quais se destacam as seguintes:

- ★ Em 27 de Fevereiro de 2009, foram resgatadas as unidades de participação do Morumbi Capital Fund, tendo-se procedido à sua liquidação durante o mês de Março;
- ★ Em Março de 2009 o BES Investimento do Brasil adquiriu 70 % do capital social da BES Refran Consultoria Financeira e BES Refran Investimento, LDA;
- ★ No dia 06 de Março de 2009 a Espírito Santo Investment PLC e o Grupo BES Investimento do Brasil adquiriram respectivamente 45,72% e 9,01% do Fundo de Investimento BES FI Multimercado, como também 45,02% e 8,91% do Fundo de Investimento BES Absolute Return. Durante o ano de 2009 o valor total das unidades de participação dos respectivos fundos variaram e actualmente a Espírito Santo Investment PLC e o Grupo BES Investimento do Brasil detêm respectivamente 30,97% e 27,90% do BES Absolute Return e 8,22% e 44,11% do BES FI Multimercado.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BESI agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2009. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2009 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2008.

Contudo e tal como descrito na Nota 41, o Grupo adoptou, na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2009, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. As políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras e descritas nesta nota foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas pelo Grupo em 2009 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 41.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao

justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 29 de Março de 2010.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do BESI e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BESI), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades da SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades da SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios da SPE estando por isso exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos da SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Fundos de investimento geridos pelo Grupo

No âmbito da actividade de gestão de activos, o Grupo gere fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são consolidadas pelo Grupo excepto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua actividade nos termos definidos na SIC – 12. Presume-se que existe controlo sobre um fundo quando o Grupo detém mais do que 50% das respectivas unidades de participação.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas desde 1 de Janeiro de 2004 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

O goodwill positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o goodwill está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O goodwill negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do goodwill registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Transacções com interesses minoritários

O goodwill resultante da aquisição de interesses minoritários numa subsidiária representa a diferença entre o custo de aquisição do investimento adicional na subsidiária e o valor contabilístico, à data da compra, dos activos líquidos adquiridos, expresso nas contas consolidadas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, sem alteração de controlo, que corresponda a um aumento nos interesses minoritários, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BESI.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (discounted cash flows) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (fair value hedge), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (cash flow hedge)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (cash flow hedge), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas,

sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;

- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.6. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (accounting mismatch); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 22 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Durante o mês de Outubro de 2008, o IASB emitiu uma alteração ao IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações. Esta alteração ao IAS 39 veio permitir, em circunstâncias raras, que uma entidade transfira activos financeiros não derivados da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados (com excepção de activos financeiros reconhecidos inicialmente ao justo valor através de resultados), para as categorias de activos financeiros detidos até à maturidade, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Esta alteração veio também permitir a transferência da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Na sequência da publicação desta alteração ao IAS 39, o Grupo procedeu, no quarto trimestre de 2008, à transferência de activos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de justo valor através de resultados para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade.

De acordo com as disposições transitórias desta alteração ao IAS 39, as transferências realizadas até 31 de Outubro de 2008, foram efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos determinado com referência a 1 de Julho de 2008, e as transferências realizadas após aquela data e até 31 de Dezembro de 2008, foram efectuadas com base no justo valor determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o valor nominal dos activos, está a ser reconhecida em resultados até à maturidade dos activos, com base no método da taxa efectiva.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras no ano de 2009.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (reverse repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (accounting mismatch); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.10. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.12. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado, mensurado de acordo com os IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.15. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos para o pessoal admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Grupo, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada tendo como referência o seguinte conjunto de obrigações:

- Obrigações de dívida privada incluídas no índice iBoxx com qualidade de crédito AA (cujo valor nominal seja superior a 500 milhões de euros e com maturidade superior a 1 ano);
- Obrigações de dívida privada não resgatáveis antes da data de maturidade, não financiadas por fundos, não prorrogáveis e não garantidas; e
- Obrigações de dívida privada em que o spread entre o valor de oferta e o valor de compra é inferior a 5% da média dos preços de oferta e de compra.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor nos termos definidos pelo IAS 19.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão desde 2009 cobertos pelo fundo de pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo BESl assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável

No primeiro semestre de 2008, o Conselho de Administração do BESl estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BESl têm o direito a um recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (strike price). Para tal, os colaboradores têm de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em acções e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante é reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares,

utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Reporte por segmentos

Desde 1 de Janeiro de 2009 o Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.22. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como triggers da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (mark to market) ou de modelos de avaliação (mark to model) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4. Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

4.1. Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Project Finance

As suas funções principais consistem (a) na intervenção em operações *non-recourse* e *limited-recourse*, ligadas a projectos de investimento, envolvendo entre outros modelos contratuais, concessões e parcerias público-privadas; e (b) em proporcionar aos clientes do Grupo BES um serviço de alta qualidade e inovação técnica, quer numa perspectiva de *advisory*, quer numa perspectiva de *arranging* e *lending*, proporcionando-lhes acesso às estruturas de financiamento ideais, nas melhores condições de mercado. Compete-lhe a gestão do portfolio de projectos em regime de *Project Finance* em que o Grupo BES participa. Este segmento é, ainda, responsável pelo desenvolvimento da actividade de securitização, tendo por principais funções (a) a participação na originação e estruturação de operações de securitização para o Grupo BES e para clientes; e (b) o desenvolvimento de estruturas de financiamento óptimas com a conjugação de formatos *off-balance*, *asset-based* e *limited recourse*, com recurso preferencial ao mercado de capitais para obtenção de fundos para os clientes do Grupo BES nas melhores condições de mercado.

Acquisition Finance

A função principal deste segmento consiste em apoiar os clientes do Grupo BES em operações de aquisição com recurso a operações estruturadas de endividamento (nomeadamente, *leverage buy-out* e *management buy-out*) e em operações de financiamento de activos em *non-recourse* ou de *releverage*. O Banco procura posicionar-se nestas operações como *Mandated Lead Arranger* e seu tomador firme, procedendo depois à sua sindicância se e quando a dimensão e características das mesmas o justificam.

Fixed Income

Este segmento está subdividido em duas áreas distintas.

- Distribuição e *Trading*

Esta Área tem por principais funções (a) efectuar *trading* para Clientes de títulos da dívida pública portuguesa, de títulos da dívida estrangeira, de outros títulos do Euromercado e de produtos de dívida de empresas; e (b) colocar os produtos de dívida estruturados por outros segmentos do Banco, junto de investidores institucionais nacionais e estrangeiros.

- Gestão de Risco

À Área de Gestão de Risco compete o estudo, a montagem e a gestão de novos produtos estruturados (derivados) relacionados com as operações referenciadas no ponto supra, bem como de produtos de cobertura de risco de taxa de câmbio e de taxa de juro para imunização de Balanços, quer do Banco, quer dos seus Clientes.

Global Markets

A principal função deste segmento consiste nas actividades de (i) gestão das carteiras próprias de acções e obrigações do Banco, (ii) arbitragem de acções e *equity derivatives* e (iii) de gestão do livro de derivados *Over the Counter* (OTC).

Brokerage

A missão deste segmento é desenvolver as actividades de *trading* e vendas nos mercados em que o Banco está presente, designadamente em Portugal, Espanha, Brasil, Polónia e Nova Iorque.

Este segmento integra ainda, se bem que completamente segregada, uma unidade de *equity research* que tem a seu cargo o estudo, acompanhamento e produção de informação sobre as principais empresas do mercado ibérico, com realce para a cobertura das que integram os índices PSI20 e IBEX35.

Centro corporativo

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função *Compliance*, Planeamento Estratégico, Contabilidade, Controlo de Risco, Clientes, entre outras.

Outros

Inclui todos os outros segmentos existentes no modelo de Informação de Gestão do Grupo que, de acordo com o preconizado no IFRS 8, não é obrigatório individualizar (Serviços Financeiros, Médias Empresas, Mercado de Capitais, Originação, Gestão de Activos, Tesouraria, *Private Equity*, Assessoria em Estrutura de Capitais, *Private Banking* e outros centros de proveito).

4.2. Critérios de imputação da actividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2.

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Estruturas do BESI dedicadas ao Segmento

A actividade do BESI abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (iii) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em *drivers* específicos e no modelo interno de Informação de Gestão; (iv) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); aos segmentos com base no modelo interno de Informação de Gestão.

Os serviços prestados pelas diversas unidades do Centro Corporativo estão regulados em SLA's (*Service Level Agreements*)

Juros activos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Outros para o caso das associadas do BESI. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Activos não correntes

O segmento Centro corporativo inclui os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis, os Activos intangíveis e os imóveis recebidos em dação ainda não enquadráveis como Activos não correntes detidos para venda

Activos por impostos diferidos

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Centro corporativo.

Activos por benefícios pós-emprego

Os activos por benefícios pós-emprego são geridos pelo Grupo de forma idêntica à referida para os activos por impostos diferidos, sendo afectos ao segmento Centro corporativo. Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do fundo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão é política do Grupo que estes não influenciem o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são as Sucursais de Londres, Espanha, Polónia e Nova Iorque e as subsidiárias BES Investimento do Brasil, BES Securities do Brasil, BESAF, Espírito Santo Capital Brasil e Espírito Santo Investment (Polónia).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

Informação retrospectiva

O Grupo, a partir do exercício de 2009, inclusive, passou a adoptar as regras do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, as quais diferem substancialmente das utilizadas até então nas demonstrações financeiras. Consequentemente, a informação do exercício de 2008 foi reorganizada e preparada para apresentação de forma a torná-la consistente com as exigências do IFRS 8.

								(milhares de euros)
31.12.2009								
	Project Finance	Acquisition Finance	Fixed Income	Global Markets	Brokerage	Centro corporativo	Outros	Total
Resultado financeiro	9 428	14 376	10 090	8 839	35	-	15 171	57 939
Outros proveitos operacionais	43 504	7 728	52 730	8 975	13 038	-	43 749	169 724
Proveitos operacionais totais	52 932	22 104	62 820	17 814	13 073	-	58 920	227 663
Outros resultados operacionais intersegmentos	871	150	(6 027)	9 462	(1 007)	-	(3 449)	-
Proveitos operacionais externos	53 803	22 254	56 793	27 276	12 066	-	55 471	227 663
Custos operacionais	9 372	22 262	3 890	11 416	12 433	66 102	33 289	158 764
Dos quais:								-
Provisões/imparidade	2 747	20 798	154	6 748	204	6 169	16 104	52 924
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados de associadas	-	-	-	-	-	-	971	971
Resultado antes de impostos e minoritários	44 431	(8)	52 903	15 860	(367)	(66 102)	23 153	69 870
Total do Activo líquido	1 233 934	775 625	681 888	1 050 835	30 054	841 047	1 264 092	5 877 475
Total do Passivo	-	-	832 850	-	71 806	4 218 915	227 148	5 350 719
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	29 182	29 182

(milhares de euros)

	31.12.2008							Total
	Project Finance	Acquisition Finance	Fixed Income	Global Markets	Brokerage	Centro corporativo	Outros	
Resultado financeiro	5 931	10 559	3 903	(435)	73	-	30 896	50 927
Outros proveitos operacionais	27 166	4 866	29 783	11 077	20 576	-	36 876	130 344
Proveitos operacionais totais	33 097	15 425	33 686	10 642	20 649	-	67 772	181 271
Outros resultados operacionais intersegmentos	1 254	43	(1 624)	429	(2 587)	-	2 485	-
Proveitos operacionais externos	34 351	15 468	32 062	11 071	18 062	-	70 257	181 271
Custos operacionais	5 486	2 015	3 726	7 368	10 467	55 877	36 230	121 169
Dos quais:								-
Provisões/imparidade	(927)	561	5	4 022	271	4 215	22 163	30 310
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	-	-	1 406	1 406
Resultados de associadas	-	-	-	-	-	-	6 066	6 066
Resultado antes de impostos e minoritários	28 865	13 453	28 336	3 703	7 595	(55 877)	41 499	67 574
Total do Activo líquido	929 471	764 220	911 357	1 022 698	26 315	876 786	800 907	5 331 754
Total do Passivo	-	-	1 072 066	-	62 804	3 629 143	265 015	5 029 028
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	29 707	29 707

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

31.12.2009

	Portugal	Resto Europa	América Latina	Total
Resultado líquido (1)	8 147	16 035	26 202	50 384
Activo líquido	3 589 192	663 442	1 624 841	5 877 475
Investimentos em activos	-	-	-	-
tangíveis	2 594	28	346	2 968
intangíveis	757	961	4 171	5 889

(1) Resultado líquido após eliminação de transações intragrupo

(milhares de euros)

31-12-2008

	Portugal	Resto Europa	América Latina	Total
Resultado líquido (1)	(31 173)	64 620	14 104	47 551
Activo líquido	3 760 236	770 928	800 589	5 331 753
Investimentos em activos	-	-	-	-
tangíveis	499	1 463	1 913	3 875
intangíveis	573	1 031	141	1 745

(1) Resultado líquido após eliminação de transações intragrupo

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Juros e proveitos similares		
Juros de crédito	81 324	106 637
Juros bancos centrais	-	228
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	10 676	49 666
Juros de derivados para gestão de risco	36 098	26 713
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	21 607	17 297
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	78 326	90 080
Juros de investimentos detidos até à maturidade	29 128	1 341
Outros juros e proveitos similares	2 465	10 486
	259 624	302 448
Juros e custos similares		
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	79 300	89 142
Juros de derivados para gestão de risco	29 603	29 121
Juros de débitos representados por títulos	82 053	107 834
Juros de depósitos de clientes	5 033	15 170
Juros de passivos subordinados	5 404	7 755
Outros juros e custos similares	292	2 499
	201 685	251 521
	57 939	50 927

A rubrica de juros de crédito inclui 2.304 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 255 milhares de euros) relativos a juros de contratos de crédito com imparidade.

A rubrica juros de derivados para gestão de risco inclui, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.18, os juros de derivados de cobertura.

NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	84 093	60 101
Por garantias prestadas	1 797	793
Por operações realizadas com títulos	38 249	42 972
	124 139	103 866
Encargos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 987	2 000
Por operações realizadas com títulos	8 229	7 521
Por garantias recebidas	1	1
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Outros custos com serviços e comissões	1	12
	10 218	9 534
	113 921	94 332

NOTA 7 - RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2009			31.12.2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	60 555	59 591	964	108 819	101 427	7 392
De outros emissores	17 380	2 456	14 924	17 676	7 488	10 188
Acções	140 775	85 836	54 939	81 772	70 178	11 594
	218 710	147 883	70 827	208 267	179 093	29 174
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	1 525 532	1 785 820	(260 288)	1 620 299	1 083 150	537 149
Contratos sobre taxas de juro	1 422 731	1 160 212	262 519	1 173 767	1 670 981	(497 214)
Contratos sobre acções/índices	1 196 649	1 185 172	11 477	825 099	885 629	(60 530)
Contratos sobre créditos	28 217	14 005	14 212	12 655	36 476	(23 821)
Outros	473	1 361	(888)	-	4 660	(4 660)
	4 173 602	4 146 570	27 032	3 631 820	3 680 896	(49 076)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados ⁽¹⁾						
Recursos de instituições de crédito	318	796	(478)	664	1 443	(779)
Débitos representados por títulos	9 302	112 775	(103 473)	96 423	50 389	46 034
Outros passivos subordinados	468	658	(190)	-	468	(468)
	10 088	114 229	(104 141)	97 087	52 300	44 787
	4 402 400	4 408 682	(6 282)	3 937 174	3 912 289	24 885

(1) inclui a variação de justo valor de passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor desta rubrica inclui um efeito negativo de 2 017 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 3 444 milhares de euros de efeito positivo) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (ver Nota 22)

NOTA 8 - RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2009			31.12.2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	39	267	(228)	98	411	(313)
De outros emissores	1 382	854	528	432	5 888	(5 456)
Acções	28 550	-	28 550	25 766	-	25 766
Outros títulos	332	419	(87)	2 043	461	1 582
	30 303	1 540	28 763	28 339	6 760	21 579

NOTA 9 - RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	31.12.2009			31.12.2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	81 318	(46 122)	35 196	41 880	(48 791)	(6 911)
	81 318	(46 122)	35 196	41 880	(48 791)	(6 911)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)		
	31.12.2009	31.12.2008
Outros serviços clientes	4 281	3 075
Outros resultados de exploração	(9 518)	(10 269)
	(5 237)	(7 194)

NOTA 11 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)		
	31.12.2009	31.12.2008
Vencimentos e salários	55 401	45 616
Remunerações	54 831	46 848
Prémios de antiguidade (ver Nota 12)	570	(1 232)
Custos com pensões de reforma (ver Nota 12)	2 653	2 193
Outros encargos sociais obrigatórios	6 145	5 218
Outros custos	4 108	3 334
	68 307	56 361

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo Besi são como segue:

			(milhares de euros)
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
2009			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	3 320	11 213	14 533
Prémios de antiguidade	-	30	30
Remunerações variáveis	6 131	7 013	13 144
Total	9 451	18 256	27 707
2008			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 776	2 310	4 086
Prémios de antiguidade	11	15	26
Remunerações variáveis	3 231	3 702	6 933
Total	5 018	6 027	11 045

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores Responsáveis e Directores Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o valor do crédito concedido aos Órgãos de Administração do Grupo BESI ascendia a 411 mil euros e 353 mil euros respectivamente.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do Grupo BESI analisa-se como segue:

	31.12.2009	31.12.2008
Funções directivas	287	247
Funções de chefia	3	3
Funções específicas	231	221
Funções administrativas	48	49
Funções auxiliares	8	6
	577	526

NOTA 12 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Durante o exercício de 1998, o Banco Espírito Santo e as restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, onde se inclui o BESI, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a

integrar todas as responsabilidades para com pensões, benefícios de saúde (SAMS) e o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2009	31.12.2008
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,25%	4,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	2,00%
Taxas de rendimento do fundo	6,00%	5,75%
Taxa de desconto	5,50%	5,75%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 73/77 (ajustada)	TV 73/77 (ajustada)
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Métodos de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.15, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde tem como referência o índice Iboxx para obrigações euro com qualidade de crédito AA para a maturidade das responsabilidades existentes à data de balanço (15 anos).

As contribuições para o SAMS em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 ascendiam a 6,5% da massa salarial. A percentagem correspondente à contribuição a efectuar é estabelecida pelo próprio SAMS, não estando prevista qualquer alteração da mesma para o próximo exercício.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2009	31.12.2008
Activos	241	243
Reformados	21	21
Sobreviventes	6	3
TOTAL	268	267

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	31.12.2009			31.12.2008		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	7.291	474	7.765	7.106	462	7.568
Activos	21.619	1.405	23.024	20.616	1.340	21.956
	28.910	1.879	30.789	27.722	1.802	29.524
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro			32.711			27.752
Excesso de cobertura/(valores a entregar ao fundo/passivos) reconhecidos			1.922			(1.772)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro			8.552			13.277
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro			10.474			11.505

(milhares de euros)

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso de cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2009			31.12.2008		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	27.722	1.802	29.524	26.462	1.720	28.182
Custo do serviço corrente	1.757	124	1.881	1.692	119	1.811
Custo dos juros	1.493	99	1.592	1.506	99	1.605
Contribuições dos empregados	152	-	152	157	-	157
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	(1.631)	(146)	(1.777)	(1.567)	(136)	(1.703)
- Alteração dos pressupostos actuariais	(2.080)	(135)	(2.215)	(1.399)	(91)	(1.490)
- (Ganhos)/perdas de experiência	449	(11)	438	(168)	(45)	(213)
Pensões pagas pelo fundo	(583)	-	(583)	(528)	-	(528)
Benefícios pagos pelo Grupo	-	-	-	-	-	-
Reformas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	28.910	1.879	30.789	27.722	1.802	29.524

Em 31 de Dezembro de 2009, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 289 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 276 milhares de euros), e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 35 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 30 milhares de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2009	31.12.2008
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	27.752	25.834
Rendimento real do fundo	3.768	(6.455)
Contribuições do Grupo	1.622	8.744
Contribuições dos empregados	152	157
Pensões pagas pelo fundo	(583)	(528)
Outros	-	-
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	32.711	27.752

Os activos do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 podem ser analisados como segue:

	% Carteira	
	2009	2008
Obrigações	55,81%	40,30%
Acções	36,06%	36,10%
Investimento alternativo	6,42%	7,20%
Liquidez	1,71%	16,40%
Total	100,00%	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	13.277	7.361
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
- Alteração de pressupostos actuariais	(2.215)	(1.490)
- (Ganhos)/Perdas de experiência	(1.817)	7.770
Amortização do exercício	(693)	(304)
Outros	-	(60)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	8.552	13.277
Dos quais:		
Dentro do corredor	3.335	2.948
Fora do corredor	5.217	10.329

A evolução dos montantes reflectidos no balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Activos / (passivos) no início do exercício	1.772	2.348
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	(1.777)	(1.703)
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	(2.255)	7.983
Encargos do ano:		-
- Custo do serviço corrente	1.881	1.811
- Custo dos juros	1.592	1.605
- Rendimento esperado do fundo	(1.513)	(1.528)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	(1.622)	(8.744)
Activos / (passivos) no final do exercício	(1.922)	1.772

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Custo do serviço corrente	1.881	1.811
Custo dos juros	1.592	1.606
Rendimento esperado do fundo	(1.513)	(1.528)
Amortização do exercício	693	304
Custos do exercício	2.653	2.193

A evolução dos activos/ (responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Em 1 de Janeiro	11.505	5.013
Custo do exercício	(2.653)	(2.193)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	1.622	8.744
Alterações do perímetro de consolidação e outros	-	(59)
Em 31 de Dezembro	10.474	11.505

Os activos/ (responsabilidades) em balanço encontram-se reflectidas na rubrica de Outros activos e Outros passivos (ver Nota 27 e Nota 34)

O evolutivo das responsabilidades e saldo do fundo bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos cinco anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2005
Responsabilidades					
Pensões de reforma	(28.910)	(27.722)	(26.462)	(24.573)	(21.736)
Benefícios de saúde	(1.879)	(1.802)	(1.720)	(1.594)	(1.413)
	(30.789)	(29.524)	(28.182)	(26.167)	(23.149)
Saldo dos fundos	32.711	27.752	25.834	24.621	18.486
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	1.922	(1.772)	(2.348)	(1.546)	(4.663)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades					
Pensões de reforma	449	(168)	(403)	764	196
Benefícios de saúde	(11)		(63)	8	18
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	(2.255)	7.983	764	(517)	(564)

Prêmios de antiguidade

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Responsabilidades a 1 de Janeiro	964	2 245
Custo do exercício	570	(1 232)
Prêmios pagos	(77)	(49)
Responsabilidades a 31 de Dezembro	1 457	964

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de antiguidade encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 34).

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008, o Conselho de Administração do BESI estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 ^(a)
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos	700.000	1.159.988
Preço de referência (euros)	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	1.806	

^(a) Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.15, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 1 806 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, durante o exercício de 2009 o Grupo reconheceu em custos com pessoal o valor de 597 milhares de euros (2008: 350 milhares de euros). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo o valor em 31 de Dezembro de 2009 de 55,2 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 113,7 milhares de euros).

NOTA 13 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Rendas e alugueres	6 566	6 065
Publicidade e publicações	1 461	1 041
Comunicações e expedição	4 673	4 149
Deslocações e representação	5 353	6 143
Conservação e reparação	905	794
Seguros	336	464
Serviços especializados		
Informática	2 472	2 198
Mão de obra eventual	450	858
Trabalho independente	1 433	1 788
Outros serviços especializados	893	778
Outros custos	10 397	7 738
	34 939	32 016

A rubrica outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com informação, consultores e auditores externos e judiciais. A rubrica Outros custos inclui, entre outros, custos com formação, custos com serviços de contencioso e notariado, custos com segurança e vigilância e custos com fornecimentos externos.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis, são como segue

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Até um ano	830	913
De um a cinco anos	1 081	1 440
	1 911	2 353

NOTA 14 - RESULTADOS POR ACÇÃO
Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do banco	50 384	47 551
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	25 000	14 000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	2,02	3,40

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco não detinha acções potenciais ordinárias diluidoras, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

O número médio ponderado de acções em 2009 reflecte o aumento de capital do Banco efectuado durante o mês de Junho.

NOTA 15 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Caixa	10	13
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	9 804	10 163
Outros bancos centrais	19 934	1 961
	<u>29 738</u>	<u>1 961</u>
	<u>29 748</u>	<u>1 974</u>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2009 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 1,28% (31 de Dezembro de 2008: 3,98%).

NOTA 16 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	22 639	17 857
	<u>22 639</u>	<u>17 857</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	9 301	12 459
	<u>9 301</u>	<u>12 459</u>
	<u>31 940</u>	<u>30 316</u>

NOTA 17 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Activos Financeiros detidos para negociação		
Titulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	627 708	504 422
De outros emissores	63 840	112 725
Acções	61 862	13 516
Outros títulos	2 343	1 632
	<u>755 753</u>	<u>632 295</u>
Derivados	609 828	581 659
	<u>1 365 581</u>	<u>1 213 954</u>
Passivos Financeiros detidos para negociação		
Derivados	<u>456 511</u>	<u>711 035</u>

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Até 3 meses	33 877	68 694
De 3 meses a um ano	6 698	35 799
De um a cinco anos	206 067	195 240
Mais de cinco anos	444 906	317 414
Duração indeterminada	64 205	15 148
	<u>755 753</u>	<u>632 295</u>

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica dos activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2009			31.12.2008		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Titulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	619 699	8 009	627 708	504 422	-	504 422
De outros emissores	-	63 840	63 840	-	112 725	112 725
Acções	61 862	-	61 862	13 516	-	13 516
Outros títulos	-	2 343	2 343	-	1 632	1 632
Total valor de balanço	681 561	74 192	755 753	517 938	114 357	632 295

Durante o exercício de 2009 constituíram-se provisões para risco país como segue:

(milhares de euros)

Saldo a 31 de Dezembro 2008	-
Dotações	1 094
Reversões	(1 132)
Diferenças de câmbio e outras	38
Saldo a 31 de Dezembro 2009	-

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2009			31.12.2008		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward	276 460	-	1 098	786 212	3 885	-
Fx Swaps	115 084	-	1 466	60 348	7 201	-
Interest Rate Futures	52 604	-	-	10 571	-	-
CIRS	44 853	1 051	8 386	515 405	42 009	107 755
Fx Options	719 348	12 763	3 567	1 485 703	39 363	40 744
	1 208 349	13 814	14 517	2 858 239	92 458	148 499
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	-	-	-	993 000	787	683
Interest Rate Swaps	11 085 814	506 284	340 219	8 851 975	362 108	329 505
Swaption - Interest Rate Options	4 840 410	-	-	394 000	-	-
Interest Rate Caps & Floors	2 907 673	15 374	15 375	2 365 452	7 477	7 477
Interest Rate Options	4 426 549	816	358	1 314 551	-	-
Interest Rate Futures	47 695	-	-	1 314 551	-	-
	23 308 141	522 474	355 952	15 233 529	370 372	337 665
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	416 992	22 851	24 741	420 928	38 927	41 015
Equity / Index Options	1 268 155	47 312	58 278	2 767 701	77 690	171 243
Equity / Index Futures	298 220	-	-	102 609	-	-
	1 983 367	70 163	83 019	3 291 238	116 617	212 258
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	236 581	3 377	3 023	160 623	2 212	12 613
	236 581	3 377	3 023	160 623	2 212	12 613
Total	26 736 438	609 828	456 511	21 543 629	581 659	711 035

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2009		31.12.2008	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Até 3 meses	23 569	25 674	64 996	155 915
De 3 meses a um ano	38 930	53 598	55 288	73 871
De um a cinco anos	122 712	126 988	164 758	191 987
Mais de cinco anos	424 617	250 251	296 617	289 262
	609 828	456 511	581 659	711 035

NOTA 18 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

(milhares de euros)					
	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	35 833	711	-	-	36 544
De outros emissores	401 000	4 028	(3 289)	(20 259)	381 480
Acções	20 471	29 250	(146)	(1 613)	47 962
Outros títulos de rendimento variável	66 340	735	(55)	(4 328)	62 692
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	523 644	34 724	(3 490)	(26 200)	528 678
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 345	51	-	-	4 396
De outros emissores	366 456	1 220	(13 947)	(14 649)	339 080
Acções	43 612	19 850	(8 694)	(3 263)	51 505
Outros títulos de rendimento variável	83 250	58	(3 002)	-	80 306
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	497 663	21 179	(25 643)	(17 912)	475 287

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo a 31 de Dezembro	17 912	133
Dotações	11 401	18 306
Utilizações	(3 971)	-
Reversões	-	(2)
Transferencias		
Diferenças de câmbio e outras	858	(525)
Saldo final	26 200	17 912

A rubrica de activos financeiros disponíveis para venda inclui 22 980 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Grupo (31 de Dezembro de 2008: 122 900 milhares de euros) ver Nota 37.

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2009	31.12.2008
Até 3 meses	2 647	19 818
De 3 meses a um ano	38 819	18 483
De um a cinco anos	201 442	121 190
Mais de cinco anos	175 116	183 985
Duração indeterminada	110 654	131 811
	528 678	475 287

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica dos activos financeiros disponíveis para venda, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)						
	31.12.2009			31.12.2008		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	36 544	-	36 544	4 396	-	4 396
De outros emissores	37 173	344 307	381 480	24 804	314 276	339 080
Acções	28 205	19 757	47 962	42 980	8 525	51 505
Outros títulos de rendimento variável	-	62 692	62 692	-	80 306	80 306
Total valor de balanço	101 922	426 756	528 678	72 180	403 107	475 287

NOTA 19 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2009	31.12.2008
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	57 001	-
Aplicações de muito curto prazo	-	337
Outras aplicações	1 095	953
	58 096	1 290
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações de muito curto prazo	216	318
Depósitos	201	-
Empréstimos	7 029	-
Operações com acordo de revenda	681 829	911 356
Outras aplicações	-	1 854
	689 275	913 528
	747 371	914 818
Perdas por imparidade	(286)	(185)
	747 085	914 633

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Até 3 meses	58 514	3 462
De 3 meses a um ano	688 857	911 356
	747 371	914 818

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo inicial	185	-
Dotações	31	171
Reversões	-	(1)
Transferências	71	-
Diferenças de câmbio e outras	(1)	15
Saldo final	286	185

NOTA 20 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	19 749	4 756
Empréstimos	819 052	693 097
Descobertos	28	4
Outros créditos	84 689	53 019
A particulares		
Habitação	900	966
Consumo e outros	-	2
	924 418	751 844
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	1 165 815	940 651
Outros créditos	19 737	44 871
	1 185 552	985 522
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	3 341	4 810
Há mais de 90 dias	7 906	7 678
	11 247	12 488
	2 121 217	1 749 854
Provisões para imparidade do crédito	(48 358)	(25 726)
	2 072 859	1 724 128

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Até 3 meses	55 533	32 071
De 3 meses a um ano	157 676	86 940
De um a cinco anos	565 769	398 471
Mais de cinco anos	1 330 992	1 219 884
Duração indeterminada	11 247	12 488
	2 121 217	1 749 854

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo a 31 de Dezembro	25 726	19 376
Dotações	31 891	9 949
Reversões	(3 871)	(2 802)
Utilizações	(6 687)	-
Diferenças de câmbio e outras	1 299	(797)
Saldo final	48 358	25 726

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Taxa fixa	176 830	210 317
Taxa variável	1 944 387	1 539 537
	2 121 217	1 749 854

NOTA 21 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Emissores públicos	332 866	162 864
De outros emissores	103 579	80 230
Saldo	436 445	243 094

A 31 de Dezembro de 2009, o escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Até 3 meses	-	1 647
De 3 meses a um ano	53 284	3 204
De um a cinco anos	321 751	203 741
Mais de cinco anos	61 410	34 502
	436 445	243 094

O valor de mercado dos investimentos detidos até à maturidade a 31 de Dezembro de 2009 é de 435 184 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 216 251 milhares de euros).

Os investimentos detidos até à maturidade resultam na sua maioria da transferência durante o exercício de 2008 de diversos títulos da carteira de negociação no valor de balanço total de 231 045 milhares de euros, tendo tido um impacto em resultados de 2 136 milhares de euros. Estas transferências foram efectuadas de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6.

O Grupo avaliou, com referência a 31 de Dezembro de 2009 a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo identificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

NOTA 22 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os derivados para gestão de risco em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Derivados para gestão de risco activos		
Contratos sobre taxas de juro	13 747	10 555
Contratos sobre acções/índices	96 490	91 647
Outros contratos	889	1 067
	111 126	103 269
Derivados para gestão de risco passivos		
Contratos sobre taxas de juro	8 128	17 813
Contratos sobre acções/índices	45 791	134 423
Outros contratos	960	7 576
	54 879	159 812
	56 247	(56 543)

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor líquido da rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui (i) 102 925 milhares de euros de activo líquido relativo a derivados de cobertura (31 de Dezembro de 2008: 10 138 milhares de euros de passivo líquido) e (ii) 47 966 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 46 405 milhares de euros) de passivo líquido relativos a derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e

passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, e que não foram designados como derivados de cobertura.

a) Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2009							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	168 291	932	11 120	(531)	(8 354)
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	17 460	356	306	(335)	(68)
			185 751	1 288	11 426	(866)	(8 422)

(1) Atribuível ao risco coberto
(2) Inclui juro corrido

(milhares de euros)

31.12.2008							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	325 169	(10 188)	5 746	7 823	(15 904)
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	6 600	50	(186)	(267)	(723)
			331 769	(10 138)	5 560	7 556	(16 627)

(1) Atribuível ao risco coberto
(2) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

b) Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8 e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

2009								
Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Equity/ Index Swap	389 497	50 197	92 898	(54 711)	(110 479)	250 471	248 716
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Swap	5 118	53	127	(40)	(92)	5 017	50 570
Responsabilidades representadas por títulos	Credit Default Swap	61 404	(184)	6 847	(775)	(5 989)	44 780	46 571
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Rate Swap	126 394	5 449	1 852	(10 411)	(4 601)	131 290	126 367
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Options	4 615	447	447	(20)	(12)	428	600
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Rate Swap e FX Options	6 321	198	(323)	(265)	443	2 488	2 356
Responsabilidades representadas por títulos	FX Options	1 195	(4)	(4)	(77)	(77)	1 068	1 000
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Rate Swap + CDS	63 900	(1 004)	(1 004)	(623)	(623)	30 704	31 950
Recursos de outras instituições de crédito	Interest Rate Swap + CDS	38 304	(193)	524	143	199	33 270	32 804
		696 748	54 959	101 364	(66 779)	(121 231)	499 516	540 934

(milhares de euros)

2008

Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Equity/ Index Swap	452 832	(42 701)	(39 636)	55 768	58 726	225 004	287 580
Responsabilidades representadas por títulos	Index swap	5 465	(74)	(553)	52	485	5 165	5 344
Responsabilidades representadas por títulos	Credit Default Swap	50 045	(7 031)	(7 201)	5 214	5 340	39 907	47 221
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Rate Swap	211 839	3 597	3 782	(5 810)	(5 914)	175 062	168 519
Responsabilidades representadas por títulos	Equity Options	-	-	(158)	(8)	197	1 465	1 464
Responsabilidades representadas por títulos	Interest Rate Swap e FX Options	10 390	521	521	(708)	(708)	3 784	4 153
Recursos de outras instituições de crédito	Interest Rate e Credit Default Swap	39 020	(416)	(416)	332	332	28 092	27 760
Recursos de outras instituições de crédito	Interest Rate Swap	7 894	(301)	(301)	(388)	(388)	8 135	8 523
		777 485	(46 405)	(43 962)	54 452	58 070	486 614	550 564

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo ascende, a 31 de Dezembro de 2009 a 3 028 milhares de euros de proveitos em termos acumulados (31 de Dezembro de 2008: 5 045 milhares de euros de proveitos) e 2 017 milhares de euros de custos gerados no exercício (31 de Dezembro de 2008: 3 444 milhares de euros de proveitos gerados no exercício).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2009				
Nocional		Justo Valor		
Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	
Até 3 meses	6 142	22 565	(14)	3 714
De 3 meses a um ano	4 208	25 218	59	(2 558)
De um a cinco anos	54 347	593 694	2 636	57 700
Mais de cinco anos	121 054	55 271	(1 393)	(3 897)
	185 751	696 748	1 288	54 959

(milhares de euros)

31.12.2008				
Nocional		Justo Valor		
Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	
Até 3 meses	19 041	7 762	-	(406)
De 3 meses a um ano	24 974	241 926	39	(29 934)
De um a cinco anos	145 024	427 457	(1 869)	(92 805)
Mais de cinco anos	142 730	100 340	(8 308)	76 740
	331 769	777 485	(10 138)	(46 405)

NOTA 23 – ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O valor registado nesta rubrica é referente aos imóveis registados no activo da participada detida pelo BESI Investimento em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 – Cominvest – SGII, SA.

NOTA 24 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Imóveis		
De serviço próprio	646	646
Beneficiações em edifícios arrendados	4 874	3 173
Outros		
	5 520	3 819
Equipamento		
Equipamento informático	4 927	4 156
Instalações interiores	2 374	1 804
Mobiliário e material	2 463	2 017
Equipamento de segurança	373	270
Máquinas e ferramentas	1 835	1 202
Material de transporte	812	637
Outros	487	381
	13 271	10 467
Outras imobilizações	-	2
	18 791	14 288
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	-	408
Imóveis		
Equipamento informático e outros	358	884
	358	1 292
	19 149	15 580
Depreciação acumulada	(10 421)	(8 438)
	8 728	7 142

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	3 660	9 628	3	91	13 382
Alteração Perímetro Consolidação	-	-	-	-	-
Adições	356	2 278	-	1 241	3 875
Abates / vendas	(104)	(907)	-	-	(1 011)
Transferências	40	-	-	(40)	-
Variação cambial	(133)	(532)	(1)	-	(666)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	3 819	10 467	2	1 292	15 580
Alteração Perímetro Consolidação	-	41	-	-	41
Adições	184	980	-	1 804	2 968
Abates / vendas	-	(241)	(2)	-	(243)
Transferências	1 359	1 379	-	(2 738)	-
Variação cambial	158	645	-	-	803
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	5 520	13 271	-	358	19 149
Depreciações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	1 687	6 001	-	-	7 688
Alteração Perímetro Consolidação	-	-	-	-	-
Depreciações do exercício	414	1 178	-	-	1 592
Abates / vendas	(104)	(504)	-	-	(608)
Transferências	-	-	-	-	-
Variação cambial	(40)	(194)	-	-	(234)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	1 957	6 481	-	-	8 438
Alteração Perímetro Consolidação	-	27	-	-	27
Depreciações do exercício	507	1 293	-	-	1 800
Abates / vendas	-	(241)	-	-	(241)
Transferências	-	-	-	-	-
Variação cambial	71	326	-	-	397
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	2 535	7 886	-	-	10 421
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	2 985	5 385	-	358	8 728
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	1 862	3 986	2	1 292	7 142

NOTA 25 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Goodwill	14 049	10 036
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	10 106	9440
Outras	897	607
	11 003	10 047
Imobilizações em curso	630	462
	25 682	20 545
Amortização acumulada	(9 121)	(8 195)
	(9 121)	(8 195)
	16 561	12 350

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	10 705	8 643	533	20	19 901
Adições:					
Adquiridas a terceiros	165	1 064	74	442	1 745
Abates / vendas	-	(98)	-	-	(98)
Variação cambial	(112)	(169)	-	-	(281)
Imparidade (1)	(722)	-	-	-	(722)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	10 036	9 440	607	462	20 545
Adições:					
Adquiridas a terceiros	4 966	252	115	556	5 889
Transferências	-	213	175	(388)	-
Variação cambial	3	201	-	-	204
Imparidade (2)	(956)	-	-	-	(956)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	14 049	10 106	897	630	25 682
Amortizações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	-	7 140	296	-	7 436
Amortizações do exercício	-	710	180	-	890
Abates / vendas	-	(98)	-	-	(98)
Variação cambial	-	(32)	(1)	-	(33)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	-	7 720	475	-	8 195
Amortizações do exercício	-	645	149	-	794
Variação cambial e outros movimentos	-	132	-	-	132
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	-	8 497	624	-	9 121
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	14 049	1 609	273	630	16 561
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	10 036	1 720	132	462	12 350

(1) Inclui o montante de 882 milhares de euros relativos a imparidade para goodwill apurado em 2008 na Concórdia – Espírito Santo Investment. Esta imparidade foi reconhecida em resultados na rubrica de imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações.

(2) Inclui o montante de 956 milhares de euros relativos a imparidade para goodwill apurado em 2009 na Concórdia – Espírito Santo Investment. Esta imparidade foi reconhecida em resultados na rubrica de imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações.

A rubrica de *Goodwill* inclui o montante de 9 916 milhares de euros referentes a subsidiária ES Capital adquirida pelo Grupo BESI em 30 de Dezembro de 2005. Este *Goodwill* foi determinado de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2.

NOTA 26 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)												
	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido		Custo da participação	
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008
F. IBÉRIA	22 279	24 218	14	273	22 265	25 068	18	15	(1 703)	(1 123)	10 530	10 656
BRB	11 081	12 350	10 418	12 203	626	147	2 870	2 105	(332)	(1 396)	10 659	10 034
OUTRAS											12 331	12 515
											33 520	33 205

(milhares de euros)						
	% detida		Valor de balanço		Resultado da associada atribuível ao Grupo	
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008
F. IBÉRIA	39%	39%	8 799	9 342	(366)	(519)
BRB	25%	25%	156	37	(505)	(350)
OUTRAS	-	-	20 227	20 328	1 842	6 935
			29 182	29 707	971	6 066

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo inicial	29 707	20 816
Aquisições	-	4 093
Resultados de associadas	971	6 066
Alteração do perímetro de consolidação	(1 496)	(1 268)
Saldo final	29 182	29 707

NOTA 27 - OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros Activos a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros	36 986	75 989
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	258 096	314 414
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	5 465	4 392
Sector público administrativo	452	71
Outros devedores diversos	50 246	38 340
	<u>351 245</u>	<u>433 206</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(12 360)	(8 527)
	<u>338 885</u>	<u>424 679</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	155	118
Outros activos	3 460	2 075
	<u>3 615</u>	<u>2 193</u>
Proveitos a receber	795	291
Despesas com custo diferido	2 521	1 671
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	8 457	7 947
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	75 846	71 734
Outras operações a regularizar	40 468	34 200
	<u>124 771</u>	<u>113 881</u>
	470 587	542 715

As rubricas de operações sobre valores mobiliários a regularizar, reflectem as operações realizadas com títulos registadas na trade date, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo a 31 de Dezembro	8 527	6 483
Dotações	6 082	4 966
Reversões	(2 146)	(2 911)
Transferências	(71)	-
Diferenças de câmbio e outras	(32)	(11)
Saldo final	12 360	8 527

NOTA 28 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
No país		
Mercado monetário interbancário	577 200	675 957
Recursos a muito curto prazo	-	963
Depósitos	378 723	6
Outros recursos	365 245	154 389
	1 321 168	831 315
No estrangeiro		
Depósitos	29	29
Empréstimos	1 467	153 192
Operações com acordo de recompra	149 465	135 807
Outros recursos	184 963	57 336
	335 924	346 364
	1 657 092	1 177 679

O escalonamento dos recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Até 3 meses	1 128 904	1 041 872
De 3 meses a um ano	149 465	135 807
De 1 a 5 anos	378 723	-
	1 657 092	1 177 679

NOTA 29 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	11 433	21 354
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	297 963	158 492
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	491 677	893 539
Empréstimos	-	-
Outros Depósitos	32 372	37 845
Outros	11	525
	524 060	931 909
	833 456	1 111 755

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Exigível à vista	11 444	21 354
Exigível a prazo		
Até 3 meses	789 640	1 022 993
De 3 meses a um ano	-	33 079
De um a cinco anos	32 372	34 329
Mais de cinco anos	-	-
Duração indeterminada	-	-
	822 012	1 090 401
	833 456	1 111 755

NOTA 30 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Euro Medium Term Notes	960 639	915 817
Obrigações de caixa	18 638	23 430
Outras Obrigações	-	264
Certificados de Depósito	961 789	403 733
	1 941 066	1 343 244

Durante o exercício de 2009 o Grupo BESI procedeu à emissão de 1 341 986 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 687 332 milhares de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 983 118 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 971 433 milhares de euros).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Até 3 meses	587 955	249 468
De 3 meses a um ano	1 153 762	257 363
De um a cinco anos	80 890	657 104
Mais de cinco anos	118 459	179 309
	1 941 066	1 343 244

As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

(milhares de euros)

31.12.2009

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro
BESI	BESI CAIXA BEST ACCOES EUROPA 4%	a) EUR	2005	1.559	2010	Indexada Cabaz Acções f)
BESI	BESI MULTISTRATEGIA MAR2010	a) EUR	2005	2.419	2010	Indexada Cabaz Indices b)
BESI	BESI OBRIG RENDIMENT 20% MAY2015	EUR	2005	2.429	2015	Taxa Fixa 5% + Indexada a CMS
BESI	BESI OBRIG BULL&BEAR JUN10	a) EUR	2005	1.560	2010	Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI CX RANGE ACCR AND FX NOV11	EUR	2005	4.030	2011	m)
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	2006	910	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	2006	3.840	2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI CAIXA 6.15% NIKKEI JAN2011	a) EUR	2006	1.890	2011	Indexada a Nikkei 225
BESI	BESI CERT DUALREND+EUSTOXX AUG14	a) EUR	2006	2.997	2014	Taxa Fixa 6,6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI FIXED COUPON JUL2010	EUR	2009	100.729	2010	Taxa Fixa 1,609%
BESI	BESI ZERO COUPON NOTE FEB2010	EUR	2009	21.960	2010	Zero Coupon
BESI	BESI ZERO COUPON NOTE APR2010	EUR	2009	49.835	2010	Zero Coupon
ESIP	ESIP JAN01/JAN11 CRDLKD US 11.85	a) USD	2001	1.308	2011	Taxa Fixa 5% + Indexada a Evento de Crédito
ESIP	ESIP JUL03/JUL11 LINKED CMS	a) EUR	2003	13.509	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS+CLN
ESIP	ESIP NOV2011 CMS LINKED EUR 5M	EUR	2003	5.332	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ESIP	ESIP DEC2011 CMS LINKED EUR 6.5M	EUR	2003	6.788	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ESIP	ESIP JUL2012 CMS LINKED EUR 5.5M	EUR	2004	6.149	2012	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ESIP	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE	EUR	2004	6.679	2024	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ESIP	ESIP CMS LINKED NOV2014	EUR	2004	3.372	2014	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS
ESIP	ESIP AMORTIZING MAY2010 ESTOXX50	a) EUR	2005	1.165	2010	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015	EUR	2005	1.804	2015	Range accrual
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15	EUR	2005	206	2015	Range accrual
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL AUG2013	EUR	2005	4.820	2013	Taxa Fixa 4,75% + Range accrual
ESIP	ESIP BESLEAS&INFLAT LINK MAY15	a) EUR	2005	8.209	2015	Indexada a HIPC Ex-Tobacco + c)
ESIP	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15	EUR	2005	1.184	2015	Taxa Fixa + Snowball h)
ESIP	ESIP AGO05 SEP35 CALLABLE INV FL	EUR	2005	9.740	2035	Euribor12M I)
ESIP	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015	EUR	2005	4.828	2015	Taxa Fixa + Snowball h)
ESIP	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017	EUR	2005	1.862	2017	Range accrual
ESIP	ESIP 30CMS-2CMS LKD NOTE NOV2036	EUR	2005	13.403	2036	Taxa Fixa 7,44% + Indexada a CMS
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL AND FX NOV11	EUR	2005	434	2011	m)
ESIP	ESIP EUR12M+16 BP APR2016	EUR	2006	4.050	2016	Euribor 12M
ESIP	ESIP PORTUGAL TELECOM FIN LINKED	a) EUR	2006	8.775	2012	c)
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL USD NOV2021	USD	2006	5.803	2021	Range accrual
ESIP	ESIP USD RANGE ACCRUAL NOV2021	USD	2006	3.348	2021	Range accrual
ESIP	ESIP JAN2010 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2007	864	2010	Indexada Cabaz Indices g)
ESIP	ESIP JAN2017 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2007	6.085	2017	Indexada Cabaz Indices g)
ESIP	ESIP CIMPOR FIN CRD LKD MAY2011	a) EUR	2007	14.153	2011	c)
ESIP	ESIP FEB2012 DEUTSCHE BANK LKD	a) EUR	2007	3.588	2012	Indexada a Deutsche Telecom
ESIP	ESIP JUL2010 EQUITY BASKET LKD	a) EUR	2007	676	2010	Indexada Cabaz Acções q)
ESIP	ESIP JUN2012 BASKET LINKED	a) EUR	2007	763	2012	Indexada Cabaz Acções s)
ESIP	ESIP MAY14 EQUITY BASKT LINKED	a) USD	2007	2.678	2014	Indexada Cabaz Acções t)
ESIP	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LKD	a) EUR	2007	310	2011	Indexada Cabaz Acções r)
ESIP	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LINKED	a) EUR	2007	104	2011	Indexada Cabaz Indices u)
ESIP	ESIP JUL2012 LUSITANO BSK LINKED	a) EUR	2007	4.491	2012	Indexada Cabaz Acções z)

(milhares de euros)

31.12.2009

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro	
ESIP	ESIP EURTRY LINKED OCT2012	a)	EUR	2007	3.292	2012	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP AUG2011 BASKET LINKED	a)	EUR	2007	3.456	2011	d)
ESIP	ESIP METAL INVESTMENT OCT2012	a)	EUR	2007	480	2012	Commodity Linked
ESIP	ESIP CMS LINKED JUN2019	a)	EUR	2007	23.433	2019	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ESIP	ESIP DEC2011 BBVA POP LINKED	a)	EUR	2007	1.911	2011	Indexada a BBVA e Banco Popular
ESIP	ESIP BCP FIN CRD LKD DEC2015	a)	EUR	2007	4.566	2015	c)
ESIP	ESIP DEC2010 CLIQUET MSCI BRAZIL	a)	USD	2007	1.442	2010	Indexada a MSCI Brasil
ESIP	ESIP DEC2015 BASKET LINKED	a)	EUR	2007	201	2015	Indexada Cabaz Indices w)
ESIP	ESIP JAN2011 CLIQUET MSCI BRAZIL	a)	EUR	2008	2.453	2011	Indexado MSCI Brasil
ESIP	ESIP JAN2011 LUXURY GOODS	a)	EUR	2008	3.929	2011	e)
ESIP	ESIP JAN2011 BRASIL+INDIA II BSK	a)	EUR	2008	3.023	2011	Indexada a MSCI Brasil e Índia
ESIP	ESIP JAN2011 BASKET LINKED	a)	EUR	2008	5.896	2011	g)
ESIP	ESIP JAN2012 BASKET LINKED	a)	EUR	2008	3.807	2012	r)
ESIP	ESIP JAN2011 BRASIL+INDIA BASKET	a)	EUR	2008	3.194	2011	Indexada a MSCI Brasil e Índia
ESIP	ESIP JAN2012 EQUITY BASKET LINKED	a)	EUR	2008	1.365	2012	i)
ESIP	ESIP FEB2010 ESTOXX50 LINKED	a)	EUR	2008	680	2010	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP MAR2011 EURUSD FX LINKED	a)	EUR	2008	1.754	2011	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP MAR2011 BASKET LINKED	a)	EUR	2008	7.554	2011	g)
ESIP	ESIP BARCLAYS LKD ZC MAR2016	a)	EUR	2008	2.165	2016	ZC + c)
ESIP	ESIP BARCLAYS LKD 6.30% MAR2016	a)	EUR	2008	4.922	2016	Taxa Fixa 6,30% + c)
ESIP	ESIP BARCLAYS LKD EUR3M MAR2016	a)	EUR	2008	1.380	2016	Euribor 3M + 2,20% + c)
ESIP	ESIP APR2013 EURTRY LKD	a)	EUR	2008	7.924	2013	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP APR2013 AEGON SHARE LKD	a)	EUR	2008	2.557	2013	Indexada a AEGON
ESIP	ESIP APR10 INDX BASQ LINQ 80%	a)	EUR	2008	1.274	2010	x)
ESIP	ESIP APR10 INDX BASQ LINQ 90%	a)	EUR	2008	4.682	2010	x)
ESIP	ESIP APR11 INDX BASQ LKD 80% II	a)	EUR	2008	3.329	2010	x)
ESIP	ESIP MAY2011 AGRICULTURE LINKED	a)	EUR	2008	1.535	2011	Indexada a DBLCl-OY Agriculture
ESIP	ESIP MAY2011 INDEX BASKET LINKED	a)	EUR	2008	2.913	2011	ab)
ESIP	ESIP JUN2011 SAN TEF LINKED	a)	EUR	2008	1.632	2011	Indexada a Telefonica e BSCH
ESIP	ESIP MAY2010 SAN IBE LINKED	a)	EUR	2008	1.994	2010	Indexada a BSCH e Iberdrola
ESIP	ESIP JUN2013 CARBON NOTES	a)	EUR	2008	4.732	2013	ad)
ESIP	ESIP FTD CRD LINKED JUN2011	a)	EUR	2008	9.171	2011	af)
ESIP	ESIP AUG2011 INDEX BSKT LINK	a)	EUR	2008	2.944	2011	g)
ESIP	ESIP FX EURUSD LINKED JUL2010	a)	USD	2008	735	2010	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP AUG2011 INDEX BSKT LINKED	a)	EUR	2008	3.711	2011	Indexada à Inflação Francesa e ao DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP AUG2011 EQL BSKT LINK	a)	USD	2008	704	2011	Indexada a BBVA, Iberdrola e Telefonica
ESIP	ESIP MAR2010 WRC BZ SHARE LKD	a)	EUR	2008	759	2010	ae)
ESIP	ESIP SEP2011 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2008	3.689	2011	ag)
ESIP	ESIP SEP2010 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2008	754	2011	ah)
ESIP	ESIP OCT13 EURBRL LINKED BRL	a)	EUR	2008	1.927	2013	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP NOV2011 SX5E LINKED	a)	EUR	2008	1.745	2011	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP JUL2014 EQL LINKED	a)	EUR	2008	1.728	2014	ai)
ESIP	ESIP AUG2012 EQL LINKED	a)	EUR	2008	14.924	2012	Indexada ao BBVA
ESIP	ESIP OCT2014 EQL LINKED	a)	EUR	2008	6.759	2014	Indexada a BBVA e Deutsche Bank
ESIP	ESIP MAY2012 EQL LINKED	a)	EUR	2008	9.652	2012	Indexada ao BSCH
ESIP	ESIP OCT2014 BANKS EQL LINKED	a)	EUR	2008	6.943	2014	Indexada ao BSCH e BBVA
ESIP	ESIP OCT2014 EQL LINKED 2	a)	EUR	2008	1.826	2014	Indexada ao BSCH e BBVA
ESIP	ESIP DEC12 ENI LINKED	a)	EUR	2008	1.227	2012	Indexada à ENI
ESIP	ESIP NOV2012 EQL LINKED	a)	EUR	2008	1.897	2012	Indexada a BSCH e Deutsche Bank
ESIP	ESIP MAY2012 BBVA LINKED	a)	EUR	2008	8.732	2012	Indexada ao BBVA
ESIP	ESIP DEC2014 EQL LINKED	a)	EUR	2008	1.324	2014	Indexada ao BNP e Credit Agricole
ESIP	ESIP FEB2010 EQL LINKED	a)	EUR	2008	6.098	2010	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP DEC2013 SPANISH EQL LINKED	a)	EUR	2008	368	2010	Indexada a BBVA e Repsol
ESIP	ESIP DEC2012 ENI LINKED 2	a)	EUR	2008	8.078	2012	Indexada à ENI
ESIP	ESIP JAN2012 EURBRL LINKED	a)	EUR	2009	2.302	2012	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP MAR2010 ENEL LINKED	a)	EUR	2009	1.007	2010	EURIBOR 3M +3% + c)
ESIP	ESIP SX5E LINKED MARCH2011	a)	EUR	2009	1.316	2011	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP FIXED AMOUNT + AMORT NOV22	a)	EUR	2009	3.085	2022	Fixed Amounts
ESIP	ESIP BRASIL CLN EUR3M+2% JUN2010	a)	EUR	2009	1.507	2010	EURIBOR3M + 2% + c)
ESIP	ESIP EDP CLN EUR3M+2% MAR2011	a)	EUR	2009	1.518	2011	EURIBOR3M + 2% + c)
ESIP	ESIP PHARMA EQL APRIL2011	a)	EUR	2009	3.199	2011	j)
ESIP	ESIP BRAZ CLN 2 EUR3M+2% JUN2010	a)	EUR	2009	1.507	2010	EURIBOR3M + 2% + c)
ESIP	ESIP EDP 2 CLN EUR3M+2% MAR2011	a)	EUR	2009	1.518	2011	EURIBOR3M + 2% + c)
ESIP	ESIP LACAIXA EUR3M+2% MAR2011	a)	EUR	2009	2.815	2016	EURIBOR3M + 2% + c)
ESIP	ESIP APR2014 5%+INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2009	1.507	2014	Taxa Fixa 5% + k)
ESIP	ESIP MAY2014 5%+INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2009	3.165	2014	Taxa Fixa 5% + k)
ESIP	ESIP FIXED COUPON APRIL2011	a)	EUR	2009	110.915	2011	Taxa Fixa 4,384%
ESIP	ESIP MAY2012 SX5E LINKED	a)	EUR	2009	1.478	2012	Indexada ao DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP JUN2013 EQL LINKED	a)	EUR	2009	428	2013	Indexada a BBVA, Repsol e Enel.
ESIP	ESIP JUL2014 INFLATION LINKED	a)	EUR	2009	1.397	2014	Indexada à Inflação.
ESIP	ESIP JUL2013 EQL LINKED	a)	EUR	2009	5.503	2013	n)
ESIP	ESIP JUN2010 EURBRL LINKED	a)	EUR	2009	1.068	2010	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP JAN2011 SP500 LINKED	a)	EUR	2009	1.007	2011	Indexada ao SP500
ESIP	ESIP JUN2011 CLN LINKED	a)	EUR	2009	2.995	2011	c)
ESIP	ESIP JUN2010 SANTANDER LINKED	a)	EUR	2009	1.264	2010	Indexada ao BSCH
ESIP	ESIP SEP2011 BERKSHIRE HATHAWAY	a)	EUR	2009	2.009	2011	Euribor 3M+2% +c)
ESIP	ESIP JUL2011 EQL BASKET	a)	EUR	2009	1.100	2011	Indexada a Repsol e Gas Natural
ESIP	ESIP AUG2012 BESI BRASIL LINKED	a)	EUR	2009	4.796	2012	o)
ESIP	ESIP SEP11 AUTOCALLABLE EUR12M	a)	EUR	2009	3.186	2011	Autocallable Euribor 12M
ESIP	ESIP FEB2020 EQL LINKED	a)	EUR	2009	297	2020	Indexada a France e Deutsche Telecom

(milhares de euros)

31.12.2009

Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro	
ESIP	ESIP SEP2010 SABADELL LINKED	a)	EUR	2009	998	2010	c)
ESIP	ESIP SEP2014 OCIDENTE EQL	a)	EUR	2009	3.710	2014	p)
ESIP	ESIP SEP2014 OCIDENTE II EQL	a)	EUR	2009	9.149	2014	p)
ESIP	ESIP SEP2014 ORIENTE I EQL	a)	EUR	2009	11.833	2014	v)
ESIP	ESIP CLN 5.45% OCT2014	a)	EUR	2009	9.984	2014	c)
ESIP	ESIP OCT2014 EQL	a)	EUR	2009	1.451	2014	y)
ESIP	ESIP OCT2012 EQL LINKED	a)	EUR	2009	2.655	2012	z)
ESIP	ESIP DEC2011 FTD LINKED	a)	EUR	2009	4.841	2011	c)
ESIP	ESIP 5.25% RANGE ACCRUAL OCT2016	a)	EUR	2009	5.057	2016	Range accrual
ESIP	ESIP OCT10 CRDLINK UNIDAS 1%	a)	EUR	2009	6.537	2010	c)
ESIP	ESIP OCT10 CRDLINK UNIDAS 5.5%	a)	USD	2009	8.238	2010	c)
ESIP	ESIP FTD IBERIA 5.95% DEC2014	a)	EUR	2009	14.583	2014	c)
ESIP	ESIP FTD IBERIA II 5.5% DEC2014	a)	EUR	2009	4.427	2014	c)
ESIP	ESIP USD FTD IBERIA 5.5% DEC2014	a)	USD	2009	2.847	2014	c)
ESIP	ESIP CIMPOR CLN EUR3M DEC2014	a)	EUR	2009	4.145	2014	c)
ESIP	ESIP DEC2011 EURUSD LINKED	a)	EUR	2009	956	2011	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP NOV2012 CLN BESIBRASIL	a)	EUR	2009	9.669	2012	c)
ESIP	ESIP NOV2012 EQL	a)	EUR	2009	2.310	2012	Indexado HSCEI + ishare Mcsi Brasil Index
ESIP	ESIP DEC2012 USDBRL LINKED	a)	USD	2009	1.706	2012	Indexada a Câmbio
ESIP	ESIP DEC2014 SX5E LINKED	a)	EUR	2009	3.026	2014	Indexada a DJ Eurostoxx 50
ESIP	ESIP BRAZIL EQL LINKED	a)	EUR	2009	4.044	2014	ac)
ESIP	ESIP DEC2010 BCP LINKED	a)	EUR	2009	2.934	2010	Indexado a BCP
ESIP	ESIP DEC2012 EWZ+HSCEI LINKED	a)	EUR	2009	2.827	2012	Indexado a EWZ e HSCEI
BRASIL	BES INVEST BRASIL 5.75% MAY2012		USD	2009	100.528	2012	Taxa Fixa 5,75%
BRASIL	BES INV BRASIL EUR6M+255 NOV2012		EUR	2009	17	2012	Eur 6M +2,55%
BRASIL	BES INVEST BRASIL CD 1% FEB2010		USD	2009	17.347	2010	Taxa Fixa 1%
BRASIL	BESI BRASIL CD 1.37% MAR2010		USD	2009	27.830	2010	Taxa Fixa 1,37%
BRASIL	BESI BRASIL CD 1.30% APR2010		USD	2009	6.933	2010	Taxa Fixa 1,30%
BRASIL	29-CDI FLUT P		BRL	2009	267.490	2010	Indexada ao CDI a)
BRASIL	1-CDB PRE P -		BRL	2009	5.102	2010	Indexada ao CDI a)
BRASIL	9-CDB SNA P -		BRL	2009	132.652	de 2010 a 2015	Indexada ao CDI a)
BRASIL	9-CDB SNA P -		BRL	2009	31.974	de 2010 a 2015	Indexada ao CDI a)
BRASIL	19-CDB POS P -		BRL	2009	3.256	2010	Taxa Fixa 1,30%
BRASIL	90-CDB SNA P -		BRL	2009	518.313	de 2010 a 2015	Indexada ao CDI a)
				1 941 066			

a) emissões com derivativos embutidos ou ao fair value option

b) Indexada a cabaz composto pelos índices EUGATR, Eurostoxx 50, Short EUR/Long USD, Goldman Sachs Commodity Index Excess Return

c) Indexada a risco de crédito

d) Indexada a Cabaz de Índices Power Shares DB Agriculture Fund e Financial Select Sector SPDR Fund

e) Indexado a cabaz de LVMH, Christian Dior, Philips, Pinault Pritemps, Nokia, Bulgari, Porsche, Swatch, Burberry, Daimler

f) Indexada a cabaz composto pelas Ações Altadis, Deutsche Bank, Deutsche Telecom, Inditex, Nokia, Banco Popular

g) Indexada a cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225

h) Indexada a Cupão Anterior + Spread - Euribor

i) Indexada a Cabaz de Ações BBVA, Repsol e Telefonica

j) Indexada a cabaz de ações Roche, Sanofi, Novartis, Pfizer e Astrazeneca

k) Indexada a cabaz de ações Roche, Sanofi, Novartis, Pfizer, Astrazeneca, Telefonica, France Telecom e Deutsche Telecom.

l) Indexada a Reverse Floater

m) Indexada a Câmbio e Taxa de Juro

n) Indexada a MSCI India, MSCI Brasil e Ishares FTSE/Xinua China

o) 1º Ano: Taxa Fixa, 2º Ano e Seguintes: Euribor 6m + 150Bps, indexada ao BESI Brasil.

p) Indexada a Cabaz de DJ Eurostoxx 50, SP500, Nasdaq 100 e Ishares MSCI Brasil.

q) Indexada a cabaz composto pelas Ações AXA, Allianz e ING.

r) Indexada a cabaz de ações EDP, Iberdrola, FPL Group, Gamesa, Vestas Wind Systems e Solarworld

s) Indexada a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500 e Topix

t) Indexada a cabaz de Ações BBVA e BSCH

u) Indexada a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, SP500, BOVESPA, Ishares MSCI Pacific ex-Japan

v) Indexada a Topix, Hang Seng, Hang Seng China Enterprises, S&P NIFTY, KOSPI2, MSCI Singapore

w) Indexada a cabaz de Ações BBVA, Credit Agricole e Fortis.

x) Indexada a Cabaz de Índices MSCI Taiwan, Hang Seng, Hang Seng China Enterprises, Nifty, Kospi200, MSCI Singapore

y) Indexada a Gazprom, Nokia e DU PONT

z) Indexada a Brisa, EDP, Galp, BSCH e BCP.

aa) Indexada a cabaz de Ações BCP, EDP, Brisa e PT.

ab) Indexada a Cabaz de índices DBIX India, Russian Depositary, Hang Seng e MSCI Brasil.

ac) Indexada a Petrobras, Companhia Siderurgica Nacional, Vale SA, Itau Unibanco e Banco Bradesco.

ad) Indexada a Petroleo Brasileiro, Banco Bradesco, Companhia Vale Rio Doce

ae) Indexada a Cabaz de Ações First Solar inc, Suntech Power e Sunpower Corp

af) Indexada a Credito (First to default) sobre Brisa, Bancaja, Portugal Telecom, Cimpore e Repsol

ag) Indexada a IBOXX Eurozone, SP GSCI Excess Return, EUR/USD e DJ Eurostoxx 50

ah) Indexada a Cabaz de Ações Total, EON, Telefonica, Eni SPA, France Telecom, Deutsche Telecom, General Electric, Louis Vuitton, Allianz e Fortis

ai) Indexada a Cabaz de Ações Deutsche Telecom, Telefonica e France Telecom

aj) Taxa overnight (Brasil)

NOTA 31 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)
	Provisões para outros riscos e encargos
Saldo a 1 de Janeiro de 2008	2 846
Dotações	1 752
Utilizações	(1 400)
Reversões	-
Diferenças de câmbio e outras	(360)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	2 838
Dotações	11 881
Reversões	(3 263)
Utilizações	(1 343)
Transferencias	1 964
Diferenças de câmbio e outras	1 142
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	13 219

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Grupo, incluindo contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais.

NOTA 32 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O cálculo do imposto corrente e diferido dos exercícios de 2009 e de 2008 foi apurado pelo Grupo BESI com base numa taxa nominal de IRC e derrama municipal de 26,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprova a Lei das Finanças Locais).

As declarações de autoliquidação, do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal, relativas aos exercícios de 2009 e anteriores ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 85.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa Nominal de Imposto
Londres	28%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Nova Iorque	44%

As subsidiárias no estrangeiro, nomeadamente as localizadas no Brasil e na Irlanda, encontram-se sujeitas a tributação sobre os respectivos lucros nos termos estabelecidos nas normas fiscais em vigor nos respectivos países. No caso da Irlanda, os lucros aí obtidos são sujeitos a uma taxa nominal de 12,5%, sendo que nas empresas localizadas no Brasil os lucros são sujeitos a taxas nominais situadas entre os 34% e 40%.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2009 e 2008 podem ser analisados como segue:

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008
Instrumentos financeiros derivados	3 227	10 850	(6 864)	(168)	(3 637)	10 682
Activos financeiros disponíveis para venda	449	338	(8 731)	(7 349)	(8 282)	(7 011)
Crédito a clientes	10 886	3 911	-	-	10 886	3 911
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(1 113)	(1 061)	(1 113)	(1 061)
Provisões	5 795	1 777	-	-	5 795	1 777
Outros	283	-	(2 160)	(2 720)	(1 877)	(2 720)
Prejuízos fiscais reportáveis	5 317	6 316	-	-	5 317	6 316
Imposto diferido activo/(passivo)	25 957	23 192	(18 868)	(11 298)	7 089	11 894
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(8 058)	(3 828)	8 058	3 828	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	17 899	19 364	(10 810)	(7 470)	7 089	11 894

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo a 31 de Dezembro	11 894	(49 816)
Reconhecido em resultados	(3 690)	16 720
Reconhecido em reservas de justo valor e outras reservas	(2 314)	38 089
Reconhecido em outras reservas	-	-
Variação cambial e outros	1 199	6 901
Saldo final	7 089	11 894

O movimento do imposto diferido de balanço em 2009 e 2008 explica-se como segue:

	31.12.2009		31.12.2008	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	14 319	-	(6 607)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1 509	-	(38 089)
Crédito a clientes	(6 975)	-	(780)	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	52	-	(52)	-
Provisões	(4 018)	-	(817)	-
Outros	118	-	(3 925)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	194	805	(4 539)	-
	<u>3 690</u>	<u>2 314</u>	<u>(16 720)</u>	<u>(38 089)</u>
Impostos Correntes	8 481	-	33 939	-
Total do imposto reconhecido	12 171	2 314	17 219	(38 089)

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	31.12.2009		31.12.2008	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses Minoritários		69 870		67 574
Taxa de imposto do BESl	26,5		26,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BESl		18 516		17 907
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	3,4	2 408	(10,8)	(7 576)
Dividendos excluídos de tributação	(1,4)	(992)	(0,9)	(643)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	0,0	-	-	-
Mais-valias não tributadas	(6,4)	(4 446)	-	-
Proveitos não tributáveis	(4,1)	(2 841)	-	-
Imposto sobre lucros das sucursais	1,4	995	1,0	710
Tributação autónoma	0,6	420	0,0	-
Alterações de estimativas	(1,3)	(894)	0,3	228
Alteração da taxa de imposto	0,0	-	-	-
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no período	0,8	532	7,9	5 522
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	(0,9)	(633)	-	-
Resultado de associadas não sujeitos a tributação	(0,4)	(256)	(2,3)	(1 607)
Benefícios fiscais	(0,8)	(539)	-	-
Custos não dedutíveis	1,7	1 173	5,5	3 872
Outros	(1,8)	(1 272)	(1,7)	(1 194)
	17,3	12 171	25,5	17 219

NOTA 33 - PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Outros passivos subordinados		
Obrigações de caixa	104 140	97 671
	104 140	97 671

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)						
31.12.2009						
Entidade Emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 780	5,500	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	-	1,162	2010
ESIP	ESIP LOWER TIER II DEC15	2005	60 000	57 913	1,162	2010
BESI BRASIL	VBES IA001	2007	21 901	21 901	1,300	2014
BESI BRASIL	VBES IA002	2008	9 955	9 955	1,300	2015
BESI BRASIL	VBES IA003	2008	1 792	1 792	1,300	2013
BESI BRASIL	VBES IA004	2008	199	199	1,300	2013
BESI BRASIL	VBES IA005	2008	796	796	1,300	2015
BESI BRASIL	VBES IA006	2008	1 195	1 195	1,300	2015
Sub-total			165 838	103 531		
Juro Corrido				609		
			165 838	104 140		

a) data da call

(milhares de euros)						
31.12.2008						
		Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 542	5,500	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	-	5,326	2010
ESIP	ESIP LOWER TIER II DEC15	2005	60 000	59 681	5,326	2009
BESI BRASIL	BRASIL - VBES IA001	2007	16 957	16 957	1,300	2014
BESI BRASIL	VBES IA002	2008	7 707	7 707	1,300	2015
BESI BRASIL	VBES IA003	2008	1 387	1 387	1,300	2013
BESI BRASIL	VBES IA004	2008	154	154	1,300	2013
BESI BRASIL	VBES IA005	2008	617	617	1,300	2015
BESI BRASIL	VBES IA006	2008	925	925	1,300	2015
Sub-total			157 747	96 970		
Juro Corrido				701		
			157 747	97 671		

a) data da call

Durante o exercício de 2009 o Grupo BESl não emitiu nem reembolsou passivos subordinados. Durante o exercício de 2008 o BESl do Brasil procedeu à emissão de 35.000 milhares de reais, não tendo sido efectuado qualquer reembolso.

NOTA 34 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	11 467	10 320
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	104 238	164 484
Credores por fornecimento de bens	2 944	1 555
Outros credores	51 552	25 781
	<u>158 734</u>	<u>191 820</u>
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	1 457	964
Outros custos a pagar	9 217	6 593
	<u>10 674</u>	<u>7 557</u>
Receitas com proveito diferido	<u>992</u>	<u>1 297</u>
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	71 806	72 606
Operações cambiais a liquidar	958	449
Outras operações a regularizar	20 325	26 459
	<u>93 089</u>	<u>99 514</u>
	<u>274 956</u>	<u>310 508</u>

As rubricas de operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra por subsidiária do Grupo que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 35 - CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO
Acções ordinárias

Em 29 de Junho de 2009, o Banco procedeu a emissão de 22 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, totalizando 36 milhões de acções com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelo Banco Espírito Santo, S.A.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2009, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em Julho de 1998.

NOTA 36 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES MINORITÁRIOS

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Diferenças cambiais	Outras reservas e resultados transitados	Total outras reservas e resultados transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	109 864	(43 862)	66 002	32 934	5 913	93 441	132 288
Alterações de justo valor	(91 032)	29 544	(61 488)	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais	(27 390)	8 639	(18 751)	(1 093)	(10 337)	(7 483)	(18 913)
Constituição de reservas	-	-	-	7 192	-	45 335	52 527
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(8 558)	(5 679)	(14 237)	39 033	(4 424)	131 293	165 902
Alterações de justo valor	31 397	(302)	31 095	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	(1 660)	(1 660)
Diferenças cambiais	3 306	(1 718)	1 588	1 452	17 967	(3 725)	15 694
Constituição de reservas	-	-	-	6 109	-	23 102	29 211
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	26 145	(7 699)	18 446	46 594	13 543	149 010	209 147

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Custo dos activos financeiros disponíveis para venda	523 644	497 663
Imparidade acumulada reconhecida	(26 200)	(17 912)
Custo dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	497 444	479 751
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	528 678	475 287
Ganhos(perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	31 234	(4 464)
Impostos	(9 410)	(7 139)
Reserva de justo valor total	21 824	(11 603)
Interesses minoritários	(3 378)	(2 634)
Reserva de justo valor atribuível aos accionistas do Banco	18 446	(14 237)

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses minoritários, no exercício de 2009 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
1 de Janeiro	(14 237)	66 002
Variação de justo valor	41 392	(114 897)
Alienações do exercício	(6 689)	(3 525)
Impostos reconhecidos no exercício em reservas	(2 020)	38 183
Saldo em 31 de Dezembro	18 446	(14 237)

Interesses Minoritários

O detalhe da rubrica de Interesses minoritários por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2009		31.12.2008	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
BES Investimento do Brasil	17 514	2 592	5 640	(109)
BES Securities	19 612	4 020	11 347	3 374
Morumbi Capital Fund	-	-	3 649	(443)
Bes Absolute Return	15 156	204	-	-
Bes Multimercado	3 488	454	-	-
Outras	4 213	45	4 077	(18)
	59 983	7 315	24 713	2 804

O movimento de interesses minoritários nos anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 pode ser assim analisada:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Interesses minoritários em 1 de Janeiro	24 713	47 995
Alterações de perímetro de consolidação	14 337	2 626
Aumento/Redução de capital de subsidiárias	7 964	(11 779)
Dividendos distribuídos	(1 266)	(5 241)
Variação da reserva de justo valor	548	(15 067)
Variação cambial e outros	6 372	3 375
Resultado líquido do ano	7 315	2 804
Interesses minoritários em 31 de Dezembro	59 983	24 713

NOTA 37 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	411 720	240 698
Activos financeiros dados em garantia	22 980	129 523
	<u>434 700</u>	<u>370 221</u>
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	260 437	218 462
	<u>260 437</u>	<u>218 462</u>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 22 980 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 120 000 milhares de euros);

Valor dado em garantia ao Mercado Oficial Espanhol de Opções e Futuros Financeiros no montante de 35 229 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008 - 75 506 milhares de euros).

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	5 448 475	5 273 003
Credito Securitizado sob gestão	786 937	817 041
Outras responsabilidades por prestação de serviços	3 030 615	225 981
	<u>9 266 027</u>	<u>6 316 025</u>

NOTA 38 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante global dos activos e passivos do Grupo BESI que se referem a operações realizadas com entidades relacionadas do Grupo ESFG (holding do Banco) resume-se como segue:

	31.12.2009							31.12.2008						
	Activos			Garantias	Recursos	Proveitos	Custos	Activos			Garantias	Recursos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Títulos	Total					Aplicações em Instituições crédito	Títulos	Total				
Banco Espírito Santo, S.A.	269 624	65 611	335 235	223 857	1 426 660	94 739	190 962	148 038	24 469	172 507	149 217	1 006 002	316 733	355 069
BES Finance	-	-	-	-	-	-	-	-	18 318	18 318	-	-	2 189	-
ESF(P)	-	35 759	35 759	-	-	-	-	-	29 605	29 605	-	-	-	-
ES Financial service	-	397	397	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESFG	-	16	16	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-
ES Saúde	-	-	-	-	-	1 381	-	-	-	-	-	-	95	-
ES Tourism	-	-	-	-	-	175	-	-	-	-	-	-	-	-
ESCOM	-	-	-	-	-	237	-	-	-	-	-	-	36	-
ESEGUR	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	11
ES PLC	-	-	-	-	-	3 869	30 272	-	-	-	-	-	47 708	10 387
ES Concessões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 281	-
BES Venetie	-	6 500	6 500	-	30	-	-	-	6 687	6 687	-	-	-	-
BEST, S.A.	-	-	-	-	2 231	6 460	1 459	-	-	-	-	2 229	14 072	2 675
BES Vida, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 620	-
Fundo FCR PME	-	-	-	-	3 874	-	15	-	-	-	-	7 194	-	14
FRIE-IMIT/BES	-	-	-	-	-	181	8	-	-	-	-	-	418	15
Locarent	-	-	-	-	-	-	82	-	-	-	-	-	-	55
Bes Angola	1 879	-	1 879	-	-	79	-	1 858	-	1 858	-	-	54	-
TOTAL	271 503	108 283	379 786	223 857	1 432 795	107 122	222 818	149 896	79 079	228 975	149 217	1 035 297	384 206	368 226

NOTA 39 – JUSTO VALOR

Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor				
	Custo amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total de Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2009						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	29 748	-	-	-	29 748	29 748
Disponibilidades em outras instituições de crédito	31 940	-	-	-	31 940	31 940
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	681 561	684 020	-	1 365 581	1 365 581
Activos financeiros disponíveis para venda	-	101 922	374 959	51 797	528 678	528 678
Aplicações em instituições de crédito	747 085	-	-	-	747 085	747 085
Crédito a clientes	2 072 859	-	-	-	2 072 859	2 072 859
Investimentos detidos até à maturidade	436 445	-	-	-	436 445	461 380
Derivados para gestão de risco	-	-	111 126	-	111 126	109 706
Activos financeiros	3 318 077	783 483	1 170 105	51 797	5 323 462	5 346 977
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	456 511	-	456 511	456 511
Recursos de outras instituições de crédito	1 657 092	-	-	-	1 657 092	1 657 092
Recursos de clientes e outros empréstimos	833 456	-	-	-	833 456	833 456
Responsabilidades representadas por títulos	330 788	-	1 610 278	-	1 941 066	1 940 648
Derivados para gestão de risco	-	-	54 879	-	54 879	55 753
Passivos subordinados	94 242	-	9 898	-	104 140	101 835
Passivos financeiros	2 915 578	-	2 131 566	-	5 047 144	5 045 295
31 de Dezembro de 2008						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	12 137	-	-	-	12 137	12 137
Disponibilidades em outras instituições de crédito	30 316	-	-	-	30 316	30 316
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	517 937	696 017	-	1 213 954	1 213 954
Activos financeiros disponíveis para venda	-	72 181	365 882	37 224	475 287	475 287
Aplicações em instituições de crédito	914 633	-	-	-	914 633	914 633
Crédito a clientes	1 724 128	-	-	-	1 724 128	1 724 128
Investimentos detidos até à maturidade	243 094	-	-	-	243 094	232 806
Derivados para gestão de risco	-	-	103 269	-	103 269	103 269
Activos financeiros	2 924 308	590 118	1 165 168	37 224	4 716 818	4 706 530
Recursos de bancos centrais	100 014	-	-	-	100 014	100 014
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	711 035	-	711 035	711 035
Recursos de outras instituições de crédito	1 177 679	-	-	-	1 177 679	1 177 679
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 111 755	-	-	-	1 111 755	1 111 755
Responsabilidades representadas por títulos	292 405	-	1 050 839	-	1 343 244	1 343 644
Derivados para gestão de risco	-	-	159 812	-	159 812	159 812
Passivos subordinados	59 741	-	37 930	-	97 671	96 229
Passivos financeiros	2 741 594	-	1 959 616	-	4 701 210	4 700 168

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BESI, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros: (i) com cotações divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços para este tipo de activos e (ii) cuja valorização se baseia na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2009 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2009, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)
Saldo no início do exercício	37 224
Aquisições	14 784
Saídas	(415)
Variação de valor	204
Saldo no fim do exercício	51 797

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2009, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos do mercado monetário, para o longo prazo utilizam-se as curvas swap:

	31.12.2009			31.12.2008		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	0,2500	0,0750	0,3700	2,0000	0,1250	1,5000
1 mês	0,4000	0,4200	0,5800	2,6950	0,9500	2,2500
3 meses	0,5000	0,4700	0,6600	2,9450	1,7500	2,7800
6 meses	0,9300	0,6800	0,9300	3,0100	2,0000	2,8200
9 meses	1,0900	0,9000	1,0300	3,0450	2,2500	2,8800
1 ano	1,3155	0,6480	0,9960	2,6790	1,2100	2,0090
3 anos	2,2700	2,0120	2,6560	2,9260	1,6850	2,8930
5 anos	2,8050	2,9300	3,3900	3,2360	2,0770	3,1891
7 anos	3,2130	3,4680	3,7650	3,4630	2,2780	3,3541
10 anos	3,5980	3,9220	4,0880	3,7350	2,4740	3,4850
15 anos	3,9700	4,3130	4,3670	3,8980	2,6750	3,7091
20 anos	4,0700	4,4270	4,3600	3,8450	2,7085	3,6216
25 anos	4,0210	4,4630	4,2925	3,6730	2,6670	3,4716
30 anos	3,9520	4,4790	4,2170	3,5400	2,6310	3,3591

Spreads de crédito

Os spreads de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são multi-contribuídos e publicados diariamente na Bloomberg em final do dia, sendo utilizados para os referidos efeitos os valores correspondentes às entidades de referência. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)						
Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2009						
CDX USD Main	13	61,06	81,07	84,29	92,00	106,75
iTraxx Eur Main	12	-	45,61	73,52	82,85	92,43
iTraxx Eur Senior Financial	12	-	-	72,97	-	86,24
Ano 2008						
CDX USD Main	11	241,88	228,50	197,54	164,67	148,71
iTraxx Eur Main	10	-	201,61	177,50	161,00	150,71
iTraxx Eur Senior Financial	10	-	-	118,79	-	119,00

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*), que servem de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

(%)						
	31.12.2009			31.12.2008		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	54,70	95,83	68,30	43,99	79,02	81,40
3 anos	40,50	57,99	48,40	33,03	59,69	45,60
5 anos	32,00	42,78	36,20	27,26	47,94	33,30
7 anos	26,40	36,00	29,50	23,94	41,54	26,80
10 anos	21,70	30,52	24,00	21,12	36,03	22,10
15 anos	18,29	26,16	19,50	19,37	29,84	18,00

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	31.12.2009	31.12.2008	Volatilidade (%)				
			1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,4406	1,3917	10,91	12,15	12,83	12,96	13,10
EUR/GBP	0,8881	0,9525	8,76	10,45	11,50	11,98	12,45
EUR/CHF	1,4836	1,4850	5,16	4,70	4,85	4,85	4,85
EUR/NOK	8,3000	9,7500	8,00	8,75	8,85	8,85	8,90
USD/BRL ^{a)}	1,7432	2,3307	12,75	13,55	14,55	15,05	15,55
USD/TRY ^{b)}	1,4957	1,5440	10,00	12,50	13,63	14,63	15,25

^{a)} Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

^{b)} Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica		
	31.12.2009	31.12.2008	Variação %	1 mês	3 meses	Volatilidade implícita
DJ Euro Stoxx 50	2 965	2 448	21,1	15,49	21,33	20,96
PSI 20	8 464	6 341	33,5	14,31	17,28	-
IBEX 35	11 940	9 196	29,8	15,98	19,04	-
FTSE 100	5 413	4 434	22,1	14,83	18,39	18,56
DAX	5 957	4 810	23,8	14,35	21,33	20,05
S&P 500	1 115	903	23,5	10,12	15,97	17,03
BOVESPA	68 588	37 550	82,7	17,13	27,88	27,07

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 40 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do Grupo BESI.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

A direcção de risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

- ★ Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- ★ Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- ★ Gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte). Nos Credit Default Swaps (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente. São igualmente objecto de análises diárias o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo BESI ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Disponibilidades e aplicações em instituições de créditos	808 763	957 073
Activos financeiros detidos para negociação	1 301 376	1 198 806
Activos financeiros disponíveis para venda	418 024	343 476
Crédito a clientes	2 072 859	1 724 128
Investimentos detidos até à maturidade	436 445	243 094
Derivados para gestão de risco	111 126	103 269
Outros activos	226 092	244 046
Garantias e avals prestados	411 720	240 698
Compromissos irrevogáveis	260 437	218 462
	6 046 842	5 273 052

Concentração de riscos

A repartição do crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, encontra-se apresentada conforme segue:

31.12.2009						
	Crédito sobre clientes				Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros detidos para venda
	Valor bruto		Imparidade		Valor bruto	Valor bruto Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido		
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	13 247	1 108	-	(1 108)		
Indústrias extractivas	28 940	-	-	-	1 510	612
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	48 079	-	(1 226)	-	3 018	-
Indústrias transformadoras - Textéis e Vestuário	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Curtumes e Calçado	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Madeira e Cortiça	6 633	-	(332)	-	-	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	3 469	5 024
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	448	-
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	34 364	25	(310)	-	375	-
Indústrias transformadoras - Produtos Minerais não Metálicos	1 770	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	34 694	-	(200)	-	284	922
Indústrias transformadoras - Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	24 400	-	-	-	159	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	819	-
Indústrias transformadoras - Outras Indústrias Transformadoras	-	-	-	-	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	372 516	-	(2 128)	-	5 655	16 539
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	8 878	-	(53)	-	12	919
Construção	310 300	-	(1 245)	-	11 012	-
Actividades imobiliárias	72 977	75	(717)	(15 049)	2 200	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	61 901	-	(243)	-	2 024	11 540
Transportes e armazenagem	111 924	6 386	(688)	(6 386)	124 392	-
Alojamento, restauração e similares	54 606	-	(321)	-	2 042	-
Actividades de edição	29 749	-	(296)	-	31	-
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de	6 006	-	(60)	-	-	-
Actividades de rádio e de televisão	-	-	-	-	-	-
Actividades de telecomunicação	30 227	-	(134)	-	4 126	-
Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	-	-	-	-	252	-
Actividades de intermediação monetária	19 201	-	(1 211)	-	418 287	74 208
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	215 878	403	(1 440)	(5 000)	16 737	-
Outras actividades financeiras e de seguros	96 523	-	(682)	(52)	27 576	201 378
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	70 454	-	(602)	(1)	2 488	-
Actividades veterinárias	-	-	-	-	-	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	26 732	-	-	-	-	-
Viagens	30 945	-	-	-	12	-
Actividades de Aluguer	74 796	1 611	(759)	(16)	648	-
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	648 138	36 545
Educação	-	-	-	-	-	-
Actividades de saúde humana e apoio social	24 320	-	-	-	-	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	20 663	-	(202)	-	717	-
Outras actividades de serviços	278 347	1 639	(7 129)	(763)	89 150	207 191
Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para i	-	-	-	-	-	-
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	-	-
Crédito à Habitação	900	-	(5)	-	-	-
Crédito a Particulares	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2 109 970	11 247	(19 983)	(28 375)	1 365 581	554 878
						(26 200)

(milhares de euros)

31.12.2008								
	Crédito sobre clientes				Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros detidos para venda	
	Valor bruto		Imparidade		Valor bruto		Valor bruto Imparidade	
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido				
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	13 407	1 108	-	(1 108)	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	-	-	991	-	281	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	-	-	1 175	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	1 697	-	5 093	-
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	15 035	-	(541)	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Produtos Minerais não Metálicos	1 870	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	4 743	-	(358)	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	13 392	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	13 895	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias transformadoras - Outras Indústrias Transformadoras	-	-	-	-	-	-	787	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	255 023	-	(858)	-	1 709	-	13 433	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e desp	-	-	-	-	1 090	-	-	-
Construção	201 822	-	(749)	-	18 957	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	43 963	-	-	-	848	-	16 011	(3 131)
Transportes e armazenagem	103 312	6 438	(1 099)	(6 390)	4 989	-	2 044	-
Alojamento, restauração e similares	47 510	-	-	-	1 534	-	-	-
Actividades de rádio e de televisão	26 651	-	(509)	-	-	-	-	-
Actividades de telecomunicação	59 429	-	-	-	790	-	-	-
Outras actividades financeiras e de seguros	387 556	4 752	(3 242)	(5 260)	624 874	-	248 786	(13 041)
Actividades imobiliárias	33 267	53	(609)	-	-	-	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	145 991	130	(1 707)	(130)	-	-	901	-
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	100 523	-	(479)	-	-	-	-	-
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	504 422	-	4 396	-
Actividades de saúde humana e apoio social	24 912	-	-	-	-	-	-	-
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	30 543	-	(500)	-	211	-	-	-
Outras actividades de serviços	213 530	7	(2 175)	(7)	51 842	-	199 299	(1 740)
Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-	-	-	-	-	-	993	-
Crédito à Habitação	990	-	(5)	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.737.366	12.488	(12 831)	(12 895)	1.213.954	-	493.199	(17 912)

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia Value at Risk (VaR) é utilizada. O Grupo BESl utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (stress-testing) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

milhões de euros

	31.12.2009				31.12.2008			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	4,85	4,61	7,76	2,27	6,92	3,51	10,16	0,79
Risco taxa de juro	5,96	5,91	7,10	4,19	3,49	2,09	2,47	1,21
Acções	5,37	3,64	7,19	1,56	4,48	5,36	11,82	3,25
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,08	0,31	0,00
Covariância	-6,88	-5,30	-8,59	-2,69	-2,55	-1,52	-1,43	-0,89
Total	9,30	8,86	13,46	5,33	12,34	9,52	23,33	4,36

O Grupo BESI encerrou o ano com um VaR de 9.30 milhões de Euros para as suas posições de negociação, registando um decréscimo de 25% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BESI calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhões de euros)

	31.12.2009						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	30	30	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	929	190	739	-	-	-	-
Crédito a clientes	2 110	248	1 055	753	22	13	19
Títulos	930	28	386	98	40	361	17
Fora de balanço		-	19	16	17	60	76
Total		496	2 199	867	79	434	112
Recursos de outras ICs	1 657	-	1 297	249	80	10	21
Recursos de clientes	338	16	317	-	-	5	-
Repo's com clientes	492	-	492	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos*	2 480	-	1 558	202	145	473	102
Fora de Balanço		-	63	83	12	21	8
Total		16	3 727	534	237	509	131
GAP (Activos - Passivos)		480	(1 528)	333	(158)	(75)	(19)

* Os montantes em risco estão ao valor nominal

(milhões de euros)

	31.12.2008						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	12	12	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	1 228	326	902	-	-	-	-
Crédito a clientes	1 749	298	792	643	17	-	-
Títulos	665	18	358	48	8	213	20
Fora de balanço		-	34	25	8	88	128
Total		653	2 086	716	32	301	148
Recursos de outras ICs	886	2	884	-	-	-	-
Recursos de clientes	614	27	557	20	3	7	-
Repo's com clientes	894	-	894	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos*	1 218	-	398	213	114	336	156
Acções Preferenciais	-	-	-	-	-	-	-
Fora de Balanço		-	145	89	14	19	12
Total		29	2 879	321	132	362	169
GAP (Activos - Passivos)		625	(793)	394	(100)	(61)	(21)

* Os montantes em risco estão ao valor nominal

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

milhões de euros				
	31.12.2009		31.12.2008	
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb
Em 31 de Dezembro	(2,7)	2,7	(1,5)	1,5
Média do período	(4,4)	4,4	(4,3)	4,3
Máximo para o período	(2,7)	5,4	(1,5)	6,0
Mínimo para o período	(5,4)	2,7	(6,0)	1,5

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)						
	31.12.2009			31.12.2008		
	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média
Activos monetários	746 069	49 239	6,60%	903 149	87 093	9,64%
Crédito a clientes	1 852 250	81 324	4,39%	1 603 201	106 637	6,65%
Aplicações em títulos	1 421 273	129 061	9,08%	1 291 231	108 718	8,42%
Activos financeiros	4 019 592	259 624	6,46%	3 797 581	302 448	7,96%
Recursos monetários	1 535 003	79 300	5,17%	775 693	89 142	11,49%
Recursos de clientes	839 714	5 033	0,60%	1 020 174	46 790	4,59%
Outros recursos	1 676 321	117 352	7,00%	1 784 346	115 589	6,48%
Passivos financeiros	4 051 038	201 685	4,98%	3 580 213	251 521	7,03%
Resultado Financeiro		57 939	1,48%		50 927	0,94%

No que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)								
31.12.2009					31.12.2008			
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD DOLAR DOS E.U.A.	20.766	(9.745)	-	11.021	124.955	(50.909)	(23.565)	50.481
GBP LIBRA ESTERLINA	(1.531)	-	-	(1.531)	(2.964)	-	-	(2.964)
BRL REAL BRASILEIRO	158.812	-	-	158.812	76.308	(58.636)	27.082	44.754
JPY YEN	(4.778)	(85)	-	(4.863)	89	-	-	89
CHF FRANCO SUICO	(558)	-	-	(558)	234	-	-	234
PLN ZLOTI POLACO	(1.690)	(227)	-	(1.917)	(2.932)	-	-	(2.932)
OUTRAS	150	-	-	150	2.850	-	-	2.850
	171.171	(10.057)	-	161.114	198.540	(109.545)	3.517	92.512

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

A deterioração do rácio consolidado de liquidez do Grupo BES Investimento prende-se com o facto da gestão de liquidez consolidada ser efectuada ao nível do Grupo BES, tal como referido no Relatório de Gestão na Área de Tesouraria e na Análise do Risco de Liquidez.

(milhares euros)	
Indicadores de Liquidez Consolidado	Dez 09
Mismatch acumulado ¹	(1 339 576)
Buffer de activos líquidos ²	923.226
Liquidez Global	(416 350)

¹ O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano.

² O *buffer* de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de Bancos Centrais (deduzidos dos respectivos *haircuts*), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a um ano.

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado por Basileia II, o Grupo concluiu, no dia 28 de Novembro de 2008, o processo de Candidatura Formal para a utilização da abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “Internal Ratings Based” – IRB) e o método “Standard” para o tratamento do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

Actualmente e para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Grupo apresenta os rácios de solvabilidade segundo o método padrão para o risco de crédito e o indicador básico para o risco operacional.

Os elementos de capital do Grupo BESI dividem-se em Fundos Próprios Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

Fundos Próprios de Base (Tier I): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis, os resultados retidos do período, os interesses minoritários. São deduzidos pelo seu valor de balanço os valores relativos a *goodwill* apurado, a activos intangíveis, o valor das reservas de reavaliação de títulos de capital negativas, 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras e a desvios actuariais negativos decorrentes com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor, reconhecidos até ao exercício de 2008, e o rendimento esperado, e não obtido, do rendimento dos activos do fundo de pensões referentes ao exercício de 2008.

Fundos Próprios Complementares: Incorpora, essencialmente, a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.

Deduções: Compreende, essencialmente, a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os Fundos Próprios Complementares não podem exceder o Tier I e determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar 50% do Tier I.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, essas deduções eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a esse mesmo ano.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB, elegíveis de TIER I, em 2009 e 2008 apresentam-se no quadro seguinte (valores em milhares de euros):

	(milhares de euros)	
	Dez 09	Dez 08
Saldo do Início do exercício	255.686	248.825
Capital realizado	110.000	-
Reservas e Resultados Transitados	39.439	36.502
Desvios actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto	4.103	(765)
Interesses minoritários	15.162	(25.296)
Diferença de reavaliação de activos disponíveis para venda	3.448	(3.786)
Activos intangíveis	3.060	(1.521)
Outros efeitos	4.818	1.727
Saldo no Fim do exercício	435.716	255.686

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BESl para 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 (valores em milhares de euros):

	(milhares de euros)	
	Dez 09	Dez 08
Total Activos	5.877.475	5.331.753
Activos Ponderados	4.840.081	3.944.710
% Ponderação	82,40%	73,99%
Requisitos de Fundos Próprios	387.206	315.577
Requisitos de Fundos Próprios Carteira Bancária	285.145	249.267
Requisitos de Fundos Próprios Carteira de Negociação	73.183	39.938
Requisitos de Fundos Próprios Risco de Liquidação (Aviso 8/2007)	16	-
Requisitos de Fundos Próprios Risco Operacional	28.862	26.372
Fundos Próprios Elegíveis	527.543	325.586
Fundos Próprios de Base	435.716	255.686
Fundos Próprios Complementares	92.614	71.014
Deduções	(787)	(1.114)
Excesso	139.902	10.009
Rácio de Solvabilidade	10,9%	8,3%
Rácio TIER I	9,0%	6,5%

NOTA 41 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2009:

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2009, o Grupo adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009:

IFRS 2 (alterado) - Pagamento com base em acções: condições de aquisição

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se tornou efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de *non vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, tem o mesmo tratamento contabilístico.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: Divulgações

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2009, o IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: Divulgações, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 7 requer informação adicional nas divulgações sobre (i) a mensuração dos justos valores, estabelecendo nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria norma e (ii) sobre o risco de liquidez.

Face à natureza destas alterações o impacto nas demonstrações financeiras do Grupo foi exclusivamente ao nível das divulgações.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 - Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009.

O IFRS 8 - Segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterou o IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade deverá efectuar uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, e ainda sobre a forma como os segmentos são construídos.

Face à natureza destas alterações o impacto nas demonstrações financeiras do Grupo foi exclusivamente ao nível das divulgações.

IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração do rendimento integral.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração do rendimento integral.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

As alterações impostas pelo IAS 1 tiveram apenas efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras do Grupo.

IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2007, o IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados foi eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – instrumentos financeiros remíveis e obrigações decorrentes de liquidação, a qual é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros remíveis e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos remíveis), são classificados como passivos financeiros. A alteração efectuada a esta norma e efectiva desde 1 de Janeiro de 2009, implica que alguns instrumentos que qualificavam como passivos financeiros de acordo com o anterior IAS 32, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda o IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes

O IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A adopção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis, entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que o IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A adopção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O IFRIC 16 - Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para

resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A adopção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. As alterações com efeitos para o Grupo em 2009 são como segue:

- (a) *Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.* A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- (b) *Alteração ao IAS 16 - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.* A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento e subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- (c) *Alteração ao IAS 19 - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.* As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- (d) *Alteração ao IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.* Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- (e) *Alteração ao IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.* O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- (f) *Alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.* A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido

para venda de acordo com o IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- (g) Alteração ao IAS 28 - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao goodwill e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- (h) Alteração ao IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- (i) Alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 - Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

- (i) Alteração ao IAS 40 - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 - Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo:

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios que se iniciam após 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias,

empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) - Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 9 Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do

exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 sendo por isso a mesma de aplicação obrigatória para o Grupo apenas a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação não se estima impacto significativo ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);

- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas que se encontram em vigor, estando apenas por adoptar pelo Grupo a seguinte alteração:

Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária

Devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

Esta norma será adoptada prospectivamente pelo Grupo em 2010.

NOTA 42 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Fevereiro de 2010, os Conselhos de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A e o Execution Holdings Limited, conhecido como Execution Noble, um grupo de banca de investimento internacional com sede em Londres, anunciaram que chegaram a um acordo quanto aos termos de uma oferta recomendada, para que o BESI adquira uma participação de 50,1%.

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
relativos ao exercício de 2009**

Ao Accionista do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento (doravante, BESI).

Durante o exercício de 2009 o Conselho Fiscal do BESI, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do contrato de sociedade, a evolução da gestão e da actividade do BESI, nomeadamente:

- (i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- (ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;
- (iii) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- (iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- (v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI; e
- (vi) teve reuniões, sempre que necessárias, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes.

O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, o Relatório de Fiscalização Anual elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento da Certificação Legal de Contas (individual e consolidada), sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2009, que não apresentam quaisquer reservas ou ênfases e com as quais concorda.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do BESI no exercício de 2009, tanto em termos individuais como em termos consolidados.

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento das conclusões do Relatório de Auditoria elaborado por uma sociedade internacional de auditoria.

Face ao exposto, é parecer deste Conselho que seja aprovado:

- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009;
- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2009, no montante de 38.388.135,96 euros.

Lisboa, 31 de Março de 2010

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Adenda ao
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
relativos ao exercício de 2009

Ao Accionista do

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Em resposta a uma solicitação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal, declara de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do CVM, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e que;
- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do BESI e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam na decurso da sua actividade.

Lisboa, 30 de Abril de 2010

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Macedo Pereira

(Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.,

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
E
RELATÓRIO DE AUDITORIA
(Contas Consolidadas)**

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, do “**Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**”, as quais compreendem: o Balanço consolidado (que evidencia um total de 5.877.475 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao accionista de 466.773 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível ao accionista de 50.384 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

5. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
7. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do “**Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**”, em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 30 de Março de 2010

Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
em representação de:

“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Contas Consolidadas)

1. No cumprimento das disposições legais, apresentamos o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora por nós efectuada ao relatório consolidado de gestão e ao balanço e contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (“Banco”)**.
2. A nossa revisão foi efectuada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo procedido para o efeito a uma verificação das operações de consolidação e as suas inerentes regularizações.
3. O nosso trabalho foi suportado pelas opiniões expressas pelos revisores oficiais de contas ou auditores das diferentes empresas que constituem o perímetro da consolidação. Assim, a nossa opinião, no que se refere aos procedimentos e aos montantes dessas empresas englobadas na consolidação, é apenas baseada nos relatórios e pareceres desses revisores ou auditores.

Informamos que as contas das empresas que constituem o perímetro da consolidação ainda não foram aprovadas pelos accionistas nas respectivas Assembleias Gerais Anuais.

4. O Banco, em 31 de Dezembro de 2009, detinha participações financeiras, directa e indirectamente, em:
 - 21 empresas subsidiárias (sociedades em que o Banco exerce o controlo).
 - 15 empresas associadas (sociedades nas quais exerce uma influência significativa);

O Banco, no exercício de 2009, incluiu na consolidação todas estas empresas.

5. O Banco seguiu dois métodos de consolidação distintos, a saber:
 - a) A consolidação das empresas subsidiárias (as participações de capital nas sociedades em que o Banco exerce controlo) foi efectuada segundo o método de consolidação integral;
 - b) A consolidação das empresas associadas (as participações de capital nas sociedades em que o Banco detém o poder de exercer uma influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais) foi efectuada pelo método da equivalência patrimonial, isto é, correspondendo o seu valor a uma percentagem do capital, reservas e resultados, equivalente à participação do Banco nessas empresas.
6. Após uma análise cuidada às operações de consolidação e inerentes regularizações, constatámos que os activos líquidos consolidados ascendem a 5.877.475 milhares de euros, os capitais próprios consolidados atribuíveis ao accionista ascendem a 466.773 milhares de euros e os resultados líquidos consolidados atribuíveis ao accionista foram positivos em 50.384 milhares de euros.

7. As demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente o balanço consolidado, a demonstração consolidada de resultados e as correspondentes notas anexas referentes ao exercício de 2009:
- incluem as contas do BES Investimento, S.A. e ainda, as das trinta e seis empresas subsidiárias e associadas;
 - foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia; e
 - representam de forma adequada a situação patrimonial e financeira do Banco, tendo em consideração o exposto no ponto 3.

Lisboa, 30 de Março de 2010

Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
em representação de:
“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”

**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 5.877.475 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 466.773 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 50.384 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa consolidados e as alterações dos capitais próprios;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação de as demonstrações financeiras das Sociedades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa consolidados e as alterações dos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 30 de Março de 2010

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)

representada por

Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n. 1233)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

E

NOTAS ÀS CONTAS

1. Demonstrações Financeiras Individuais

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

		(milhares de Euros)	
	Notas	31.12.2009	31.12.2008
Juros e proveitos similares	4	106 682	135 281
Juros e custos similares	4	98 425	121 348
Margem financeira		8 257	13 933
Rendimentos de instrumentos de capital		42 435	51 198
Rendimentos de serviços e comissões	5	100 222	88 489
Encargos com serviços e comissões	5	(7 608)	(8 564)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	6	2 875	(42 045)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	860	207
Resultados de reavaliação cambial	8	362	(1 167)
Resultados de alienação de outros activos financeiros		-	39
Outros resultados de exploração	9	1 603	(1 238)
Proveitos operacionais		149 006	100 852
Custos com pessoal	10	46 953	38 788
Gastos gerais administrativos	12	26 848	25 453
Depreciações e amortizações	22 e 23	2 042	1 845
Provisões líquidas de anulações	18 e 29	7 812	4 128
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	19	20 097	338
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	16 e 17	6 310	13 709
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25	3 366	2 144
Custos operacionais		113 428	86 405
Resultado antes de impostos		35 578	14 447
Impostos			
Correntes	30	(150)	(1 660)
Diferidos	30	2 960	3 010
Resultado líquido do exercício		38 388	15 797
Resultados por acção básicos (em euros)	13	1.54	1.13
Resultados por acção diluídos (em euros)	13	1.54	1.13

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

Demonstração do Rendimento Integral dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Resultado líquido do exercício	38 388	15 797
Outro rendimento integral do exercício		
Activos disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no exercício	(938)	(17 916)
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do exercício	7 208	13 916
Impostos diferidos	(842)	171
	<u>5 428</u>	<u>(3 829)</u>
Total do rendimento integral do exercício	<u>43 816</u>	<u>11 968</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2009	31.12.2008
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14	29 575	12 050
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	27 722	22 432
Activos financeiros detidos para negociação	16	891 059	646 934
Activos financeiros disponíveis para venda	17	229 759	170 508
Aplicações em instituições de crédito	18	714 101	1 198 106
Crédito a clientes	19	938 187	744 107
Investimentos detidos até à maturidade	20	39 003	1 356
Derivados para gestão de risco	21	901	5 756
Outros activos tangíveis	22	6 821	5 566
Activos intangíveis	23	1 862	1 828
Investimentos em subsidiárias e associadas	24	3 956	3 481
Activos por impostos correntes		9 691	425
Activos por impostos diferidos	30	17 832	17 767
Outros activos	25	639 875	720 874
Total de Activo		3 550 344	3 551 190

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2009	31.12.2008
Passivo			
Recursos de bancos centrais		-	100 014
Passivos financeiros detidos para negociação	16	404 414	660 504
Recursos de outras instituições de crédito	26	1 477 926	887 526
Recursos de clientes	27	840 453	1 122 350
Responsabilidades representadas por títulos	28	195 348	270 708
Derivados para gestão de risco	21	790	2 545
Provisões	29	20 677	13 456
Passivos por impostos correntes		2 209	1 433
Passivos por impostos diferidos	30	3 355	5 345
Passivos subordinados	31	69 917	69 714
Outros passivos	32	237 110	253 266
Total de Passivo		3 252 199	3 386 861
Capital Próprio			
Capital	33	180 000	70 000
Prémios de emissão	33	8 796	8 796
Reservas de justo valor	34	2 631	(2 797)
Outras reservas e resultados transitados	34	68 330	72 533
Resultado do exercício		38 388	15 797
Total de Capital Próprio		298 145	164 329
Total de Passivo e Capital Próprio		3 550 344	3 551 190

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração

Demonstração de alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	70 000	8 796	1 032	60 676	32 358	172 862
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:						
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	(3 829)	-	-	(3 829)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	15 797	15 797
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	(3 829)	-	15 797	11 968
Constituição de reservas	-	-	-	11 857	(11 857)	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	(20 501)	(20 501)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	70 000	8 796	(2 797)	72 533	15 797	164 329
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:						
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	5 428	-	-	5 428
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	38 388	38 388
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	5 428	-	38 388	43 816
Aumento de Capital	110 000	-	-	-	-	110 000
Constituição de reservas	-	-	-	1 580	(1 580)	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	(5 783)	(14 217)	(20 000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	180 000	8 796	2 631	68 330	38 388	298 145

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,56 euros e 1,46 euros em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, respectivamente.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2009	31.12.2008
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		112 151	126 848
Juros e custos pagos		(91 369)	(121 180)
Serviços e comissões recebidas		100 222	88 768
Serviços e comissões pagas		(7 608)	(8 564)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(73 801)	(64 466)
		39 595	21 406
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		(17 527)	(4 960)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(506 182)	186
Aplicações em instituições de crédito		484 659	(174 232)
Recursos de bancos centrais		(100 000)	100 000
Recursos de instituições de crédito		586 265	270 764
Crédito a clientes		(218 966)	(115 864)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(284 820)	(94 802)
Derivados de cobertura		5 740	(5 689)
Outros activos e passivos operacionais		60 266	(231 203)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		49 030	(234 394)
Impostos sobre os lucros pagos		(8 640)	914
		40 390	(233 480)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(475)	
Dividendos recebidos		42 435	51 198
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(133 874)	(17 127)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		78 078	16 661
Investimentos detidos até à maturidade		(38 400)	
Compra de imobilizações		(3 331)	(4 946)
Venda de imobilizações		238	54
		(55 329)	45 840
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações		171 554	234 381
Reembolso de obrigações		(241 289)	(25 742)
Aumento capital		110 000	
Dividendos de acções ordinárias pagos		(20 000)	(20 501)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		20 265	188 138
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(38)	(23)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		5 288	475
Caixa e equivalentes no início do exercício		22 443	21 968
Caixa e equivalentes no fim do exercício		27 731	22 443
		5 288	475
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	14	9	11
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	27 722	22 432
Total		27 731	22 443

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

2. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

NOTA 1 - ACTIVIDADE

O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A.

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimentos, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

Presentemente o BESI opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres, Espanha, Varsóvia e Nova Iorque, assim como através das suas subsidiárias no Brasil, Irlanda e Polónia.

No exercício de 2000, o BES adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

As demonstrações financeiras do BESI são consolidadas pelo Banco Espírito Santo, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de Apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BESI agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2009. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2008.

Contudo e tal como detalhadamente descrito na Nota 40, o Banco adoptou, na preparação das demonstrações financeiras individuais referentes a 31 de Dezembro de 2009, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. As políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco na preparação das demonstrações financeiras e descritas nesta nota foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas pelo Banco em 2009 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 40.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 29 de Março de 2010.

2.2. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (discounted cash flows) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.
- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não exista evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflita a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (accounting mismatch); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 21 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Durante o mês de Outubro de 2008, o IASB emitiu uma alteração ao IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de informações. Esta alteração ao IAS 39 veio permitir, em circunstâncias raras, que uma entidade transfira activos financeiros não derivados da categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados (com excepção de activos financeiros reconhecidos inicialmente ao justo valor através de resultados), para as categorias de activos financeiros detidos até à maturidade, activos financeiros disponíveis para venda e crédito a clientes. Esta alteração veio também permitir a transferência da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de crédito a clientes.

As transferências para a (i) categoria de activos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efectuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transaccionáveis num mercado activo.

Na sequência da publicação desta alteração ao IAS 39, o Banco procedeu, no quarto trimestre do ano, à transferência de activos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de justo valor através de resultados para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade.

De acordo com as disposições transitórias desta alteração ao IAS 39, as transferências realizadas até 31 de Outubro de 2008, foram efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos determinado com referência a 1 de Julho de 2008, e as transferências realizadas após aquela data e até 31 de Dezembro de 2008, foram efectuadas com base no justo valor determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o valor nominal dos activos, está a ser reconhecida em resultados até à maturidade dos activos, com base no método da taxa efectiva.

Não foram efectuadas transferências de carteiras no ano de 2009.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (reverse repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (accounting mismatch); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade emitente do Grupo emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.8. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.9. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Banco) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.11. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCA, 1 de Janeiro de 2004, o Banco elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado, mensurado de acordo com as NCA, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edificios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.12. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.13. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

• Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.14. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos para o pessoal admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através do fundo de pensões gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Banco, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste calculo foi determinada tendo como referência o seguinte conjunto de obrigações:

- Obrigações de dívida privada incluídas no índice iBoxx com qualidade de crédito AA (cujo valor nominal seja superior a 500 milhões de euros e com maturidade superior a 1 ano);
- Obrigações de dívida privada não resgatáveis antes da data de maturidade, não financiadas por fundos, não prorrogáveis e não garantidas; e
- Obrigações de dívida privada em que o spread entre o valor de oferta e o valor de compra é inferior a 5% da média dos preços de oferta e de compra.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor nos termos definidos pelo IAS 19.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Banco determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão desde 2009 cobertos pelo fundo de pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios por antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios por antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios por antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável

No primeiro semestre de 2008, o Conselho de Administração do BESI estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BESI têm o direito a um recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores têm de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em acções e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante é reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos órgãos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.15. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.16. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os

juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados de cobertura (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.18. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.19. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.20. Reporte por segmentos

O IFRS 8 – Segmentos Operacionais é aplicado às demonstrações financeiras relativas a períodos com início a partir de 1 de Janeiro de 2009. De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.21. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.22. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e consequência da forte volatilidade dos mercados, consideram-se os seguintes triggers da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (mark to market) ou modelos de avaliação (mark to model) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4. Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Juros e proveitos similares		
Juros de crédito	31 081	40 216
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	11 374	39 162
Juros de derivados para gestão de risco	51 192	36 847
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	5 755	7 684
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	4 440	1 247
Juros de investimentos detidos até à maturidade	849	30
Outros juros e proveitos similares	1 991	10 095
	<u>106 682</u>	<u>135 281</u>
Juros e custos similares		
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	34 984	62 525
Juros de derivados para gestão de risco	45 030	34 107
Juros de depósitos de clientes	5 091	16 232
Juros de débitos representados por títulos	11 183	2 408
Juros de passivos subordinados	1 845	3 813
Outros juros e custos similares	292	2 263
	<u>98 425</u>	<u>121 348</u>
	8 257	13 933

A rubrica de juros de crédito inclui 1.691 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 255 milhares de euros) relativos a juros de contratos de crédito com imparidade.

A rubrica juros de derivados para gestão de risco inclui, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.17, os juros de derivados de cobertura.

NOTA 5 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	63 122	45 737
Por garantias prestadas	682	517
Por operações realizadas por conta de terceiros	36 418	42 235
Outros proveitos de serviços e comissões	-	-
	<u>100 222</u>	<u>88 489</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 932	1 871
Por operações realizadas por terceiros	3 431	3 879
Outros custos com serviços e comissões	2 245	2 814
	<u>7 608</u>	<u>8 564</u>
	92 614	79 925

NOTA 6 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2009			31.12.2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 601	987	614	789	10	779
De outros emissores	12 642	645	11 997	10 793	404	10 389
Acções	121 229	71 923	49 306	72 883	62 618	10 265
Outros títulos	82	-	82	5	-	5
	<u>135 554</u>	<u>73 555</u>	<u>61 999</u>	<u>84 470</u>	<u>63 032</u>	<u>21 438</u>
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	27 270	26 688	582	11 877	10 282	1 595
Contratos sobre taxas de juro	433 221	432 702	519	470 359	467 748	2 611
Contratos sobre acções/índices	801 730	873 110	(71 380)	840 578	880 277	(39 699)
Contratos sobre créditos	19 947	12 910	7 037	15 099	31 645	(16 546)
Outros	-	947	(947)	195 624	198 615	(2 991)
	<u>1 282 168</u>	<u>1 346 357</u>	<u>(64 189)</u>	<u>1 533 537</u>	<u>1 588 567</u>	<u>(55 030)</u>
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados ⁽¹⁾						
Recursos de instituições de crédito	318	796	(478)	664	1 443	(779)
Debitos representados por títulos	9 302	3 565	5 737	11 722	18 928	(7 206)
Outros Passivos Subordinados	468	662	(194)	-	468	(468)
	<u>10 088</u>	<u>5 023</u>	<u>5 065</u>	<u>12 386</u>	<u>20 839</u>	<u>(8 453)</u>
	1 427 810	1 424 935	2 875	1 630 393	1 672 438	(42 045)

(1) inclui a variação de justo valor de passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui um efeito negativo de 310 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 192 milhares de euros de efeito positivo) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (ver nota 21).

NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2009			31.12.2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	39	267	(228)			
De outros emissores	1 095	7	1 088	-	-	-
Outros títulos	-	-	-	207	-	207
	1 134	274	860	207	-	207

NOTA 8 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2009			31.12.2008		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	11 151	10 789	362	2 177	3 344	(1 167)
	11 151	10 789	362	2 177	3 344	(1 167)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 9 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Resultado em derivados de cobertura de justo valor	2 640	(453)
Outros serviços clientes	1 049	279
Outros resultados de exploração	(2 086)	(1 064)
	1 603	(1 238)

NOTA 10 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Vencimentos e salários	38 556	32 257
Remunerações	38 060	33 341
Prémios de antiguidade (ver Nota 11)	496	(1 084)
Custos com pensões de reforma (ver Nota 11)	2 620	2 180
Outros encargos sociais obrigatórios	4 115	3 798
Outros custos	1 662	553
	46 953	38 788

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do BESI são como segue:

	(milhares de euros)		
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
2009			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	3 066	7 789	10 855
Prémios de antiguidade	-	30	30
Remunerações variáveis	5 399	5 624	11 023
Total	8 465	13 443	21 908
2008			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 776	2 310	4 086
Prémios de antiguidade	11	15	26
Remunerações variáveis	3 231	3 702	6 933
Total	5 018	6 027	11 045

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Directores Responsáveis e Directores Centrais.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o valor do crédito concedido aos Órgãos de Administração do Banco ascendia a 411 milhares de euros e 353 milhares de euros, respectivamente.

Por categoria profissional, o número médio de colaboradores do BESI analisa-se como segue:

	31.12.2009	31.12.2008
Funções directivas	211	187
Funções de chefia	3	3
Funções específicas	134	133
Funções administrativas	29	27
Funções auxiliares	7	6
	384	356

NOTA 11 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Durante o exercício de 1998, o Banco Espírito Santo e as restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, onde se inclui o BESI, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões, benefícios de saúde (SAMS) e o subsídio por morte. O fundo tem como sociedade gestora a ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	31.12.2009	31.12.2008
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,25%	4,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	2,00%
Taxas de rendimento do fundo	6,00%	5,75%
Taxa de desconto	5,50%	5,75%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens		TV 73/77 (ajustada)
Mulheres		TV 88/90
Métodos de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.14, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde tem como referência o índice Iboxx para obrigações euro com qualidade de crédito AA para a maturidade das responsabilidades existentes à data de balanço (15 anos).

As contribuições para o SAMS são definidas por esta entidade e em 31 de Dezembro de 2009 ascendiam a 6,5% da massa salarial (2008: 6,5%). A percentagem correspondente à contribuição a efectuar é estabelecida pelo próprio SAMS, não estando prevista qualquer alteração da mesma para o próximo exercício.

Os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2009	31.12.2008
Activos	236	239
Reformados	21	21
Sobreviventes	4	3
TOTAL	261	263

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	31.12.2009			31.12.2008		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	7 197	468	7 665	7 106	462	7 568
Activos	21 541	1,400	22 941	20 542	1,335	21 877
	<u>28 738</u>	<u>1 868</u>	<u>30 606</u>	<u>27 648</u>	<u>1 797</u>	<u>29 445</u>
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro			<u>32 520</u>			<u>27 648</u>
Excesso de cobertura/(Valores) a entregar ao fundo			1 914			(1 797)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro			8 479			13 273
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro			<u>10 393</u>			<u>11 476</u>

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	31.12.2009			31.12.2008		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	27 648	1 797	29 445	26 431	1 719	28 150
Custo do serviço corrente	1 728	122	1 850	1 676	119	1 795
Custo dos juros	1 489	99	1 588	1 505	99	1 604
Contribuições dos participantes	147	-	147	153	-	153
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:						
- Alteração de pressupostos	(2 071)	(135)	(2 206)	(1 399)	(91)	(1 490)
- (Ganhos)/perdas de experiência	374	(15)	359	(190)	(49)	(239)
Pensões pagas pelo fundo	(577)	-	(577)	(528)	-	(528)
Outros	-	-	-	-	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	28 738	1 868	30 606	27 648	1 797	29 445

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.14 e conforme estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Banco avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso de cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

Em 31 de Dezembro de 2009, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 287 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 276 milhares de euros), e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 35 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 30 milhares de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser analisada como segue:

	31.12.2009	31.12.2008
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	27 648	25 710
Rendimento real do fundo	3 765	(6 419)
Contribuições do Banco	1 537	8 732
Contribuições dos empregados	147	153
Pensões pagas pelo fundo	(577)	(528)
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	32 520	27 648

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	13 273	7 364
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
- Alteração de pressupostos actuariais	(2 206)	(1 490)
- (Ganhos)/perdas de experiência	(1 899)	7 701
Amortização do exercício	(689)	(302)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	8 479	13 273
Dos quais:		
Dentro do corredor	3 311	2 945
Fora do corredor	5 168	10 328

A evolução das responsabilidades não financiadas pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Responsabilidades não financiadas no início do ano	1 797	2 440
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	(1 847)	(1 729)
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	(2 258)	7 940
Encargos do ano:		-
- Custo do serviço corrente	1 850	1 795
- Custo dos juros	1 588	1 604
- Rendimento esperado do fundo	(1 507)	(1 521)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Banco	(1 537)	(8 732)
Passivos a entregar em 31 de Dezembro	(1 914)	1 797

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Custo do serviço corrente	1 850	1 795
Custo dos juros	1 588	1 604
Rendimento esperado do fundo	(1 507)	(1 521)
Amortização do exercício	689	302
Custos do exercício	2 620	2 180

A evolução dos activos/responsabilidades em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Em 1 de Janeiro	11 476	4 924
Custo do exercício	(2 620)	(2 180)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Banco	1 537	8 732
Em 31 de Dezembro	10 393	11 476

Os activos em balanço encontram-se reflectidos na rubrica de Outros activos (ver Nota 25).

Os activos do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 podem ser analisados como segue:

	% Carteira	
	2009	2008
Obrigações	55.81%	40.30%
Acções	36.06%	36.10%
Investimento alternativo	6.42%	7.20%
Imobiliário	0.00%	0.00%
Liquidez	1.71%	16.40%
Total	100.00%	100.00%

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

O evolutivo das responsabilidades e saldo do fundo bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos cinco anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2005
Responsabilidades					
Pensões de reforma	(28,738)	(27,648)	(26,431)	(24,556)	(21,732)
Benefícios de saúde	(1,868)	(1,797)	(1,719)	(1,593)	(1,423)
	(30,606)	(29,445)	(28,150)	(26,149)	(23,155)
Saldo dos fundos	32,520	27,648	25,710	24,522	18,394
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	1,914	(1,797)	(2,440)	(1,627)	(4,761)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades					
Pensões de reforma	374	(190)	(404)	763	196
Benefícios de saúde	(15)	(49)	(63)	8	18
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	(2,258)	7,940	770	(514)	(564)

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio de antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Responsabilidades a 1 de Janeiro	962	2 095
Custo do exercício (Ver Nota 10)	496	(1 084)
Prémios pagos	(76)	(49)
Responsabilidades a 31 de Dezembro	1 382	962

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de antiguidade encontra-se registada em outros passivos (ver Nota 32).

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008, o Conselho de Administração do BESI estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 ^(a)
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos	700,000	1,159,988
Preço de referência (euros)	11.00	6.64
Taxa de Juro	5.22%	
Volatilidade	33.5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	1,806	

^(a) Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital

Conforme a política contabilística descrita na nota 2.15, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 1 806 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, durante o exercício de 2009 o Grupo reconheceu em custos com pessoal o valor de 597 milhares de euros. A variação do justo valor ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo o valor em 31 de Dezembro de 2009 de 55,2 mil euros (2008: 113, 7 mil euros).

NOTA 12 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Rendas e alugueres	4 990	4 725
Publicidade e publicações	1 336	980
Comunicações e expedição	3 751	3 294
Conservação e reparação	787	684
Deslocações e representação	4 673	5 546
Água, energia e combustíveis	461	349
Material de consumo corrente	205	227
Serviços especializados		
Informática	2 419	2 079
Mão-de-Obra eventual	434	852
Trabalho independente	1 246	1 365
Segurança e vigilância	382	267
Informações	196	107
Outros serviços especializados	4 590	2 929
Outros custos	1 378	2 049
	26 848	25 453

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com banco de dados e recrutamento de pessoal.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis, são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Até um ano	830	913
De um a cinco anos	902	1 293
	1 732	2 206

NOTA 13 – RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	38 388	15 797
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	25 000	14 000
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	25 000	14 000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	1.54	1.13

O número médio ponderado de acções em 2009 reflecte o aumento de capital do Banco efectuado durante o mês de Junho.

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco não detinha acções potenciais ordinárias diluidoras, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

NOTA 14 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Caixa	9	11
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	9 804	10 163
Outros bancos centrais estrangeiro	19 762	1 876
	29 566	12 039
	29 575	12 050

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa que totalizavam no final do exercício 9 168 milhares de euros. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2009 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 1,28% (31 de Dezembro de 2008: 3,98%).

NOTA 15 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	22 181	17 696
	22 181	17 696
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	5 541	4 736
	5 541	4 736
	27 722	22 432

NOTA 16 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica activos e passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Activos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	10 795	461
De outros emissores	380 515	60 210
Acções	52 956	8 773
	444 266	69 444
Derivados	446 793	577 490
	891 059	646 934
Passivos Financeiros detidos para negociação		
Derivados	404 414	660 504

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Títulos detidos para negociação		
Até 3 meses	358 374	44 213
De 3 meses a um ano	12 611	16 439
De um a cinco anos	7 384	2
Mais de cinco anos	12 941	17
Duração indeterminada	52 956	8 773
	444 266	69 444

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de activos financeiros ao justo valor através de resultados, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2009			31.12.2008		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2 786	8 009	10 795	461	-	461
De outros emissores	-	380 515	380 515	-	60 210	60 210
Acções	52 956	-	52 956	8 773	-	8 773
Total valor de balanço	55 742	388 524	444 266	9 234	60 210	69 444

Durante o exercício de 2009 constituíram-se provisões para risco país como segue:

	(milhares de euros)
Saldo a 31 de Dezembro 2008	-
Dotações	1 094
Reversões	(1 132)
Diferenças de câmbio e outras	38
Saldo a 31 de Dezembro 2009	-

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	31/12/2009			31/12/2008		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Contratos sobre taxas de câmbio						
FX Swaps e Fxforward	382 878	1 480	-	215 264	1 927	-
Swatons	197 000	-	-	197 000	-	-
CIRS	26 906	1 948	1 855	-	-	-
FX Options	234 387	1 714	1 710	144 638	3 897	3 897
	841 171	5 142	3 565	556 902	5 824	3 897
Contratos sobre taxas de juro						
FRAS	-	-	-	993 000	774	683
Interest Rate Swaps	9 438 222	303 421	249 809	6 339 170	295 361	294 833
Interest Rate Caps & Floors	2 402 408	13 991	13 991	1 717 111	6 019	6 018
Future Options	-	-	-	-	-	-
	11 840 630	317 412	263 800	9 049 281	302 154	301 534
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	1 025 163	72 296	74 185	1 144 603	173 284	173 211
Equity / Index Options	1 220 158	47 629	58 726	2 789 512	92 093	167 470
Equity / Index Futures	621 969	-	-	102 336	-	-
	2 867 290	119 925	132 911	4 036 451	265 377	340 681
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	293 651	4 314	4 138	202 943	4 135	14 392
	293 651	4 314	4 138	202 943	4 135	14 392
Total	15 842 742	446 793	404 414	13 845 577	577 490	660 504

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	31.12.2009		31.12.2008	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Até 3 meses	29 272	27 635	31 918	80 055
De 3 meses a um ano	42 556	53 345	95 424	103 339
De um a cinco anos	141 690	141 625	216 000	243 004
Mais de cinco anos	233 275	181 809	234 148	234 106
	446 793	404 414	577 490	660 504

NOTA 17 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

(milhares de euros)					
	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	35 699	711	-	-	36 410
De outros emissores	176 724	3 382	(666)	(16 385)	163 055
Acções	10 063	307	-	(1 107)	9 263
Outros títulos	23 917	280	(430)	(2 736)	21 031
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	246 403	4 680	(1 096)	(20 228)	229 759
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 224	51	-	-	4 275
De outros emissores	157 718	1 089	(1 428)	(13 709)	143 670
Acções	3 447	175	-	(75)	3 547
Outros títulos	21 589	19	(2 592)	-	19 016
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	186 978	1 334	(4 020)	(13 784)	170 508

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em Activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo a 31 de Dezembro	13 784	75
Dotações	6 348	13 709
Reversões	-	-
Diferenças de câmbio e outras	96	-
Saldo final	20 228	13 784

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda inclui 22 980 milhares de euros de títulos dados em garantia pelo Banco (31 de Dezembro de 2008: 122 900 milhares de euros), (ver Nota 36).

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2009	31.12.2008
Títulos disponíveis para venda		
De 3 meses a um ano	4 323	10 019
De um a cinco anos	72 724	19 632
Mais de cinco anos	122 418	118 294
Duração indeterminada	30 294	22 563
	229 759	170 508

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica de activos financeiros disponíveis para venda, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2009			31.12.2008		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	4 358	32 052	36 410	4 275	-	4 275
De outros emissores	29 660	133 395	163 055	25 194	118 476	143 670
Ações	919	8 344	9 263	787	2 760	3 547
Outros títulos de rendimento variável	-	21 031	21 031	-	19 016	19 016
Total valor de balanço	34 937	194 822	229 759	30 256	140 252	170 508

As principais contribuições para a reserva de justo valor e para o montante de imparidade com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 podem ser analisadas como segue:

Descrição	(milhares de euros)				
	2009	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de mercado
	Custo (1)	Positiva	Negativa		
OT MAI 10 5.85%	2 196	26	-	-	2 222
REP.PORTUGUESA JUN12 5%	2 087	49	-	-	2 136
BANCO COM PORT 5.625% APR2014	4 987	401	-	-	5 388
MONTEPIO GERAL EUR3M+25BP MAY12	4 000	-	(130)	-	3 870
R.BRASIL 10% JAN2013	18 283	250	-	-	18 533
R.BRASIL 6% MAY2015	13 133	386	-	-	13 519
MONTEPIO GERAL EUR3M+20 JAN11	6 996	-	(49)	-	6 947
BANCAJA INT CAVALE EU3M+20 JAN16	1 998	-	(443)	-	1 555
BANCO BPI CAY EUR3M+12.5 JAN2011	4 500	-	(23)	-	4 477
OUTROS	79 854	3 568	(451)	(20 228)	62 743
	138 034	4 680	(1 096)	(20 228)	121 390

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

Descrição	(milhares de euros)				
	2008	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de mercado
	Custo (1)	Positiva	Negativa		
OT MAI 10 5.85%	2 238	36	-	-	2 274
OT JUL 09 3.95%	1 154	8	-	-	1 162
REP.PORTUGUESA JUN12 5%	832	7	-	-	839
MONTEPIO GERAL EUR3M+20 JAN11	6 993	-	(512)	-	6 481
LUSITANO GLOBAL CDO PLC-CLASS D	9 787	1 089	-	-	10 876
CEMG-CAYMAN ISLA EUR3M+25 NOV09	8 501	-	(258)	-	8 243
BANCAJA INT CAVALE EU3M+20 JAN16	1 998	-	(500)	-	1 498
MONTEPIO GERAL EUR3M+25BP MAY12	4 000	-	(135)	-	3 865
FUTEBOL CLUBE PORTO 6% DEC2009	630	-	(16)	-	614
BANCO BPI CAY EUR3M+12.5 JAN2011	4 500	-	(7)	-	4 493
OUTROS	37 240	194	(2 592)	(13 784)	21 058
	77 873	1 334	(4 020)	(13 784)	61 403

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

NOTA 18 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	57 001	-
Aplicações de muito curto prazo	-	337
	57 001	337
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações de muito curto prazo	216	255 777
Mercado Monetário Interbancário	-	1 858
Operações de compra com acordo de revenda	498 299	899 802
Outras aplicações	158 871	41 308
	657 386	1 198 745
	714 387	1 199 082
Perdas por imparidade	(286)	(976)
	714 101	1 198 106

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Até 3 meses	216 088	299 280
De 3 meses a um ano	498 299	899 802
	714 387	1 199 082

Os movimentos ocorridos no exercício em perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo inicial	976	848
Dotações	243	250
Reversões	(954)	(170)
Diferenças de câmbio e outras	21	48
Saldo final	286	976

NOTA 19 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	19 749	4 756
Empréstimos	805 039	681 747
Descobertos	29	4
Outros créditos	84 689	53 021
A particulares		
Habitação	900	966
Consumo e outros	-	3
	910 406	740 497
Crédito ao exterior		
A empresas		
Creditos em conta corrente	1 055	-
Empréstimos	46 206	4 786
	47 261	4 786
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	914	597
Há mais de 90 dias	7 906	7 678
	8 820	8 275
	966 487	753 558
Provisão para imparidade do crédito	(28 300)	(9 451)
	938 187	744 107

Adicionalmente, o Banco tem em 31 de Dezembro de 2009 19.207 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2008 – 12.113 milhares de euros), os quais de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (Ver Nota 29).

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Até 3 meses	46 687	54 911
De 3 meses a um ano	131 963	3 703
De um a cinco anos	182 930	133 190
Mais de cinco anos	596 087	553 479
Duração indeterminada	8 820	8 275
	966 487	753 558

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo inicial	9 451	9 126
Dotações	21 692	3 005
Reversões	(1 595)	(2 667)
Diferenças de câmbio e outras	(2)	(13)
Utilizações	(1 246)	
Saldo final	28 300	9 451

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Taxa fixa	31 840	26 212
Taxa variável	934 647	727 346
	966 487	753 558

O Crédito a clientes repartido por tipo de garantia é apresentado de seguida:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Créditos garantidos por hipoteca	22 921	12 088
Créditos garantidos por títulos cotados	99 826	374 262
Outras garantias	679 581	280 449
Créditos sem garantia	164 159	86 759
	966 487	753 558

NOTA 20 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Valor de Balanço	
	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	39 003	1 356
Saldo	39 003	1 356

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2009
De 3 meses a um ano	--	--
De um a cinco anos	--	--
Mais de cinco anos	39 003	1 356
Outros		
	39 003	1 356

O valor de mercado dos investimentos detidos até à maturidade a 31 de Dezembro de 2009 é de 38.354 milhares de euros.

O Banco avaliou, com referência a 31 de Dezembro de 2009 a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo identificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

NOTA 21 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os derivados para gestão de risco em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Derivados para gestão de risco activos	901	5 756
Derivados para gestão de risco passivos	790	2 545
	111	3 211

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de Derivados para gestão de risco, no valor líquido de 111 milhares de euros de activo líquido, inclui (i) 251 milhares de euros de activo líquido relativo a derivados de cobertura (31 de Dezembro de 2008: 1 204 milhares de euros de passivo líquido) e (ii) 140 milhares de euros de passivo líquido (31 de Dezembro de 2008: 4 415 milhares de euros de activo líquido) relativos a derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, e que não foram designados como derivados de cobertura.

a) Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 podem ser analisadas como segue:

		(milhares de euros)					
		31.12.2009					
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado (2)	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto (1)	Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1)
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	30 234	(105)	1 149	330	(886)
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	17 460	356	306	(335)	(68)
			47 694	251	1 455	(5)	(954)

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

(milhares de euros)

31.12.2008

Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado (2)	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto (1)	Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1)
Interest Rate Swaps	Responsabilidades representadas por títulos	Taxa de juro	30 289	(1 254)	(1 255)	1 216	(3 212)
Interest Rate Swaps	Recursos de outras instituições de crédito	Taxa de juro	6 600	50	(185)	(267)	(723)
			36 889	(1 204)	(1 440)	949	(3 935)

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Outros resultados operacionais.

b) Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

31.12.2009

Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Index swap	5 118	53	(5 079)	(40)	5 562	5 017	5 070
Recursos de outras instituições de crédito	IRS e CDS	38 304	(193)	524	143	(199)	33 270	32 804
		43 422	(140)	(4 555)	103	5 363	38 287	37 874

(milhares de euros)

31.12.2008

Passivo financeiro associado	Produto derivado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Responsabilidades representadas por títulos	Index swap e IRS	169 616	5 206	5 376	(5 655)	(5 745)	175 954	170 299
Responsabilidades representadas por títulos	Index swap	5 466	(74)	143	53	(486)	5 164	5 344
Recursos de outras instituições de crédito	IRS e CDO	46 914	(717)	(717)	(56)	56	36 227	36 284
		221 996	4 415	4 802	(5 658)	(6 175)	217 345	211 927

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, ascende em 31 de Dezembro de 2009 a 131 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 441 milhares de euros) de proveitos acumulados e 310 milhares de euros de custos gerados no exercício (31 de Dezembro de 2008: 192 milhares de euros de proveitos gerados no exercício).

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2009			
	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
Até 3 meses	6 142	-	(14)	-
De 3 meses a um ano	1 500	-	64	-
De um a cinco anos	14 281	43 422	308	(140)
Mais de cinco anos	25 771	-	(107)	-
	47 694	43 422	251	(140)

(milhares de euros)

	31.12.2008			
	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
Até 3 meses	-	-	-	-
De 3 meses a um ano	-	171 504	-	5 425
De um a cinco anos	17 801	47 430	(338)	(965)
Mais de cinco anos	19 088	3 062	(866)	(45)
	36 889	221 996	(1 204)	4 415

NOTA 22 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2009	31.12.2008
Imóveis		
De serviço próprio	643	642
Beneficiações em edifícios arrendados	4 165	2 622
	4 808	3 264
Equipamento		
Equipamento informático	3 824	3 479
Mobiliário e material	2 427	1 982
Máquinas e ferramentas	1 021	684
Instalações interiores	2 167	1 652
Material de transporte	54	69
Equipamento de segurança	325	232
Outros	65	57
	9 883	8 155
	14 691	11 419
Imobilizado em curso		
Imóveis	-	408
Equipamento	357	884
	357	1 292
	15 048	12 711
Depreciação acumulada	(8 227)	(7 145)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	6 821	5 566

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)			
	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	2 928	6 796	40	9 764
Adições	370	1 657	1 292	3 319
Abates / vendas	(74)	(298)	-	(372)
Transferências	40	-	(40)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	3 264	8 155	1 292	12 711
Adições	185	586	1 804	2 575
Abates / vendas	-	(238)	-	(238)
Transferências	1 359	1 380	(2 739)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	4 808	9 883	357	15 048
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	1 482	4 933	-	6 415
Depreciações do exercício	267	820	-	1 087
Abates / vendas	(74)	(283)	-	(357)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	1 675	5 470	-	7 145
Depreciações do exercício	369	951	-	1 320
Abates / vendas	-	(238)	-	(238)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	2 044	6 183	-	8 227
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	2 764	3 700	357	6 821
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	1 589	2 685	1 292	5 566

NOTA 23 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	9 048	8 749
Outras	897	607
	9 945	9 356
Imobilizações em curso	629	462
	10 574	9 818
Amortização acumulada	(8 712)	(7 990)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1 862	1 828

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)			
	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	7 638	533	20	8 191
Adições:				
Adquiridas a terceiros	1 111	74	442	1 627
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	8 749	607	462	9 818
Adições:				
Adquiridas a terceiros	85	115	556	756
Transferências	214	175	(389)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	9 048	897	629	10 574
Amortizações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	6 937	295	-	7 232
Amortizações do exercício	578	180	-	758
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	7 515	475	-	7 990
Amortizações do exercício	573	149	-	722
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	8 088	624	-	8 712
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	960	273	629	1 862
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008	1 234	132	462	1 828

NOTA 24 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

	31.12.2009				31.12.2008			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euro)	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euro)	Custo da participação
KUTHAYA	2	100.00%	2 500.00	5.00	2	100.00%	2 500.00	5.00
BRB INTERNACIONAL	133 000	19.00%	5.00	8,103.00	38 000	19.00%	5.00	7,627.69
PRO SPORT	1 900	19.00%	6.02	189.05	1 900	19.00%	6.02	189.05
APOLO FILMS	16 508	19.00%	6.01	581.91	16 508	19.00%	6.01	581.91
COMINVEST	375 000	25.00%	5.00	2,089.02	375 000	25.00%	5.00	2,089.02
COPORGEST	10 000	5.00%	5.00	50.00	10 000	5.00%	5.00	50.00
ESSI COMUNICAÇÕES SGPS,S.A.	10 000	100.00%	5.00	50.00	10 000	100.00%	5.00	50.00
ESSI INVESTIMENTOS, SGPS,S.A.	210 000	100.00%	5.00	1,050.00	210 000	100.00%	5.00	1,050.00
ESPIRITO SANTO INVESTMENT PLC	164 994	100.00%	5.00	824.97	164 994	100.00%	5.00	824.97
				12 943				12 468
Perdas por imparidade				(8 987)				(8 987)
				3 956				3 481

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo inicial	8 987	8 987
Saldo final	8 987	8 987

NOTA 25 – OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros activos a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Devedores e outras aplicações		
Colaterais depositados ao abrigo de contratos de compensação	258 096	314 414
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	36 980	75 960
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	211 340	202 115
Sector público administrativo	26	21
Outros devedores diversos	36 821	27 028
	<u>543 263</u>	<u>619 538</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(11 966)	(8 630)
	<u>531 297</u>	<u>610 908</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	155	118
Outros activos	3 241	1 964
	<u>3 396</u>	<u>2 082</u>
Despesas com custo diferido	<u>1 859</u>	<u>1 450</u>
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	1 893	1 994
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	77 025	71 213
Outras operações a regularizar	14 012	21 751
	<u>92 930</u>	<u>94 958</u>
Pensões de reforma (ver Nota 11)	10 393	11 476
	<u>639 875</u>	<u>720 874</u>

A rubrica de operações sobre valores mobiliários a regularizar reflecte as operações realizadas com títulos na trade date, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo inicial	8 630	6 658
Dotações	5 511	4 888
Reversões	(2 145)	(2 744)
Diferenças de câmbio e outras	(30)	(172)
Saldo final	11 966	8 630

NOTA 26 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
No país		
Mercado monetário interbancário	577 200	675 957
Recursos a muito curto prazo	-	963
Depósitos	378 723	6
Outros recursos	365 045	154 189
	1 320 968	831 115
No estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	192	427
Recursos a muito curto prazo	-	317
Depósitos	33	33
Outros recursos	156 733	55 634
	156 958	56 411
	1 477 926	887 526

O escalonamento dos recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Até 3 meses	769 712	887 099
De 3 meses a um ano	329 491	427
De um a cinco anos	378 723	-
	1 477 926	887 526

NOTA 27 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica recursos de clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	17 929	27 654
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	298 464	200 632
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	491 677	893 539
Outros Depósitos	32 372	
Outros	11	525
	524 060	894 064
	840 453	1 122 350

O escalonamento dos recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Exigível à vista	17 940	152 429
Exigível a prazo		
Até 3 meses	790 141	902 513
De 3 meses a um ano	-	33 079
De um a cinco anos	32 372	34 329
	822 513	969 921
	840 453	1 122 350

NOTA 28 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações de caixa	19 776	23 784
Outras Obrigações	172 523	241 632
Certificados de Depósito	3 049	5 292
	195 348	270 708

Durante o exercício de 2009, o Banco procedeu à emissão de 171 554 milhares de euros de títulos (234 380 milhares de euros durante 2008) e reembolsou 241 289 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 25 742 milhares de euros).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Até 3 meses	26 188	48 032
De 3 meses a um ano	152 285	195 926
De um a cinco anos	13 175	14 794
Mais de cinco anos	3 700	11 956
	195 348	270 708

As características essenciais destes recursos, em 31 de Dezembro de 2009, são como segue:

(milhares de euros)								
31/12/2009								
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor emitido	Valor de Balanço	Maturidade	Taxa de Juro	
BESI	BESI CAIXA BEST ACCOES EUROPA 4%	a)	EUR	11/02/2005	2 500	1 638	11/02/2010	Indexada Cabaz Acções c)
BESI	BESI MULTISTRATEGIA MAR2010	a)	EUR	31/03/2005	3 000	2 591	31/03/2010	Indexada Cabaz Indices b)
BESI	BESI OBRIG RENDIMENT 20% MAY2015		EUR	11/05/2005	2 700	2 428	11/05/2015	Taxa Fixa 5% + Indexada a CMS
BESI	BESI OBRIG BULL&BEAR JUN10	a)	EUR	28/06/2005	1 500	1 721	28/06/2010	Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI CX RANGE ACCR AND FX NOV11		EUR	30/11/2005	6 674	4 317	30/11/2011	d)
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016		EUR	29/03/2006	4 913	1 272	29/03/2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14		EUR	31/03/2006	3 458	3 840	01/04/2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	BESI CAIXA 6.15% NIKKEI JAN2011	a)	EUR	31/01/2006	4 285	1 969	31/01/2011	Indexada a Nikkei 225
BESI	BESI CERT DUALREND+EUSTOXX AUG14	a)	EUR	25/08/2006	3 013	3 049	25/08/2014	Taxa Fixa 6.6743% + Indexada a DJ Eurostoxx
BESI	BESI FIXED COUPON JUL2010		EUR	21/07/2009	100 000	100 729	21/07/2010	Taxa Fixa 1.609%
BESI	BESI ZERO COUPON NOTE FEB2010		EUR	21/08/2009	21 858	21 959	22/02/2010	Zero Coupon
BESI	BESI ZERO COUPON NOTE APR2010		EUR	09/10/2009	49 696	49 835	09/04/2010	Zero Coupon
Total				203 597	195 348			

a) emissões com derivados embutidos ou ao fair value option

b) indexada a cabaz composto pelos índices EUGATR, Eurostoxx 50, Short EUR/Long USD, Goldman Sachs Commodity Index Excess Return

c) Indexada a cabaz composto pelas Acções Altadis, Deutsche Bank, Deutsche Telecom, Inditex, Nokia, Banco Popular

d) Indexada a Câmbio e Taxa de Juro

NOTA 29 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)		
	Provisões para riscos gerais de crédito	Provisões para outros riscos e encargos	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	9 388	1 400	10 788
Dotações	2 705	1 343	4 048
Reversões	-	-	-
Utilizações	-	(1 400)	(1 400)
Diferenças de câmbio e outras	20	-	20
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	12 113	1 343	13 456
Dotações	7 053	3 170	10 223
Reversões	-	(1 700)	(1 700)
Utilizações	-	(1 343)	(1 343)
Diferenças de câmbio e outras	41	-	41
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	19 207	1 470	20 677

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Banco.

NOTA 30 – IMPOSTOS

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O cálculo do imposto corrente e diferido dos exercícios de 2009 e de 2008 foi apurado pelo BESI com base numa taxa nominal de IRC e derrama municipal de 26,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprova a Lei das Finanças Locais).

As declarações de autoliquidação do Banco, relativas aos exercícios de 2009 e anteriores, ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

A actividade gerada pelas sucursais no estrangeiro do Banco é integrada nas contas da sede para efeitos de determinação da matéria colectável sujeita a IRC. Além desta sujeição, os resultados dessas sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países onde se encontram estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede, de acordo com o estabelecido no artigo 85.º do Código do IRC, nas situações aplicáveis. Os resultados das sucursais encontram-se sujeitos a tributação local às taxas nominais de seguida indicadas:

Sucursal	Taxa nominal de imposto
Londres	28%
Madrid	30%
Varsóvia	19%
Nova Iorque	44%

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2009 e 2008 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008
Instrumentos financeiros derivados	3 227	6 454	-	-	3 227	6 454
Activos financeiros detidos para venda	-	-	(81)	(46)	(81)	(46)
Crédito a clientes	10 886	3 911	-	-	10 886	3 911
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(1 113)	(1 113)	(1 113)	(1 113)
Provisões	390	356	-	-	390	356
Outros	-	-	(2 161)	(2 669)	(2 161)	(2 669)
Prejuízos fiscais reportáveis	3 329	5 529	-	-	3 329	5 529
Imposto diferido activo/(passivo)	17 832	16 250	(3 355)	(3 828)	14 477	12 422
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	-	1 517	-	(1 517)	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	17 832	17 767	(3 355)	(5 345)	14 477	12 422

O movimento ocorrido na rubrica de impostos diferidos são apresentadas como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Saldo a 31 de Dezembro	12 422	9 114
Reconhecido em resultados	2 960	3 010
Reconhecido em reservas de justo valor	(842)	171
Variação cambial e outros	(63)	127
Saldo final	14 477	12 422

O movimento do imposto diferido de balanço em 2009 e 2008 explica-se como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2009		31.12.2008	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	3 227	-	3 200	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	37	-	(171)
Crédito a clientes	(6 975)	-	(780)	-
Provisões	(34)	-	15	-
Outros	(573)	-	84	-
Prejuízos fiscais	1 395	805	(5 529)	-
	(2 960)	842	(3 010)	(171)
Impostos Correntes	150	-	1 660	-
Total do imposto reconhecido	(2 810)	842	(1 350)	(171)

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)				
	31.12.2009		31.12.2008	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		35 578		14 447
Taxa de imposto do BESl	26.5		26.5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BESl		9 428		3 828
Imposto sobre lucros das sucursais	2.8	995	2.0	710
Dividendos excluídos de tributação	(31.6)	(11 244)	(38.1)	(13 562)
Tributação autónoma	1.1	402	2.0	722
Alterações de estimativas	(5.1)	(1 826)	0.6	228
Imposto diferido não reconhecido sobre prejuízos fiscais do período	(1.8)	(633)	15.5	5 522
Benefícios fiscais	(0.2)	(55)		
Custos não dedutíveis	0.4	141	5.9	2 084
Outros	(0.1)	(18)	(2.5)	(882)
	(7.9)	(2 810)	(3.8)	(1 350)

NOTA 31 – PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2009	31.12.2008
Obrigações de caixa	69 917	69 714
	69 917	69 714

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)						
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	31.12.2009		
				Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BESl	BESl SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 780	5.5000%	2033
BESl	BESl CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	60 000	5.3260%	2010 (a)
Sub-total				69 780		
Juro Corrido				137		
				69 917		

(a) data da call

(milhares de euros)

Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	31.12.2008		
				Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 543	5.5000%	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	60 000	5.3260%	2010 (a)
Sub-total				69 543		
Juro Corrido				171		
				69 714		

(a) data da call

Durante os exercícios de 2009 e 2008 não houve reembolsos de passivos subordinados.

NOTA 32 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2009	31.12.2008
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	7 206	5 559
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	104 238	164 484
Credores por fornecimento de bens	2 943	1 555
Outros credores	31 884	10 912
	146 271	182 510
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 11)	1 382	962
Outros custos a pagar	6 211	5 733
	7 593	6 695
Receitas com proveito diferido	846	537
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	69 052	46 222
Operações cambiais a liquidar	1 455	2 055
Outras operações a regularizar	11 893	15 247
	82 400	63 524
	237 110	253 266

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra em bolsa do Banco que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 33 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO

Acções ordinárias

Em 29 de Junho de 2009, o Banco procedeu a emissão de 22 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, totalizando 36 milhões de acções com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelo Banco Espírito Santo, S.A.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2009 os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em Julho de 1998.

NOTA 34 – RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

Reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Res.Trans.
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	890	(245)	645	19 877	22 709	42 586
Alterações de justo valor	427	(40)	387	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	-
Impacto da fusão por incorporação da ES Dealer	-	-	-	-	(7 692)	(7 692)
Constituição de reservas	-	-	-	6 785	18 997	25 782
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	1 317	(285)	1 032	26 662	34 014	60 676
Alterações de justo valor	(4 003)	174	(3 829)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	3 237	8 620	11 857
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(2 686)	(111)	(2 797)	29 899	42 634	72 533
Alterações de justo valor	6 270	(842)	5 428	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	(5 783)	(5 783)
Constituição de reservas	-	-	-	1 580	-	1 580
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	3 584	(953)	2 631	31 479	36 851	68 330

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2009	31.12.2008
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	246 403	186 978
Imparidade acumulada reconhecida	(20 228)	(13 784)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	226 175	173 194
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	229 759	170 508
Ganhos/(perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	3,584	(2,686)
Impostos	(953)	(111)
Saldo em 31 de Dezembro	2 631	(2 797)

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, no exercício de 2009 pode ser assim analisada:

(milhares de euros)

	31.12.2009	31.12.2008
Saldo em 1 de Janeiro	(2 797)	1 032
Variação de justo valor	7,093	(3,245)
Alienações do exercício	(823)	(758)
Impostos reconhecidos no exercício em reservas	(842)	174
Saldo em 31 de Dezembro	2 631	(2 797)

NOTA 36 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)

	31.12.2009	31.12.2008
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	1 388 617	1 083 964
Activos financeiros dados em garantia	22 980	122 980
	1 411 597	1 206 944
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	134 731	79 173
	134 731	79 173

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 22 980 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 122.980 milhares de euros);

Valor dado em garantia ao Mercado Oficial Espanhol de Opções e Futuros Financeiros no montante de 35.229 milhares de euros (31 de Dezembro de 2008: 75.477 milhares de euros).

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	5 448 475	5 273 003
Credito Securitizado sob gestão	786 937	817 041
Outras responsabilidades por prestação de serviços	2 225 967	225 981
	8 461 379	6 316 025

NOTA 37 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resumem-se como segue:

	31.12.2009						31.12.2008					
	Aplicações em Instituições de Crédito	Títulos	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos	Aplicações em Instituições de Crédito	Títulos	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas subsidiárias												
ESIP	156 484	300 269	61 189	-	167 410	88 480	284 062	5 621	60 481	-	422 927	206 496
ESSI INV.SGPS	-	-	6	-	-	-	-	-	101	-	-	-
ES CAPITAL	-	-	587	135	380	2 149	-	-	4 308	135	677	1 191
ESSI SGPS	-	-	752	-	10	-	-	-	380	-	-	-
ESSI COMUNICAÇÕES	-	-	102	-	3	-	-	-	436	-	-	-
COMINVEST	-	-	5 523	69	40	-	-	-	5 543	77	-	-
KUTAYA	-	-	2	-	-	-	-	-	6	-	-	-
BES INVESTIMENTO BRASIL	-	-	-	3 434	-	-	-	-	-	10 801	-	-
INFRASTRUCTURE	-	-	748	-	14	-	-	-	-	-	-	-
ESSI FIN	-	-	2	-	-	-	-	-	-	10 801	-	-
	156 484	300 269	68 911	3 638	167 857	90 629	284 062	5 621	71 255	21 814	423 604	207 687

NOTA 38 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para o BESI, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		Valorizados ao Justo Valor				
	Custo Amortizado	Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado	Total de Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2009						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	29 575	-	-	-	29 575	29 575
Disponibilidades em outras instituições de crédito	27 722	-	-	-	27 722	27 722
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	55 742	835 539	-	891 281	891 281
Activos financeiros disponíveis para venda	-	34 937	167 578	27 244	229 759	229 759
Aplicações em instituições de crédito	714 101	-	-	-	714 101	714 101
Crédito a clientes	938 187	-	-	-	938 187	938 187
Investimentos detidos até à maturidade	39 003	-	-	-	39 003	38 354
Derivados para gestão de risco	-	-	680	-	680	680
Activos financeiros	1 748 588	90 679	1 003 797	27 244	2 870 308	2 869 659
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	404 414	-	404 414	404 414
Recursos de outras instituições de crédito	1 477 926	-	-	-	1 477 926	1 477 926
Recursos de clientes e outros empréstimos	840 453	-	-	-	840 453	840 453
Responsabilidades representadas por títulos	174 164	-	21 184	-	195 348	193 646
Derivados para gestão de risco	-	-	790	-	790	790
Passivos subordinados	60 019	-	9 898	-	69 917	67 612
Passivos financeiros	2 552 562	-	436 286	-	2 988 848	2 984 841
31 de Dezembro de 2008						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	12 050	-	-	-	12 050	12 050
Disponibilidades em outras instituições de crédito	22 432	-	-	-	22 432	22 432
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	9 234	637 700	-	646 934	646 934
Activos financeiros disponíveis para venda	-	30 256	116 027	24 225	170 508	170 508
Aplicações em instituições de crédito	1 198 106	-	-	-	1 198 106	1 198 106
Crédito a clientes	744 107	-	-	-	744 107	744 107
Investimentos detidos até à maturidade	1 356	-	-	-	1 356	483
Derivados para gestão de risco	-	-	5 756	-	5 756	5 756
Activos financeiros	1 978 051	39 490	759 483	24 225	2 801 249	2 800 376
Recursos de bancos centrais	100 014	-	-	-	100 014	100 014
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	660 504	-	660 504	660 504
Recursos de outras instituições de crédito	887 526	-	-	-	887 526	887 526
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 122 350	-	-	-	1 122 350	1 122 350
Responsabilidades representadas por títulos	72 112	-	198 596	-	270 708	271 020
Derivados para gestão de risco	-	-	2 545	-	2 545	-
Passivos subordinados	60 054	-	9 660	-	69 714	68 278
Passivos financeiros	2 242 056	-	871 305	-	3 113 361	3 112 237

Os activos e passivos ao justo valor do BESI, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais.

Métodos de valorização com parâmetros observáveis no mercado – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros: (i) com cotações divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços para este tipo de activos e (ii) cuja valorização se baseia na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2009 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

O movimento dos activos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2009, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)
Saldo no início do exercício	24 225
Aquisições	6.832
Variação de valor	(3 813)
Saldo no fim do exercício	27 244

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2009, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas reflectem os valores indicativos do mercado monetário, para o longo prazo utilizam-se as curvas *swap*:

	31.12.2009			31.12.2008		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	0,2500	0,0750	0,3700	2,0000	0,1250	1,5000
1 mês	0,4000	0,4200	0,5800	2,6950	0,9500	2,2500
3 meses	0,5000	0,4700	0,6600	2,9450	1,7500	2,7800
6 meses	0,9300	0,6800	0,9300	3,0100	2,0000	2,8200
9 meses	1,0900	0,9000	1,0300	3,0450	2,2500	2,8800
1 ano	1,3155	0,6480	0,9960	2,6790	1,2100	2,0090
3 anos	2,2700	2,0120	2,6560	2,9260	1,6850	2,8930
5 anos	2,8050	2,9300	3,3900	3,2360	2,0770	3,1891
7 anos	3,2130	3,4680	3,7650	3,4630	2,2780	3,3541
10 anos	3,5980	3,9220	4,0880	3,7350	2,4740	3,4850
15 anos	3,9700	4,3130	4,3670	3,8980	2,6750	3,7091
20 anos	4,0700	4,4270	4,3600	3,8450	2,7085	3,6216
25 anos	4,0210	4,4630	4,2925	3,6730	2,6670	3,4716
30 anos	3,9520	4,4790	4,2170	3,5400	2,6310	3,3591

Spreads de crédito

Os spreads de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivativos de crédito são multi-contribuídos e publicados diariamente na Bloomberg em final do dia, sendo utilizados para os referidos efeitos os valores correspondentes às entidades de referência. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

		(pontos de base)				
Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2009						
CDX USD Main	13	61,06	81,07	84,29	92,00	106,75
iTraxx Eur Main	12	-	45,61	73,52	82,85	92,43
iTraxx Eur Senior Financial	12	-	-	72,97	-	86,24

Ano 2008

CDX USD Main	11	241,88	228,50	197,54	164,67	148,71
iTraxx Eur Main	10	-	201,61	177,50	161,00	150,71
iTraxx Eur Senior Financial	10	-	-	118,79	-	119,00

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*), que servem de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	31.12.2009			31.12.2008		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	54.70	95.83	68.30	43.99	79.02	81.40
3 anos	40.50	57.99	48.40	33.03	59.69	45.60
5 anos	32.00	42.78	36.20	27.26	47.94	33.30
7 anos	26.40	36.00	29.50	23.94	41.54	26.80
10 anos	21.70	30.52	24.00	21.12	36.03	22.10
15 anos	18.29	26.16	19.50	19.37	29.84	18.00

Câmbios e volatilidades

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivativos:

Cambial			Volatilidade (%)				
	31.12.2009	31.12.2008	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,4406	1,3917	10,91	12,15	12,83	12,96	13,10
EUR/GBP	0,8881	0,9525	8,76	10,45	11,50	11,98	12,45
EUR/CHF	1,4836	1,4850	5,16	4,70	4,85	4,85	4,85
EUR/NOK	8,3000	9,7500	8,00	8,75	8,85	8,85	8,90
USD/BRL ^{a)}	1,7432	2,3307	12,75	13,55	14,55	15,05	15,55
USD/TRY ^{b)}	1,4957	1,5440	10,00	12,50	13,63	14,63	15,25

^{a)} Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL

^{b)} Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respectivas volatilidades:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	31.12.2009	31.12.2008	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	2 965	2 448	21,1	15,49	21,33	20,96
PSI 20	8 464	6 341	33,5	14,31	17,28	-
IBEX 35	11 940	9 196	29,8	15,98	19,04	-
FTSE 100	5 413	4 434	22,1	14,83	18,39	18,56
DAX	5 957	4 810	23,8	14,35	21,33	20,05
S&P 500	1 115	903	23,5	10,12	15,97	17,03
BOVESPA	68 588	37 550	82,7	17,13	27,88	27,07

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 39 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do BESI.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

A direcção de risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;

Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;

Gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o BESI no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte). Nos Credit Default Swaps (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Banco. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.3.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do BESI, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente. São igualmente objecto de análises diárias o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do BESI ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2009	31.12.2008
Disponibilidades e aplicações em instituições de créditos	771 389	1 232 577
Activos financeiros detidos para negociação	838 103	636 161
Activos financeiros disponíveis para venda	199 465	147 945
Crédito a clientes	938 187	744 107
Investimentos detidos até à maturidade	39 003	1 356
Derivados para gestão de risco	901	5 756
Outros activos	395 380	422 307
Garantias e avals prestados	1 388 617	1 083 964
Compromissos irrevogáveis	134 731	79 173
	4 705 776	4 353 346

Concentração de riscos

A repartição do Crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)						
31.12.2009						
	Crédito sobre clientes				Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros detidos para venda
	Valor bruto		Imparidade		Valor bruto	Valor bruto
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido		Imparidade
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-	1 108	-	(1 108)	-	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	16	-
Indústrias transformadoras - Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	1 957	-
Indústrias transformadoras - Refinação de Petróleo	-	-	-	-	285	-
Indústrias transformadoras - Produtos Químicos e de Borracha	29 564	8	-	-	355	-
Indústrias transformadoras - Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	20 004	-	-	-	1	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	-	-	-	-	160	-
Indústrias transformadoras - Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	795	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	135 830	-	-	-	3 524	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	-	-	-	-	919
Construção	74 748	-	-	-	9 431	-
Actividades imobiliárias	1 969	-	-	-	2 040	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	9 608	-	-	-	1 477	-
Transportes e armazenagem	68 583	6 387	-	(6 387)	-	-
Alojamento, restauração e similares	7 591	-	-	-	-	-
Actividades e edição	29 746	-	-	-	-	-
Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas tv	6 006	-	-	-	-	-
Actividades de informação e de comunicação - comunicação	13 068	-	-	-	1 027	-
Actividades de intermediação monetária	19 201	-	-	-	733 781	24 340
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais	127 020	403	(5 000)	-	12 765	-
Outras actividades financeiras e de seguros	61 330	-	-	-	71 000	67 278
Actividades imobiliárias	52 443	-	(15 050)	-	-	(16 377)
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	58 035	75	-	-	1 740	-
Actividades de aluguer	19 682	-	-	-	-	-
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	31 225	36 410
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	15 148	-	-	-	367	-
Outras actividades de serviços	207 191	839	-	(755)	19 335	121 040
Crédito à Habitação	900	-	-	-	-	-
TOTAL	957 667	8 820	(20 050)	(8 250)	891 281	249 987
						(20 228)

(milhares de euros)

31.12.2008						
	Crédito sobre clientes				Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros detidos para venda
	Valor bruto	Imparidade			Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido		
Agricultura, Sicultura e Pesca	-	1 108	-	(1 108)	-	-
Indústrias Extractivas	-	-	-	-	-	-
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	1 697	-
Texteis e Vestuário	-	-	-	-	-	-
Curtumes e Calçado	-	-	-	-	-	-
Madeira e Cortiça	-	-	-	-	-	-
Papel e Indústrias Gráficas	-	-	-	-	1	-
Refinação de Petróleo	-	-	-	-	-	-
Produtos Químicos e de Borracha	-	-	-	-	-	-
Produtos Minerais não Metálicos	15 035	-	-	-	-	-
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	1 232	-	-	-	-	-
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	-	-	-	-	-	-
Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	-	-
Outras Industrias Transformadoras	-	-	-	-	-	-
Electricidade, Gás e Água	50,955	-	-	-	1 707	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	-	-	-	1 092	787
Construção e Obras Públicas	39 482	-	-	-	18 663	-
Comércio por Grosso e a Retalho	-	-	-	-	208	-
Alojamento, restauração e similares	-	-	-	-	1 534	-
Transportes e armazenagem	62 770	6 438	-	(6 390)	-	-
Actividades de informação e de comunicação - comunicação	-	-	-	-	5 779	-
Actividades de informação e de comunicação - actividades de informação	26 651	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	-	-
Transportes e Comunicações	-	-	-	-	-	-
Actividades Financeiras	146 964	539	-	(390)	571 377	56 205
Actividades Imobiliárias	25 153	53	-	-	-	(13 709)
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	133 196	130	-	(130)	-	895
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	12 905	-	(1 426)	-	-	0
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	-	-	-	461	4,275
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	16 454	-	-	-	211	664
Serviços Prestados às Empresas	-	-	-	-	-	-
Administração e Serviços Públicos	-	-	-	-	-	-
Outras actividades de serviços	213 494	7	-	(7)	44 204	121 466
Crédito à Habitação	990	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
TOTAL	745 283	8 275	(1 426)	(8 025)	646 934	184 292
						(13 784)

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia Value at Risk (VaR) é utilizada. O BESI utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhões de euros)								
	31.12.2009				31.12.2008			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	2.20	1.54	3.91	0.27	0.28	0.33	0.34	0.19
Risco taxa de juro	5.62	3.47	6.12	0.81	0.92	0.56	1.61	0.17
Acções	5.62	2.76	3.91	2.03	4.29	5.02	11.35	3.05
Covariância	-4.52	-2.18	-3.68	-0.75	-0.66	-0.37	-0.42	-0.24
Total	8.92	5.59	10.26	2.36	4.83	5.54	12.88	3.17

O BESI encerrou o ano com um VaR de 8,92 milhões de Euros para as suas posições de negociação, registando um aumento de 85% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o BESI calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhões de euros)							
	31.12.2009						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	30	30	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	742	29	712	1	-	-	-
Crédito a clientes	964	9	518	408	0	10	19
Títulos	269	28	137	42	-	48	14
Fora de balanço		-	61	74	29	67	77
Total		96	1 428	525	29	124	110
Recursos de outras ICs	1 473	0	1 141	249	80	2	-
Recursos de clientes	348	17	326	-	-	5	-
Repo's com clientes	492	-	492	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos*	265	-	86	54	100	23	2
Fora de Balanço		-	73	85	29	47	72
Total		17	2 118	388	209	77	75
GAP (Activos - Passivos)		79	(690)	136	(180)	47	35

* Os montantes em risco estão ao valor nominal

(milhões de euros)

	31.12.2008						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	12	12	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	1 220	22	1 199	-	-	-	-
Crédito a clientes	746	91	368	286	1	-	-
Títulos	172	18	133	-	2	9	11
Fora de balanço		-	101	68	14	99	129
Total		143	1 800	354	17	108	140
Recursos de outras ICs	886	2	884	-	-	-	-
Recursos de clientes	227	28	159	30	3	7	-
Repo's com clientes	894	-	894	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos*	334	-	110	169	22	11	22
Fora de Balanço		-	117	89	12	83	109
Total		30	2 164	287	37	101	131
GAP (Activos - Passivos)		113	(364)	67	(20)	7	9

* Os montantes em risco estão ao valor nominal

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

(milhões de euros)

	31.12.2009		31.12.2008	
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb
Em 31 de Dezembro	2.0	(2.0)	0.1	(0.1)
Média do período	1.3	(1.3)	(0.3)	0.3
Máximo para o período	2.7	0.2	0.1	0.9
Mínimo para o período	(0.2)	(2.7)	(0.9)	(0.1)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do BESI, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)						
31.12.2009			31.12.2008			
	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média
Activos monetários	855 575	64 558	7.55%	976 117	76 009	7.79%
Crédito a clientes	797 639	31 081	3.90%	644 633	50 311	7.80%
Aplicações em títulos	671 212	11 043	1.65%	317 102	8 962	2.83%
Activos financeiros	2 324 426	106 682	4.59%	1 937 852	135 282	6.98%
Recursos monetários	1 388 246	34 984	2.52%	686 761	62 525	9.10%
Recursos de clientes	851 995	5 091	0.60%	1 044 432	16 232	1.55%
Outros recursos	234 617	58 350	24.87%	248 743	42 591	17.12%
Passivos financeiros	2 474 858	98 425	3.98%	1 979 936	121 348	6.13%
Resultado Financeiro		8 257	0.61%		13 934	0.85%

Em especial no que se refere ao risco cambial, a exposição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)						
31.12.2009			31.12.2008			
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Posição Líquida
USD DOLAR DOS E.U.A.	(86.641)	74.942	(11.699)	28.821	(28.742)	79
GBP LIBRA ESTERLINA	1.458	(4.509)	(3.051)	(8.240)	7.220	(1.020)
BRL REAL BRASILEIRO	33.512	-	33.512	25	-	25
JPY YEN	27	(85)	(58)	88	-	88
CHF FRANCO SUICO	(601)	-	(601)	234	-	234
PLN ZLOTI POLACO	(2.013)	(227)	(2.240)	(4.166)	-	(4.166)
OUTRAS	(490)	-	(490)	-	-	-
	(54.748)	70.121	15.373	16.762	(21.522)	(4.760)

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

	(milhares Euros)
Indicadores de Liquidez Individual	Dez-09
Mismatch acumulado ¹	(439 673)
Buffer de activos líquidos ²	158.376
Liquidez Global	(281 297)

(1) O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

2) O buffer de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no BESI são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do BESI em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do BESI.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre a adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado por Basileia II, o Banco concluiu, no dia 28 de Novembro de 2008, o processo de Candidatura Formal para a utilização da abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “Internal Ratings Based” – IRB) e o método “Standard” para o tratamento do risco operacional (método “The Standardized Approach” – TSA).

Actualmente e para fins de reporte às autoridades de supervisão para efeitos prudenciais, o Banco apresenta os rácios de solvabilidade segundo o método padrão para o risco de crédito e o indicador básico para o risco operacional.

Os elementos de capital do BESI dividem-se em Fundos Próprios Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

Fundos Próprios de Base (Tier I): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis, os resultados retidos do período, os interesses minoritários. São deduzidos pelo seu valor de balanço os valores relativos a *goodwill* apurado, a activos intangíveis, o valor das reservas de reavaliação de títulos de capital negativas, 50% do valor das participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras e a desvios actuariais negativos decorrentes com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor, reconhecidos até ao exercício de 2008, e o rendimento esperado, e não obtido, do rendimento dos activos do fundo de pensões referentes ao exercício de 2008.

Fundos Próprios Complementares: Incorpora, essencialmente, a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.

Deduções: Compreende, essencialmente, a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os Fundos Próprios Complementares não podem exceder o Tier I e determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar 50% do Tier I.

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, essas deduções eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a esse mesmo ano.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB, elegíveis para efeitos de TIER I, em 2009 e 2008 apresentam-se no quadro seguinte (valores em milhares de euros):

	(milhares de euros)	
	Dez 09	Dez 08
Saldo do Início do exercício	154.180	144.987
Capital realizado	110.000	-
Varição de Reservas e Resultados Transitados	(1.136)	9.551
Varição de Desvios Actuariais a Deduzir a FPB	4.103	(948)
Diferença Reavaliação ADV	(164)	(267)
Deduções	(35)	(869)
Outros Efeitos	5.384	1.726
Saldo no Fim do exercício	272.332	154.180

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do BESI para 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008:

Sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BESI para 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	(milhares de euros)	
	Dez 09	Dez 08
Total Activos	3.550.344	3.535.530
Activos Ponderados	2.486.877	2.706.622
% Ponderação	70,08%	76,55%
Requisitos de Fundos Próprios	199.040	216.530
Requisitos de Fundos Próprios Carteira Bancária	148.756	185.462
Requisitos de Fundos Próprios Carteira de Negociação	38.122	16.718
Requisitos de Fundos Próprios Risco de Liquidação (Aviso 8/2	16	-
Requisitos de Fundos Próprios Risco Operacional	12.146	14.350
Fundos Próprios Elegíveis	349.846	217.364
Fundos Próprios de Base	272.332	154.180
Fundos Próprios Complementares	78.090	63.768
Deduções	(575)	(584)
Excesso	150.241	834
Rácio de Solvabilidade	14,1%	8,0%
TIER I	10,9%	5,7%

NOTA 40 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS**Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2009:**

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2009, o Banco adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009:

IFRS 2 (alterado) - Pagamento com base em acções: condições de aquisição

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se tornou efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance, (ii) introduz o conceito de *non vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, tem o mesmo tratamento contabilístico.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: Divulgações

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2009, o IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: Divulgações, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 7 requer informação adicional nas divulgações sobre (i) a mensuração dos justos valores, estabelecendo nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria norma e (ii) sobre o risco de liquidez.

Face à natureza destas alterações o impacto nas demonstrações financeiras do Banco foi exclusivamente ao nível das divulgações.

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 - Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009.

O IFRS 8 - Segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterou o IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade deverá efectuar uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, e ainda sobre a forma como os segmentos são construídos.

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo, pelo que a adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007, a IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração do rendimento integral.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Banco decorrentes de transacções com accionistas (ex.

dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração do rendimento integral.

Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

As alterações impostas pelo IAS 1 tiveram apenas efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras do Banco.

IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Março de 2007, o IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados foi eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – instrumentos financeiros remíveis e obrigações decorrentes de liquidação, a qual é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros remíveis e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos remíveis), são classificados como passivos financeiros. A alteração efectuada a esta norma e efectiva desde 1 de Janeiro de 2009, implica que alguns instrumentos que qualificavam como passivos financeiros de acordo com o anterior IAS 32, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições.

O IASB alterou ainda o IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes

O IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Banco a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A adopção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis, entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contracto para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que o IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A adopção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O IFRIC 16 - Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade do Grupo, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A adopção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. As alterações com efeitos para o Banco em 2009 são como segue:

- (a) *Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.* A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

- (b) *Alteração ao IAS 16 - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.* A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento e subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

- (c) *Alteração ao IAS 19 - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.* As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

- (d) Alteração ao IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

- (e) Alteração ao IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

- (f) Alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

- (g) Alteração ao IAS 28 - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao goodwill e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

- (h) Alteração ao IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

- (i) Alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 - Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção

da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

- (i) Alteração ao IAS 40 - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 - Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Banco:

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios que se iniciam após 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Banco não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) - Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Banco não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 9 Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 sendo por isso a mesma de aplicação obrigatória para o Banco apenas a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação não se estima impacto significativo ao nível das demonstrações financeiras do Banco.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.
- O Banco não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas que se encontram em vigor, estando apenas por adoptar pelo Banco a seguinte alteração:

Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

Esta norma será adoptada prospectivamente pelo Banco em 2010.

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
relativos ao exercício de 2009**

Ao Accionista do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento (doravante, BESI).

Durante o exercício de 2009 o Conselho Fiscal do BESI, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e do contrato de sociedade, a evolução da gestão e da actividade do BESI, nomeadamente:

- (i) apreciou a adequação e a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- (ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que para esse efeito foi convocado;
- (iii) analisou os documentos de informação de gestão que foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- (iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- (v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI; e
- (vi) teve reuniões, sempre que necessárias, com o Revisor Oficial de Contas sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI, o qual sempre prestou as informações tidas como relevantes.

O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, o Relatório de Fiscalização Anual elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento da Certificação Legal de Contas (individual e consolidada), sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2009, que não apresentam quaisquer reservas ou ênfases e com as quais concorda.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspectos que circunscreveram a actividade do BESI no exercício de 2009, tanto em termos individuais como em termos consolidados.

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento das conclusões do Relatório de Auditoria elaborado por uma sociedade internacional de auditoria.

Face ao exposto, é parecer deste Conselho que seja aprovado:

- O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009;
- A proposta apresentada, pelo Conselho de Administração, de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2009, no montante de 38.388.135,96 euros.

Lisboa, 31 de Março de 2010

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Macedo Pereira
(Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Adenda ao
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal do
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
relativos ao exercício de 2009

Ao Accionista do

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Em resposta a uma solicitação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal, declara de forma expressa que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- A informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do CVM, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BES I e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e que;
- O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do BES I e das sociedades incluídas no perímetro de consolidação e, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam na decurso da sua actividade.

Lisboa, 30 de Abril de 2010

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Macedo Pereira

(Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A,**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E
RELATÓRIO DE AUDITORIA****(Contas Individuais)****INTRODUÇÃO**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, do **“Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.”**, as quais compreendem: o Balanço (que evidencia um total de 3.550.344 milhares de euros e um total de capital próprio de 298.145 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 38.388 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n. 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

5. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
7. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **“Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.”**, em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 30 de Março de 2010

Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
em representação de:

“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Contas Individuais)

1. Nos termos do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários (CVM) e demais legislação aplicável, vem esta sociedade, na qualidade de revisor oficial de contas do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (“Banco”)**, apresentar o seu relatório anual sobre a fiscalização efectuada no exercício de 2009.
2. O nosso trabalho consistiu num exame às demonstrações financeiras, aos registos contabilísticos e seus documentos de suporte, do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, que tem como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).
3. Foram aplicados os procedimentos de auditoria internacionalmente aceites e as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a profundidade e extensão que se consideraram necessárias nas circunstâncias.
4. De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:
 - 4.1 Apreciação do sistema de controlo interno existente no Banco, tendo sido efectuados os testes de conformidade que consideramos apropriados;
 - 4.2 Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte;
 - 4.3 Apreciação das políticas contabilísticas do Banco quanto à sua adequação e consistência;
 - 4.4 Acompanhamento da gestão do Banco, através da leitura de actas do Conselho de Administração e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários;
 - 4.5 Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício então findo, bem como as respectivas notas explicativas a estas demonstrações financeiras, com as normas contabilísticas aplicáveis em Portugal, nomeadamente as NCA tal como definidas pelo Banco de Portugal;
 - 4.6. Análise da informação financeira divulgada, tendo sido, entre outros, efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

1. Verificação do cumprimento das disposições legais e estatutárias;
2. Confirmação dos saldos das disponibilidades à vista e outros créditos sobre instituições de crédito;
3. Verificação por amostragem dos processos de créditos sobre clientes;
4. Análise dos movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas e incorpóreas bem como nas respectivas amortizações;
5. Análise dos outros activos e passivos;
6. Análise do registo e da valorização dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda;
7. Análise das outras contas do passivo, com realce para os recursos de outras instituições de crédito e recursos de clientes;
8. Análise e revisão da adequação das provisões para imparidade do crédito registadas no balanço, e da imparidade de outros activos financeiros, quer numa perspectiva económica quer tendo em consideração as regras aplicáveis do Banco de Portugal;
9. Análise da situação fiscal do Banco;
10. Exame analítico das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu reconhecimento;
11. Apreciação da informação divulgada nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

5. Apreciámos ainda a conformidade do Relatório do Conselho de Administração com as contas examinadas e verificámos que satisfaz os requisitos legais.
6. Em consequência do exame efectuado, emitimos nesta data a respectiva certificação legal de contas sem qualificações.
7. Agradecemos toda a colaboração prestada pelo Conselho de Administração e pelos Serviços e estamos ao vosso dispor para esclarecer qualquer eventual dúvida.

Lisboa, 30 de Março de 2010

Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
em representação de:
“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”

**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES

Introdução

- 1** Examinámos as demonstrações financeiras do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 3.550.344 milhares de euros e um total de capital próprio de 298.145 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 38.388 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

- 2** É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas definidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (NCA), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos seus capitais próprios;
- b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
- c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

- 3** A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 30 de Março de 2010

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
 representada por
 Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n. 1233)

ANEXOS

Participações Accionistas e Obrigacionistas dos Membros de Órgãos de Administração e Fiscalização

Anexo a que se refere o número 5 do Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas/Obrigacionistas	Títulos	Nº títulos à data de 31/12/2008	Movimentos em 2009				Nº títulos à data de 31/12/2009
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (em euros)	
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	Acções BES	500.214	19-01-2009	50.000		5,96	1.261.840 20
			15-04-2009	733.618		1,80	
			14-05-2009 ⁽¹⁾		14.607	10,27	
			28-12-2009 ⁽¹⁾		7.385	12,60	
	Acções Fiduprivate	20		0	0		
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	Acções BES	16.342	15-04-2009	21.789		1,80	30.634
			14-05-2009 ⁽¹⁾		7.497	10,27	
Francisco Ravara Cary	Acções BES	26.275	15-04-2009	35.118		1,80	35.914
			08-05-2009		36.552	4,50	
			14-05-2009 ⁽¹⁾		9.250	10,27	
			19-05-2009	25.000		4,10	
			28-12-2009 ⁽¹⁾		4.677	12,60	
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	Acções BES	15.881	15-04-2009	21.174		1,80	19.922 2
			14-05-2009 ⁽¹⁾		17.133	10,27	
	Obrigações BES 5,625%		05-06-2009	2		50.000,00	
Miguel António Igrejas Horta e Costa	-	0		0	0		0
Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto	Acções BES	18.763	15-04-2009	23.760		1,80	15.529
			14-05-2009 ⁽¹⁾		8.176	10,27	
			13-07-2009		18.818	4,04	
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	Acções BES	41.841	15-04-2009	56.804		1,80	66.466
			14-05-2009 ⁽¹⁾		21.583	10,27	
			21-05-2009	317		4,04	
			28-12-2009 ⁽¹⁾		10.913	12,60	
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires	Acções BES	24.291	15-04-2009	60.251		1,80	42.889
			14-05-2009 ⁽¹⁾		6.238	10,27	
			07-12-2009		25.000	4,61	
			28-12-2009 ⁽¹⁾		5.415	12,60	
			31-12-2009		5.000	4,55	
António Espírito Santo Silva Salgado	Acções BES	7.000	30-06-2009	9.751		3,80	0
			24-07-2009		1.750	4,38	
			19-10-2009		15.001	5,25	
Bernard Marcel Fernand Basecqz	-	0		0	0		0

Accionistas/Obrigacionistas	Títulos	Nº títulos à data de 31/12/2008	Movimentos em 2009				Nº títulos à data de 31/12/2009
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (em euros)	
Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia (2)	Ações BES	504.000	02-01-2009		1.000	6,70	495.000
			02-01-2009		2.000	6,71	
			02-01-2009		1.000	6,73	
			05-01-2009	1.000		6,58	
			05-01-2009	1.000		6,50	
			06-01-2009		10.000	6,51	
			19-01-2009	10.000		5,86	
			20-01-2009		2.000	5,94	
			20-01-2009	2.000		5,80	
			03-02-2009		2.000	5,15	
			12-02-2009		2.000	5,26	
			02-03-2009		2.000	4,60	
			06-03-2009		2.000	4,75	
			09-03-2009		2.000	4,56	
			15-04-2009	636.000		1,80	
			15-04-2009	20.000		1,80	
			21-04-2009		5.000	3,57	
			22-04-2009		5.000	3,67	
			22-04-2009		75.000	3,60	
			23-04-2009		5.000	3,75	
			23-04-2009		75.000	3,72	
			24-04-2009		25.000	3,80	
			27-04-2009		75.000	3,73	
			28-04-2009		11.000	3,74	
			30-04-2009		22.431	3,75	
			04-05-2009		29.569	3,70	
			06-05-2009		70.000	4,00	
			07-05-2009		25.000	4,44	
			08-05-2009		225.000	4,50	
			12-05-2009		5.000	4,15	
Christian Georges Jacques Minzolini	Ações BES	24.841	15-04-2009	33.121		1,80	15.591
			16-04-2009		33.121	3,56	
			14-05-2009 ⁽¹⁾		9.250	10,27	
Diogo Luis Ramos de Abreu	Ações BES	19.691	15-04-2009	26.493		1,80	38.141
			14-05-2009 ⁽¹⁾		4.769	10,27	
			28-12-2009 ⁽¹⁾		3.274	12,60	

Accionistas/Obrigacionistas	Títulos	Nº títulos à data de 31/12/2008	Movimentos em 2009				Nº títulos à data de 31/12/2009
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (em euros)	
Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva	Acções BES	50.100	15-04-2009	65.899		1,80	
			21-04-2009	101		3,60	116.100
	Obrigações BES Finance Ltd. 07/02/2035	125		0	0		125
Félix Aguirre Cabanyes	-	0		0	0		0
João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha	-	0		0	0		0
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	Acções BES	158.725	15-04-2009	211.630		1,80	
			14-05-2009 ⁽¹⁾		10.710	10,27	359.645
	Acções Fiduprivate	20		0	0		20
Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz	Acções BES	10.705	15-04-2009	14.273		1,80	
			16-04-2009		14.273	3,50	
			14-05-2009 ⁽¹⁾		3.065	10,27	7.640
Moses Dodo	-	0		0	0		0
Paulo José Lameiras Martins	Acções BES	13.979	15-04-2009	18.638		1,80	
			14-05-2009 ⁽¹⁾		7.152	10,27	25.465
Tiago Vaz Pinto Cyme de Castro	Acções BES	16.747	15-04-2009	22.329		1,80	
			17-04-2009		4.988	3,58	
			22-04-2009		17.195	3,60	
			14-05-2009 ⁽¹⁾		4.769	10,27	12.124
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	Acções BES	7.405	15-04-2009	966		1,80	
			16-04-2009		1.000	3,57	
			14-05-2009 ⁽¹⁾		3.065	10,27	4.306
	Obrigações BES Finance Ltd 6,25%	0	01-04-2009	53		1.017,50	53
	Obrigações ES Financière 4,5%	0	07-07-2009	50		1.005,50	50
Nigel Keith Purse	-	0		0	0		0
Phillipe Gilles Fernand Guiral	-	0		0	0		0
José Manuel Macedo Pereira	-	0		0	0		0
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	-	0		0	0		0
Mário Paulo Bettencourt de Oliveira	-	0		0	0		0
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados - SROC	-	0		0	0		0
Nuno Espírito Santo Leite de Faria	Acções BES	100	15-04-2009	138		1,80	238

(1) Movimento relacionado com o Sistema de Incentivos Baseado em Acções do Grupo Banco Espírito Santo.

(2) Directamente e através de Sociedades onde exerce funções de gestão.

Participações de Accionistas

Anexo a que se refere o número 4 do Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Accionista	% do capital
Banco Espírito Santo, S.A.	100%

Adopção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

(Carta-Circular nºs 97/2008/DSB de 3 de Dezembro e Carta Circular nº58/2009/DSB de 5 de Agosto)

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

No ponto número 2 do Relatório de Gestão, denominado “Actividade e Resultados”, faz-se uma descrição do modelo de negócio do Espírito Santo Investment, sendo igualmente apresentada a evolução das suas principais áreas de negócio (segmentos operacionais).

2. Estratégias e objectivos

As estratégias e objectivos do Espírito Santo Investment estão divulgados no ponto número 2 do Relatório de Gestão, denominado “Actividade e Resultados”.

3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto número 2 do Relatório de Gestão, denominado “Actividade e Resultados”, e na Nota Explicativa 4 às Demonstrações Financeiras Consolidadas apresenta-se informação detalhada acerca das actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

No ponto número 4 do Relatório de Gestão, denominado “Gestão Integrada dos Riscos”, dá-se nota da organização da gestão dos riscos no Espírito Santo Investment. Também na Nota Explicativa 40 às Demonstrações Financeiras Consolidadas é apresentada diversa informação que, em conjunto, permite ao mercado obter a percepção sobre os riscos incorridos pelo Espírito Santo Investment e os mecanismos de gestão para a sua monitorização e controlo.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9. e 10. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados

No ponto número 5 do Relatório de Gestão de 2008, denominado “Nota Sobre a Turbulência”, apresentaram-se os impactos do período de turbulência financeira. Durante o exercício de 2009 não se considera que tenham ocorrido factos com impactos materialmente relevantes na actividade e resultados atribuíveis ao exercício.

11. Comparação dos impactos entre períodos

Os impactos directos e indirectos do período de turbulência no Espírito Santo Investment verificaram-se no exercício de 2008 e encontram-se desenvolvidos no ponto número 5 do respectivo Relatório de Gestão.

12. Decomposição dos *write-downs* entre realizados e não realizados

Os proveitos e custos relacionados com os activos e passivos detidos para negociação, dos activos e passivos ao justo valor através de resultados e dos activos financeiros disponíveis para venda encontram-se desagregados por instrumento financeiro nas Notas Explicativas 7 e 8 às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Adicionalmente, os ganhos e perdas não realizados dos activos disponíveis para venda constam das Notas Explicativas 18 e 36 às Demonstrações Financeiras Consolidadas, estando as posições mais significativas desagregadas na Nota Explicativa 18 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

13. Turbulência financeira na cotação das acções

Não aplicável no universo do Espírito Santo Investment.

14. Risco de perda máxima

Na Nota Explicativa 40 às Demonstrações Financeiras Consolidadas divulga-se informação relevante sobre as perdas susceptíveis de serem incorridas em situações de stress do mercado.

15. Responsabilidades do Grupo emitidas e resultados

Na Nota Explicativa 39 às Demonstrações Financeiras Consolidadas faz-se divulgação sobre o impacto nos resultados decorrentes da reavaliação da dívida emitida e os métodos utilizados para determinação do impacto.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA**16. Valor nominal e justo valor das exposições****17. Mitigantes do risco de crédito****18. Informação sobre as exposições do Grupo**

No ponto número 5 do Relatório de Gestão do exercício de 2008, denominado “Nota Sobre a Turbulência” dá-se nota sobre as exposições afectadas pelo período de turbulência. A informação aí divulgada considera-se suficiente, tendo em consideração o detalhe e quantificação apresentados e o facto de no exercício de 2009 não se terem verificado acontecimentos de turbulência, mas antes uma evolução gradual no sentido da normalização.

19. Movimentos nas exposições entre períodos

Nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Exercício de 2009, nomeadamente na Nota Explicativa 40, consta informação diversa em que se comparam as exposições aos mercados e os resultados com referência aos Exercícios de 2008 e 2009. A informação aí divulgada considera-se suficiente, tendo por base o detalhe e quantificação apresentados e o facto de não se terem verificado acontecimentos com relevância material em 2009.

20. Exposições que não tenham sido consolidadas

Não aplicável no universo do Espírito Santo Investment.

21. Exposição a seguradoras *monoline* e qualidade dos activos segurados

O Espírito Santo Investment não tem exposições a seguradoras *monoline*.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO**22. Produtos estruturados**

Estas situações estão desenvolvidas na Nota Explicativa 2 às Demonstrações Financeiras Consolidadas – Principais Políticas Contabilísticas.

23. *Special Purpose Entities (SPE)* e consolidação

Não aplicável no universo do Espírito Santo Investment.

24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Ver comentários ao ponto 16 do presente Anexo. Nas Notas Explicativas 2 e 39 às Demonstrações Financeiras Consolidadas referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO**26. Descrição das políticas e princípios de divulgação**

O Espírito Santo Investment na divulgação de informação de natureza contabilística e financeira visa dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles ditados pelas normas contabilísticas ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado.

De entre o conjunto de informação disponibilizada ao seu accionista, clientes, colaboradores, entidades de supervisão e ao público em geral, destacamos o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas.

As demonstrações financeiras, que são objecto de divulgação ao mercado com uma periodicidade semestral, são preparadas tendo por base os IFRS que conferem um elevado grau de transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade com os demais bancos nacionais e internacionais.

Sempre que necessário, o Espírito Santo Investment procede pontualmente à emissão de comunicados de factos relevantes.

Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Nos termos da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, indicam-se de seguida as remunerações pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (BESI), ou sociedades por si dominadas, a cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização durante o exercício de 2009:

Conselho de Administração

Membros Executivos do Conselho de Administração	BESI e Sucursais			Subsidiárias			Total		
	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	226.016,66	634.251,00	860.267,66			0,00	226.016,66	634.251,00	860.267,66
Francisco Ravares Cary	204.269,21	243.422,20	447.691,41		263.931,00	263.931,00	204.269,21	507.353,20	711.622,41
Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde	221.336,71	480.080,00	701.416,71			0,00	221.336,71	480.080,00	701.416,71
Miguel António Igrejas Horta e Costa	199.692,56	137.936,00	337.628,56			0,00	199.692,56	137.936,00	337.628,56
Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto	203.069,76	467.007,00	670.076,76			0,00	203.069,76	467.007,00	670.076,76
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	0,00	0,00	0,00	253.979,03	202.681,22	456.660,25 a)	253.979,03	202.681,22	456.660,25
Christian Georges Jacques Minzolini	204.883,74	293.834,00	498.717,74			0,00	204.883,74	293.834,00	498.717,74
Diogo Luis Ramos de Abreu	79.288,09	50.000,00	129.288,09 b)		109.055,00	109.055,00	79.288,09	159.055,00	238.343,09
Luis Miguel Pina Alves Luna Vaz	157.788,98	452.190,00	609.978,98			0,00	157.788,98	452.190,00	609.978,98
Paulo José Lameiras Martins	157.268,06	452.190,00	609.458,06			0,00	157.268,06	452.190,00	609.458,06
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro	208.224,89	158.865,00	367.089,89		179.373,00	179.373,00	208.224,89	338.238,00	546.462,89
Félix Aguirre Cabanyes	260.000,00	870.000,00	1.130.000,00			0,00	260.000,00	870.000,00	1.130.000,00
Moses Dodo	537.718,28	896.185,83	1.433.904,11 c)			0,00	537.718,28	896.185,83	1.433.904,11
Nigel Keith Purse	264.687,09	258.165,90	522.852,99 d) e)			0,00	264.687,09	258.165,90	522.852,99
Frederico dos Reis de Arrochela Alegria	101.775,59	234.000,00	335.775,59 e)			0,00	101.775,59	234.000,00	335.775,59
Total agregado	3.026.019,62	5.628.126,93	8.654.146,55	253.979,03	755.040,22	1.009.019,25	3.279.998,65	6.383.167,15	9.663.165,80

a) pagamento em Reais convertido ao câmbio médio de 2009 = 2,7674

b) remuneração paga pelo BESI, em complemento às remunerações como Administrador da ESAF até Agosto/2009

c) pagamento em USD convertido ao câmbio médio de 2009 = 1,3948

d) pagamento em GBP convertido ao câmbio médio de 2009 = 0,8909

e) eleito em Março de 2009

Os Administradores não Executivos:

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado;
 Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires;
 António Espírito Santo Silva Salgado;
 Bernard Marcel Fernand Basecqz;
 Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia;
 Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva;
 João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha;
 José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva; e
 Philippe Gilles Fernand Guiral,

não auferiram quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ou sociedades por si dominadas, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2009.

Conselho Fiscal

Revisor Oficial de Contas	BES e Sucursais			Subsidiárias			Total		
	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total
José Manuel Macedo Pereira	1.980,00	0,00	1.980,00	0,00	0,00	0,00	1.980,00	0,00	1.980,00
Tito Manuel das Neves Magalhães Basto	1.980,00	0,00	1.980,00	0,00	0,00	0,00	1.980,00	0,00	1.980,00
Total agregado	3.960,00	0,00	3.960,00	0,00	0,00	0,00	3.960,00	0,00	3.960,00

O vogal efectivo, Mário Paulo Bettencourt de Oliveira, e o membro suplente do Conselho Fiscal, Nuno Espírito Santo Leite de Faria, não auferiram quaisquer remunerações fixas ou variáveis, pagas pelo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. ou sociedades por si dominadas, relativas às funções exercidas durante o exercício de 2009.

Revisor Oficial de Contas

Revisor Oficial de Contas	BES e Sucursais			Subsidiárias			Total		
	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, SROC	72.000,00	0,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00	0,00	72.000,00
José Maria Rego Ribeiro da Cunha (representante)	1.980,00	0,00	1.980,00	0,00	0,00	0,00	1.980,00	0,00	1.980,00
Total agregado	73.980,00	0,00	73.980,00	0,00	0,00	0,00	73.980,00	0,00	73.980,00

